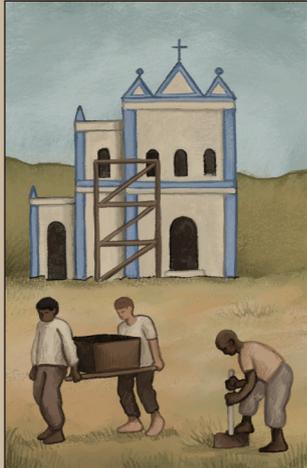




TIAGO CÍCERO ALVES

# DA TERRA AO CLARÃO

Sócio-espacialidade  
de Canudos a partir de  
Euclides da Cunha



Belo Horizonte  
2024



**Tiago Cícero Alves**

**DA TERRA AO CLARÃO:  
sócio-espacialidade de Canudos a partir de Euclides da Cunha**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito final para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Baltazar

Belo Horizonte, MG

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

A474d

Alves, Tiago Cícero.

Da terra ao clarão : Sócio-espacialidade de Canudos a partir de Euclides da Cunha [recurso eletrônico] / Tiago Cícero Alves. - 2024.

1 recurso online (173 f. il.), pdf.

Orientadora: Ana Paula Baltazar.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaços (Arquitetura) – Teses. 2. Arquitetura e sociedade – Teses. 3. Conflito fundiário – Teses. 4. Canudos – Teses. 5. Cunha, Euclides da, 1866 - 1909 – Teses. I. Baltazar, Ana Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.103



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Da terra ao clarão: sócio-espacialidade de Canudos a partir de Euclides da Cunha**

**TIAGO CÍCERO ALVES**

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 26 de novembro de 2024, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos - Orientadora  
EA-UFMG

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso  
EA-UFMG

Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins  
IGC-UFMG

Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira  
FAU-UFBA por videoconferência

Prof. Dr. Lucas Bezerra de Araújo  
FSSO/UFAL

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo incansável e persistente suporte ao longo de tantos anos de estudo. Ao meu irmão pelo companheirismo e pelo exemplo de pensamento crítico e curiosidade intelectual.

Ana Paula Baltazar pela orientação cuidadosa, pela confiança, pela generosidade com que acolheu essa pesquisa e pelos inúmeros caminhos abertos e apontados durante essa trajetória.

Rita Veloso pelo interesse genuíno nessa tese, pelas inúmeras conversas ao longo do doutorado e pelo suporte incansável a um jovem pesquisador.

Miguel Martinez pela recepção calorosa no *Institute of Housing and Urban Research (IBF)* da Universidade de Uppsala (Suécia) e pelas generosas orientações ao longo do período sanduíche. Don Mitchell e Dominika Polanska pelos comentários precisos durante as orientações.

Sérgio Martins pelo interesse e comentários na Qualificação, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do presente texto.

Pedro Cícero pela persistente troca intelectual e crítica e por ter, ainda que sem intenção, aguçado minha curiosidade naquilo que viria a ser o tema desta tese.

Leonardo Nogueira pela amizade e compromisso intelectual e por tantos, tantos, caminhos abertos na compreensão do pensamento social brasileiro.

Laís Grossi por compartilhar com tamanha abertura a vida de doutorando, as angústias divididas e o interesse sempre presente.

Nikos Vrantsis pelas inúmeras conversas desde Uppsala e por sempre dar um nó sobre o Brasil na cabeça desse brasileiro.

Marina Sanders e Maria Clara Cerqueira, pelas generosas contribuições a essa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte ao longo do doutorado e por oferecerem as condições necessárias para o desenvolvimento e divulgação da pesquisa e do trabalho científico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

*[...] ninguém em nossa casa há de cruzar os braços quando existe a terra para lavrar, ninguém em nossa casa há de cruzar os braços quando existe a parede para erguer, ninguém ainda em nossa casa há de cruzar os braços quando existe o irmão para socorrer [...]*

**Raduan Nassar**, em *Lavoura arcaica*

*...E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos. Refreei o cavalo e olhei em torno.*

**Euclides da Cunha**, em carta

## RESUMO

A tese tem por objetivo construir uma perspectiva de leitura sócio-espacial do episódio de Canudos a partir da produção do engenheiro e escritor Euclides da Cunha e de ampla bibliografia sobre o tema. O exame sócio-espacial empreendido entende Canudos como um movimento de busca dos trabalhadores rurais por meios de preservação e reprodução de suas próprias vidas, em que a produção do espaço foi elemento de primeira ordem na formação, organização e reprodução do grupo. Nesse sentido, os escritos de Euclides são encarados em duas frentes, uma em que percebe-se a presença de uma noção de espaço no interior de sua argumentação e, outra, em que situa-se sua visão de mundo em relação ao contexto intelectual e científico brasileiro de fins do século XIX. Somado a isso, busca-se entender as relações entre terra e trabalho e seus desencadeamentos no processo de formação sócio-espacial brasileiro e como esses elementos e processos constituíram o espaço social da comunidade de Canudos. Logo, além de ser um estudo sobre a sócio-espacialidade de Canudos, o trabalho é, também, uma análise da escrita da história do episódio — com foco no tratamento do espaço do arraial — e um esforço crítico de análise da produção do espaço empreendida pelos habitantes do assentamento.

**Palavras-chave:** grupo sócio-espacial; questão agrária; Canudos; Euclides da Cunha.

## **ABSTRACT**

The thesis aims to build a socio-spatial perspective on the Canudos episode based on the production of engineer and writer Euclides da Cunha and extensive bibliography about the theme. The socio-spatial examination undertaken here understands Canudos as a rural workers movement in search for means to preserve and to reproduce their own ways of living, in which the production of space was a first-order element responsible for the formation, organization and reproduction of the Canudos group. In this sense, Euclide's writings are analyzed from two fronts, one in which is perceived a notion of space within his arguments, and other in which his worldview is contextualized in relation to both the Brazilian intellectual and scientific scene at the end of the 19th century. Added to that, this thesis seeks to understand the relationships between land and labor, especially its roles in the Brazilian socio-spatial formation process and how these two elements and its processes configured the social space of the Canudos community. Therefore, in addition to being a study on the Canudos socio-spatiality, this work is also an analysis of the writing of the episode's history — focusing on the treatment given to the village's space — and a critical effort to analyze the production of space undertaken by the settlement inhabitants.

Key-words: socio-spatial group; agrarian issue; Canudos; Euclides da Cunha.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sem título [Cruzeiro de Canudos], Pierre Verger, 1946 .....	21
Figura 2. Mapa do nordeste brasileiro com destaque para a extensão do semiárido, localização de Canudos e do rio São Francisco .....	29
Figura 3. Euclides da Cunha em 1902 .....	37
Figura 4. Casa principal da Fazenda Saudade em Cantagalo (RJ) .....	37
Figura 5. <i>Carta da Bacia do S. Francisco</i> , Comissão Hidráulica do Império, 1884 .....	53
Figura 6. Detalhe da <i>Carta da Bacia do S. Francisco</i> .....	54
Figura 7. Diagrama dos trajetos das explorações científicas estrangeiras no Brasil .....	56
Figura 8. Diagrama do trajeto feito por Theodoro Sampaio .....	56
Figura 9. Transporte do meteorito de Bendegó, 1887 .....	58
Figura 10. <i>Plano de operações de guerra no estado da Bahia</i> , 1897 .....	59
Figura 11. <i>Planta do arraial de Canudos</i> , cel. Siqueira Menezes .....	60
Figura 12. Frontispício da primeira edição de <i>Os sertões</i> , 1902 .....	65
Figura 13. Caderneta de campo de Euclides da Cunha .....	70
Figura 14. <i>Bom Jesus Antonio Conselheiro, depois de exumado</i> , Flávio de Barros, 1897 .....	94
Figura 15. Esboço geográfico do sertão de Canudos, 1902 .....	110
Figura 16. Diagrama mostrando a situação da ocupação militar em Canudos quando da chegada de Euclides ao arraial .....	112
Figura 17. Diagrama com os percursos feitos por Euclides enquanto esteve em Canudos .....	113
Figura 18. <i>Ruínas das Igrejas (Canudos)</i> , croqui de Euclides da Cunha .....	115
Figura 19. Série de croquis de Euclides da Cunha feita no alto do Morro da Favela .....	116
Figura 20. <i>Vista de Canudos de uma encosta do morro da Favela</i> , croqui de Euclides da Cunha .....	118
Figura 21. <i>Arraial dos Canudos visto pela estrada do Rosário: a escolhida pela expedição Moreira César</i> .....	119
Figura 22. <i>Vista de Canudos tirada do alto da Favela</i> , Martins Horcades .....	121
Figura 23. <i>Vista parcial de canudos ao Nascente e ao Sul</i> , Flávio de Barros .....	127
Figura 24. <i>Vista parcial de Canudos ao poente</i> , Flávio de Barros .....	128
Figura 25. <i>Vista parcial de Canudos ao Norte</i> , Flávio de Barros .....	129
Figura 26. Igreja do Senhor do Bonfim em Chorrochó (BA) .....	135
Figura 27. Igreja do Bom Jesus em Crisópolis .....	141
Figura 28. Igreja do Bom Jesus em Crisópolis, s/d .....	141
Figura 29. Porta da igreja do Bom Jesus em Crisópolis .....	142
Figura 30. <i>Igreja de Santo Antonio (Velha)</i> , Flávio de Barros .....	147
Figura 31. <i>Igreja do Bom Jesus (Nova)</i> , Flávio de Barros .....	149
Figura 32. <i>Flanco esquerda da igreja do Bom Jesus</i> , Flávio de Barros .....	151
Figura 33. <i>Uma casa de jagunço</i> , Flávio de Barros .....	156

## LISTA DE SIGLAS

AL	Alagoas
ABL	Academia Brasileira de Letras
BA	Bahia
CE	Ceará
<i>Estado</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i> (jornal)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGBA	Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
SP	São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
SE	Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Método e divisão da tese .....	12
1.2 Perspectiva sócio-espacial .....	25
1.3 Linha do tempo de Canudos .....	28
<b>2 EUCLIDES DA CUNHA E CANUDOS .....</b>	<b>35</b>
2.1 Modernização brasileira .....	36
2.2 Vislumbres de Canudos .....	46
2.3 O livro vingador .....	62
<b>3 CIDADE E SERTÃO .....</b>	<b>79</b>
3.1 Terra e trabalho .....	80
3.2 Sociabilidade pela fé .....	90
<b>4 SÓCIO-ESPACIALIDADE DE CANUDOS .....</b>	<b>105</b>
4.1 A cidade de taipa .....	106
4.2 Mutirões religiosos de Antônio Conselheiro .....	130
4.3 Terra, trabalho e produção do espaço canudense .....	152
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>



## 1 INTRODUÇÃO



*Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína...*<sup>1</sup>

Caetano Veloso

O arraial do Belo Monte — fundado em 1893 sob a liderança do beato Antônio Vicente Mendes Maciel (1830–1897), conhecido popularmente como Antônio Conselheiro — foi a partir de 1896 palco de sucessivas investidas do Estado brasileiro, até a sua completa destruição em outubro de 1897, ao fim do conflito conhecido como Guerra de Canudos. O combate entre as forças armadas brasileiras e os habitantes locais é um evento histórico bem conhecido, que teve marcantes impactos na vida pública do início do período republicano e, ainda hoje, tem grande influência no imaginário popular. Em diversos campos do pensamento brasileiro, o evento é encarado como uma espécie de hinterlândia na consolidação da República no país, quando o litoral, territorial e cronologicamente superior, entrou em choque com o atraso e o subdesenvolvimento do sertão.<sup>2</sup>

Sem dúvida, a persistência do evento no imaginário popular e intelectual do país, deve-se também ao livro *Os sertões: campanha de Canudos* de Euclides da Cunha (1866-1909), misto de ficção, descrição, história e tratado científico.<sup>3</sup> Famoso por conter em sua narrativa a mudança de opinião do autor em relação ao confronto, o livro publicado em 1902 acabou se transformando na síntese da reviravolta interpretativa da opinião pública da época, ocorrida após a divulgação pelos jornais do massacre conduzido pelo exército contra os habitantes de Canudos. *Os sertões* concentrou em sua própria estrutura a síntese dos escritos sobre o episódio produzidos no período e por cinquenta anos dominou, ou pelo menos moldou, os estudos e as interpretações sobre o tema. Apesar de sua

---

<sup>1</sup> VELOSO, *Fora da ordem*, 1991.

<sup>2</sup> Hinterlândia é o portuguêsamento do termo alemão *hinterland* (terra de trás, traseira) que, segundo Bartelt (2009, p. 17), condensa a “perspectiva da teoria da modernização, que estabelece como norma de desenvolvimento o Estado e as normas do centro, querendo estendê-las à periferia”.

<sup>3</sup> GALVÃO, *Polifonia e paixão*, [1994] 2009.

interpretação histórica e sociológica ter perdido força (com a popularização de inúmeros preconceitos e equívocos), o impacto da narrativa conduzida por Euclides da Cunha mobiliza o interesse em Antônio Conselheiro e seus seguidores até os dias de hoje.

A Guerra de Canudos foi o desfecho de um evento complexo cujas raízes estão nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da região do semiárido baiano e suas implicações no plano estadual e federal. As quatro expedições militares que destruíram o vilarejo e dizimaram sua população são entendidas hoje como a resposta do Estado brasileiro a um movimento de revolta popular, com fortes raízes religiosas, que buscava transpor os obstáculos que os separava da posse da terra com a criação de uma comunidade justa e harmônica. Apesar de não ter-se configurado como uma comunidade igualitária, a ocupação da fazenda Canudos e a construção do assentamento de Belo Monte — nome dado ao lugarejo por Antônio Conselheiro e seus seguidores —, caracterizou-se como uma experiência social e política distinta daquela imposta pelo governo central.<sup>4</sup> Foi essa possibilidade de um novo arranjo social, somado a uma complexa rede de interesses políticos e intrigas pessoais, que motivou a ação do Estado e transformou Canudos em bode expiatório, moeda de troca, troféu e posterior vergonha da política brasileira nos anos iniciais da República.<sup>5</sup>

O objetivo desta tese é construir uma perspectiva de leitura sócio-espacial de Canudos a partir da produção do engenheiro e escritor Euclides da Cunha sobre o episódio e de ampla bibliografia sobre o tema.<sup>6</sup> Aproximo-me e me guio pelos escritos de Euclides com duplo interesse, ao mesmo tempo que desvelo sua descrição espacial, localizo sua perspectiva em relação ao contexto intelectual da época. Além disso, retrabalho as fontes da literatura canudense com o intuito de revelar tanto aspectos da organização social interna do grupo, como características da sua materialidade construída.

## 1.1 MÉTODO E DIVISÃO DA TESE

As interpretações e estudos sobre o contexto em que se desenrolou Canudos — da reunião de seguidores de Antônio Conselheiro à ocupação e construção do assentamento do Belo Monte — seguiram o desenvolvimento do pensamento social brasileiro e das diferentes abordagens do campo ao encarar a realidade histórica do país. Em sua exterioridade, Canudos assumiu a forma de um movimento organizado para a ocupação e uso da terra e se estabeleceu como uma comunidade — no sentido de uma coletividade que convive em um espaço comum e compartilha regras sociais comumente aceitas — para a garantia desse propósito.<sup>7</sup> No contexto da formação histórica brasileira,

<sup>4</sup> SCHWARZ; STARLING, *Brasil, uma biografia*, [2015] 2019, p. 333.

<sup>5</sup> GALVÃO, *Império do Belo Monte*, 2001.

<sup>6</sup> Segundo Souza (2013) apesar das expressões sócio-espacial e socioespacial serem complementares, elas têm sentidos semânticos distintos. Em socioespacial (sem hífen), o socio meramente qualifica o espacial, sem referência direta às relações que produziram o espaço, ou àqueles que o utilizam. Já em sócio-espacial, sócio não apenas qualifica o espaço, como indica que direta e totalmente constitui o espaço.

<sup>7</sup> DURHAM, *Comunidade*, [1972] 2004.

a terra foi o meio pelo qual os diferentes grupos sociais em conflito construíram suas estruturas de organização e estabeleceram suas resistências ao regime social hegemônico, tencionando, assim, a correlação de forças internas da sociedade. Tanto a luta antiescravista, assumida pelos grupos negros no período colonial e imperial — e que teve no quilombo a síntese entre estratégia política e forma de ocupação da terra —, como os movimentos de trabalhadores livres rurais no final do século XIX e início do século XX, buscaram construir modelos alternativos à estrutura fundiária existente, estabelecendo um novo universo social, cujas dinâmica e organização internas aconteceriam independentemente dos valores e do ordenamento da sociedade maior. Mesmo não se tratando de comunidades igualitárias, havia na centralidade dessas experiências uma ação de rompimento das relações e vínculos com a sociedade civil central e a tentativa de criar, neste novo espaço ocupado por eles, um ordenamento mais coletivo e democrático.<sup>8</sup>

Em um nível mais amplo, Canudos foi uma possibilidade aventada pelos trabalhadores rurais do interior baiano para a produção de valores de uso em uma sociedade que se por um lado modernizava-se, por outro dissolvia suas antigas relações de produção. O movimento surgiu em um momento histórico de dinamismo específico no Brasil, das primeiras experiências de industrialização no país e poucos anos após o fim do regime escravista (1888) e da subsequente proclamação da República (1889). Em um contexto global, o processo de ocupação e organização de Canudos e, subsequente, choque com o Estado, encontra similaridades em outras nações de herança colonial, cujos modos de produção foram radicalmente transformados pela expansão e penetração do sistema capitalista na segunda metade do século XIX. Em seus escritos e estudos sobre as chamadas sociedades não ocidentais, o filósofo alemão Karl Marx se debruçou sobre algumas dessas transformações em exemplos como a Índia, a Rússia, a Polônia, os Estados Unidos e (presente em um ponto ou outro) mesmo do Brasil. O interesse de Marx nesses casos “parecia ser o de elucidar as estruturas da sociedade capitalista moderna por meio de um contraste em relação às suas predecessoras na Europa” e aos diferentes percursos históricos das sociedades asiáticas: buscando esboçar as formas assumidas pelos modos de produção dessas sociedades (que na sua época compunham a periferia do capitalismo), assim como examinar suas diferenças, suas contradições internas e a relação entre uma coisa e outra. Nesse sentido, a dissolução dos modos de produção tradicional, além de aparecer como principal aspecto da homogeneização capitalista mundial, também, impulsionava formas de resistência dos trabalhadores em seus contextos nacionais, que emergiram como novas formas de organização social e de trabalho.<sup>9</sup>

Como movimento social, portanto, Canudos foi mais que um exemplo emblemático no histórico dos movimentos de luta por terra (visto como uma mobilização insurrecional contra a impossibilidade histórica de acesso à terra e ao aumento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora rural), foi um tipo de resistência a mudanças da esfera produtiva, que aglutinou perspectivas de transformação da esfera social e questionamentos das relações de dominação que

---

<sup>8</sup> MOURA, *Sociologia política da guerra de Canudos*, 2000; QUEIROZ, *Messianismo no Brasil e no mundo*, [1965] 1977.

<sup>9</sup> ANDERSON, *Marx nas margens*, [2010] 2023, p. 242.

estruturavam a sociedade brasileira em fins do século XIX. O papel da religião — tão marcante nas leituras sobre o movimento —, igualmente, pode ser encarado como um traço típico desses contextos de opressão, em que encarnava a manifestação do imaginário dos desejos dos grupos dominados, da vontade de livrarem-se das condições de trabalho compulsório e da procura por formas novas e livres de existência.<sup>10</sup> Do mesmo modo, a atuação do Estado brasileiro, historicamente violento no controle de sua classe trabalhadora, remete ao papel assumido pelos Estados nacionais na modernidade (principalmente, nas ex-colônias) de agentes garantidores da consolidação e reprodução das relações capitalistas em seus territórios. Bastante ilustrativo no episódio Canudos, e um dos caminhos perseguidos ao longo desta argumentação, é a extensão dessa violência estatal a suas formas e mecanismos de controle e desenvolvimento urbano, que se em sua fase de modernização considerou suas fronteiras econômicas como tábula rasa, ainda hoje fundamenta a imposição de reformulações desiguais no tecido de suas cidades.<sup>11</sup>

O exame sócio-espacial empreendido neste trabalho entende Canudos como um movimento de busca dos trabalhadores rurais por meios de *preservação* e *reprodução* de suas próprias vidas; e encara o grupo liderado por Antônio Conselheiro como um grupo sócio-espacial no sentido que as pessoas desse grupo se relacionavam entre si em um espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e constituído por ele.<sup>12</sup> A terra continua a ser valorizada como meio de resistência e reivindicação, mas acredito que por essa aproximação se ampliam as possibilidades de leitura da atuação do grupo e, por conseguinte, das características da sua *vida material*: isso porque, numa abordagem a partir da pesquisa sócio-espacial, interessaria não apenas reconhecer e compreender certas características que historicamente surgiram da questão da terra no Brasil — como as particularidades do modo de produção existente, a divisão fundiária e a organização do trabalho —, mas também os modos de viver do grupo de Canudos, sua visão de mundo, seus modos de produzir, suas técnicas, seus valores e afetos.<sup>13</sup> Além da expressão religiosa, a produção do espaço foi elemento de primeira ordem na formação, organização e reprodução de Canudos, em que as atividades construtivas lideradas por Antônio Conselheiro eram indissociáveis da sua missão de fé e um dos meios pelos quais ele reuniu seu grupo de seguidores. Foi junto a mutirões construtivos que o grupo se formou e evoluiu, e cuja estruturação assegurou a sua coesão interna mesmo durante o período do conflito.

Apesar dessas atividades serem relativamente importantes na construção do retrato histórico de Canudos (sendo mencionadas tanto nas primeiras notícias sobre o peregrino, como nas interpretações posteriores), acredito haver certa defasagem analítica entre os modos de vida do grupo e a sua materialidade socialmente produzida. Em última instância, o que me interessa é entender os elementos e processos que constituíram o espaço social da comunidade, raciocinando

---

<sup>10</sup> BOSI, *Dialética da colonização*, [1992] 2021.

<sup>11</sup> MARICATO, *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*, 2000.

<sup>12</sup> KAPP, *Grupos sócio-espaciais*, [2018] 2021.

<sup>13</sup> KAPP, *Canteiros da utopia*, 2020.

sobre suas produção e organização espacial e quais as formas assumidas por elas em seu espaço construído. Isto é, além das características e particularidades sociais do grupo de seguidores de Antônio Conselheiro — quem eram, por que e como se organizavam — meu foco é elucidar o espaço material de Canudos — ocupado, produzido e reestruturado — vislumbrando compreender criticamente como a reestruturação da antiga fazenda se tornou numa espécie de resistência e contraprojeto rural, que se durante seus anos de existência mobilizou centenas de trabalhadores do campo e enfrentou as forças do Estado brasileiro, nas décadas seguintes se enraizou no imaginário popular, no meio intelectual e nas referências dos movimentos sociais em luta por terra e moradia no país. Mais especificamente, procuro investigar a materialidade espacial de Canudos articulando-a adequadamente às dinâmicas sociais do grupo, demarcando quais os elementos e aspectos da sua sócio-espacialidade poderiam ser entendidos como impulsionadores da sua formação e organização interna e, na perspectiva do processo de formação da sociedade brasileira, justificariam a atuação arrasadora do Estado. Em última instância, busco compreender o lugar do Belo Monte e do episódio de Canudos em uma formação sócio-espacial brasileira mais ampla, associando-os aos movimentos e projetos de resistência da classe trabalhadora na história do Brasil.

Tal tarefa é complexa e requer algumas considerações sobre as escolhas empreendidas no percurso da argumentação. Isso porque, os escritos sobre Canudos contemporâneos ao movimento envolvem uma ampla gama de fontes que vão desde documentos do período anterior ao conflito (como cartas e relatórios policiais e do arcebispado), a produção documental coetânea ao conflito (despachos militares e matérias de jornal) e as sínteses imediatamente posteriores à guerra (relatos militares e narrativas históricas). De modo desigual, esse conjunto de textos informou e informa as análises e interpretações sobre o episódio, nos diferentes campos de estudo das diferentes ciências sociais, como a História, a Literatura, a Sociologia, a Geografia, a Economia, a Ciência Política e a Antropologia. Se de maneira ortodoxa essa grande variedade de tipos textuais exigiria cuidados específicos em seu tratamento no interior de outros temas, nos estudos sobre Canudos são utilizados como fontes-peça para uma reconstrução histórica do episódio, principalmente, pelo fato de quase todo esse material ter sido escrito por agentes externos ao arraial.

Para a construção da presente argumentação, parto da visão de Euclides da Cunha sobre a espacialidade de Canudos, procurando compreendê-la em duas frentes: uma, focada na presença de uma noção de espaço (seja ela de paisagem, de lugar ou de espaço construído) no interior dos seus escritos sobre o tema; e outra, contextualizando essa produção como um empenho intelectual em pensar o Brasil, mesmo que fortemente marcado por contradições características do sentido de modernização de fins do século XIX. É em relação à produção de Euclides sobre Canudos que manipulo as outras fontes da época, procurando nas presenças e ausências das escolhas interpretativas do autor reconstruir os principais traços da sócio-espacialidade do arraial de Canudos. Ou seja, da maneira como Euclides percebeu Antônio Conselheiro e seu grupo e a maneira como se organizavam social e espacialmente, das características materiais dessa organização e da relação entre uma coisa e outra, isto é, dos processos de produção e ocupação desses espaços. Além

de ampliar o imaginário espacial de Canudos, esse movimento tem como objetivo destacar pelas várias perspectivas a posição e as particularidades de leitura do movimento pela classe letrada e política da época e, por contraste, a noção espacial-urbana hegemônica na virada do século XIX para o XX (cuja principal exterioridade, poderia ser encarada pela noção de embelezamento urbano). Logo, minha interpretação considera as descrições sócio-espaciais de Canudos no interior dessa dinâmica, como produções de uma classe social específica, imersa em uma visão de mundo específica.

Sendo assim, pode-se considerar que esta tese tem um interesse tríplice: além de ser um estudo do espaço social de Canudos, é uma análise da escrita da história do episódio — com foco no tratamento do espaço do arraial — e, também, um esforço crítico de análise da produção do espaço empreendida pelos habitantes do assentamento. Com relação às pesquisas no campo da Arquitetura e do Urbanismo, este trabalho se aproxima do tema via história urbana e, ao mesmo tempo, pela perspectiva da teoria da produção do espaço. Pelo método empreendido na argumentação, pode-se considerar que este trabalho também se insere junto aos esforços de investigação sobre a história da ciência brasileira e das produções sobre Euclides da Cunha. Desse modo, acredito ser possível reconstruir a sócio-espacialidade de Canudos e do Belo Monte de maneira suficientemente densa, em que para além de uma sistematização da materialidade do arraial, seja possível compreender o sentido do projeto sócio-espacial do Belo Monte em relação ao seu contexto de origem e, simultaneamente, a recepção dada ao episódio e seu lugar no processo de formação sócio-espacial brasileiro.

Além dos textos de Euclides e interpretações da sua obra, me sirvo para a construção do texto de ampla bibliografia sobre Canudos (análises e interpretações sobre o episódio) e, também, de interpretações históricas e sociológicas sobre a formação socioeconômica brasileira, para compreender e apontar o contexto (histórico, econômico e social) em que surge e se desenvolve o movimento de Canudos. Essa aproximação não é de todo objetiva, visto que me concentro em matérias que diretamente interessam ao meu propósito, além de operar um certo desbastamento de conceitos e noções característicos de outros campos científicos presentes na variedade de textos consultados. Desse modo, me empenho em olhar Canudos a certa distância, pinçando informações que me auxiliem no desenvolvimento de uma perspectiva sócio-espacial, ao mesmo tempo em que manipulo o arsenal teórico da pesquisa sócio-espacial para a construção das análises. Destaco que não realizei qualquer trabalho arquivístico. Todo o material presente na tese foi, em algum momento, publicado e, mesmo que hoje se encontre fora de circulação comercial, está presente em bibliotecas ou repositórios institucionais digitalizados. Sempre que possível consultei os textos originais, em caso negativo, segui o entendimento dos pesquisadores mais consagrados do tema.

Por sua centralidade na produção posterior a Guerra de Canudos, *Os sertões* conduziu por quase meio século as interpretações sobre o assunto — sempre lido a partir e por meio da obra de Euclides da Cunha. Em uma primeira fase, esses estudos estavam mais diretamente interessados nas questões literárias que envolviam o texto euclidiano, mas também, já se empenhavam em mapear os

principais erros científicos do autor, sobretudo, em assuntos pertinentes às ciências naturais.<sup>14</sup> Numa segunda fase, tais estudos englobaram considerações diretamente sociológicas, interessados tanto na posição de Euclides como intelectual brasileiro e comprometido em investigar temas da realidade do país, como na sua interpretação racial da formação social do Brasil, cerne da argumentação de *Os sertões*. A partir dos anos 1940 a perspectiva social euclidiana sobre Canudos perdeu força frente às interpretações culturalistas e, um pouco mais tarde, marxistas da formação social brasileira.<sup>15</sup> Todavia, o apoio nas descrições de Euclides da Cunha sobre a materialidade de Canudos (sua constituição, seu aspecto etc.) persiste ainda hoje nas pesquisas científicas e culturais sobre o grupo e o arraial do Belo Monte.

*Os sertões* foi um entre cerca de uma dúzia de livros publicados entre 1898 e 1902, que procuraram dar corpo à atmosfera do momento, adequando-se à mudança da opinião pública em relação a Guerra de Canudos. O que mais se aproxima da obra euclidiana é *O Rei dos jagunços* (1899), escrito pelo jornalista e correspondente no cenário de guerra para o *Jornal do Commercio* (RJ) Manoel Benício (1861–desconhecido). Ambos transcendem estilos literários, sendo uma mistura de reportagem, pensamento social e romance histórico. Entre os pesquisadores de Canudos a obra de Benício é considerada notável por “fornecer dados importantes a respeito da guerra, em particular o seu lado menos grandioso, o que, de certa forma, contrasta com a visão de Euclides, centrada na perspectiva épica”.<sup>16</sup> Outra razão que revela sua importância, é o fato do próprio Euclides ter usado inúmeras referências às reportagens de Benício em *Os sertões*, sem entretanto, creditá-las. Apesar disso, o tratamento dado às duas obras e à vida de seus autores não poderia ser mais desigual: enquanto multiplicam-se artigos e biografias sobre Euclides da Cunha, com pormenores da sua viagem e produção, as informações sobre Benício são mais escassas.

Pelo menos duas obras eminentemente literárias são parte dessa safra: o romance *Os jagunços* (1898) do jurista Afonso Arinos de Mello Franco (1868–1916), sob o pseudônimo Olívio Barros, e um poema épico, *Tragédia épica (Guerra de Canudos)* (1900), escrito pelo então estudante de medicina e voluntário do Exército Francisco Mangabeira (1879–1904). Pesam sobre as duas a baixa qualidade literária dos textos, considerando-se tanto o ofuscamento provocado por *Os sertões*, como as comparações no interior da produção literária de então (até mesmo em relação aos trabalhos de seus próprios autores, no caso de Franco). Também sem o entusiasmo da crítica foram recebidos as crônicas produzidas pelos militares da ativa na guerra: *Última expedição a Canudos* (1898), do coronel Emygdio Dantas Barreto (1850–1931); *A 4 expedição a Canudos (1ª fase das operações)* (1898), do major Antônio Constantino Nery (1859–1926); e *A guerra de Canudos* (1902), do tenente de infantaria Henrique Dutra-Estrada de Macedo Soares (1870–desconhecido). A principal crítica destinada a esse

<sup>14</sup> A primeira reunião de críticas a *Os sertões* foi publicada já no ano seguinte à primeira edição do livro. *Juízos críticos* [1903] foi lançado pela mesma editora de *Os sertões* e trazia textos publicados anteriormente na imprensa por Coelho Neto, Márcio Teixeira, dentre outros.

<sup>15</sup> Vale destacar as interpretações culturalistas de Gilberto Freyre em ‘Engenheiro alongado em social e humano’ (1941) e ‘Revelador da realidade brasileira’ (1966), e as interpretações de base marxista de Nelson Werneck Sodré, ‘A intuição e a superstição’ (1961), e de Clóvis Moura, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964).

<sup>16</sup> AZEVEDO, Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos, 2002.

conjunto e verbalizada pelo crítico literário Araripe Jr. (1848–1911) era a falta de entusiasmo dos textos, que não passariam de uma “exposição de fatos”, além de se centrarem demasiadamente em pormenores da movimentação militar e dos aspectos bélicos.<sup>17</sup>

Completam as obras produzidas por participantes da guerra, os textos de civis como *Descrição de uma viagem a Canudos* (1899), do médico da quarta expedição Alvim Martins Horcades (1860–1940) e *Guerra de Canudos* (1898) do jornalista e correspondente da *Gazeta de Notícias* (RJ) Júlio Procópio Favilla Nunes (1854–desconhecido).<sup>18</sup> Vale destacar, por último, as publicações de sentido político como *Libelo Republicano* (1899), do médico e político Aristides César Spinola Zama (1837–1906), o *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897–1901)* (1901) coordenado pelo secretário da organização, o jornalista Amaro Lélis Piedade (desconhecido–1908), e *A campanha de Canudos* (1902) escrito pelo jurista Aristides Augusto Milton (1848–1904), encarregado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da redação. Esses dois últimos volumes compreendem esforço em produzir relatórios e reportagens com orientação histórica e de registro, apresentando de maneira mais direta e extensiva que os outros textos os casos de degola e outras atrocidades cometidas pelo exército.

Além desses textos, uma outra ordem de literatura foi produzida sobre o grupo de Canudos e sua liderança contemporâneos a sua atuação. Em grande medida ela engloba os versos populares de matriz oral e os escritos biográficos sobre Antônio Conselheiro, sobretudo, aqueles produzidos pelo jornalista e historiador cearense João Brígido dos Santos (1829–1921) e pelas *Memórias* do professor primário Manoel Ximenes de Aragão.<sup>19</sup> João Brígido é conhecido na literatura canudense por ter sido contemporâneo de Antônio Conselheiro na cidade de Quixeramobim, seu colega durante o período escolar e que, segundo seu próprio relato, teria salvo o peregrino do afogamento quando criança. Como autor, narrou as intrigas e conflitos entre as famílias dos Maciéis e Araújo (os primeiros parentes paternos do Conselheiro), sendo referência quase única para a construção biográfica do beato tanto para Benício, como para Euclides.<sup>20</sup> Essa perspectiva biográfica, centrada no histórico familiar do líder religioso, foi a base para a construção do discurso de violência ao redor da sua figura e das ações de seus seguidores.

Já os versos populares foram compilados pela primeira vez por Sílvio Romero (1851–1914) em 1879, em uma série de artigos para a *Revista Brasileira*, reunidos mais tarde em *Estudos sobre poesia popular do Brasil (1879–1880)* [1888]. Considerado o primeiro intelectual de renome a se interessar por Antônio Conselheiro, Romero apresenta o peregrino como representante de um fenômeno pseudo-religioso imerso numa atmosfera de superstição popular e define-o como “um indivíduo criminoso do

<sup>17</sup> ABREU, *O enigma de Os sertões*, 1998, p. 212.

<sup>18</sup> Segundo Bartelt (2009, p. 285) o livro de Nunes “foi publicado em partes e é tido hoje por desaparecido”, “até onde se sabe, foi conservado apenas um fragmento de fascículo no Núcleo Sertão da UFBA”.

<sup>19</sup> Essas memórias são citadas pelo próprio Brígido em *Resumo cronológico para a história do Ceará* e extensivamente por Benício em *O rei dos jagunços*.

<sup>20</sup> Os textos de João Brígido são, ‘Crimes célebres do Ceará’, ‘Os Araújo e Maciéis’ e ‘Antônio Conselheiro’, publicados em 1893 no jornal cearense *A República* e, mais tarde, reunidos no livro *Ceará, homens e fatos*, publicado em 1919.

Ceará” que saiu a seu modo realizando pregações públicas, citando duas quadras em sua homenagem:

Do céu veio uma luz  
Que Jesus Cristo mandou  
Santo Antônio Aparecido  
Dos castigos nos livrou

Quem ouvir e não aprender  
Quem souber e não ensinar  
No dia do juízo  
A sua alma penará.<sup>21</sup>

Em 1946, a revista *O Cruzeiro* convidou o jornalista Odorico Tavares (1912–1980) e o fotógrafo Pierre Verger (1902–1996) para visitarem a região de Canudos e produzirem uma série de reportagens a serem publicadas no ano seguinte, como marco dos cinquenta anos do fim do confronto. A ideia era que jornalista e fotógrafo seguissem os mesmos passos de Euclides da Cunha, de Salvador a Canudos, e relembassem aos leitores os principais pontos da história da guerra, alguns pormenores da viagem realizada pelo escritor e apresentassem a região, seus moradores e suas rotinas meio século após a destruição do arraial. Uma vez em Canudos, Tavares e Verger encontraram e conversaram com antigos moradores do Belo Monte, sobreviventes do conflito, que voltaram para a região alguns anos depois da saída das forças armadas. Morando agora na chamada Canudos II, Maria Avelina da Silva, Maria Guilhermina, Francisca Guilhermina, Idalina da Conceição, Fernando Cardoso, Manuel e José Ciríaco, José Travessia e Velho Mariano recordaram como saíram do arraial após o cerco da última expedição militar, a violência empregada pelas forças do Estado e sobre Antônio Conselheiro, considerado por eles como um homem que agia para o bem e, por isso, merecia que sua memória e legado descansassem em paz. As três reportagens de *O Cruzeiro*, assim como os esforços de pesquisa do historiador José Calasans de Brandão da Silva (1915–2001), a partir da publicação de *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro* em 1950, renovaram o interesse em Canudos que, pouco a pouco, ganhou contornos próprios, tendo n’Os sertões apenas parte do seu acervo. Desde então o tema se abriu a interesses amplos e uma série de investigações ganharam corpo.<sup>22</sup>

As fotografias de Verger, que acompanham o texto de Tavares n’*O Cruzeiro*, também, foram marcantes nesse reencontro do pensamento brasileiro com a história de Canudos, introduzindo o tema na representação fotográfica de interesse histórico e cultural e ampliando o seu universo de reflexão, em que a palavra é dominante. Até então, os únicos registros fotográficos conhecidos da região eram aqueles feitos pelo fotógrafo Augusto Flávio de Barros (datas de nascimento e de morte

<sup>21</sup> ROMERO, *Estudos sobre poesia popular do Brasil*, 1888, p. 22.

<sup>22</sup> As investigações de Calasans privilegiaram a perspectiva dos habitantes do arraial, em um esforço de recuperação das fontes orais, das histórias dos principais personagens, priorizando a maneira como eles enxergavam o movimento e descreviam a si mesmos. Sua extensa produção sobre Canudos é marcada por textos breves publicados em diferentes revistas e periódicos, reunidos, principalmente, em *No tempo de Antônio Conselheiro* (1959), *Canudos na Literatura de cordel* (1984), *Quase biografias de jagunços* (1986) e *Cartografia de Canudos* (1997).

desconhecidas), contratado pelo exército para acompanhar as tropas do general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (1851–1920) entre setembro e outubro de 1897.<sup>23</sup> As setenta fotos que compõem esse acervo mostram, em sua maioria, os integrantes das forças armadas em posturas rígidas e lateralmente enfileirados, fotografados de corpo inteiro, próximos ou em relação a um elemento da paisagem. Apenas duas fotografias mostram de forma direta corpos de vítimas do confronto, sendo uma delas o único registro fotográfico conhecido de Antônio Conselheiro — feito após o corpo do peregrino ser desenterrado pelos militares. Cerca de dez fotografias são dedicadas ao arraial: sendo sete compostas por vistas gerais ou panorâmicas — em que é possível identificar certas construções e arranjos espaciais — e três dedicadas diretamente a construções, uma da Igreja Velha, outra da Igreja Nova e a terceira de uma casa. No cotejo das descrições da época realizado neste trabalho, essas fotografias de Barros também serão utilizadas como peças-chave na compreensão do espaço material do arraial e serão analisadas em detalhes oportunamente.<sup>24</sup>

Na série de Verger, o espaço material também aparece como tema central em algumas de suas fotografias, porém o que se retrata é a Canudos II e não o Belo Monte. Além da paisagem e da população local em suas atividades laborais, os registros de Verger ganham dimensão por seu conjunto de retratos dos sobreviventes. Fotografados de perfil, em planos fechados e com um olhar direcionado para a linha do horizonte, os rostos dos antigos seguidores do Conselheiro são realçados por suas linhas e contornos do tempo, que se na reportagem são indícios de uma vida de “muito sofrimento, de muita vida vivida, através de todos os horrores que o sertanejo conhece”, nas fotografias lhes realçam uma presença solene de testemunhas e guardiões da história.<sup>25</sup>

Há nessa série de Verger uma outra fotografia [FIGURA 1] que também carrega esse sentido de testemunho ativo da história, mas cuja leitura completa requer um nível a mais de informação do observador. Trata-se daquela que retrata o cruzeiro do antigo arraial, ainda presente na Canudos II. Em um plano médio, vemos uma cruz latina de madeira sobre uma base de alvenaria acabada em frisos e pintada a cal, que se encontra sobre uma elevação construída do mesmo modo e acessada por uma escadaria frontal; no fundo, que compõe quase dois terços da imagem, predomina o céu entrecortado por algumas nuvens; e sentado a beira dessa elevação, no canto inferior direito, vemos uma criança. Esse cruzeiro, cruz e base, é o mesmo que ocupava o adro da Igreja dedicado a Santo Antônio no Belo Monte e foi construído sob a liderança de Antônio Conselheiro por seus seguidores em 1893. Se observarmos a fotografia de Flávio de Barros das quase ruínas da Igreja Velha [FIGURA 30], em que o cruzeiro preenche parte significativa do quadro, é possível perceber as mesmas características construtivas dos elementos presentes em uma imagem e em outra: a cruz em madeira

<sup>23</sup> Antes de Barros, o fotógrafo espanhol Juan Gutierrez de Padilla (1859–1897) tinha sido contratado pelas forças armadas para acompanhar a quarta expedição militar, mas morreu em meio ao conflito, provavelmente, no dia 28 de junho. Padilla fora contratado anteriormente pelo Exército para registrar a Revolta da Armada (RJ) em 1893, cuja série fotográfica é considerada a sua maior contribuição à fotografia brasileira. Seus negativos de Canudos nunca foram encontrados.

<sup>24</sup> Além das fotografias de Flávio de Barros, pode-se considerar como parte da produção gráfica-visual sobre a espacialidade de Canudos feita durante o conflito, os mapas elaborados pelo exército, uma ilustração feita segundo relatos de soldados da terceira expedição militar e os croquis de Euclides da Cunha e Alvim Martins Horcades, também, analisadas mais à frente nesta tese.

<sup>25</sup> TAVARES, Roteiro de Canudos III: Depoimento dos sobreviventes, 1947, p. 59.



**Figura 1:**

Sem título [Cruzeiro de Canudos],  
Pierre Verger, 1946.

Fonte: Fundação Pierre Verger.

é formada por duas peças que se encaixam perpendicularmente e as terminações de seus braços são acabadas em três terminações arredondadas (símbolo da Trindade na iconografia cristã); a base tem o mesmo acabamento em friso e um detalhe em relevo na sua porção média; e a elevação, essa sim alterada, não apresenta na imagem de Verger o guarda-corpo de alvenaria e madeira, mas o restante é idêntico. Afora o contexto em que as duas fotografias foram produzidas, o fundo é o elemento compositivo de maior dissemelhança entre as imagens, que em Barros é formado pela fachada da antiga igreja e por prováveis moradores do arraial a sua frente.

A meu ver, a força da fotografia de Verger reside exatamente aí, na ênfase das diferenças compositivas e narrativas, que por contrastes entre presenças e ausências, constrói o vínculo entre o presente e o passado. Se do ponto de vista do arranjo da imagem, a ausência da fachada da igreja é substituída pela imensidão do céu e os vários homens estáticos, vencidos pela guerra, dão lugar a um único menino em movimento, o vínculo histórico e narrativo é estabelecido pela presença do cruzeiro: por essa materialidade construída no passado, indicativa da fé do antigo arraial e testemunho do trabalho e da capacidade organizativa de seus moradores. É pelo reconhecimento deste espaço, configurado pelo cruzeiro como estrutura construída, que a leitura da imagem se completa. Da mesma forma, é pela presença do menino que ocupa este espaço, que Verger não apenas registra a Canudos II, mas também, reinterpreta o episódio histórico. Sentado com os pés para fora da elevação, o corpo do menino está ligeiramente virado, acompanhando o movimento de giro da cabeça, como que olhando para trás, para a cruz ou para o céu ou para ambos. É no vislumbre deste movimento, de pura curiosidade perante o mundo, que tanto inverte-se o sentido de derrota, predominante na fotografia de Barros, como presentifica-se o Belo Monte na atualidade brasileira. O que fica da experiência visual da imagem, é que a Canudos de Antônio Conselheiro não está apenas na memória daqueles que viveram o passado, ou nas descrições escritas também neste passado, mas nas ressonâncias dos signos que identificam Canudos na imaginação da população brasileira — nas suas histórias, nas suas lutas, na persistência da sua cultura.

Nesse sentido, o caminho percorrido por essa argumentação assemelha-se ao método da fabulação crítica e da narrativa recombinate como trabalhado pela escritora norte-americana Saidiya Hartman, em que elementos básicos de uma história são rearranjados e rerepresentados de maneira que a sequência de eventos históricos seja tensionada e as narrativas do tipo ‘o que aconteceu quanto’ abram espaço para a a exploração das fontes. Ao invés de me ocupar em preencher lacunas e oferecer fechamentos sobre o episódio Canudos, me guio pelas fontes com a intenção de imaginar a espacialidade do Belo Monte como poderia ter sido, o que poderia ter sido feito e produzido e o que poderia ter existido e não foi descrito a seu respeito.<sup>26</sup>

Além de apontar o interesse deste trabalho no interior do tema Canudos e suas conexões gerais com o campo da Arquitetura e do Urbanismo, esta introdução busca explicitar as noções e conceitos de uma perspectiva de pesquisa sócio-espacial apresentar uma linha histórica dos eventos

---

<sup>26</sup> HARTMAN, *Vênus em dois atos*, [2008] 2020.

que desencadearam a chamada Guerra de Canudos. Somando-se a ela, esta tese é dividida em mais três capítulos e, por último, algumas considerações finais. No capítulo ‘Euclides da Cunha e Canudos’ tem-se uma contextualização do processo de modernização brasileiro e como a formação de engenheiro militar de Euclides influenciou a maneira como ele enxergou e descreveu o arraial. Além disso, procura-se mapear algumas fontes e informações as quais o escritor teve acesso antes da sua ida a Canudos e como esse posicionamento inicial se refletiu em muito elementos presentes em *Os sertões*. Por fim, no último subitem do capítulo discorre-se sobre o conteúdo de *Os sertões* e de algumas análises feitas a seu respeito, com especial interesse para as abordagens sobre o espaço presente nas interpretações sociais a seu respeito.

O capítulo ‘Cidade e sertão’ tem por objetivo localizar as causas e motivações do surgimento e desenvolvimento do grupo liderado por Antônio Conselheiro, principalmente, nas relações entre terra e trabalho e em como a movimentação em direção a Canudos alterou as dinâmicas econômicas do semi-árido e colocou em xeque o poder político dos grandes proprietários da região. Uma outra parte é dedicada as expressões de fé do grupo, que se por um lado serviram para caracterizar certo primitivismo dos canudenses, por outro podem ser encarados como pistas da capacidade criativa e política do movimento. Em ‘Sócio-espacialidade de Canudos’, tem-se um apanhado das descrições da materialidade produzida pelo grupo, desde a conformação geral do arraial, aos mutirões construtivos liderados pelo peregrino. Ao final, busca-se amarrar tais produções e a visão de Euclides sobre o episódio, que nas presenças e ausências de seus escritos, revelam a visão sócio-espacial e urbana das elites letradas do período.

Antes de prosseguir, é importante explicitar o uso de algumas palavras e nomes que serão usados ao longo do texto, cujo emprego segue alguns critérios. Canudos e Belo Monte não carregam o mesmo sentido, ainda que o primeiro contenha o segundo. Canudos é o nome como ficou conhecido na historiografia brasileira tanto o assentamento do grupo liderado por Antônio Conselheiro, como o confronto entre os moradores desse assentamento e as forças militares do estado da Bahia e do governo federal (a chamada Guerra de Canudos). Derivado desse sentido, Canudos, também, define uma região do semiárido baiano, mais especificamente a antiga área onde se encontrava a fazenda ocupada. Desde 1985, Canudos também é o nome de uma cidade, erguida às margens do açude do Cocorobó, que cobriu as ruínas do antigo arraial.<sup>27</sup> Nesta tese usarei o termo Canudos para me referir tanto ao episódio histórico como à antiga região ocupada. Uma terceira definição do nome Canudos será amplamente usada e alude ao tema Canudos, ou seja, ao grupo de textos, análises, perspectivas e interpretações cujo objetivo é estudar e investigar o episódio histórico e as suas personagens. Acredito que o emprego de cada uma dessas noções ficará claro no decorrer do trabalho. Belo Monte foi o nome dado pelos moradores ao assentamento construído em Canudos. Sendo assim, aqui fará referência tanto ao espaço construído como ao espaço social criado por eles. Isso significa que, além das menções às estruturas físicas erguidas pelo grupo, Belo Monte também

---

<sup>27</sup> Pertencente, do ponto de vista político-administrativo, ao Polígono das Secas.

identificará o conjunto de normas, relações e mediações internas ao arraial. Textualmente me refiro ao Belo Monte de maneira mais ou menos solta, usando substantivos comuns como, assentamento, arraial, povoado, lugarejo, comunidade etc.<sup>28</sup>

Sertão é uma palavra que com o passar do tempo ganhou múltiplos significados, mas ainda mantém muito do seu sentido original de interior, de distante da costa. De acordo com a crítica literária Walnice Nogueira Galvão (1937–), a palavra sertão já era usada em África e em Portugal e seu significado “nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de ‘interior’, de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que seja afastado do mar”.<sup>29</sup> Com o tempo, a alusão ao litoral foi perdendo força e, atualmente, a ideia de interior prevalece, sendo muito usada em referência ao interior dos estados, seja Bahia, Minas Gerais ou Goiás, por exemplo. Já a ideia de aridez e secura, é uma herança do episódio Canudos, em que o sertão passou a denominar uma região específica do território brasileiro, o semiárido nordestino. Cultural e artisticamente, sertão também pode se referir a um lugar de origem ou a uma volta às origens, quase sempre conectado a um sentido rural, de campo, em oposição à cidade, aos centros urbanos. No século XIX a ideia de sertão estava ligada a semântica de fronteira, de um lugar não ocupado, onde a presença do Estado se fazia apenas de modo virtual. Essa noção encerra em si uma ideia de atraso e subdesenvolvimento, empregada no tratamento do episódio de Canudos, e persistente ainda hoje. É essa ideia, construída em oposição ao *litoral*, que marca os primeiros estudos sobre o tema, os quais viam no sertão uma região isolada e atrasada em relação as cidades de maior expressão. Adoto sertão em seu sentido histórico e de análise interpretativa. Enquanto semiárido e caatinga, cobrem os atributos geográficos da região.

Antônio Conselheiro, ou apenas Conselheiro, foi um dos nomes pelos quais o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel era chamado por seus seguidores e como ficou, majoritariamente, conhecido pelas autoridades e pela opinião pública da época. Nas duas cartas de sua autoria, existentes no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGBA), assim como em seus dois manuscritos, o líder de Canudos assina seu nome completo, Antônio Vicente Mendes Maciel, acrescido do adjetivo ‘peregrino’. Apesar de alguns autores mais atuais acharem inadmissível o uso da alcunha, principalmente pela literatura científica, adotarei Conselheiro ao longo de todo o texto.<sup>30</sup> Isso porque, esse é o nome pelo qual o líder leigo foi referenciado nos principais estudos sobre o assunto e como é reconhecido, de maneira ampla, dentro da cultura popular. Seguindo essa mesma lógica, chamo de conselheiristas seu grupo de fiéis e seguidores, e, de forma mais específica, chamo de canudenses os

---

<sup>28</sup> Não me refiro a Belo Monte como cidade. Mesmo que alguns autores se refiram ao arraial dessa maneira, acredito que historicamente o Belo Monte nunca foi encarado como tal. Apesar da sua população considerável, das suas atividades comerciais e, em termos políticos-administrativos, da sua autonomia sobre seu próprio território, Canudos-Belo Monte foi fundado como uma alternativa à heteronomia dos centros urbanos e, em todas as interpretações é encarado em oposição à ideia de cidade. Da perspectiva dos estudos sociais, suas raízes e sentidos são encontrados no universo agrário brasileiro, em suas particularidades de ocupação e organização.

<sup>29</sup> GALVÃO, *O império do Belo Monte*, 2001, p. 16.

<sup>30</sup> Bartelt (2009), por exemplo, repudia o uso do epíteto por considerar que este foi naturalizado pela imprensa da época como uma forma de chamar a atenção dos leitores para as notícias sobre o tema.

moradores do arraial. Pelo conteúdo histórico, sertanejo e jagunço também são termos adotados em referência ao grupo e aos habitantes da região do semiárido.

## 1.2 PERSPECTIVA SÓCIO-ESPACIAL

De modo geral, as noções de espaço presentes na literatura canudense limitam-se às características e elementos geográficos do semiárido baiano e a descrições genéricas sobre as estruturas físicas existentes no arraial. Certa ênfase é dada a composição das casas (principalmente, a sua distribuição sobre o território e o aspecto derivado da técnica empregada) e na importância das duas igrejas, a Velha e a Nova: tanto na rotina de fé da comunidade (como local em que se proferiram as pregações diárias, os sermões do Conselheiro e que reunia a organização da vida religiosa da comunidade), como, também, na rotina de trabalho dos moradores (empenhados nas construções da Igreja Velha entre janeiro e agosto de 1893 e da Igreja Nova entre janeiro de 1894 até o início da guerra, em 1896). Nas análises e interpretações sobre Canudos, pode-se considerar que o espaço é focalizado sob três lentes: uma primeira, em que é identificado com a paisagem descrita em *Os sertões* (por vezes, considerando-o junto a outras descrições do semiárido); uma segunda, em que é associado à questão da terra, sobretudo, com as consequências da implantação do latifúndio de exportação e sua hegemonia econômica e social na formação brasileira; e, por último, uma em que busca-se levantar e estabelecer um inventário das construções erigidas sob a liderança de Antônio Conselheiro.

É claro, que essa divisão não é estanque e nem inclui exclusivamente os trabalhos cujo foco de interesse seja o espaço. Até porque, na maioria dos estudos sobre Canudos, a espacialidade do vilarejo é apresentada de forma parcial, servindo como um tipo de comprovação material da perspectiva de cada autor. Na interpretação do sociólogo Gilberto Freyre (1900–1987) sobre Euclides da Cunha, por exemplo, uma noção de espaço aparece associado a paisagem de *Os sertões* e, também, a “monocultura latifundiária” e seu papel na formação da sociedade brasileira. Para Freyre, o modo de produção implantado durante o período colonial não é a explicação central, nem do contexto, nem das raízes do movimento de Canudos, mas sim, o entrelaçamento cultural entre os grupos, apoiado na tese do isolamento da população sertaneja.<sup>31</sup> Para as interpretações de caráter marxista (surgidas a partir de 1960), ao contrário, Canudos foi uma resposta à expansão das relações capitalistas no campo brasileiro, caracterizada principalmente pela busca de autonomia dos trabalhadores rurais em contestação ao regime de concentração de terras da agricultura de exportação.

Trabalhos como os do jornalista Rui Facó (1913–1963), avançam na superação das explicações deterministas para o surgimento e o desenvolvimento do grupo de Canudos e apoiam-se nas consequências da implantação do sistema colonial e no monopólio de terras no Brasil como justificativa para o desenrolar do episódio. Apesar de algumas noções datadas, como a de dois

<sup>31</sup> FREYRE, Engenheiro alongado em social e humano, [1941], 2013.

sistemas produtivos historicamente distintos coexistindo no território brasileiro (capitalismo no Sudeste-Sul e semi-feudalismo no Nordeste), essas interpretações situam Antônio Conselheiro e seu grupo de seguidores como uma população sem terra, sem postos de trabalho definidos e sujeita a alta exploração da sua mão-de-obra. Para o autor, Canudos eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter eminentemente social.<sup>32</sup> A socióloga Maria Isaura de Pereira Queiroz (1918–2018) contesta que o movimento tratou-se de um passo em direção à luta de classes contra as elites agrárias e os grandes proprietários de terra e defende que Canudos foi uma tentativa bem sucedida dos trabalhos do campo brasileiro de adaptarem-se aos avanços da civilização moderna.<sup>33</sup> Para o sociólogo José de Souza Martins (1938–), a intervenção militar em Canudos constituiu a mediação que fez dos conflitos camponeses, guerras políticas; foi a movimentação do Estado “que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador”.<sup>34</sup> Enquanto na leitura do historiador Marco Antonio Vila (1955–), a “guerra contra Canudos [ocorreu] em um momento no qual estava se constituindo o Estado burguês no Brasil. A destruição da comunidade serve para uniformizar o mundo rural, ou seja, inviabilizar qualquer projeto que, mesmo sem negar explicitamente a estrutura econômico-social, sirva como alternativa ao binômio grande propriedade/coronelismo”.<sup>35</sup>

Apesar do desenvolvimento crítico e da inserção definitiva de Canudos no conjunto das lutas e resistências da classe trabalhadora brasileira, essas análises não consideram com ênfase semelhante o trabalho e as atividades econômicas do grupo e as atividades construtivas da comunidade. Ou mesmo, como sugere o teólogo Alexandre Otten, conseguiram “elaborar uma visão mais positiva da dimensão religiosa de Canudos”, reduzindo o papel da religião a “um simples canal de reivindicação sem capacidade criativa”.<sup>36</sup> As pesquisas de José Calasans contribuíram significativamente no levantamento documental e na sistematização das construções creditadas ao grupo de Antônio Conselheiro e das evidências do arranjo espacial do Belo Monte. Mais recentemente (2001), o interesse organizacional das pesquisas do administrador Paulo Emílio Matos Martins deu relevância à organização do espaço de Canudos no corpo de sua análise, com destaque para sua sistematização da área ocupada pelo assentamento, sua densidade populacional e a possível distribuição de suas áreas produtivas.<sup>37</sup>

De todo modo, não há investigações em que o *espaço social* de Canudos — isto é, (i) a maneira como o grupo se apropriou, transformou e produziu certa parcela da superfície terrestre, somado ao (ii) conjunto das interações que se desenrolaram nessa espacialidade determinadas e determinantes

<sup>32</sup> FACÓ, A guerra camponesa de Canudos, 1959; *Cangaceiros e fanáticos*, [1963] 1972.

<sup>33</sup> QUEIROZ, *Messianismo no Brasil e no mundo*, [1965] 1977.

<sup>34</sup> MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*, 1981, p. 62.

<sup>35</sup> VILA, *Canudos: o campo em chamas*, 1992, p.7.

<sup>36</sup> OTTEN, A influência do ideário religioso na construção de Belo Monte, 1993, p. 71.

<sup>37</sup> MARTINS, *A reinvenção do sertão*, [2001] 2018.

dessa mesma espacialidade —, seja suficientemente destacado e articulado, de maneira que seja possível elucidar criticamente a materialidade construída do arraial e a organização do grupo. Uma pesquisa sócio-espacial implica considerar tanto os aspectos e as dinâmicas das relações sociais do grupo como o espaço ocupado e produzido por ele. E em relação a produção do espaço, tal interesse envolve considerar (i) o conjunto de ‘coisas’ materiais, palpáveis e tangíveis presentes em Canudos (sua série de edificações, infraestruturas e estruturas gerais) e, também, (ii) o seu processo de produção, de atividade propriamente material, de trabalho despendido na manipulação de substrato físico, de processo de transformação de preexistências naturais e artificiais característico da atividade construtiva.<sup>38</sup>

Um sentido para a defasagem desse tipo de abordagem espacial nas investigações sobre Canudos, pode ser creditado à própria destruição do arraial. Ao fim da guerra, no dia 06 de outubro (um dia depois da rendição dos últimos moradores), os militares do exército despejaram querosene sobre as construções remanescentes e lançaram dinamites sobre parte do assentamento. Cumpria-se a predição do então presidente da república Prudente de Moraes (1841–1902) de que “em Canudos não ficará pedra sobre pedra”, objetivo perseguido, também, por outros governos republicanos, de Getúlio Vargas à ditadura militar, e concluído com a construção do açude de Cocorobó em 1967. Um outro motivo seria a inserção de Canudos no interior dos estudos sobre as lutas dos trabalhadores do campo no Brasil, que apesar de se debruçarem nos processos históricos e darem explicações satisfatórias sobre as raízes e as motivações do movimento, estão mais focados em uma caracterização geral do grupo, sem se deterem em maiores detalhes da sua organização interna, principalmente, na centralidade da atividade construtiva.

Um terceiro motivo, que é a hipótese aventada por esta tese, é a de que essa defasagem relativa ao espaço nas investigações sociais sobre Canudos deve-se, também, ainda hoje, pela influência de Euclides da Cunha. Apesar da produção euclidiana sobre o episódio — composta por *Os sertões*, os artigos publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, os telegramas enviados da linha de confronto e as cadernetas de campo escritas em sua viagem a Canudos — ter passado por um escrutínio analítico há décadas, o imaginário de uma espacialidade canudense ainda é fortemente marcado pelo retrato construído pelo autor. Em certo sentido, a permanência de tal conexão deve-se a particularidades do próprio episódio e da produção a seu respeito, em que a importância de *Os sertões* é garantida por sua capacidade de síntese, tanto de esforço de pesquisa, quanto por seus atributos intelectuais e de espírito de época. E em se tratando de imaginário, a força da narrativa literária elaborada por Euclides, muito mais complexa que a de seus contemporâneas, contribui na perpetuação das suas descrições sobre a espacialidade do Belo Monte. Por esse motivo, em uma tese interessada em uma aproximação sócio-espacial de Canudos, parto da produção de Euclides da Cunha. Pois, além de usa-la como fonte de informação, identifico entre os escritos uma noção de espaço no pensamento do autor e na sua experiência empírica e, por extensão, aos debates urbanos

---

<sup>38</sup> SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013.

da época. Isto é, o processo de modernização brasileira, responsável pelas características e contradições da interpretação euclidiana, também, moldou as primeiras discussões sobre a cidade e a questão urbana no país e lançou certas bases sobre as quais a visão espacial-urbana do Estado brasileiro e suas elites ainda se apoiam: um tipo de urbanismo (no sentido de planejamento e regulação do território) sem compromisso com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da sociedade, apenas.<sup>39</sup>

A aproximação sócio-espacial procura avançar sobre o tema Canudos, na medida em que considera como chave de leitura essencial para o entendimento do grupo a dialética entre espaço e nexos social. Diferentemente das definições de grupo social comumente usadas nas análises e interpretações sobre o tema, em que o “fato de pessoas estarem num mesmo lugar não configura, por si, um grupo social e, inversamente, tal grupo não depende sempre de um espaço físico”, analisar Canudos como um grupo sócio-espacial implica tal consideração. Segundo a arquiteta e filósofa Silke Kapp, “grupos sócio-espaciais (reais ou potenciais) diferem quanto ao espaço, tempo e à organização interna. Alguns tem uma história de produção coletiva do espaço que ocupam, mas nenhuma organização formal; outros nem sequer tem terreno, mas são partes de um movimentos antigo; ainda outros foram ajustados por uma circunstâncias qualquer e nem chegaram a nenhuma coesão interna”. O importante na caracterização destes grupos como sócio-espaciais é a necessidade de se compreender as condições particulares de determinado grupo e de suas expressões e arranjos espaciais e de considera-los como agentes políticos atuantes (real ou potencialmente). Em suma, iluminar a organização sócio-espacial de um grupo então, implica considerar a organização da produção espacial desse grupo conjuntamente a organização dos seus espaços acabados, ou seja, a distribuição desses espaços no lugar ou território, a forma como se apresentaram, as relações entre funcionalidade e uso, a maneira como eram apropriados e como mediavam as interações entre as pessoas etc.

### 1.3 LINHA DO TEMPO DE CANUDOS

Em 1893, após vinte anos de peregrinação pelo interior dos estados de Ceará, Sergipe e Bahia, Antônio Conselheiro e um grupo de seguidores se estabeleceram em uma antiga fazenda no interior baiano, em uma região conhecida por Canudos, naquela época parte do município de Monte Santo.<sup>40</sup> A fazenda era cortada por um rio intermitente, chamado de Vaza-Barris ou Ipiranga, e por diversas estradas, que conectavam o interior baiano à planície do rio São Francisco. A casa principal da antiga fazenda, localizada em um morro ao sul das margens do rio, estava em ruínas, refletindo a decadência e o abandono da propriedade. Mas o lugar não estava completamente desocupado,

<sup>39</sup> MARICATO, As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, planejamento urbano no Brasil, 2000.

<sup>40</sup> Acredita-se que o nome Canudos faça referência à planta canudo-de-pito, segundo Euclides “vicejante em grande cópia à beira do rio” (CUNHA, 2016, p.172).



**Figura 2:**

Mapa do nordeste brasileiro com destaque para a extensão do semiárido, localização de Canudos e do rio São Francisco.

Fonte: autor, 2024.

tendo o próprio Antônio Conselheiro o visitado em uma de suas peregrinações alguns anos antes. Havia ali um lugarejo minúsculo, na margem norte do Vaza-Barris, com pouquíssimas casas, algumas de taipas e duas ou três de alvenaria.<sup>41</sup> E, erguida junto a elas, uma pequena capela, onde se realizavam celebrações, e uma escola.<sup>42</sup>

O grupo ocupou as terras em acordo com as famílias que habitavam o lugarejo e logo começaram a construir um amontoado de casas de pau-a-pique, tarefa ininterrupta até os últimos dias do arraial. Batizado pelo beato e seus seguidores de Belo Monte, o assentamento atraiu um número crescente de pessoas, tornando-se, segundo alguns pesquisadores, num dos lugares mais populosos da Bahia em fins

do século XIX. Os números são incertos, mas Euclides da Cunha no final de *Os sertões* escreve que, cuidadosamente, foram contadas pela Comissão de Engenharia do Exército 5.200 casas no local. Sozinha, esta cifra é pouco precisa, pois sabe-se que os canudenses recém chegados erguiam tendas ou cabanas fragilíssimas (de galhos e palha), até se estabelecerem em uma construção um pouco mais sólida. O tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo de Soares, participante da guerra, refere-se a centenas dessas cabanas completamente destruídas devido a bombardeios e ataques das forças militares. Talvez por isso, o tenente de infantaria calcule entre seis mil e 6.500 o número de casas (o que segundo seus cálculos resultaria em uma população entre trinta mil a 35 mil pessoas), cifra, hoje, considerada superestimada.<sup>43</sup>

Além disso, acredita-se que o Belo Monte era uma espécie de ‘cidade-dormitório’ com um constante vaivém em seus períodos mais populosos, o que torna ainda mais difícil precisar a sua população. De todo modo, hoje é relativamente consensual a estimativa de 25 mil moradores, estabelecida por Calasans.<sup>44</sup> Essa movimentação constante, vale ressaltar, confronta a tese do isolamento físico de Canudos, parte central das interpretações da primeira metade do século XX. Canudos era um ponto importante na intersecção de várias estradas que conectavam as “rotas mais afastadas de comércio no rio São Francisco, ao sertão de Pernambuco, Piauí e Ceará, e também ao

<sup>41</sup> GALVÃO, *Império do Belo Monte*, 2001.

<sup>42</sup> Segundo Bartelt (2009) e Vila (1992) fundada em 1881, com base em Alfredo Moreira Pinto, *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil* [1883].

<sup>43</sup> SOARES, *A guerra de Canudos*, [1902] 1959.

<sup>44</sup> CALASANS, *Cartografia de Canudos*, [1974] 1997.

litoral de Sergipe e da Bahia”.<sup>45</sup> E, exatamente por isso, o lugarejo foi habitado mesmo nos períodos improdutivos da fazenda. Euclides da Cunha afirma que o lugarejo existia “já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, que ali fora, como tantos outros, e nomeadamente o vigário de Cumbe, em visita espiritual às gentes de todo despeadas da terra”; e que por “lá se aglomerava, agregada à fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, ‘armada até aos dentes’”. Segundo ele, em 1890 Canudos não era mais que “uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau a pique”.<sup>46</sup> Antes da chegada dos conselheiristas, portanto, Canudos já era um pequeno arraial que desempenhava certo papel na economia marginal regional. Um dos moradores originais, por exemplo, personagem de destaque na história canudense, Antonio da Mota, era negociante de couro e comerciante de balcão, com intenso trânsito pela região.<sup>47</sup>

Do ponto de vista fundiário, as terras onde localizava-se Canudos pertenceram, no período colonial, às famosas sesmarias da Casa da Torre e, de acordo com registro paroquial, em 1856 eram compartilhadas por pelo menos três proprietários.<sup>48</sup> Em 1890, a fazenda foi reivindicada pelo médico e deputado provincial, Dr. Fiel José de Carvalho e Oliveira, proprietário de fazendas vizinhas (as fazendas de Cocorobó e Poço de Cima), e sabe-se que quando da chegada de Antônio Conselheiro, as terras pertenciam formalmente a sua filha, Mariana Fiel Dantas e Carvalho.<sup>49</sup> O historiador Dawid Danilo Bartelt destaca que “a fazenda, portanto, se encontrava ‘abandonada’ no sentido de improdutiva e não aproveitada para fins econômicos pela proprietária, que morava em outro local”. Ainda segundo o autor, a ocupação de terras improdutivas era prática comum no século XIX e “não figurava entre as numerosas acusações levantadas contra a comunidade de Belo Monte”.<sup>50</sup>

Quando chegaram em Canudos em junho de 1893, o grupo liderado por Antonio Conselheiro reformou a antiga igreja e edificou um cemitério, armazéns, reservatório de água, depósito de armas e um número crescente de casas. À uma pequena capela existente foi construído um cômodo anexo, onde passou a morar o Conselheiro, que ficou conhecido por Santuário. A reforma da antiga igreja foi concluída ainda em 1893, tendo sido consagrada no mês de agosto em cerimônia conduzida pelo pároco Vicente Sabino da localidade de Cumbe (atual cidade de Euclides da Cunha, distante cerca de 100km do arraial). De frente a ela, ao lado oposto de uma praça mais ou menos retangular, às margens do rio, começou a ser construída, provavelmente em 1894, a segunda igreja, muito maior, com espessas paredes de pedra e, quando do início do confronto, se encontrava quase completa, faltando-lhe apenas a cobertura. Às margens do Vaza-Barris localizavam-se algumas plantações de

<sup>45</sup> BARTELT, *Sertão, república e nação*, 2009, p. 53.

<sup>46</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 172.

<sup>47</sup> CALASANS, *Quase biografias de jagunços*, [1982].

<sup>48</sup> A Casa da Torre foi o nome dado, inicialmente, a uma mansão senhorial localizada no litoral baiano, erguida no século XVI e considerada a origem de um morgado, fundado pelo português Diogo Álvares Correia (o Caramuru) e Catarina Álvares Paraguaçu, sua esposa. Por 250 anos a família acumulou sesmarias, expandindo suas terras do litoral baiano ao vale do rio São Francisco.

<sup>49</sup> CALASANS, *Cartografias de canudos*, [1974] 1997; MARTINS, *A reinvenção do sertão*, [1997] 2018; BARTELT, *Sertão, república e nação*, 2009.

<sup>50</sup> BARTELT, *Sertão, república e nação*, 2009, p. 54.

gêneros para a subsistência e criavam-se cabras nos espaços comuns entre os casebres, cujo couro era remetido para as cidades da região e para Salvador.

A movimentação migratória da qual o Belo Monte foi destino, está no cerne das hostilidades sofridas pelo grupo. A atuação de Antônio Conselheiro como peregrino e pregador já era motivo de preocupação tanto das elites econômicas e políticas locais, como dos representantes da Igreja, antes mesmo de seu estabelecimento em Canudos. O embate com a Igreja era mais direto e refletia a decadência de autoridade da instituição, concluída com a laicidade do Estado após a proclamação da República. O descontentamento do meio religioso manifestou-se pela expedição de inúmeras circulares com vistas a proibir o exercício oratório do Conselheiro no interior e nos adros das igrejas. Em 1882, o arcebispo da Bahia, D. Luís Antônio dos Santos (1817–1891), ordenou aos párcos que não dessem consentimento para aglomerações ao redor do peregrino. Já em 1887 o mesmo religioso apelou ao governador do estado, pedindo providências contra o “indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, que, pregando doutrinas subversivas, fazia um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas obrigações e arrastando-o após si, procurando convencer de que era o Espírito Santo, insurgindo-se contra as autoridades constituídas, às quais não obedecia e manda[va] desobedecer”.<sup>51</sup>

Quanto aos grandes proprietários de terra, coronéis e figurões políticos, o embate com o grupo deu-se, em um primeiro momento, pelo temor de uma redução na oferta de mão de obra, uma vez que muitos trabalhadores largaram seus postos de trabalho nas fazendas em direção a Canudos. Mais tarde, o receio foi de uma iminente invasão e saque das fazendas das redondezas, já que o grupo de seguidores do Conselheiro era composto por número incerto de pessoas, a classe proprietária acreditava que o peregrino tinha formado um verdadeiro exército sob seu comando.<sup>52</sup> O posicionamento dessa elites, no entanto, não era homogêneo, Antônio Conselheiro tinha contato com coronéis locais, a quem recorria para doações, o que levou Euclides da Cunha a afirmar que durante o período de eleição os “grandes conquistadores das urnas... a exemplo de milhares de comparsas disseminados no país... apelavam para o Conselheiro”.<sup>53</sup>

O ápice da tensão entre os grupos — ainda sem o uso da força armada — ocorreu em 1895, quando o arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva (1849–1924), em acordo com o governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1845–1903), enviou a Canudos dois missionários católicos com o objetivo de intimidar os moradores para a dissolução do assentamento. Em 13 de maio, os capuchinhos frei João Evangelista de Monte Marciano e frei Caetano S. de Leo entraram em Belo Monte, acompanhados do padre Vicente Sabino, sob o pretexto de pregarem à população. Ignorados pelos canudenses e fracassando em qualquer tipo de intervenção, o frei Marciano produziu um relatório para a autoridade eclesiástica (remetido ao governo estadual) em que sugeria a intervenção no arraial pelas

---

<sup>51</sup> MONTENEGRO [1973] apud MONTEIRO, Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, [1977] 2006, p. 68.

<sup>52</sup> GALVÃO, *Império do Belo Monte*, 2001.

<sup>53</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016.

forças militares. Mais a frente mencionaremos tal relatório, pois constitui documento importante sobre o cotidiano do Belo Monte antes da chegada das expedições militares.

O confronto com as forças armadas do Estado ocorreu, no entanto, apenas no ano seguinte, tendo como mote um episódio aparentemente trivial. Em 1896, o mutirão de construção da nova igreja dedicada ao Bom Jesus chegava ao fim, faltando-lhe apenas o levantamento da cobertura. Para isso, os canudenses encomendaram um carregamento de madeira a um comerciante de Juazeiro (com quem tinham relações comerciais), que apesar de pago, nunca foi entregue. Surgiu então, o boato de que uma caravana a mando do líder de Canudos se dirigia à cidade afim de saqueá-la e transportar a madeira ao vilarejo. O juiz de direito local, Arlindo Leoni, antigo desafeto do peregrino, transmitiu ao governador Luís Viana (1846–1920) a notícia da ameaça, pedindo reforço policial para garantir a segurança do município.<sup>54</sup> No dia 6 de novembro é enviado um destacamento de linha do exército, comandado pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, que contava com 113 praças, três oficiais, um médico e dois guias locais. Os soldados deslocaram-se a pé por aproximadamente 200km, até alojarem-se em Uauá, cerca de 50km de Canudos. Os conselheiristas ficaram sabendo da movimentação das tropas, provavelmente, por uma rede de simpatizantes locais, e foram de encontro aos soldados, entoando cânticos, ladainhas e carregando bandeiras e estandartes do divino. Na manhã do dia 21 de novembro cerca de quinhentos conselheiristas, armados apenas com facões e espingardas de caça, surpreenderam os militares, dando início a intenso combate. Sem condições de manter a localização, os soldados atearam fogo em parte do vilarejo e bateram em retirada, tendo cerca de dez baixas. Do lado dos canudenses, pelo menos uma centena deles perderam a vida.<sup>55</sup>

O retorno dos soldados a Juazeiro sem antes alcançarem Canudos foi recebido como uma derrota do governo estadual. O episódio foi noticiado por jornais em âmbito nacional e colocou em evidência os desafetos políticos ao governador Viana, que em resposta ordenou a preparação de um novo contingente para atingir Canudos. Uma série de ordens desencontradas e erros estratégicos, mais uma vez, levaram à retirada dos militares. Comandada pelo major Febrônio de Brito essa segunda expedição contou com um número cinco vezes maior de combatentes (609 praças, dez oficiais, um médico, um farmacêutico, um enfermeiro) e um armamento poderoso (dois canhões Krupp 7,5, três metralhadoras Nordenfelt e centenas de fuzis Mannlicher). A tropa se deslocou até Monte Santo, local que a partir daí se tornou a base avançada do exército no confronto, e após uma caminhada de cerca de 90km foi surpreendida por piquetes conselheiristas, que usavam o relevo da serra do Cambaio como trincheira. Ainda assim, os soldados conseguiram avançar, mas no dia 19 de janeiro se viram completamente cercados e, então, recuaram para Monte Santo. O saldo de mortes nos combates foi outra vez bastante desigual, dez praças de um lado e um grande número de

---

<sup>54</sup> Segundo Galvão (2001), conta-se que após a visita dos capuchinhos, Antônio Conselheiro e um grupo de fiéis foram até a localidade de Bom Conselho pedir esmolas para a construção da Igreja Nova. Leoni, que então ocupava a posição de juiz nessa cidade, teria se apavorado com a entrada do grupo e fugido para uma fazenda próxima.

<sup>55</sup> As informações sobre as expedições militares, neste e nos próximos parágrafos, constam em várias fontes. Aqui, as principais referências são GALVÃO (2001) e MARTINS (2018).

conselheiristas do outro, além de muitos feridos em ambos os lados. O major Brito foi considerado responsável pelo fracasso da expedição e submetido ao conselho de guerra; enquanto o general Frederico Sólton Ribeiro (sogro de Euclides da Cunha) foi afastado do comando do 3º Distrito Militar, cuja sede era em Salvador.

Com seu capital político em risco, Viana apelou ao governo federal em busca de uma solução para Canudos. Nos primeiros dias de fevereiro de 1897, teve início a organização daquela que viria ser a terceira expedição militar contra o arraial. Para o seu comando foi escalado o general Antônio Moreira César (1850–1897), militar violento, com certo prestígio entre os simpatizantes dos governos anteriores e que havia liderado a repressão à Revolta Federalista (1893–95), em Santa Catarina, e por tal atuação recebeu as alcunhas de treme-terra e corta-cabeças. O contingente era muito superior ao anterior, formado por cerca de 1.600 homens, contando com uma brigada de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia, dois médicos, dois engenheiros militares, três oficiais da Caixa Militar, 157 praças da Polícia Militar da Bahia, além de um comboio com munição e suprimentos. Mais uma vez as forças armadas usaram Monte Santo como base, mas seguiram por um caminho distinto daqueles escolhidos pelas expedições anteriores. As tropas andaram lentamente, não mais que dez quilômetros por dia, alcançando o Alto do Maio, nas cercanias de Canudos, no dia 3 de março. Exaustos, os soldados não tiveram tempo para descanso, partindo, sob ordens do general, para um ataque imediato. Seguro da vitória, o próprio Moreira César entrou em combate dentro do arraial, ferindo-se gravemente e falecendo naquela mesma noite. A notícia da morte do comandante se espalhou rapidamente entre os soldados, que não esperaram sequer a ordem de uma retirada formal, debandaram desorganizadamente, deixando espalhados por todo o trajeto entre Canudos e Monte Santo o armamento de que dispunham. Até então paupérrimos em armas, os canudenses vieram a recolher todo esse arsenal, usado-o na resistência aos próximos ataques.

O fracasso da terceira expedição foi um escândalo para a opinião pública nacional. Os jornais das grandes cidades foram inundados por conteúdos relacionados ao conflito, desde avisos de missas e cerimônias religiosas em homenagem aos militares mortos, a amplo material satírico queixoso do recrutamento forçado e cartas apócrifas escritas por Antônio Conselheiro; a anúncios que traziam o nome Canudos como estratégia de publicidade e, claro, artigos de opinião que procuravam entender as ações dos conselheiristas, a necessidade do embate militar e o desenrolar do conflito. O lugar comum da imprensa era de que o grupo liderado pelo Conselheiro era parte de uma conspiração monarquista, um foco organizado ao norte de uma revolução que havia se iniciado no Rio Grande do Sul.<sup>56</sup> Seguiram-se motins pelas ruas da capital federal, com a invasão e destruição de pelo menos três jornais monarquistas (*Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*), comícios convocados por jornalistas e parlamentares e toda uma orquestração manipuladora cujo objetivo era aumentar o pavor da população urbana. É nesse período que Euclides da Cunha escreveu suas primeiras contribuições sobre o tema, as quais nos deteremos no próximo capítulo.

---

<sup>56</sup> GALVÃO, *No calor da hora*, 1974.

Nesse clima de tensão, inicia-se em março a preparação da quarta expedição, convergindo militares da ativa de diversas partes do país. O comando ficou a cargo do general Artur Oscar de Andrade Guimarães (1850–1903), que lutou na Guerra do Paraguai (1864–1870), e o efetivo chegou à casa dos dez, doze mil soldados. Galvão destaca a amplitude do confronto quando se considera que o contingente total das forças armadas brasileiras de então era de cerca de 25 mil homens. A estratégia militar era cercar Canudos pela movimentação de duas colunas, uma partindo de Queimadas (e passando por Contendas, Tanquinho, Cansação e Quirinquinquá até Monte Santo) e a outra de Aracaju (SE) (via São Cristóvão, Itaporanga, Lagarto, Simão Dias e Jeremoabo). Essa movimentação levaria todo o mês de maio, até atingirem o Morro da Favela (elevação a pouco mais de 1,5km do arraial) no início de junho. É nesse local que o exército ergueu sua primeira base avançada, com acampamentos e enfermarias, e onde instalou um canhão Whitworth 32, chamado ‘a Matadeira’. No total, a quarta expedição contou com 21 canhões.

Juntas, a primeira e a segunda coluna contavam com um contingente de 6.500 combatentes, cifra que foi aumentando à medida que reforços foram remetidos à zona de conflito. Essa fase das operações é rica em detalhes (da movimentação militar a especificidades dos confrontos), já que, pela primeira vez, jornalistas correspondentes escreviam diretamente do campo de batalha. Apesar da superioridade técnica, o avanço das tropas foi lento: em 18 de julho conseguiram ocupar uma parte do arraial, mas o confronto seguiu até o início de outubro. As duas igrejas, que serviram como fortaleza para os conselheiristas, foram destruídas em 24 de agosto (a velha) e 6 de setembro (a nova), após horas de intenso tiroteio de canhão. Antônio Conselheiro morreu no dia 22 de setembro de causa incerta, acredita-se que devido a um ferimento provocado por um estilhaço de granada. Em 1º de outubro ocorreu o assalto final, os soldados dominaram grande parte do arraial, espalharam querosene sobre as construções e lançaram dinamites sobre elas. No dia 3, Antônio Beatinho (considerado assistente e escriba do Conselheiro) procurou a junta militar para uma rendição, acompanhado por cerca de 300 pessoas, principalmente, mulheres, crianças e idosos. Feitos prisioneiros, todos foram degolados pelo exército. O arraial ainda resistiu, até o dia 5 de outubro, quando caíram seus últimos defensores, como narra Euclides ao final de *Os sertões*, “eram apenas quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”.<sup>57</sup>



---

<sup>57</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 549.

## 2 EUCLIDES DA CUNHA E CANUDOS



*Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.<sup>1</sup>*

Euclides da Cunha

Grande parte do impacto provocado por *Os sertões* deve-se à mudança de perspectiva de Euclides da Cunha em relação ao grupo liderado por Antônio Conselheiro e ao massacre provocado pelos embates militares. O escritor chegou em Canudos com ideias bastante definidas sobre o aspecto da região do semiárido, sobre a personalidade e as demandas do Conselheiro e convicto sobre o papel do regime republicano como garantidor do progresso histórico frente ao obscurantismo representado pelo grupo. No entanto, o horror da guerra e a crueldade da ação do exército sobre os habitantes do arraial, acabaram marcando o tom de tragédia e redenção de sua grande obra. *Os sertões* foi um êxito intelectual de Euclides, engenheiro militar de formação, que marcou profundamente o pensamento brasileiro e se tornou paradigmático de um contexto de transição social e política, marcado, principalmente, por uma noção de descompasso no interior do processo de modernização brasileira.

Apesar da visão compassiva com que encara os canudenses, e de carregar muitos dos preconceitos iniciais de Euclides sobre o grupo de Antônio Conselheiro, seus escritos sobre Canudos são um dos primeiros esforços de se pensar o Brasil em uma perspectiva moderna, que procurou colocar em perspectiva o passado colonial do país e a sua inserção junto aos outros Estados nacionais modernos. A sua viagem a Canudos (e, também, aquela que realizou alguns anos depois ao Alto Purus, na região amazônica) deslocou a vivência empírica do engenheiro-escritor do centro da modernidade brasileira da virada do século XIX para o XX, para um território diverso, às margens das

---

<sup>1</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 512.

dinâmicas sociais, políticas e econômicas hegemônicas, mas intimamente a elas ligadas, tanto sua criação como a sua reprodução.

## 2.1 MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

A formação de Euclides da Cunha é encarada como essencial para a compreensão de sua obra, principalmente, em relação a seus escritos sobre Canudos. Engenheiro militar, republicano convicto e militante, Euclides é considerado um dos principais intelectuais de uma geração formada pela Escola Militar do Rio de Janeiro em fins do século XIX. Dos seus artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* ao esquema geral e os pormenores analíticos de *Os sertões* a base curricular da Escola Militar pode ser percebida com facilidade em todos os seus escritos. Essa relação já foi amplamente debatida e investigada, com apresentações detalhadas dos ideais e influências que guiaram a atuação da escola e os temas tratados pelo autor.<sup>2</sup> Apesar de apresentar algumas dessas considerações na leitura dos escritos canudenses do autor, meu interesse inicial é de me aproximar do contexto intelectual e político da época considerando os círculos militares como centros de irradiação do pensamento, com implicações nas esferas política e social. Junto a isso, procuro traçar um panorama das transformações advindas do regime republicano que se de um lado sedimentaram as bases da modernização brasileira, por outro fortaleceram as contradições e a desigualdade no processo de formação social do país.

Assim, além de entender a influência das correntes da Escola Militar sobre o pensamento de Euclides, é importante investigar a adesão do autor a esses modos de pensar a partir de seu contexto de classe: de um lado, pelo seu burocratismo de profissional-engenheiro e servidor do Estado e do outro sua posição de intelectual comprometido com investigações sobre o Brasil. Essa noção só pode ser entendida de maneira completa, se considerarmos as condições, aspectos e consequências sociais da transição do trabalho escravizado para o trabalho não-escravizado (e não, necessariamente livre, uma vez que boa parte dos indivíduos livres no século XIX estavam submetidos a diferentes tipos de trabalho forçado) e a posição das diferentes classes e frações de classe durante e ao fim desse processo. Isso porque, o escravismo e sua lenta extinção deixaram marcas profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, refletidos, principalmente, numa ética do trabalho degradado, e também, numa imagem de povo e na construção do elemento nacional.<sup>3</sup>

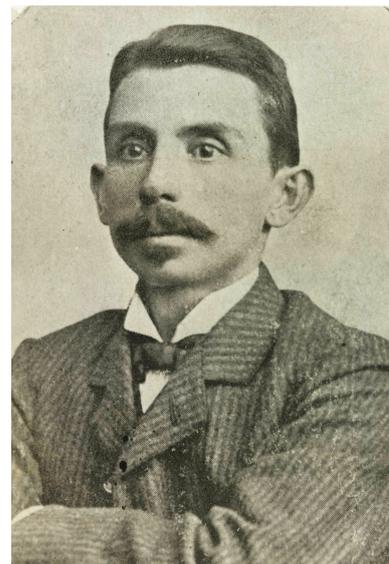
Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu na cidade de Cantagalo, na região serrana no vale do rio Paraíba do Sul, na então província do Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1866. A Fazenda Saudade, onde nasceu, pertencia a Emerenciana e José Teixeira de Carvalho (seus padrinhos de batismo) e “tinha um antigo engenho, construído em pedra no início do século. A cerca de quinhentos metros da casa, encontrava-se a casa grande, com paredes de pau a pique, telhas de barro e janelas

---

<sup>2</sup> Melhor sintetizado em SODRÉ (1960), ANDRADE [1960] (2002) e GALVÃO [1984] (2009).

<sup>3</sup> CARDOSO, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, [2014] 2019.

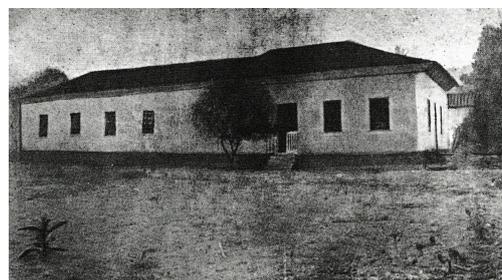
largas e altas. Ao lado havia um pomar com jabuticabeiras e mangueiras. Uma pequena construção atrás da casa servia de depósito [e] seis palmeiras enfileiradas em frente da casa davam imponência à sede da fazenda”.<sup>4</sup> Órfão de mãe aos três anos de idade, teve uma infância itinerante morando em casas de parentes (Teresópolis e São Fidélis), até se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro em 1879, na casa de um tio paterno. De origem modesta, mas não pobre (seu pai era contador nas fazendas de café do vale do Paraíba, seus avós maternos proprietários de uma fazenda de café e seu avô paterno traficante de escravos para a Bahia), Euclides teve acesso a educação em bons colégios e forte inclinação às letras. Em 1886, matriculou-se no curso de Estado-Maior e Engenharia Militar da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, sendo expulso da instituição em 1888 por um ato de insubordinação.<sup>5</sup> Apesar de ter prestado concurso e ingressado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro um ano antes (também no curso de engenharia), Euclides deu preferência à Escola Militar pois esta fornecia alojamento e pagava soldo aos estudantes. Havia entre as duas escolas superiores certa distinção social, enquanto à Politécnica acorriam os filhos dos grandes proprietários de terras ou da alta cúpula burocrática, a Escola Militar era formada por alunos das camadas incipientes da burguesia e pequeno-burguesia urbana, isto é, da classe média que se esboçava.<sup>6</sup>



**Figura 3:**

Euclides da Cunha em 1902, ano em que foi publicado a 1ª edição de *Os sertões*.

Fonte: Centro de Estudos Brasileiros (UFG), [link](#).



**Figura 4:**

Casa principal da Fazenda Saudade em Cantagalo (RJ), onde nasceu Euclides da Cunha em 1866.

Fonte: Cadernos de Literatura Brasileira, 2002.

<sup>4</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 44.

<sup>5</sup> De acordo com Galvão (2010, p. 15), tal ato foi um gesto típico dos alunos de então: “preparavam-se para assistir o desembarque do tribuno republicano Lopes Trovão, que voltava da Europa de navio, o que se daria no dia 4 de novembro, um domingo. Uma visita regulamentar com revista pelo ministro da Guerra foi adiada do dia 3 para o dia 4, no intuito de impedir o comparecimento dos alunos ao desembarque. Euclides, na formatura, em vez de erguer seu sabre de sargento em saudação à autoridade, tenta quebrá-lo; e, não o conseguindo, atira-o ao chão, ao que o comandante manda prendê-lo. Ato combinado com alguns colegas como uma tentativa de sublevar os demais, na hora só ele efetuou o gesto. O plano do levante incluía prender o ministro e, em seguida, prender o imperador e proclamar a República”.

<sup>6</sup> GALVÃO, *Euclides e a Escola Militar*, [1984] 2009.

Com a proclamação da República em 1889 e a reforma curricular da Escola Militar no ano seguinte, Euclides foi reintegrado à instituição, reiniciando em 1890 o curso na Escola Superior de Guerra. Formou-se em 1892 com o título de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais e a patente de primeiro-tenente. Sua trajetória após a sua reintegração é um pouco embaralhada, tendo feito os cinco anos do curso de engenharia de maneira apertada. O currículo do curso de engenharia militar compreendia a mesma formação do curso de infantaria (em seus 1º, 2º e 3º anos) e do curso de estado-maior (em seu 4º ano), com mais um ano de especialização. Isso significa que os campos estudados iam da matemática pura, a geometria, a física, a geologia e a botânica, assim como economia política e o direito de guerra; e, no quinto ano, as disciplinas propriamente construtivas, com destaque para construções civis e militares, estradas ordinárias e vias férreas, noções de arquitetura civil e militar, além de desenho de arquitetura e execução de projetos. A reforma curricular de 1890 era abertamente de inspiração positivista, levada a cabo pelo então ministro da Guerra Benjamin Constant (1836–1891), e “instituiu a concepção do soldado enquanto cidadão armado e da carreira enquanto missão civilizadora, humanitária e moral”.<sup>7</sup>

No último quartel do século XIX a Escola Militar foi um centro importante de debates e difusão de ideias com notório ativismo político e participação na vida pública. Criada em 1810, com o objetivo de formar o oficialato das forças armadas em terras brasileiras (até então formados em Portugal), a Escola foi uma das primeiras instituições de nível superior implantadas no país (as faculdades de direito de Olinda e São Paulo, por exemplo, só foram criadas em 1827). De forte inspiração iluminista, a escola buscava formar oficiais e engenheiros para os serviços públicos civis, principalmente a construção de infraestrutura como estradas, pontes e portos. Há várias minúcias na consolidação da Escola, desde a oposição da burocracia portuguesa ao fim de sua hegemonia sobre o aparato repressivo, até as críticas ao enfoque pouco prático e muito técnico do currículo escolar, fato é, que a partir de 1850 a necessidade de se ampliar o corpo de profissionais técnicos do país se apresentava como algo urgente.<sup>8</sup>

A economia brasileira no século XIX ainda era fortemente dependente do trabalho escravizado operado, sobretudo, nas grandes lavouras para exportação. Nessa economia, o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravizado, imobilizado como renda capitalizada. Isto é, o escravizado tinha dupla função no modo de produção escravista, de um lado era a fonte de trabalho e, de outro, era condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas o capital necessário para o custeio ou a expansão de suas fazendas. O escravizado era assim, uma espécie de penhor do pagamento de empréstimos obtidos pelo fazendeiro.<sup>9</sup> Com o fim do tráfico internacional em 1850 (efetivado pela Lei Eusébio de Queirós), parte desse capital investido na aquisição de mão de obra escravizada começou a ser direcionado a outros setores da economia, o que permitiu, também, uma

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> MARTINS, *O cativo da terra*, [1979] 2021.

fase de especulação em larga escala, com a criação de inúmeras sociedades anônimas.<sup>10</sup> Foi a partir dessa época que se deram as primeiras iniciativas de industrialização e implementação de tecnologias modernas no país: a primeira linha telegráfica surge em 1852, a primeira estrada de ferro em 1854 e entre as décadas de 1850 e 1860 a fundação de “62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixa econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro”.<sup>11</sup>

A Escola Militar, portanto, foi moldada por essa demanda e, ao mesmo tempo, pelo desejo de ascensão social das forças armadas, até então subordinadas à manutenção do modo de produção escravista, atuando, sobretudo, na garantia da permanência do trabalhador escravizado como tal. A deterioração do escravismo ao longo do século XIX, mas principalmente a partir de 1850, alterou a posição das classes sociais e abriu perspectivas tanto ao trabalho livre, quanto à vida urbana. Essa abertura ocorreu em duas frentes, uma meramente virtual, pois manteve-se a alta estratificação da sociedade brasileira; e outra, de fato estrutural, como o aburguesamento da burocracia estatal. O primeiro censo realizado no país, em 1872, registra a população brasileira em aproximadamente dez milhões de habitantes, sendo 300 mil deles pertencentes à classe dos proprietários de terra (entre familiares e vinculados) e o restante se distribuindo em uma classe média embrionária, trabalhadores livres e escravizados, estes representando 15,2% do total.<sup>12</sup> Os quase 80% da população, existentes entre as duas classes antagônicas do escravismo, eram formados por uma classe média urbana, composta por profissionais liberais e servidores do Estado, e por trabalhadores de grupos heterogêneos, majoritariamente miseráveis, habituados a migrações constantes e totalmente condicionados à dinâmica socioeconômica geral, encabeçada pelo sistema de exportação.<sup>13</sup> Crescia nesse período a parcela das classes intermediárias, mas ainda sem possibilidades de desempenhar qualquer papel político relevante. Ao contrário, ainda que cingida (com elementos que começavam a se ancorar na produção do trabalho livre), as classes dominantes escravistas pautavam as ações e estruturas burocráticas do Estado brasileiro.

As razões para essa influência são muitas, desde o apoio da economia nacional no setor agro-exportador, até uma noção de custo que deveria ser pago pela manutenção da unidade política e territorial do país. Todo Estado, nas sociedades divididas em classe, representa a organização da dominação de uma classe por outra em seu conjunto de instituições, mais ou menos especializadas. Nesse sentido, o Estado imperial brasileiro (1822–1889) precisou responder a duas frentes potencialmente desestabilizadoras da sua estrutura social interna: uma na esfera doméstica, devido ao crescimento dos movimentos de revolta escrava (com destaque ao ciclo de insurreições baianas de 1807–1830), e uma outra externa, precisamente o aumento da pressão inglesa (primeiro política e

---

<sup>10</sup> MOURA, *Rebeliões da Senzala*, [1959] 2020, p. 86.

<sup>11</sup> PRADO JR. [1945] apud GALVÃO, *Euclides e a Escola Militar*, [1984] 2009, p. 111.

<sup>12</sup> WESTIN, *1º censo do Brasil*, 2022.

<sup>13</sup> CARDOSO, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, [2014] 2019.

diplomática, em seguida militar) para o fim do regime escravista no Brasil. De acordo com o cientista político Décio Saes, a política do Império em seu conjunto apresentou um duplo aspecto:

De um lado concretizou o interesse político geral de todas as classes dominantes, escravistas ou não escravistas [...]: [com a] criação das condições políticas (prevenção/repressão às revoltas escravas ou camponesas) necessárias à continuidade da exploração do trabalho, prestado por escravos ou camponeses. De outro lado, satisfaz prioritariamente os interesses econômicos (proteção à propriedade escrava, valorização do escravo) do conjunto das classes dominantes escravistas: não só o do latifundiário escravista e o do médio fazendeiro escravista, como também o do traficante de escravos ou o proprietário de escravos de ganho.<sup>14</sup>

Ou seja, antes de agir em prol do fim do escravismo, o Estado imperial brasileiro tentou criar instrumentos que permitissem a remoção dos obstáculos à reprodução dessa mesma relação de produção, ao mesmo tempo, que buscava amortecer as consequências e transformações de uma inevitável abolição que se avizinhava.

Tal movimentação, poderia ser justificada, ainda segundo Saes, pelo fato de todo Estado, principalmente em seus momentos ou fases de maior agudeza da luta de classes, ser obrigado a violar interesses individuais dos membros da sua classe dominante, para satisfazer o interesse coletivo dessa mesma classe. No caso brasileiro, isso justificaria, também, a identificação das classes dominantes com a legitimação da escravidão e a ampliação da repressão militar às revoltas escravas (mais tarde estendida à repressão aos movimentos de trabalhadores livres).<sup>15</sup> Na perspectiva da política hegemônica, pode-se considerar que o Império brasileiro formou-se, antes de tudo, por um compromisso entre a Coroa e as elites agrárias para a conservação do escravismo. Acordo possível apenas pela abdicação do poder central no controle e na condução dos negócios privados dos proprietários (de escravos em um primeiro momento, e de terras depois), o que gerou um Estado politicamente fraco, dependente e pobre (características passadas ao regime republicano e conservadas com este). Do ponto de vista social, essa fragilidade teve como efeito o lento processo de transição das formas de trabalho que, apesar de ter contado com a promulgação de legislações de abrangência nacional (as leis abolicionistas), aconteceu de forma desigual e seguindo as necessidades econômicas de cada região. Enquanto em São Paulo (talvez o caso mais pesquisado, por sua singularidade), o processo transitório deu-se pelo favorecimento da imigração europeia assalariada (direcionada às lavouras de café), em outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão e Bahia as funções produtivas foram paulatinamente sendo assumidas por ex-escravizados, seus descendentes e brasileiros livres.<sup>16</sup>

De modo geral, o processo de transição gerou contradições profundas na esfera social, com consequências permanentes no mundo do trabalho brasileiro. Inicialmente, o processo de transição

---

<sup>14</sup> SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*, 1985, p. 132.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> CARDOSO, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, [2014] 2019.

das formas de trabalho aproximou frações de classes distintas na luta pelo mesmo objetivo, já que escravizados rurais e a classe média urbana foram as forças dinâmicas de maior atuação para o fim do escravismo. Os primeiros foram a força motriz do processo, uma vez que sobre eles recaíam as piores condições de trabalho, o maior nível de exploração e os maiores empecilhos para movimentação social e partiu desta fração os embates diretos contra o regime, materializado na sua crescente organização social e nas numerosas insurreições antiescravistas. Enquanto as classes médias urbanas formaram a força dirigente do processo, buscando consolidar, no interior da burocracia de Estado, a extinção do sistema servil. Contudo, uma vez decretado a Abolição, os fundamentos da estratificação social brasileira permaneceram praticamente inalterados: com a persistência da alta exploração do trabalhador rural e a inércia do papel político da classe média urbana, amplamente submissa aos interesses e alianças da classe dos grandes proprietários rurais (cujas influência estendia-se a todas as esferas da burocracia estatal).

Na perspectiva do trabalho, esse distanciamento entre as frações de classe teve sua raiz na própria lógica implantada pelo escravismo. De acordo com o sociólogo Adalberto Cardoso, a transição do trabalho escravizado ao trabalho não-escravizado teve desdobramentos consideráveis na configuração social e nas relações entre as classes brasileiras. Algumas dessas heranças, relacionam-se diretamente com o surgimento de Canudos e a reação das elites políticas e do Estado nacional ao movimento: como (i) a expropriação do trabalhador nacional, advinda da dificuldade em exigir que indivíduos que plantavam o suficiente para sobreviver se submetessem ao trabalho nas fazendas em troca de um salário irrisório; (ii) a degradação do trabalho manual, visto que essa posição concentrava no imaginário social diferentes aspectos associadas à condição de escravizado (seja a cor, a religião, a dominação material e simbólica), isto é, uma ética do trabalho oriunda da desvalorização do próprio trabalho; e, por fim, (iii) a consolidação de um aparato repressivo altamente descentralizado, com manifestações em diferentes níveis na relação entre o Estado e o mundo do trabalho. Este último ponto, também foi estimulado pela construção do imaginário de um inimigo interno, que se por um período foi associado à ação coletiva do escravizado, se reformulou no medo das associações de trabalhadores livres e as possíveis revoltas movimentadas por este grupo.<sup>17</sup>

Essas circunstâncias deram às forças armadas um papel expressivo, refletido e conduzido por uma progressiva burocratização do setor segundo as normas prescritas pela ideologia burguesa. Com o fim da classe escravizada e o aumento de uma camada média livre, os militares buscaram disputar espaço na esfera social puxados pela necessidade de uma maior profissionalização de seu efetivo. No interior das forças armadas as mudanças vinham ocorrendo desde a Guerra do Paraguai: primeiro devido a percepção do oficialato sobre a importância do seu papel na vida nacional, já que por cinco anos havia assumido posição de destaque nos acontecimentos do país (sentimento que se exteriorizava por uma certa arrogância no trato com as autoridades civis); e segundo, pelo aumento

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 58.

do contingente de soldados (devido, sobretudo, ao ingresso de negros alforriados que se dirigiram à frente de batalha). Galvão aponta que a extrema dificuldade do exército em manter um efetivo razoável foi pela primeira vez superado com a concessão dessas alforrias, cuja validade permaneceu após o fim da guerra.<sup>18</sup> Ademais, a possibilidade do Brasil entrar novamente em conflito com uma nação estrangeira, o que aconteceria possivelmente contra um Estado de estrutura burguesa — que tinha forças armadas regulares e suficientemente profissionalizadas — e não um Estado escravista, impulsionou a burocratização das forças armadas em tais termos burgueses. Tal processo só poderia se completar, e com isso garantir certa autonomia aos militares em relação às classes dominantes escravistas, com o fim do regime escravista e, conseqüentemente, da vigência de um direito escravista, que impedia o acesso ao Estado por parte significativa da população. Deu-se, assim, um crescente ativismo público do Exército em torno de três temas — o abolicionismo, o republicanismo e a posição militar — que vieram a moldar o processo de formação do Estado burguês brasileiro, ou seja, da transformação de um Estado escravista moderno (o Império) em um Estado burguês efetivamente capitalista (a República). Processo consolidado, de acordo com Saes, entre os anos de 1888 e 1891.<sup>19</sup>

Os anos de Euclides da Cunha na Escola Militar foram, assim, marcados pelo período de maior participação das forças armadas na vida pública do país (primeiro em seu apogeu militante, depois como cabeças da vida política nacional). Assim como seus pares, a aderência de Euclides aos temas centrais desse encadeamento progressista foi profunda, ainda que aparentemente desigual. A República despertava fervorosa paixão no engenheiro-escritor, que chegou a exaltá-la em muitos dos seus primeiros escritos para jornais e revistas e, até sua ida a Canudos, foi um tema caro ao seu desenvolvimento intelectual.<sup>20</sup> Quanto ao abolicionismo há certas contradições sobre sua adesão (mesmo entre estudiosos de sua obra), provavelmente pelo latente racismo presente em algumas passagens de *Os sertões*. O sociólogo Clóvis Moura (1925–2003) chegou a afirmar que Euclides não levantou a voz para falar sobre o escravismo, nem quando este foi abolido, época em que o autor contava com 22 anos de idade e já escrevia para *O Estado de S. Paulo*.<sup>21</sup> Para Moura, o tema parecia uma questão incômoda para Euclides, que contornava “habilmente o assunto sem procurar ver a sua verdadeira importância e sem demonstrar simpatia acentuada”, explicando-o como uma “dolorosa fatalidade social”.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> GALVÃO, Euclides e a Escola Militar, [1984] 2009.

<sup>19</sup> Saes (1985) esclarece que a formação do Estado burguês é apenas um aspecto da revolução burguesa em geral, especificamente o seu sentido político. De uma maneira mais ampla, a revolução burguesa compreenderia um conjunto de transformações, como a formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova ideologia dominante etc.

<sup>20</sup> O gesto de insubmissão de Euclides na Escola Militar foi noticiado em muitos jornais da época, garantindo-lhe certa evidência. Após o incidente, ele foi convidado por Júlio Mesquita, comunicador engajado na causa republicana, a colaborar com o seu jornal *Província de S. Paulo*, mais tarde, *O Estado de S. Paulo*, parceria que se estendeu por um longo tempo (ainda que de maneira irregular).

<sup>21</sup> O primeiro artigo de Euclides, intitulado ‘Em viagem’, foi publicado em 4 de abril de 1884 em *O Democrata*, folha de duas páginas que os alunos do curso preparatório da Escola Militar editavam a cada dois meses (VENTURA, [2003] 2019, p. 51).

<sup>22</sup> MOURA, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, pp. 67.

O posicionamento do sociólogo, considera, majoritariamente, as páginas de *Os sertões*, em que o negro é percebido apenas como ser biológico, sem os elementos que o caracterizaria como um agente social dinâmico, cuja ação se direcionava ao solapamento das relações de trabalho escravista. No entanto, o tema está presente desde os primeiros poemas escritos por Euclides, ainda na adolescência, como é o caso de ‘Cenas da escravidão’ (publicado apenas em 2002, o que justificaria o desconhecimento de Moura em sua consideração).<sup>23</sup> Mais interessante que o texto lírico, é uma nota ao final do manuscrito em que o escritor confessa:

Ao traçar esses versos ebulia-me no cérebro um poema formidável — onde fremiam os soluços de cem raças — onde palpitava sangrento o clarão dos sóis do deserto, onde enfim — desenrolava-se a agonia sombria e dolorosa d’essa tétrica hecatombe [ilegível] a escravidão... E no entanto nada fiz... e nada fiz porque um sentimento enervador quebrava-me as forças da inteligência e custa dizê-lo — este sentimento [inelegível] e é — a vergonha! [...].<sup>24</sup>

É razoável inferir, portanto, que o abolicionismo e o escravismo estiveram presentes no horizonte intelectual de Euclides, mesmo que o autor não tenha ponderado de maneira complexa sobre o assunto. Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Moura de que a Euclides faltou “visão sociológica suficiente para enquadrar as lutas dos escravos como base de um processo econômico de desenvolvimento da nossa sociedade”, aspecto evidente na sua interpretação da formação social brasileira, em que o trabalho do escravizado foi visto de forma negativa, passiva, e por isso, sem protagonismo no tensionamento da esfera social.<sup>25</sup>

Quanto à posição dos militares, a opinião de Euclides era ainda mais dúbia. Pessoalmente, ele não se considerava apto para a carreira militar, sentimento reiterado inúmeras vezes a pessoas próximas e concluído em 1896 por reforma do Exército por ‘problemas de saúde’. Desejava, isso sim, ingressar na carreira acadêmica, interesse perseguido por quase toda a vida (com maior ou menor empenho) e conquistado poucos meses antes de sua morte (com o ingresso no Ginásio Nacional, o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro). De sua parte, a presença dos militares na vida política do país era motivo tanto de endossos como de condenações. Em um primeiro momento Euclides viu a participação dos militares com bons olhos, pois representavam, mais diretamente, os ideais republicanos que almejava serem implantados no país. Tal entusiasmo, entretanto, nunca foi completo ou irrestrito, chegando a escrever publicamente, em pouco tempo do novo regime, que “o governo republicano — digamo-lo sem temor — é naturalmente aristocrático [...]. É o governo de todos por alguns”.<sup>26</sup> Essa ambiguidade apareceu em grande parte das suas primeiras reportagens sobre Canudos, sempre ponderada pela associação das forças armadas como defensores da

<sup>23</sup> O caderno *Ondas* foi escrito quando Euclides tinha provavelmente 18 anos de idade e contém cerca de 140 poemas, dos quais 37 foram publicados pela primeira vez em 1966 na *Obra completa* do autor.

<sup>24</sup> CUNHA [1884] apud *Cadernos de Literatura Brasileira*, 2002, p. 153.

<sup>25</sup> MOURA, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, p. 68.

<sup>26</sup> CUNHA [1889] apud SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 34.

República. Entretanto, ao final do conflito, o que sobressai nos seus escritos (e na sua posição pessoal) é um sentimento de frustração quanto ao papel desempenhado pelo Exército e, sobretudo, quanto à implementação dos seus ideais republicanos pelo Estado brasileiro.

As contradições de Euclides no tratamento dos três temas, reflete de maneira direta a sua adesão reticente em relação às correntes de pensamento hegemônicas da época, especialmente, ao positivismo e de maneira mais ampla retrata a posição ambivalente da intelectualidade brasileira em fins do século XIX. O positivismo, que na Europa foi um sistema filosófico, mas que no Brasil foi menos uma filosofia do que um “sistema religioso e uma forma de ação política e de organização social”, foi uma doutrina de ampla penetração nas camadas dirigentes e na intelectualidade brasileira desde a década de 1840. Tal corrente convergiu os novos grupos urbanos, em oposição à Monarquia, a uma rede de descontentamentos comuns, ao mesmo tempo, que fornecia ferramentas teóricas e retóricas para a manutenção da estratificação da sociedade brasileira. A doutrina do positivismo defendia a ordem e a autoridade como elementos basilares da organização social, com preponderância do poder central do Estado, e em termos ideológicos “enquadrava a vastidão dos conhecimentos humanos em uma série de leis simples e exatas, via a História construir-se segundo leis invariáveis, exigindo-se dos seus adeptos ‘renúncia à mudança, à dúvida, ao jogo imprevisível das ideias, à surpresa e à alegria da descoberta’”.<sup>27</sup> O positivismo foi incorporado às teses defendidas nas principais instituições de formação da época, como nas Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, na Escola Militar e na Escola Politécnica do Rio e na Faculdade de Direito de Recife.<sup>28</sup>

Para o estudioso da obra euclidiana Olímpio de Souza Andrade (1914–1980), os limites impostos pela corrente eram incompatíveis com o perfil de Euclides e, por isso, o escritor era e não era positivista, “cantava [...] a doutrina de uma geração, mas não renunciava à crítica e adorava autores que afinavam com ela”. O que Euclides via no positivismo, consciente ou inconscientemente, ainda segundo Andrade, era o mesmo motivo que justificava a receptividade da doutrina junto às camadas letradas brasileiras: certo direcionamento à organização do mundo, maior que uma inclinação em especular sobre ele; aliado a uma busca de instrumentalização deste mundo, apoiado em uma teoria para organizar a sociedade em transformação.<sup>29</sup> De modo geral, o seu posicionamento intelectual era bastante heterodoxo, tendo sido influenciado por outras teorias, hipóteses e concepções em voga no período, consideravelmente, o evolucionismo spenceriano — corrente baseada nos trabalhos do filósofo inglês Herbert Spencer — que também contava com uma horda de simpatizantes na Escola Militar. Além de Spencer, as ideias do naturalista inglês Charles Darwin e do cientista alemão Ernst Haeckel completavam o quadro de influências evolucionistas no pensamento científico brasileiro de então, “correntes de concepções universalistas e progressistas como as demais que integram o cientificismo”. Outro agrupamento possível de concepções científicas que circulavam no Brasil, segundo o geólogo e historiador da ciência José Carlos Barreto de Santana

---

<sup>27</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1960] 2002, pp. 32, 33.

<sup>28</sup> SANTANA, *Ciência e arte*, [1999] 2001, p. 32.

<sup>29</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1960] 2002, p. 34.

(1955–), poderia ser chamado de determinista e incluiria os pensamentos do historiador francês Hippolyte Taine e do inglês Henry Thomas Buckle e do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que se singularizam das correntes evolucionistas por se “basearem quer na ação do tempo sobre a história e a cultura, quer nos fatores étnicos e climáticos, quer em ambos”.<sup>30</sup>

Essas ideias são parte do repertório científico e ideológico que Euclides usou em suas reflexões sobre o Brasil e apesar das diferenças e contradições internas entre elas, foram manipuladas com facilidade pelo escritor na construção de seus quadros analíticos. Para essa geração de cientistas brasileiros, principalmente em seu período de formação, importava pouco as minúcias e particularidades das doutrinas estrangeiras, e sim, o espírito geral presente em cada uma delas, que afirmavam a fé no progresso e na ciência. Em Euclides, particularmente, essa mistura de credos — da Revolução Francesa a filosofias positivistas e evolucionistas — reforçava a ideia de que a evolução da humanidade se dava por uma série linear de etapas históricas (uma marcha ascendente linear e contínua, segundo os princípios de Spencer).<sup>31</sup> Nesse sentido, para o crítico Roberto Ventura (1957–2002), Euclides “se mostrava ao mesmo tempo evolucionista e revolucionário. Era evolucionista, em termos filosóficos, ao conceber a história como sucessão de etapas evolutivas. Mas era revolucionário em termos políticos, ao pregar a revolução como modo de abreviar a passagem da Monarquia para a República [...]”.<sup>32</sup>

Outra parte do repertório do engenheiro-escritor era composto por seus estudos sobre o Brasil. Fora do serviço militar e se dedicando integralmente a engenharia (a partir de 1895), Euclides deixa autores até então caros à sua formação (como os filósofos Immanuel Kant, Thomas Carlyle, Michel de Montaigne, René Descartes, Thomas Huxley e Blaise Pascal) para investigar autores brasileiros ou que haviam escrito sobre o Brasil. Para Andrade, “o homem mudava de caminho e seus encontros seriam outros: os antigos cronistas, os viajantes estrangeiros, os autores de monografias sobre a terra e a gente do Brasil, as obras de Varnhagen, Morize, Caminhoá, Sívio Romero, Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Saint-Hilaire, Liais...”.<sup>33</sup>

Cabe registrar, em resumo, certos entrelaçamentos desses modos de pensar e a relação entre sociedade civil e Estado na construção da modernidade brasileira. Segundo o historiador Alfredo Bosi,

O positivismo ortodoxo (Miguel Lemos, Teixeira Mendes e, menos enfaticamente, Benjamin Constant) sustentava o projeto de um Estado centralizante, racionalizador e, no limite, tutelar. O evolucionismo de tipo spenceriano (de um Sívio Romero, por exemplo) pendia para o liberalismo clássico e acreditava na sabedoria da seleção natural que, mediante processos de concorrência, premiaria os mais capazes. Coerentemente: os positivistas ortodoxos queriam um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do Estado; os evolucionistas ao contrário, farão o elogio do parlamentarismo burguês com suas

<sup>30</sup> SANTANA, *Ciência e arte*, [1999] 2001, pp. 32, 33.

<sup>31</sup> SANTANA, *Ciência e arte*, [1999] 2001.; VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019.

<sup>32</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 89.

<sup>33</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1960] 2002, p. 107.

reformas espontâneas, lentas e graduais. Uns e outros, porém (e este é o signo da modernidade), propunham um modelo político que substituísse o do velho Império oligárquico e escravista.<sup>34</sup>

## 2.2 VISLUMBRES DE CANUDOS

A opinião de Euclides da Cunha sobre o conflito de Canudos, ganhou evidência após a publicação de um artigo n' *O Estado de S. Paulo*, no dia 14 de março de 1897 (uma semana depois da derrota da terceira expedição militar), intitulada 'A nossa Vendeia'. O artigo, abordava o episódio sobre um foco completamente diferente daquele que caracterizava os comentários da imprensa de então, apoiados na crença de uma restauração da Monarquia como mote das ações de Antônio Conselheiro e seu grupo de seguidores. Euclides também tinha inclinação a esta tese, afirmando-a “mas sem denotar absoluta convicção, deixando pensar que somente o desejo de restauração não explicava sublevação tão poderosa”.<sup>35</sup> Talvez por isso, o autor tenha recorrido aos relatos dos viajantes, historiadores, geógrafos e etnólogos que haviam visitado a região do semiárido baiano, apoiando-se neles para construir a sua argumentação.

A Guerra de Canudos foi um tema constante nos veículos de informação e no meio político em fins do século XIX, com amplo interesse popular, e cujas opiniões foram moldadas à medida que a tensão se intensificava. De piada e chamariz comercial a esboço interpretativo da formação social brasileira, a cobertura da guerra foi, também, o primeiro conflito em terras brasileiras em que repórteres se deslocaram à linha de frente dos embates, numa época em que o jornal era o veículo mais eficiente de comunicação de massa no Brasil, com papel crucial na formação e manipulação da opinião pública. No Rio de Janeiro, cerca de 700 mil habitantes tinham acesso a, pelo menos, dois mil títulos de periódicos, enquanto no estado da Bahia, este número chegava a aproximadamente setecentos. Em sua maioria, os jornais eram um mosaico desordenado e policromático em que as notícias dividiam espaço com sonetos, anúncios de tratamentos para doenças venéreas, crônicas literárias, comentários de processos criminais, discursos políticos e, até mesmo, dicas de leituras só para homens.<sup>36</sup>

Contendo apenas em sua parte final a alusão a contrarrevolução da Vendeia (1793–1795), conflito entre camponeses do norte da França e a Primeira República francesa, o artigo era uma ampla visão geográfica da região do semi-árido (de sua formação geológica, da composição do solo, das estruturas de relevo, das secas prolongadas) e dos percalços da movimentação militar, que para o autor, mais do que a “horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, [era] o mais sério inimigo das forças republicanas”.<sup>37</sup> Do ponto de vista das ideias, o artigo de Euclides não continha

<sup>34</sup> BOSI, *Dialética da colonização*, [1992] 2021, p. 237.

<sup>35</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1960] 2002, p. 118.

<sup>36</sup> GALVÃO, *No calor da hora*, 1974.

<sup>37</sup> CUNHA, *A nossa Vendeia*, [1897] 2003, p. 4.

nenhuma originalidade. A noção de que o terreno natural era o maior desafio para as tropas militares, era um lugar comum na teoria militar oitocentista, difundida em guias de estratégia militar pelo menos desde publicação de *Da Guerra* (1832), do general prussiano Carl von Clausewitz, para quem até “mesmo uma paisagem sem traços característicos pode proporcionar algumas vantagens àqueles que a conhecem bem”.<sup>38</sup> A menção a Guerra da Vendeia, que ganhou peso considerável nas interpretações posteriores sobre a produção do autor, tampouco era novidade. A alusão era corrente nos meios militares ilustrados para definir outras revoltas que questionaram os rumos do regime republicano no Brasil, tendo o próprio Euclides empregado a metáfora em textos anteriores.<sup>39</sup> Porém, em uma cobertura marcada pelo sensacionalismo, estratégia adotada por quase todos os jornais no tratamento de Canudos, a linha de raciocínio de Euclides soava como algo inédito. Até então, os jornais mantinham uma rede de informações composta por notícias, boatos e intrigas, que repercutiam de um veículo ao outro, sem qualquer tipo de comprovação. Era esse viés que mantinha a opinião pública atenta e aterrorizada, em defesa permanente de uma ação enérgica do Estado.<sup>40</sup> A consideração de Euclides, então — amparada nas características físicas do semiárido, em seus contrastes mais expressivos —, aparecia como uma avaliação erudita, apresentada de forma científica e ‘racional’, bem ao gosto das elites ilustradas de então.

Outra diferença, foi o fato do artigo vislumbrar, de acordo com Andrade, uma “preocupação com o aspecto político do que se passava, [um]a preocupação com um mistério que era preciso desvendar, pondo de manifesto a curiosidade e o desejo de ver a razão profunda do que se passava, como e porque se passava”.<sup>41</sup> Tal atitude também não era isolada e tinha ecos em outros (poucos) artigos de opinião já publicados. Em pelo menos cinco crônicas, de sua seção dominical ‘A semana’ na *Gazeta de Notícias*, o escritor Machado de Assis (1839–1908) lançou dúvidas acerca da ameaça canudense, questionando incrédulo (logo após a derrota da segunda expedição militar) o fato de nenhum jornal ter enviado alguém a Canudos: “um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, [que] podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela”.<sup>42</sup> Talvez menos por simpatia que por sua eterna desconfiança das elites brasileiras, Machado chegou a escrever com veemência o seu protesto “contra a perseguição que se está fazendo contra a gente de Antônio Conselheiro”. Como as informações de que dispunha eram apenas aquelas que circulavam na imprensa, suas reflexões movimentaram-se de acordo com a temperatura do confronto, mas sempre lançando dúvidas ao senso comum e apontando as lacunas da imprensa, incapaz de informar sem distorcer ou inventar fatos sobre o assunto.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> CLAUSEWITZ, *Da guerra*, [1832] s/d, p. 421.

<sup>39</sup> SANTOS, *Euclides da Cunha, uma biografia*, 2021.

<sup>40</sup> GALVÃO, *No calor da hora*, 1974.

<sup>41</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1960] 2002, p. 119.

<sup>42</sup> ASSIS [jan. de 1897] apud SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 80.

<sup>43</sup> DIAS, *Canudos: poesia e mistério de Machado de Assis*, 1996.

Machado mencionou Antônio Conselheiro e Canudos pela primeira vez em uma crônica de 1894, intitulada 'A canção pirata', em que o escritor relativizava o fanatismo do beato e os supostos crimes cometidos pelo grupo. Segundo ele, o Conselheiro, que estaria em Canudos com mais de dois mil homens armados, deveria ser encarado como uma inspiração para os artistas, uma vez que ele e seus seguidores seriam verdadeiros piratas, como os personagens do escritor francês Victor Hugo. Utopia literária e crítica social se misturavam na busca do autor em demonstrar que o centro das ações do grupo de Antônio Conselheiro era a busca por uma outra possibilidade de vida,

são homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmo delitos, as mesmas virtudes. Não podem crer que o mundo seja uma secretaria de Estado, com o seu livro de ponto, hora de entrada de saída, e desconto por faltas [...]. Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre.<sup>44</sup>

O mesmo tom segue nas crônicas posteriores que mencionam o tema. Machado opera dentro de uma lógica do paradoxo para deslocar as certezas dos leitores, colocando em dúvida não só o suposto perigo representado pelos canudenses, como também, a demanda de uma ação enérgica do governo ao arraial. Para ele, ao mesmo tempo que o Conselheiro “certamente, não é digno de imitação; chego a achá-lo detestável”, era importante considerá-lo como alguém digno de nota, afinal “um homem que só com uma palavra de fé e a quietação das autoridades congrega em torno de si três mil homens armados, é alguém”.<sup>45</sup> Seja pela ironia ou pela imaginação utópica, o anseio de Machado, assim como o de Euclides, era compreender em detalhes a existência cotidiana do grupo, como os canudenses moravam, amavam, guerreavam e morriam.

A maneira como Euclides procurou explicar a revolta de Canudos, todavia, foi bastante distinta do sentido artístico e filosófico usado por Machado de Assis em suas provocações. A linha científica em que Euclides se apoiava, refletia tanto as disciplinas e correntes de pensamento da Escola Militar do Rio de Janeiro, como os seus interesses diretos de engenheiro e estudioso, sobretudo, em relação às ciências naturais, sobretudo, a Geologia. Em 'A nossa Vendeia', o solo é o ponto de partida dessa leitura, cuja imagem de “arenoso e estéril, revestido, sobretudo nas épocas de seca, de vegetação escassa e deprimida”, apoia as justificativas dos reveses militares e, ainda que de forma muito breve, o perfil traçado do sertanejo. A aridez do semiárido concentra tanto a apresentação de um panorama macro da localização de Canudos (“terminada a majestosa escarpa oriental do planalto central do Brasil, a serra do Mar, que desaparece na Bahia, diferenciada em serras secundárias, acentua-se de modo notável para o norte [...]”), como as características do bioma da caatinga (“nessas quadras a relva requeimada, por meio da qual, como única vegetação resistente, coleiam cactos flageliformes reptantes e ásperos, dá aos campos, revestidos de uma cor parda intensa [...]”).<sup>46</sup>

<sup>44</sup> ASSIS [1894] apud DIAS, Canudos: poesia e mistério de Machado de Assis, 1996, p. 94.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>46</sup> CUNHA, A nossa Vendeia, [1897] 2003, pp. 3, 4.

É na recorrência ao solo que Euclides elabora o seu eixo explicativo sobre o conflito e caracteriza o sertão em tom tratadístico, reforçado pelo emprego de uma linguagem literária. Desse jogo estilístico, vale destacar a primeira aparição de uma metáfora persistente nos seus escritos sobre Canudos, derivada da aparência do chão rachado pela seca, em que “o solo fende-se profundamente, como se suportasse a vibração interior de um *terremoto*” (grifo meu).<sup>47</sup> Mais tarde, em *Os sertões*, a imagem do terremoto aparece inúmeras vezes, como nas descrições da formação da paisagem do semiárido baiano e do aspecto do Belo Monte, cuja aparência de destruição coincidia com a de uma “cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um *terremoto*” (grifo meu).<sup>48</sup> Apesar do efeito dramático ser mais expressivo nos usos posteriores, nos dois textos a metáfora tem função semelhante: o de dotar de movimento algo inerte e inorgânico, característica da prosopopéia. Na perspectiva de Euclides (que entre a produção dos dois textos se complexificou substancialmente), atribuir ao solo movimentação própria, é mais do que uma estratégia do seu raciocínio sobre a formação geológica da região, é, também, dar ao meio as forças necessárias que impediriam a vida no semiárido. No artigo, a conexão entre o solo e o sertanejo (presente em inúmeras partes d’*Os sertões*) aparece apenas na parte final, em que ele é identificado “à própria aspereza do solo em que [nasceu]”. Mesmo hesitante, e de forma superficial, o autor reconhece o vínculo entre os canudenses e a terra e, poderíamos até dizer, certa similaridade entre o grupo e uma ideia de campesinato, já que a seu ver “o homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo”.<sup>49</sup>

Em 17 de julho apareceu a sua segunda contribuição sobre o assunto, também nas páginas d’*O Estado de S. Paulo*. Em meio a ansiedade que envolvia os preparativos da quarta expedição militar, o artigo repetia a mesma estrutura do anterior e carregava o mesmo título, ‘A nossa Vendeia (II)’. Nele, Euclides revelava segurança de quem estudara sobre o assunto, descendo a pormenores não referidos anteriormente. Era visível, mais que no outro, a preocupação em justificar as derrotas militares (e a morosidade na organização da quarta expedição) e maior ênfase na ideia de que em Canudos travava-se uma luta contra a República. Da mesma forma, o perfil do sertanejo é mais elaborado, ainda que por meio de traços breves: “as hostes adversárias”, como chama os canudenses, seriam de uma “organização rudimentar, cuja força está na própria inconsistência, cujas vantagens estão na própria inferioridade e que, desbaratados hoje, revivem amanhã, dos próprios destroços [...]”. Agora, a dificuldade do exército em adentrar e se manter na região era justificada não apenas pelas condições físicas, mas também — e em oposição — pela vantagem que o sertanejo tinha na “natureza que o criou à sua imagem — bárbaro, impetuoso e abrupto”. Os sertanejos assim, seriam melhor adaptados ao semiárido, portadores de uma “sobriedade extraordinária” que garantia a sua “existência no meio das maiores misérias”; aspecto comprovado pelo uso de uma vestimenta rústica de “couro curtido, [...] alpargatas sólidas [e] desgracioso chapéu de abas largas”, própria para

<sup>47</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>48</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 174.

<sup>49</sup> CUNHA, *A nossa Vendeia*, [1897] 2003, pp. 3, 4, 7.

passar ileso pelos espinhos e galhos secos da caatinga. Apesar dos reveses apresentados, o artigo termina em tom otimista, com uma defesa do exército e confiante de que, mesmo lentamente, as tropas militares seguiam com segurança e heroísmo para uma inevitável vitória.<sup>50</sup>

A descrição geográfica também se especifica, sendo interessante notar como uma ideia de paisagem geográfica ganha contornos mais nítidos. Se no artigo anterior, a localização de Canudos era pouco precisa (com foco em generalidades do semiárido e da caatinga), nesse Euclides procura descrever onde o arraial se encontrava e o que (supostamente) se via dali:

A serra do Aracati, agremiação incoerente de serrotes contornando as caatingas que se desdobram até o Ipiranga, na direção média de NE, inflete vivamente antes de chegar a Monte Santo, numa direção perpendicular à anterior e subdividindo-se em morros isolados, mas próximos, determina entre aquela localidade e a de Canudos a linha mais acidentada, talvez, de toda zona.

Prolongando-se para o norte, ao tingir o morro da Favela, eixo das operações do nosso Exército, os grandes acidentes de terreno derivam para leste e depois para o norte e subsequentemente para o noroeste, como que estabelecendo em torno de Canudos um círculo de cumeadas, cortado pelo Vaza-Barris em Cocorobó.<sup>51</sup>

Na composição dessa paisagem, a localização de Canudos é apresentada de forma passiva, revelada a partir da série de cumeadas que a circunda. As cadeias elevadas se singularizam e são apresentadas por nomes próprios, alguns deles novos para o grande público, enquanto outros não (como o morro da Favela, onde havia uma base avançada de operações desde junho).

Além de refletir o aprofundamento das suas pesquisas, assim como uma atualização constante sobre o desenrolar do conflito, o maior detalhamento da paisagem era reflexo do auxílio crucial recebido por Euclides do engenheiro e geógrafo Teodoro Sampaio (1855–1937) — que havia explorado o interior da Bahia no início da década de 1880. Sampaio foi um dos grandes engenheiros de seu tempo com grande erudição em campos como Geologia, Geografia, Arqueologia, Antropologia e História, sendo uma influência duradoura sobre o escritor desde quando se conheceram na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo em 1892.<sup>52</sup> Euclides se baseou amplamente nos dados geográficos fornecidos por Sampaio, incluindo duas de suas publicações anteriores: ‘A respeito dos caracteres geológicos do território compreendido entre as cidades de Alagoinhas e a de Juazeiro pelo trajeto da linha férrea em construção’, publicado na *Revista de Engenharia* em 1884, e ‘Notas sobre a geologia compreendida entre o rio São Francisco e a Serra Geral (do Espinhaço) nas imediações da cidade de Juazeiro’, escrito no mesmo ano por solicitação do geógrafo Orville Derby (1851–1915).<sup>53</sup>

<sup>50</sup> CUNHA, A nossa Venda ii, [1897] 2003, p. 12, 13, 10.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>52</sup> SANTANA, *Ciência & arte*, 2001.

<sup>53</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019; SANTANA, *Ciência & arte*, 2001.

Sampaio percorreu o interior da Bahia primeiro entre os anos de 1879 e 1880 como membro da Comissão Hidráulica do Império, organizada por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (então ministro dos Negócios, Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império) e chefiada pelo engenheiro norte-americano William Milnor Roberts. O objetivo da comissão era estudar o porto de Santos (SP) e as condições de navegabilidade ao longo do rio São Francisco (MG, BA, PE, SE, AL), além de preparar profissionais para desenvolver e executar obras de melhoramentos nessas áreas.<sup>54</sup> Da expedição pelo rio São Francisco, Sampaio cedeu a Euclides inúmeras notas descritivas e lhe mostrou um mapa geográfico da Bahia que preparava desde 1885, o ainda inédito *Trecho de carta da Bahia*. O escritor teria pedido a Sampaio “permissão para copiar na superintendência [de Obras Públicas de São Paulo] o trecho do mapa referente a Canudos”, o que lhe foi concedido, desde que não houvesse grande divulgação.<sup>55</sup> No entanto, Euclides tornou público a existência do mapa, “o que levou o governador de São Paulo, Campos Sales, a convocar Teodoro para uma conversa algo constrangedora que terminou com a entrega de cópia do mapa ao governo de São Paulo, que o repassou ao exército”.<sup>56</sup> A situação teria causado desconforto em Sampaio que, naquela altura, estava em negociação com um comerciante da Bahia para a impressão do mapa e, segundo alguns estudiosos, pelo fato do engenheiro ser contrário à ação do Estado no caso Canudos, principalmente, por não acreditar no envolvimento da monarquia no episódio.<sup>57</sup> De todo modo, dez anos após a morte de Euclides, Sampaio lembrou do ocorrido em cores brandas, comentando apenas que “[Euclides] pediu-me cópia de um mapa meu ainda inédito, na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho de sertão ainda muito desconhecido, e eu lhe forneci como forneci ao governo de S. Paulo que dela tirou mais de um exemplar, remetido para o Rio, ao Ministério da Guerra”.<sup>58</sup>

É difícil precisar a relevância ou a extensão da atitude de Euclides, mas é bastante provável que as forças armadas tenham adquirido conhecimentos relevantes por meio do mapa que Sampaio ainda elaborava. Se o desconhecimento do espaço geográfico da região era o principal motivo das sucessivas derrotas militares (como apontava o próprio escritor), qualquer informação que auxiliasse na compreensão dessa porção do território seria de grande valia ao Exército. Em entrada do seu diário de 19 de março de 1897, Sampaio recorda o encontro com Campos Salles (ocorrido naquele mesmo dia), em que o governador havia lhe pedido informações sobre o sertão de Canudos, e que a cópia do mapa enviado ao Ministério da Guerra fora utilizada “na organização das operações militares da quarta e última expedição contra Canudos”.<sup>59</sup> Segundo Santana, Euclides ainda forneceu uma cópia desse mapa ao IHGSP no dia seguinte à conferência de Sampaio com Salles.<sup>60</sup>

<sup>54</sup> COSTA, *Comissão Hidráulica do Império (1879-1880)*, 2013.

<sup>55</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 156.

<sup>56</sup> SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 87.

<sup>57</sup> SANTANA, *Ciência & arte*, 2001.

<sup>58</sup> SAMPAIO [1919] apud SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 347.

<sup>59</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 157.

<sup>60</sup> SANTANA, op. cit.

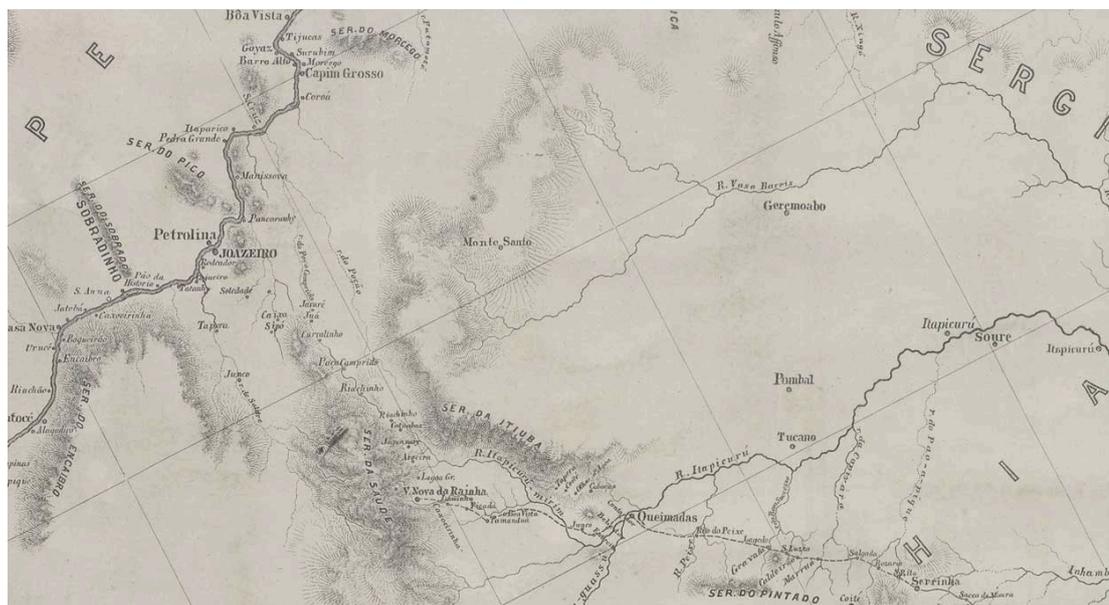
De fato, as representações cartográficas do sertão da Bahia feitas até aquele momento eram pouco precisas e detalhadas. Se observarmos o mapa da bacia do rio São Francisco produzido pela Comissão Hidráulica do Império em 1884 [FIGURA 5 e FIGURA 6], constatamos o quase vazio da porção que compreende o município de Monte Santo, onde há algumas linhas genéricas que representam uma cadeia elevada e três ou quatro linhas que indicam o curso do rio Vaza-Barris. Fora isso, está completamente ausente representações de elevações particulares, possíveis indicações de vales e cumes e, mesmo, nomes de lugares e acidentes notáveis, como acontece em outras partes do desenho. Apesar disso, a região do extremo norte da Bahia, determinada pelo vale do rio Vaza-Barris, não era completamente, ainda que o fosse largamente, desconhecida da intelectualidade brasileira. O próprio Euclides inicia ‘A nossa Vendaia (i)’ reconhecendo os cientistas que haviam percorrido a região anteriormente, como os naturalistas estrangeiros Carl Friedrich Philipp von Martius e Auguste de Saint-Hilaire e do médico e botânico brasileiro Joaquim Monteiro Caminhoá (1836–1896). Além desses nomes, o autor cita o relatório sobre o transporte do meteorito de Bendegó apresentado ao Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1888 pelo engenheiro José Carlos de Carvalho Jr. (1847–1934).<sup>61</sup>

Das expedições dos naturalistas estrangeiros, apenas Martius aproximou-se, efetivamente, do vale do Vaza-Barris, em trecho de sua expedição pelo Brasil entre os anos de 1817–1820. Saint-Hilaire, cujas viagens pelo interior do país ocorreram entre 1816–1822, não chegou a visitar o estado da Bahia, tendo como destino mais ao norte do país a cidade de Januária, no norte de Minas Gerais (deslocando-se, posteriormente, em direção ao sul do Brasil, com destino ao Uruguai) [FIGURA 7]. A menção de Euclides ao naturalista francês (o que também ocorre em *Os sertões*), decorre da descrição da caatinga presente em seus relatos de viagem, principalmente, em *Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Junto ao naturalista alemão Joahann Baptist von Spix, Martius foi em direção a região de Canudos “para executar o plano há muito traçado de procurar o meteorito de Bendegó”. Os naturalistas descrevem Monte Santo como uma grande planície com acidentes isolados, marcado por um aspecto avermelhado, por conta das características geológicas da própria região, e que o vilarejo que se encontrava ali era minúsculo, mas cujo desenvolvimento foi possível graças as obras de construção do Caminho da Santa Cruz.<sup>62</sup> É incerto precisar a influência desses escritos sobre a produção de Euclides anteriores a *Os sertões*, uma vez que Sampaio, em introdução ao livro *Através da Bahia*, aponta que ele mesmo foi ter contato com a obra dos naturalistas em 1919, quando da primeira edição em português. Todavia, sabe-se que durante o período de redação de *Os sertões*, Euclides recebeu ajuda de Francisco Escobar na tradução grandes

<sup>61</sup> Vale destacar aqui, a crítica proferida por Lima (1999, p. 62–63) em relação a excessiva atenção destinada aos relatos dos naturalistas estrangeiros nas pesquisas sobre a história da ciência brasileira. Longe de negar a importância de tais estudos, que para a autora ultrapassaram o conhecimento especializado das disciplinas científicas e contribuíram, também, para a formação de um imaginário social sobre o país, Lima acredita ser ainda insuficientemente explorado os estudos e as viagens científicas realizadas por brasileiros durante os séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, em alguns desses trabalhos já era possível perceber “críticas à adoção das descrições geográficas, dos mapas cartográficos e das descrições socioculturais contidas nos relatórios de viagens dos naturalistas estrangeiros”, questionamentos que estavam presentes no meio intelectual brasileiro desde a fundação do IHGB em 1838.

<sup>62</sup> MARTIUS; SPIX, *Através da Bahia*, 1938, p. 310.





**Figura 6:**

Detalhe da *Carta da Bacia do São Francisco*, com destaque para a região de Monte Santo. Comissão Hidráulica do Império, 1884.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

trechos dessa obra dos naturalistas estrangeiros.<sup>63</sup>

Sampaio conhecia a região e procurou se informar com precisão a seu respeito por muitos anos, o que justificava o interesse dos militares naquilo que produzia. Ainda durante os trabalhos da Comissão Hidráulica, o engenheiro percorreu o curso do rio São Francisco em uma espécie de arco ao norte de Canudos, no trecho que vai de Piranhas (AL) a Juazeiro (BA) [FIGURA 8]. Nessa região, o interesse maior da comitiva estava na margem leste do rio (em municípios dos estados de AL e PE), principalmente nos arredores da catarata Paulo Afonso e seu conjunto de quedas acima e abaixo. Além do interesse natural (que fez dessas cataratas destino de expedições desde o século XVIII), a comissão já previa a realização de estudos para a construção de uma futura linha férrea nas redondezas, como parte na elaboração de um sistema integrado de navegação no rio São Francisco.

Em livro publicado alguns anos mais tarde, em 1905, Sampaio cita diretamente a região de Canudos quando narra sua expedição pelo São Francisco:

Para descortinarmos a região ao redor e darmos melhor razão dela subimos, o dr. Orville Derby e eu, ao alto do pico da Quixabá, donde de fato se consegue abranger um amplíssimo horizonte, aprofundando-se mais pelo território baiano que nos fica fronteiro e para além da linha prateada que lá embaixo assinala o curso do S. Francisco. Estamos com olhos fitos na direção sul.

Um território imenso desdobra-se a nossos pés. É uma planície quase em relevos perceptíveis, cujo pendor só na base da montanha em que estamos se conhece ou compreende. Mais longe não se distinguem senão manchas escuras movediças, sombras projetadas das nuvens, que passam tangidas pelo vento, e que o observador, à primeira vista, é levado a admitir como uma inflexão do terreno, ou como uma bacia em que as humidades acumuladas tenham feito brotar uma vegetação mais vigorosa e de tons mais intensos.

Alguns picos ou serros destacados, que se divisam ao longe, no território baiano, não conseguem modificar o aspecto geral da região, cuja monotonia nos revela ou nos trás no espírito o pressentimento da desolação e da esterilidade.

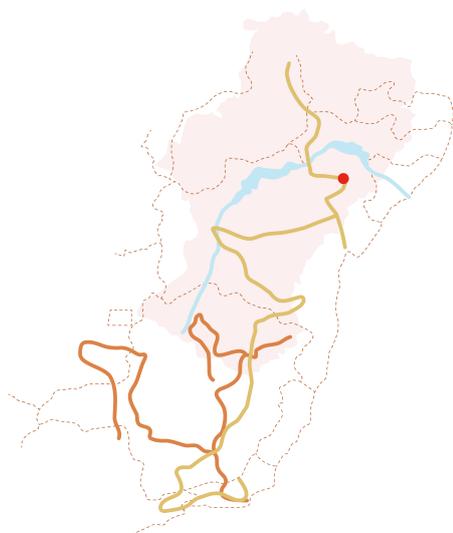
Tão longe como a vista pode aqui penetrar neste ambiente seco, e intensamente iluminado, estamos, decerto, dominando as paragens do divisor das águas do S. Francisco e do Vaza Barris, as terras outr'ora dominadas pelos *Orises*, o mesmo aspérrimo país dos *jagunços* revoltados de Canudos.<sup>64</sup>

Um pouco mais tarde, em 1883, agora como primeiro engenheiro na Comissão de Melhoramentos do rio São Francisco (organizada a partir dos estudos da Comissão Hidráulica, com o objetivo de executar as obras de melhoramento da navegação aliado a um sistema ferroviário), Sampaio levantou informações sobre o meteorito de Bendegó a pedido Derby, então diretor da seção de geologia do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Em carta de 31 de dezembro escreve,

Quanto às informações, que me pede a respeito da massa de ferro meteórico, pude apenas coligir as seguintes: pessoa que a viu, pois esta massa de ferro é bastante

<sup>63</sup> VENTURA, *Esboço biográfico*, [2003] 2019.

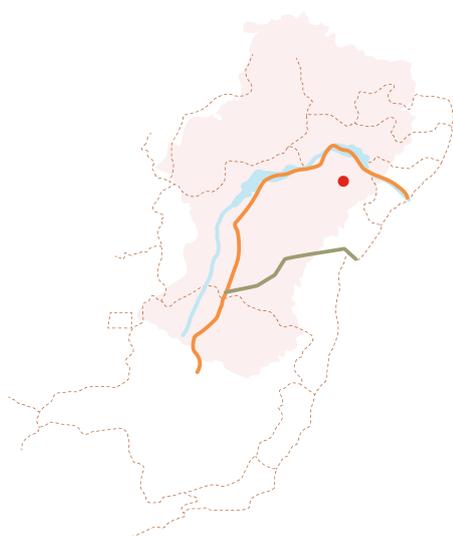
<sup>64</sup> SAMPAIO, *O rio S. Francisco e a Chapada Diamantina*, 1905, pp. 25–6.



**Figura 7:**

Diagrama dos trajetos feitos pelas explorações científicas estrangeiras no Brasil. Em *alaranjado*, o percurso de Saint-Hilaire e, em *amarelo*, o de Martius.

Fonte: autor, 2024.



**Figura 8:**

Diagrama dos trajetos feitos por Theodoro Sampaio pelo interior do Nordeste. Em *alaranjado* a rota feito junto a Comissão Hidráulica do Império ao longo do rio São Francisco; e em *verde*, o trajeto de volta a Salvador, feito a pedido de Roberts, percorrendo o interior do estado da Bahia.

Fonte: autor, 2024.

conhecida nos sertões de Monte Santo, diz que o sítio onde ela para se denomina Bendegó, é uma fazenda de criar, situada à margem do rio daquele nome, afluente do rio Vaza-Barris, cerca de 12 para 14 léguas a NE da vila de Monte Santo e cerca de 27 a 30 da povoação de Queimadas, onde passa a via férrea em construção. O meu informante refere que um indivíduo, proprietário da referida fazenda, já tentara com o auxílio de muitas juntas de bois retirar a referida massa de ferro do leito do riacho, mas o tamanho dela, o peso, a falta de meios adequados para a mover, foram a causa do insucesso.<sup>65</sup>

O meteorito era conhecido desde 1784, quando um certo Joaquim da Motta Botelho comunicou ao governador da Bahia, Rodrigo José de Menezes, ter encontrado uma “pedra extraordinária, que supunha conter ouro e prata”. No ano seguinte, Menezes determina a condução da rocha ao cais mais próximo, para que de lá fosse remetido a Salvador. O capitão-mor de Itapicuru, Bernardo Carvalho da Cunha, fica encarregado da tarefa, a qual tenta executar por meio da construção de um carretão de madeira puxado por bois. Com extrema dificuldade, o capitão-mor conseguiu colocar o meteorito sobre o carretão que, não suportando o peso, tombou no início do trajeto (lançando a rocha 180m de seu ponto original). Depois disso, alguns viajantes descreveram o meteorito e dele retiraram fragmentos para análise no Rio de Janeiro e no exterior. Em 1886, Derby conseguiu, por intermédio do diretor de operações do prolongamento da estrada de ferro de Salvador ao São Francisco, que o engenheiro Vicente José de Carvalho, chefe da seção daquele prolongamento, reconhecesse o meteorito e verificasse meios possíveis para efetuar-se a sua remoção. Tal tarefa ficou a cargo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que realizou-a em 1887 com recursos do ministério dos Negócios, Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Para retirá-lo do local onde se encontrava e transporta-lo até a estrada de ferro, o engenheiro José Carlos de Carvalho (1847-1934), chefe da comissão encarregada da remoção do meteorito, projetou um carretão metálico, movimentado sobre trilhos e puxado por tração humana, que, também, iam dispendo os trilhos um em seguida do outro ao longo do caminho [FIGURA 9]. O meteorito foi, assim, baldeado para estrada de ferro via Alagoinhas até a estação de Calçada em Salvador, de onde embarcou para o Rio.

O interesse dos militares em informações e representações cartográficas da região de Canudos, tinha razões táticas e, também, de ordem prática. Como a região era praticamente desprovida de infraestrutura, era necessário a abertura de estradas, a construção de pontes e pontilhões, o estabelecimento de uma linha telegráfica e outras vias de comunicação, além do planejamento para o abastecimento de recursos e munições e a garantia de alimentos para os soldados que se deslocavam para a linha de batalha. Um dos principais responsáveis por esse planejamento foi o tenente-coronel José Siqueira de Menezes, chefe da comissão de engenharia do Exército. Sob o pseudônimo Hoche, o militar escreveu ao jornal *O País* sobre alguns dos desafios enfrentados na execução dessas obras: a linha telegráfica, por exemplo, sofreu inúmeros reveses, da demora nas remessas de material, ao “desacordo de sistema, forma e dimensões em seus diferentes detalhes; a grossura do fio [...], a falta de pessoal suficiente e habilitado e sobretudo a deficiência de

<sup>65</sup> SAMPAIO [1883] apud. CARVALHO, *Meteorito de Bendegó: relatório*, 1888, p. 16.

meios de transporte [...]”. De sua autoria, vale destacar um mapa do arraial e suas imediações, talvez a cartografia mais precisa do arraial até aquele momento e que foi usada e reproduzida pelos cronistas-testemunhas e em suas obras sobre o episódio [FIGURA 11].<sup>66</sup>

No dia seguinte à publicação de ‘A nossa Vendaia (II)’, ocorreu em Canudos o primeiro grande assalto ao arraial, após lenta movimentação das duas colunas que compunham a quarta expedição militar. A batalha de 18 de julho foi um dos maiores momentos da guerra, um combate de muitas horas de duração e que infligiu, ao menos, mil baixas ao exército brasileiro. No dia 19 de julho, os pedidos de reforços para a linha de batalha já eram de conhecimento da opinião pública, divulgados por uma imprensa em crescente descrença com a condução da campanha militar contra o arraial. Parecia inacreditável que após meses de planejamento e espera, o exército brasileiro sofria uma nova derrota frente aos seguidores de Antônio Conselheiro. Parte dos jornais, então, decidem enviar jornalistas diretamente ao cenário do confronto, em um tipo de cobertura até então inédita no Brasil. Pelo menos nove jornais, dois de Salvador, cinco do Rio de Janeiro e dois de São Paulo, mantiveram correspondentes em Canudos entre abril e outubro de 1897.<sup>67</sup>

O primeiro a chegar no cenário de guerra foi Manuel Benício, correspondente do respeitado *Jornal do Commercio* (RJ), que acompanhou a segunda coluna (liderada pelo coronel Savaget) do



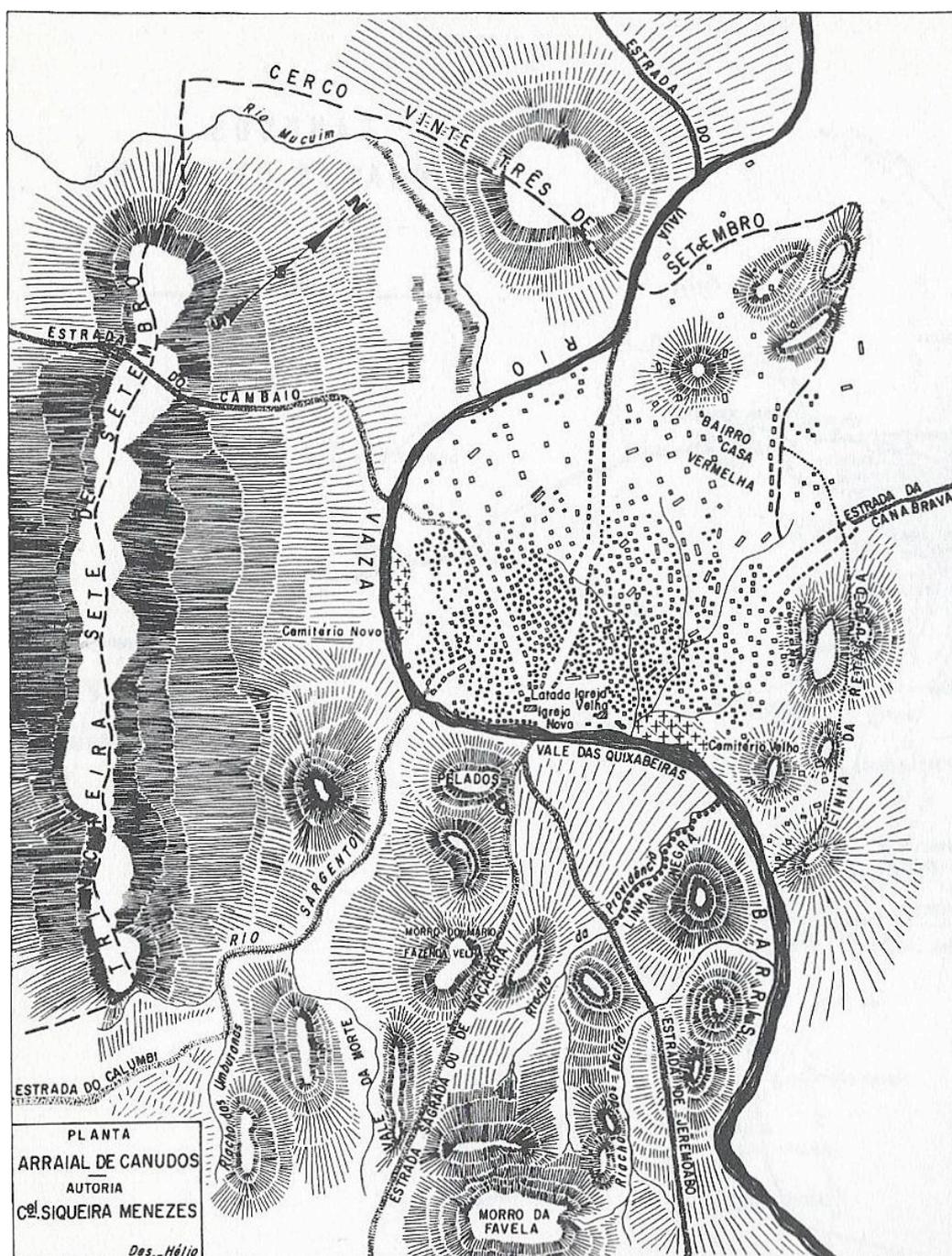
**Figura 9:**

Transporte do meteorito de Bendegó, com destaque para o carro que o transportou até a estrada de ferro, projetado pelo chefe da comissão José Carlos de Carvalho.

Fonte: Carvalho, 1887.

<sup>66</sup> *O País* [8 de set. 1897] apud GALVÃO, *No calor da hora*, 1974, p. 457.

<sup>67</sup> GALVÃO, *No calor da hora*, 1974.



**Figura 10:**

*Planta do arraial de Canudos,*

Cel. Siqueira Menezes, 1897.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



início das suas movimentações até Canudos, onde chegou no dia 28 de junho.<sup>68</sup> Ao longo de um mês enviou relatos críticos sobre a campanha a sua redação e, como represália, teve suas condições de trabalho cada vez mais limitadas — foi excluído das reuniões do estado-maior, foi proibido de entrevistar os oficiais e, por fim, foi pressionado (até mesmo com ameaças de morte) a abandonar Canudos (o que ocorreu ao final de julho). Os correspondentes que foram a Canudos não tinham completa autonomia sobre o que produziam, precisavam se credenciar junto ao estado-maior e eram rigorosamente selecionados, daí a origem militar de muitos desses correspondentes, em geral oficiais da ativa ou reformados (Benício era capitão reformado, Euclides, tenente reformado, Fávila Nunes, coronel reformado etc.). A censura acontecia, principalmente, sobre os telegramas (meio pelo qual eles enviavam pequenos textos informativos as redações, com atualizações do dia-a-dia da campanha), que precisavam ser submetidos a um oficial de imprensa do Exército. Todos os telegramas que partiam de Monte Santo eram controlados pelos militares. As cartas, por outro lado, meio pelo qual eram enviados os relatos mais longos, não eram verificadas prontamente, porém impunham outras dificuldades: era necessário contratar mensageiros que as levassem até a estação de Queimadas (já que os militares não disponibilizavam suas estruturas de organização), e contar com as falhas comuns do sistema dos correios da época, com atrasos e extravios (por isso, nem sempre as reportagens eram publicadas em ordem cronológica).<sup>69</sup>

As condições de Euclides como correspondente foram um pouco melhores que as dos demais: foi nomeado adido ao Estado-maior do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt (1840–1897), que por interesses políticos, iria acompanhar pessoalmente o desfecho do confronto. A posição, que garantia ao escritor acesso direto às lideranças militares e lhe dava direito a um ordenança, fora arranjada pelo jornalista Júlio Mesquita (1862–1927), proprietário d'*O Estado de S. Paulo*, diretamente junto ao presidente da República.<sup>70</sup> Alinhados politicamente, Mesquita e Prudente de Moraes tinham interesses particulares na nomeação de Euclides: o primeiro esperava ter acesso direto ao planejamento das operações e informações vedadas a outros veículos, enquanto o segundo ansiava por uma cobertura positiva diante das adversidades das expedições anteriores (garantia que achava ter encontrado em Euclides e na sua fé republicana, reiterada em seus artigos para o jornal). Em telegrama enviado de São Paulo, em 29 de julho, Mesquita escreve:

Quero dever-lhe o favor de conseguir que Carlos Machado nomeie para seu Estado-Maior o Tenente Euclides da Cunha. Este é meu companheiro de redação do *Estado*. Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico. O Sr. compreende quanto, como redator do *Estado*, me interesse por esta nomeação. Peço resposta hoje.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Sua primeira carta publicada, enviada de Salvador, é datada de 26 de março.

<sup>69</sup> BARTELT, *Sertão, república e nação*, 2009.

<sup>70</sup> João Pais foi o ordenança nomeado para acompanhar Euclides durante toda a viagem, de agosto a outubro. Foi com a sua ajuda que o escritor conseguiu sair de Canudos quando adoeceu nos últimos dias de guerra.

<sup>71</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 163.

No dia 3 de agosto, como parte da comitiva do ministro Bittencourt, Euclides embarcou no vapor Espírito Santo no Rio de Janeiro em direção a Salvador. Foi o último correspondente a chegar a Canudos para a cobertura do conflito. Chegou no dia 16 de setembro de 1897, por volta das 14 horas.

### 2.3 O LIVRO VINGADOR

Euclides da Cunha chegou em Salvador no dia 7 de agosto de 1897, onde permaneceu até o dia 30. Dali seguiu de trem por Alagoinhas até Queimadas, de onde partiu cavalgando via Tanquinho, Cansanção e Quirinquinquá até Monte Santo. Após três dias de viagem, percorrendo 120 quilômetros a cavalo, atingiu Canudos. Como correspondente de *O Estado de S. Paulo*, publicou 32 artigos, além de enviar 54 telegramas, com breves notícias sobre o desenrolar dos combates.<sup>72</sup> Das cartas enviadas ao jornal, onze tiveram como origem a capital baiana (datadas de 7 a 23 de agosto) e a partir do dia 31 são remetidas as demais, sendo a última enviada de Canudos com data de 1º de outubro, quatro dias antes do assalto final ao arraial.<sup>73</sup> Ao longo da viagem, o escritor alimentou uma caderneta de campo, onde anotou suas primeiras impressões sobre o evento, compilou pesquisas, feitas em arquivos públicos e notícias de jornais baianos, ordens do dia militar, além de expressões da oralidade local. Esses escritos, em sua totalidade, são entendidos como o embrião do que viria a ser *Os sertões* alguns anos mais tarde, apesar das diferenças significativas com que alguns temas foram tratados nos primeiros escritos e no livro de 1902.<sup>74</sup>

Em Salvador, a estadia prolongou-se muito além do esperado pelo engenheiro-escritor. Hospedado na casa de um tio paterno por mais de vinte dias, Euclides chegou a externar sua preocupação quanto a demora da sua ida a Canudos em carta ao jurista Reinaldo Porchat (1868–1953): “infelizmente o ministro não permitiu que eu precedesse e fosse esperá-lo em Canudos; de sorte que temo não ir a tempo de assistir à queda do arraial maldito”.<sup>75</sup> Enquanto esperava a autorização do ministro da Guerra para seguir viagem, Euclides levantou junto a oficiais que retornavam do interior informações sobre o desenrolar do conflito e pesquisou em arquivos da cidade informações sobre a região e dados biográficos de Antonio Conselheiro. Vale destacar ainda, que durante a sua permanência na capital baiana, o escritor acompanhou o interrogatório do menino

<sup>72</sup> Euclides enviou ainda outros três telegramas sobre a campanha diretamente a Campos Salles, também, reproduzidos no *Estado*. Ao todo, foram 34 artigos e 57 telegramas sobre Canudos escritos durante a viagem.

<sup>73</sup> Segundo Andrade (2003, p. LI) a “irregularidade de chegada à redação, patente no desencontro de suas datas com as do jornal, em que vemos trabalhos mais velhos só publicados depois de outros mais recentes, autoriza a suposição de que algumas [cartas] ali nem tenham chegado, extraviando-se”.

<sup>74</sup> Sabe-se que Euclides também levou consigo durante a viagem uma máquina fotográfica portátil e que chegou a usá-la. O próprio autor aponta isso em trecho de sua caderneta, em que descreve a cidade de Tanquinho: “Fotografei esse lugar insípido” (CUNHA, 2009, p. 76). A informação é confirmada pelo correspondente do jornal *A Notícia*, Alfredo Silva, que em carta de 19 de setembro de 1897 escreve: “[...] o dr. Euclides da Cunha conseguiu obter por meio de portátil máquina fotográfica alguns pontos de Monte Santo, enorme pedreira que o colega supunha de granito e que verifiquei ser de quartzito puro” (SILVA apud GALVÃO, 1974, p. 424). É provável que o escritor tenha perdido a câmera durante o trajeto a Canudos, uma vez que não há outras menções a possíveis registros. A câmera e os negativos nunca foram encontrados.

<sup>75</sup> CUNHA, [correspondência] a Francisco Escobar, 20 de ago. 1897.

Agostinho, de 14 anos, feito prisioneiro pelos oficiais do Exército, descrevendo o episódio em carta de 19 de agosto ao *Estado*. Nela, Euclides apresenta outras lideranças de Canudos (como João Abade, Pajeú, Pedrão etc.) e procura estabelecer uma possível organização interna do arraial. O próprio autor confessa que fez intervenções durante o interrogatório, indagando o adolescente sobre a origem do armamento usado pelos canudenses.<sup>76</sup>

Como correspondente, Euclides “atendeu plenamente às expectativas do jornal e do governo e produziu — por convicção pessoal ou por autocensura — uma cobertura francamente favorável ao esforço de guerra contra” Canudos. No geral, adotou um tom otimista em relação à movimentação militar, com inúmeras previsões (sucessivamente fracassadas) de vitória iminente das forças militares, além de divulgar muitas notícias que, posteriormente, se comprovaram falsas.<sup>77</sup> De acordo com Andrade, Galvão e Santos, a versão de que Euclides, horrorizado com a experiência da guerra, teria mudado instantânea e radicalmente de posição sobre as causas do confronto é pouco plausível.<sup>78</sup> Andrade atesta que nem mesmo a tese da conspiração monárquica havia sido reelaborada por ele. Ainda que as menções à República percam espaço nas cartas, com o autor tornando-se “mais reticente, menos ardoroso no entusiasmo republicano”, elas ainda aparecem até o último artigo sobre o tema escrito pelo autor para o *Estado*.<sup>79</sup> ‘O batalhão de São Paulo’ é um texto curto e eloquente, que cobre de méritos e valentia a ação dos oficiais que atuaram na campanha (sobretudo, o regimento que dá nome ao artigo), por conta da sua “rara e notável subordinação ao dever e na extraordinária dedicação à República que ele sempre patenteou”.<sup>80</sup>

A reviravolta de opinião expressa em *Os sertões* cinco anos mais tarde, que para Galvão garante ao livro o título de “maior *mea culpa* da literatura brasileira”, foi assentada por Euclides conjuntamente à opinião pública nos meses e anos posteriores a destruição do Belo Monte.<sup>81</sup> Vale lembrar, que o livro de Euclides foi um dos últimos a ser publicado por um dos cronistas-testemunhas da guerra, e pelas inúmeras paráfrases presentes nele, sabe-se que o escritor teve contato com essas publicações anteriores. De todo modo, é lícito considerar que *Os sertões* se tornou a síntese da mudança de perspectiva da sociedade brasileira em relação à ação do Estado contra o grupo de Antonio Conselheiro. Já na apresentação do livro, Euclides é categórico em considerar a campanha militar contra o arraial como “um refluxo do passado [que] foi, na significação integral da palavra, um crime”.<sup>82</sup> Nessa nota preliminar o escritor também revela sua preocupação quanto a recepção do livro, uma vez que a história da campanha de Canudos havia perdido a atualidade. *Os sertões*, no entanto, era mais que uma denúncia dos crimes cometido pelas forças armadas durante a campanha: para Euclides, *Os sertões* era uma vingança, em que ele mesmo seria um “vingador

<sup>76</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003.

<sup>77</sup> SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 93.

<sup>78</sup> ANDRADE, *História e interpretação de Os sertões*, [1963] 2002; GALVÃO, *Polifonia e paixão*, [1994] 2009; SANTOS, op. cit.

<sup>79</sup> GALVÃO, *Polifonia e paixão*, [1994] 2009, p. 34.

<sup>80</sup> CUNHA, *O batalhão de São Paulo*, [1897] 2003.

<sup>81</sup> GALVÃO, *Polifonia e paixão*, [1994] 2009, p. 33.

<sup>82</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 11.

[tendo] desempenhado um grande papel na vida — o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...”<sup>83</sup>

O plano de produção de um livro sobre a campanha militar já estava previsto na sua contratação pelo *Estado de S. Paulo*, foi citado tanto no pedido de Mesquita a Prudente de Moraes, como nas páginas do próprio jornal, quando da nomeação de Euclides ao estado-maior do ministro da Guerra:

O ilustre moço, que é um dos nossos mais distintos colaboradores, partirá para o Rio no vapor em que embarcar o 1º Batalhão. Por contrato firmado com esta empresa, o dr. Euclides da Cunha nos enviará correspondências do teatro das operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antonio Conselheiro. Este trabalho será por nós publicado em volume. O dr. Euclides da Cunha é, como todos os nossos leitores sabem, um escritor brilhante e perfeitamente versado nos assuntos que vai desenvolver. O seu trabalho, por conseguinte, será interessante e constituirá valioso documento para a história nacional.<sup>84</sup>

Apesar do aparente comprometimento do veículo em publicar a obra que seria produzida pelo engenheiro-escritor, isso nunca ocorreu. No final, o livro foi publicado pela editora Laemmert (de propriedade dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert), com os custos de impressão pagos por Euclides (o que daria segurança aos editores em caso de baixa recepção), que comprometeu-se em dividir pela metade os eventuais lucros da publicação com a editora. Foram 1.200 exemplares impressos nessa primeira leva, que chegaram às livrarias no início de dezembro de 1902 e se esgotaram rapidamente. *Os sertões* teve três edições em apenas três anos (1902–05), o que é considerado um sucesso para os padrões da época. Todas elas foram cuidadosamente preparadas e revisadas obsessivamente por Euclides e, por esse motivo, a terceira edição de *Os sertões* é considerada a mais próxima do arranjo final desejado pelo autor.<sup>85</sup>

Em suma, *Os sertões* é uma narrativa da Guerra de Canudos, escrita com inúmeras reflexões sobre todas as áreas da ciência movimentadas anteriormente pelo autor, tanto em seus escritos sobre o assunto quanto a partir de novas leituras, dos mesmos campos de interesse. O esquema geral do livro é bastante determinista, formado por uma primeira parte intitulada ‘A terra’, seguida por uma segunda intitulada ‘O homem’ e uma terceira, mais longa e com subdivisões, cujo título é ‘A luta’. Em ‘A terra’, tem-se um exame das origens e da constituição geológica do continente americano, com o foco do enredo se restringindo cada vez mais, até se concentrar na região de Canudos. Ao longo desse movimento, são “estudados o solo, a flora, a fauna, o clima e as causas do fenômeno local das secas”. Na segunda parte, ‘O homem’, a mesma estratégia é empregada, partindo-se da análise da formação antropológica brasileira (formada pela confluência de três raças, a indígena, a branca e a negra), passando pelo histórico de povoamento e colonização do país, até

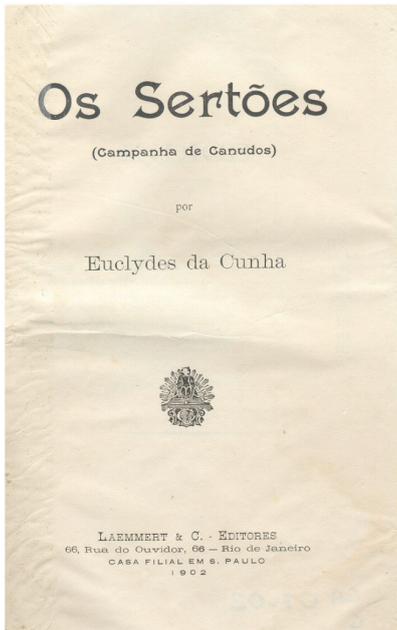
<sup>83</sup> CUNHA, [correspondência] a Francisco Escobar, 21 de abr. 1902.

<sup>84</sup> SANTOS, *Euclides da Cunha: uma biografia*, 2021, p. 90.

<sup>85</sup> VENTURA, *Euclides das Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019.

chegar a uma apresentação da população da região (seus tipos e costumes) e da trajetória do líder de Canudos, Antonio Conselheiro — cujo perfil é traçado como paradigmático do sertanejo. De acordo com Galvão, as duas primeiras partes não seriam propriamente narrativas, mas sim, “devido a sua natureza, a primeira descritiva e a segunda analítica”. Porém, ainda segundo a crítica literária, *Os sertões* é desde a primeira palavra intensamente narrativo. Na primeira parte, “é sobretudo a figura da prosopopéia ou antropomorfização dos elementos naturais, dotados de desígnios e sentimentos, que cabe a responsabilidade pelo caráter de narrativa”, enquanto na segunda, a apresentação da miscigenação (assunto principal da seção) como um processo, cumpre a mesma função. Para Galvão, ambas as abordagens não são alheias a manuais de Geologia e História, respectivamente, tipos textuais com os quais Euclides era familiarizado.<sup>86</sup>

A terceira parte do livro, ‘A luta’, cuja extensão corresponde ao dobro das duas anteriores somadas, narra a Guerra de Canudos, isto é, o histórico e os eventos ocorridos durante as quatro expedições militares contra o arraial. Desdobrando-se em seis capítulos, intitulados ‘A luta — preliminares’, ‘Travessia do Cambaio’, ‘Expedição Moreira César’, ‘Quarta expedição’, ‘Nova fase da luta’ e ‘Últimos dias’, esta seção “como que deflagra retroativamente as duas partes iniciais em que



**Figura 12:**

Frontispício da primeira edição de *Os sertões*, 1902.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

se encontram sistemas de metáforas prefigurando aquilo que vai ser episódio de crônica de guerra”. A construção desta parte foi feita por Euclides com base nos eventos que ele mesmo presenciou, nas anotações que produziu em sua caderneta de campo, nas cartas-reportagens enviada ao *Estado*, nas séries escritas por outros jornalistas, nos livros sobre a guerra editados antes do seu, nos relatórios administrativos do governo e nas ordens do dia militar. Nesse sentido, e somando-se aos seus interesses científicos, *Os sertões* é uma narrativa virtualmente polifônica, composta por um “imenso diálogo a muitas vozes, mediadas pelo narrador”, cuja condução do enredo apoia-se em um jogo de contradições (inerentes ao método deste tipo de escrita). Segundo Galvão, a estrutura da polifonia euclidiana reside na intertextualidade, na manipulação da ampla gama de informações, jogando um autor contra o outro, de modo que “as teorias ou as opiniões, mesmo quando opostas, não se cancelam. A correção ou incorreção de sua ciência não vem ao caso. As duas leituras, a ‘certa’ e a ‘errada’, são possíveis, só que

<sup>86</sup> GALVÃO, Polifonia e paixão, [1994] 2009, p. 35.

ambas coexistem no livro servindo ao mesmo princípio de construção literária”. Tudo isso, em meio a uma narrativa encadeada por antíteses, figura de linguagem que pressupõe o conflito, e pelo uso extensivo do oxímoro, figura que compõe-se de extremos.<sup>87</sup>

De acordo com Ventura, *Os sertões* é uma “obra híbrida, que transita entre a narrativa e o ensaio, entre a literatura e a história, [...] que oscila entre o tratamento científico e o enfoque literário, com excesso de termos técnicos e profusão de imagens”. A singularidade da interpretação de Euclides sobre o conflito de Canudos, reside na adoção de uma perspectiva ensaísta e historiográfica “que buscava enfocar os fatores e leis gerais, transformando o tema no que chamou de variante de assunto geral: ‘os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil’”.<sup>88</sup> Isto porque, o cerne do argumento de Euclides é que o isolamento do sertanejo, mestiços de índios e brancos (com pouca presença negra), estaria propiciando o surgimento de um grupo racialmente homogêneo. E, por estarem isolados espacialmente, os sertanejos teriam permanecido historicamente estagnados, distantes dos avanços e das ideias modernas. Para o autor, os moradores do Belo Monte, ao contrário dos ‘brasileiros’, ainda não tinham encarado o encontro inevitável com a civilização, processo que se materializava e se concluía com a intervenção do Estado sobre o arraial. Nesse sentido, *Os sertões* é essencialmente influenciado pelo pensamento de evolucionistas como Gumpowicz e Spencer, na noção de encadeamento linear da História, no “esmagamento inevitável da raças fracas pelas raças fortes”.<sup>89</sup> Para Moura, o apoio de Euclides na concepção spenceriana é responsável por grande parte dos equívocos cometidos por ela na sua interpretação social brasileira — apoiada na noção de uma hierarquia racial —, uma vez que o pensamento de Spencer “nada mais foi do que uma flor da expansão do imperialismo inglês”.<sup>90</sup>

Há, contudo, um sentido fortemente moral ao longo de todo o texto. Isto porque Euclides, traçou paralelos entre os dois lados do conflito, para ele, mergulhados no mesmo fanatismo e misticismo: tanto o oficial militar, como o sertanejo; tanto o coronel Moreira César, como Antonio Conselheiro; tanto a República, como o Belo Monte, refletiam a instabilidade dos anos iniciais do regime republicano.<sup>91</sup> Para a historiadora Heloísa Murgel Starling (1956–), a rigor, esse foi o “paradoxo com que [Euclides] alinhavou sua descoberta e seu principal argumento: a barbárie não estava confinada num recanto desconhecido e esquecido nos confins da Bahia, o litoral não se opunha ao sertão”. Ou seja, a marcante dualidade entre o litoral e o sertão, cujas imagens definiram o processo de ocupação do território e a consolidação da sociedade brasileira, não era encarada pelo autor como composta por opostos, mas antes, por noções complementares, em que uma era o reflexo da outra. Discutirei em detalhes tal ideia no próximo capítulo, convindo registrar por enquanto, que no pensamento de Euclides da Cunha, as imagens dessa dualidade, como bem apontado por Starling, traduziam “tanto uma representação do Brasil com sua abissal dimensão de

<sup>87</sup> Ibidem, pp. 36, 37.

<sup>88</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019, pp. 209–10, 207.

<sup>89</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 10.

<sup>90</sup> MOURA, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, p. 33.

<sup>91</sup> VENTURA, *Euclides da Cunha: esboço biográfico*, [2003] 2019.

vazio quanto a convicção de que, sugada por essa perigosa mas atraente barbárie, a própria República corria o risco de recuar no tempo e dissolver sua capacidade política de ação em impunidade, selvageria, tragédia”.<sup>92</sup>

*Os sertões* teve imenso impacto na vida intelectual do país e garantiu a Euclides fama instantânea e uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) um ano após o lançamento de sua primeira edição. O livro foi recebido com extremo entusiasmo pela crítica especializada da época, tratado como um livro de fôlego que, além de culto, expressava com grande sensibilidade as atrocidades do massacre contra Canudos. José Veríssimo (1857–1916), então considerado o maior crítico literário em atividade, chamou livro de ‘vigoroso’, ‘admirável’, ‘erudito’ e que tocava ‘fundo a alma’, “comovido até às lágrimas em face da dor humana”.<sup>93</sup> Outro crítico de renome, Tristão de Alencar Araripe Jr. (1848–1911), também rendeu-se fascinado pelo livro, que considerou “um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posto ao serviço de uma alma de poeta”.<sup>94</sup> Ambos os literatos ainda apontaram os excessos e falhas do autor, considerando como seu maior defeito a falta de simplicidade da linguagem empregada, carregada de termos técnicos, de arcaísmos, neologismos e expressões obsoletas. Poucas críticas foram menos favoráveis, como aquela escrita por José de Campos Novais, que com ironia expressava sua surpresa com as descrições da caatinga feitas por Euclides, que para o crítico revelavam considerável ignorância sobre o que já havia sido descrito sobre o bioma, especialmente, os trabalhos de Martius. Para Novais, Euclides teria apresentado “falta absoluta de base científica nas numerosas páginas em que se refere à flora local”; falta essa que, para ele, se ampliava em outras partes do livro, como em seus diagnósticos de Antônio Conselheiro.<sup>95</sup>

No geral, o livro recebeu menos críticas negativas do que positivas, o que contribuiu fortemente para o seu sucesso.<sup>96</sup> Nessa primeira fase de estudos, dominada pela perspectiva literária, Veríssimo, Araripe Jr. e Sílvio Romero assentam as bases da fortuna crítica. Em síntese, os autores acordam para a indefinição de gênero do livro, suas riquezas léxica e estética e os excessos no uso de termos técnicos e no cientificismo. A tendência dessa crítica era considerar o livro como portador de uma dupla inscrição, reconhecendo-o como livro de ciência e como obra literária. Orientação similar foi seguida por críticos posteriores, como Antonio Candido (1918–2017), para quem *Os sertões* é um “livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista”, e Alfredo Bosi (1936–2021), que considerava o livro “de pleno direito, no nível da cultura científica e histórica”.<sup>97</sup> Essa dupla inscrição estilística é

<sup>92</sup> STARLING, Onde só vento se semeava outrora, 2006, pp. 38, 39–40.

<sup>93</sup> VERÍSSIMO [1902] apud GALVÃO (org.), *Fortuna crítica*, 2016.

<sup>94</sup> Araripe Jr. [1902] apud ABREU, *O enigma de Os sertões*, 1998.

<sup>95</sup> Novais teria, inclusive, acusado Euclides de plágio. Segundo Santos (2021, p. 164) o crítico argumenta que Euclides teria descrito Antônio Conselheiro com as mesmas características que o escritor francês Ernest Renan atribuíra a Montano (um líder religioso cristão que teria vivido na Ásia Menor no século II d.C.). Uma das razões para essa associação era o “clima de liberalidade sexual” prevalecente na seita de Montano, mas que dificilmente se repetiria no arraial do Belo Monte, como afirmou Euclides em *Os sertões*.

<sup>96</sup> Além de Veríssimo e Araripe Jr., outros críticos importantes da época escreveram sobre *Os sertões*, como: Medeiros e Albuquerque no jornal *A Notícia*, José da Penha na *Gazeta de Notícias*, Leopoldo de Freitas no *Diário Popular*, Coelho Neto no *O estado de S. Paulo*, Múcio Teixeira no *Jornal do Brasil* e Moreira Guimarães no *Correio da Manhã* (Santos, 2021).

<sup>97</sup> CANDIDO, *Literatura e sociedade*, [1965] 2006, p. 140; BOSI, *História concisa da literatura brasileira*, [1970] 2018, s/p.

ainda mais enfatizada quando encara-se *Os sertões* no interior da história literária brasileira: a obra é contemporânea à produção madura de Machado de Assis e anterior às primeiras expressões propriamente modernistas. Para Galvão, a obra de Euclides não poderia ser mais distinta daquela produzida pelo expoente realista e, ao mesmo tempo, estava longe das ideias que culminariam na Semana de 22 (ainda não completamente formadas nos debates intelectuais brasileiros). Por isso, *Os sertões* acaba sendo classificado como pré-moderno, por falta de definição melhor.<sup>98</sup>

De todo modo, ali já estão presentes muitas das preocupações com as quais o Movimento Moderno se debruçou duas décadas depois, como o interesse pelos interiores do Brasil,

a reflexão sobre a especificidade das condições históricas do país, na medida em que já em *Os sertões* Euclides realizara um mapeamento de temas que se [tornaram] centrais na produção intelectual e artística do século XX, ao debruçar-se sobre o negro, o índio, os pobres, o sertanejos, a condição colonizada, a religiosidade popular, as insurreições, o subdesenvolvimento e dependência. Aí fincam suas raízes não só o modernismo mas também o romance regionalista de 1930 e o nascimento das ciências sociais no país na década de 1940.<sup>99</sup>

Em vista disso, vale destacar que tanto Euclides como outros intelectuais do seu período atribuíram a si e a seu trabalho um sentido ativo, missionário até, de atuação. Decorre daí o estilo a um só tempo literário, científico e político dessas produções, que não era efeito de mero artifício de expressão de classe (seja das camadas dominantes ou das médias em busca de ascensão), mas a experiência de profissionais-intelectuais interessados na elaboração de teorias sobre o Brasil, sua formação social, política e artística. O que boa parte desses intelectuais defendia era a “afirmação de um conhecimento da realidade social em bases científicas que orientasse o processo de consolidação do Estado nacional e seu papel pedagógico de construtor da nação”.<sup>100</sup>

Em Euclides, particularmente, essa experiência intelectual era a ‘experiência brasileira’, expressão com a qual o filósofo Paulo Arantes (1942–) condensa “certa sensação de dualidade que impregnaria a vida mental numa nação periférica”, decorrido de uma certa “divisão íntima que opõe o sentimento brasileiro à imaginação europeia”. Próprias dessa dupla fidelidade, desse ‘sentimento de dualidade’, seriam produções marcadas por tensões, em que o seu apoio em muitos pontos de vista, acabavam por revelar as contradições de um objeto.<sup>101</sup> *Os sertões* também é um tipo de ensaio marcado por forte imaginação crítica, essencialmente literário, em que tais traços são explorados para propósitos múltiplos: como para manter o ritmo narrativo (em que há períodos apenas auditivos, com palavras apenas sonoras, sem nenhum sentido científico); o de suprir lacunas do

<sup>98</sup> GALVÃO, Polifonia e paixão, [1994] 2009.

<sup>99</sup> A autora continua, “as numerosas emendas a que submeteu as sucessivas edições de *Os sertões*, enquanto viveu, apontam para um progressivo abrasileiramento do discurso” o que significa, do ponto de vista da linguagem adotada, “a prosódia vai aos poucos ganhando da ortoépia, esta sim portuguesa, mostrando que o ouvido do autor ia desautorizando sua sintaxe e, principalmente, sua colocação de pronomes, anterior” (GALVÃO, [1994] 2009, p. 28).

<sup>100</sup> LIMA, *Um sertão chamado Brasil*, 1999, p. 49.

<sup>101</sup> ARANTES, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, [1992] 2021, p. 17.

conhecimento do autor sobre determinados temas abordados. No plano geral, esses tensionamentos ajudam a conservar a estrutura ensaísta (quase tratadista) de seu texto: uma narrativa dos eventos de Canudos centralizado em um eixo aparentemente rigoroso, mas onde, também, os diferentes campos da ciência e da imaginação estão em permanente tensão, em conflito.

Esse arranjo interno ao texto, revela outro no interior da experiência brasileira: é que nesses autores, a oscilação entre dois níveis de cultura tendia a se satisfazer pela incorporação do “meio rústico à norma culta do Ocidente, assegurando ao mesmo tempo a recíproca da aclimatação colonial” de uma disciplina europeia.<sup>102</sup> O militar, historiador e sociólogo Nelson Werneck Sodré (1911–1999) identificava nessa noção o problema da ideologia do colonialismo, isto é, a presença de prolongamentos do pensamento europeu, que revestidos por uma aparência científica, impunham sobre a intelectualidade brasileira mitos e preconceitos sobre a realidade nacional. Evidência desse descompasso, seria a dificuldade em associar integralmente o caso brasileiro à teoria europeia, uma vez que a ortodoxia das disciplinas e das instituições estrangeiras não acomodavam as particularidades da formação brasileira, e nem se reproduziam de forma idêntica no contexto nacional. Em Euclides, particularmente, esse traço seria flagrante nas diferenças significativas existentes entre seus escritos como correspondente e a síntese elaborada em *Os sertões*. Para além de diferenças de qualidade (de um rascunho para um livro), há distinções de perspectivas e interpretações sobre o episódio que, ausentes nas crônicas-testemunhos, se revelam no livro. Não há nos textos anteriores a *Os sertões* referências à inferioridade da raça, ou do clima, e mesmo a noção de fanatismo religioso como uma forma de paranóia tem pouquíssimas aparições.<sup>103</sup>

Para Sodré, esse dualismo da experiência brasileira aparece na produção euclidiana, principalmente, durante a elaboração do livro, quando o autor procura na teoria científica dominante as explicações para o que presenciara no cenário do conflito:

Vai a Canudos, presencia a luta tremenda que ali se trava, e transmite ao seu diário as impressões indeléveis, honestas, exatas — o sertanejo é um titã. Volta de Canudos e arma-se de bagagem teórica para fazer do rascunho um livro, e apenas traduz as teorias alheias, enfatizando-as — e o sertanejo é uma sub-raça, e o cruzamento é um desastre genético, e o negro e o índio são raças primitivas, e há uma seleção natural, e deve-se aplicar às sociedades as teses do transformismo e do evolucionismo, daquele falso materialismo que, em suma, foi o aborto científico de fase justificatória e apologética...<sup>104</sup>

Moura concorda com essa observação e aponta que a principal transformação entre as produções de um período e de outro, ocorre na importância assumida pela questão racial. Tal redirecionamento, segundo o sociólogo, seria uma evidência coletiva desse prolongamento ideológico no pensamento brasileiro, em que a intelectualidade do período era bastante “limitada no seu campo de

<sup>102</sup> ARANTES, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, [1992] 2021, p. 20.

<sup>103</sup> SODRÉ, *A intuição e a superstição*, 1960.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 142.

conhecimento pela faixa de preconceitos e interesses que o racismo representava”.<sup>105</sup> Isso justificaria, dentre outras coisas, a maneira compassiva com que o escritor encerra *Os sertões*, retratando o conflito de Canudos como um verdadeiro fratricídio cometido pelo Estado brasileiro, contudo inevitável frente ao processo de modernização histórica.

Gilberto Freyre, cujo estudo sobre Euclides marca o início dos estudos fortemente sociais sobre *Os sertões*, já percebia que os textos do autor sobre Canudos (e, também, aqueles produzidos posteriormente por ele sobre a região amazônica) expressavam esse tipo de dualidade. A força da narrativa euclidiana, carregada de empatia aos seus concidadãos (principal atributo d’*Os sertões* na visão do sociólogo), cede em muitos trechos de sua grande obra, espaço à generalizações que chegam a sacrificar “as contradições, as transições, os contrastes que se agitam dentro de um problema complexo de sutil psicologia ou história”. Para Freyre, é evidente uma disjunção entre a experiência empírica do escritor e a sua tentativa de síntese interpretativa: era como se Euclides enxergasse com sensibilidade as situações do episódio, mas lhe faltasse, debruçado sobre seus livros, apoio teórico que o ajudasse a enquadrar aquilo que testemunhara.<sup>106</sup>

Freyre dá razão às críticas as quais o autor em *Os sertões* concede importância exagerada ao problema étnico, “parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada ‘economia agrário-feudal’ sobre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo



**Figura 13:**

Cadermeta de campo de Euclides da Cunha. Da esquerda para a direita: frontispício, página 1 e página 96.

Fonte: CUNHA, [1897] 2009.

<sup>105</sup> MOURA, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, p. 14.

<sup>106</sup> FREYRE, *Engenheiro alongado em social e humano*, [1941] 2013, p. 60.

biológico — a mistura de raças — como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional”.<sup>107</sup> No entanto, até mesmo na produção do sociólogo essa apreciação é um pouco nebulosa, uma vez que na sua visão a forma assumida pelo sistema econômico implantado na colônia era o grande responsável pela divisão e pela hierarquia socialmente existente. A monocultura latifundiária, e não a coerção ao trabalho ou os mecanismos de repressão, era a principal explicação histórica para a desigualdade estrutural da sociedade brasileira, já que, na sua concepção, o sistema escravista tivera uma imensa capacidade de rebaixar moralmente tanto senhores, quanto escravos. Os colonizadores portugueses eram vistos como vítimas de uma perversão do instinto econômico, cujo papel no processo de colonização foi entendido de forma fatalista, como sendo o único capaz de “resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil”.<sup>108</sup> Se durante o período escravista essa aceção colocava o negro escravizado em uma posição de passividade (indissociável da sua condição de escravizado e que o deformava e o fragmentava), semelhante lugar foi destinado aos sertanejos: em Euclides devido a sua incapacidade biológica (mestiçagem) e em Freyre em razão de seu atraso cultural.<sup>109</sup>

A análise de Freyre centraliza-se na lógica de que a formação e a vocação de Euclides para a engenharia predominavam na sua percepção do mundo e fundamentavam o seu entendimento dos homens e das relações entre eles. Como até aquele momento muitas críticas dirigidas ao escritor tinham relação com a sua linguagem técnica (e, de certo modo, obsoleta), Freyre reverte essa acusação, demonstrando que aderir à perspectiva de engenheiro de Euclides poderia ser mais frutífero para o entendimento de sua contribuição às ciências nacionais.<sup>110</sup> O sociólogo busca com isso, sedimentar o entendimento duplo de *Os sertões* (como livro de ciência e de literatura) e apaziguar uma disputa velada existente entre os profissionais de ciências e os homens de letras existente em fins do século XIX (misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários), que teve reverberações nas primeiras décadas do século XX.<sup>111</sup> Nesse sentido, Freyre e Euclides compartilham semelhanças na maneira como enxergavam o Brasil, tanto na ética do trabalho exercido por cada um — o último, focado em aplicar utilmente a engenharia a serviço dos outros e do país; enquanto o sociólogo procurava inserir a sociedade brasileira no quadro das nações globais —, como no caso de Canudos, na perspectiva do desenvolvimento e do atraso, expressa em ambos pela mesma dualidade entre litoral e sertão: sendo no autor de *Os sertões* sob a forma do choque entre as raças e, em Freyre, assumindo a noção do choque entre culturas. Ele chegou mesmo

---

<sup>107</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>108</sup> FREYRE, *Casa grande e senzala*, [1933] 2019, p. 323.

<sup>109</sup> O entendimento de Gilberto Freyre em relação ao negro escravizado como agente social é um pouco mais complexo, ele enxergava no escravismo o processo de desenraizamento do meio social e familiar a que os escravizados foram submetidos; mas, tanto por este processo, como pela compulsão ao trabalho, ele defendia que o escravizado foi levado a um comportamento imoral e, por isso, sem forças para provocar mudanças estruturais no meio social.

<sup>110</sup> GALVÃO, Introdução, *Perfil de Euclides e outros perfis*, 2013.

<sup>111</sup> SCHWARCZ [1993] apud SANTANA, op. cit., p. 35.

a afirmar que o “movimento do Conselheiro foi principalmente um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões”.<sup>112</sup>

No tipo de interpretação culturalista, a qual Gilberto Freyre foi o maior expoente no pensamento brasileiro, os aspectos e confrontos da vida social são entendidos como entrechoques culturais, relegando ou tratando com irrelevância os diferentes conflitos existentes em uma sociedade. De modo geral, nesta perspectiva, os choques entres os diferentes grupos são encarados como um processo progressivo de acomodação ou assimilação de uma cultura por outra. Assim, no processo de formação da sociedade brasileira, as culturas indígena e negra seriam assimiladas pela cultura portuguesa-europeia, considerada mais ‘evoluída’ e, por isso, dominante. Quando o sociólogo afirma que a grande mensagem de Euclides era a necessária união do sertão com o litoral “para salvação — e não apenas conveniência — do Brasil”, ecoa seu entendimento histórico da formação do país como a “civilização mais estável da América Latina”, construída sobre a unidade da ‘monocultura latifundiária’.<sup>113</sup> Sobretudo em *Casa grande e senzala* [1933], Freyre encara o sistema econômico e o modo de produção colonial como um sistema harmônico aglutinado pelo poder de mando e de jurisdição do senhor de engenho. Essa autoridade se materializava no controle exercido pelo senhor sobre todos aqueles residentes no interior de suas terras e aqueles que, de uma maneira ou de outra, dependiam delas. Era a obediência ao senhor de engenho, portanto, o elo que costurava a harmonia do sistema, mesmo entre aqueles considerados por Freyre como antagonistas em extremos opostos da vida social, o próprio senhor e seus escravizados.<sup>114</sup> Nessa linha de raciocínio, não há, portanto, protagonismo para figuras como Antônio Conselheiro, encarado como um ‘místico’, um ‘asceta terrível’, um ‘monge quase mal-assombrado’. As ações do peregrino poderiam até incomodar as elites locais, mas na estrutura política gestada no Brasil era apenas um sintoma do descompasso do desenvolvimento do país como nação. Por isso, Freyre considera o perfil do Conselheiro traçado por Euclides como verdadeira obra-prima sociológica, não por suas características messiânicas, mas por sua síntese do “tipo sertanejo isolado da civilização do litoral, de vítima desse isolamento, [...] cercado de beatas, de velhas, de doentes, de brancos, de negros, de caboclos, de centenas de brasileiros pervertidos pelo mesmo isolamento que ele”.<sup>115</sup>

O sociólogo chega a aventar a possibilidade do movimento liderado por Antônio Conselheiro ter “alguma coisa de revolta dos oprimidos”, pois, segundo ele, foi este o diagnóstico dado pela intelectualidade europeia ainda durante o período do confronto. Segundo o autor, “a resenha do *Hachette*, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico quando faz do Conselheiro — um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial — curiosa figura de profeta que pregava ‘*le communisme en même temps que le rétablissement de la monarchie...*’”.

<sup>112</sup> FREYRE, Engenheiro alongado em social e humano, [1941] 2013, p. 71.

<sup>113</sup> FREYRE, Engenheiro alongado em social e humano, [1941] 2013, p. 44; *Casa grande e senzala*, [1933] 2019, p. 43.

<sup>114</sup> Em Gilberto Freyre os indígenas são encarados como apartados da sociedade plantacionista brasileira, nunca, de fato, sendo totalmente incorporados à ela. Do ponto de vista da organização agrária, o homem indígena (considerado ‘móvedico’ e refratário) nunca se deixou absorver pela lógica do trabalho nas plantagens; enquanto a mulher indígena teve papel importante na formação da família brasileira, mas não como mão de obra na economia colonial.

<sup>115</sup> FREYRE, [1941] 2013, p. 59.

Mas, para Freyre, o aspecto ‘comunista’ e ao mesmo tempo ‘monarquista’ foi comum a muitos movimentos brasileiros no século XIX, os quais são “classificados vagamente como surtos de misticismo doentio entre grupos isolados”.<sup>116</sup> Ou seja, mesmo suspeitando do fundamento social (do embate entre classes, da luta entre opressores e oprimidos) presente em Canudos, a associação de Freyre ao culturalismo o leva, mais uma vez, a associar a contenda canudense ao entrelaçamento cultural entre os diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira. Isso leva o autor a considerar que Euclides soube olhar com lucidez para a problemática social que envolvia o episódio.

Há, no entanto, uma consideração importante feita por Freyre, que pondera o pessimismo de Euclides diante da miscigenação como não absorvente. Isto é, para o sociólogo, o fatalismo com que Euclides encarava a mestiçagem não o privou completamente de considerar as ‘poderosas influências sociais’ que contribuíram no Brasil para o desenvolvimento da desigualdade. Na leitura de Freyre essas influências serviram em terras brasileiras para o aparecimento de “condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa ocidental”; sendo, na realidade, traços de “patologia social, que o isolamento de populações, no sertão e mesmo nas proximidades do litoral” conservava. Essa posição, compreensível dentro do debate intelectual do período, expõe como já em Euclides a questão da concentração de terra era vista (ainda que timidamente) como um prolongamento no espaço e no tempo dos privilégios e poderes dos sesmeiros coloniais. É claro, que em Euclides esse aspecto está longe de ser determinante para a explicação de Canudos, mas corrobora os argumentos de seus mais atentos leitores que para o autor de *Os sertões* faltou referências sociais mais sólidas na construção da sua interpretação da formação brasileira. Como conclui Freyre, o sentido e o esboço geral do drama foram percebidos por Euclides, mas os fortes “preconceitos cientificistas — principalmente da raça”, perturbaram a sua análise do todo.<sup>117</sup>

De todo modo, *Os sertões* é para Gilberto Freyre um exemplo notável tanto de literatura, como de ciência. Mais do que isso, para ele *Os sertões* é uma grande obra de revelação: texto em que o autor denuncia com voz bíblica, de profeta do *Velho Testamento* “os crimes de alguns dos brasileiros, seus contemporâneos; e [as] opressões [...] sofridas de seus próprios patrícios por outros brasileiros”. Apesar da tendência de Euclides em engrandecer e glorificar, a revelação que Freyre enfatiza se refere, mais intensamente, na influência que *Os sertões* exerceu na produção brasileira (literária e científica), deixando como grande exemplo aos seus compatriotas mais jovens a procura no “conhecimento quanto possível vivo, direto, dos fatos brasileiros, matéria para a criação ou expressão literária. [Estimulando] assim o desenvolvimento, em nosso país, de uma literatura firmada na observação, no estudo, na análise de fatos caracteristicamente nacionais [...]”. É este o principal fator que faz de Euclides um escritor “adiantadíssimo para o Brasil de 1900”, um escritor que pela primeira vez no Brasil se dispunha a lidar com um universo não urbano e que buscou

---

<sup>116</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>117</sup> FREYRE, [1941] 2013, p. 68.

obsessivamente (mesmo com seus equívocos) na teoria as explicações para formação e o desenvolvimento social do país.<sup>118</sup>

Freyre busca traçar uma leitura focada no brasileiro da obra do engenheiro-escritor, naquilo que considera “a marca mais forte de sua personalidade em relação com a cultura científica e técnica do seu tempo”. Mesmo concordando com as críticas dirigidas a *Os sertões* — chegando mesmo a afirmar que como cientista Euclides errou em detalhes de geografia, de geologia, de botânica e de antropologia e como sociólogo faltou-lhe explicações e diagnósticos sociais mais precisos —, importa para o sociólogo a maneira como Euclides construiu a paisagem e o homem do sertão, inserindo-os em suas preocupações com o destino nacional. Além de se ocupar de um materialismo geográfico, o que também guia a escrita de Euclides são problemas políticos e éticos. O tom de denúncia que marca a narrativa de *Os sertões* e o reconhecimento à necessária assistência do Estado às populações sertanejas, não são artifícios de retórica ou sentimento de piedade pelo grupo de Antônio Conselheiro, mas, sim, traços da convicção de Euclides de que a engenharia e a técnica deveriam ser utilizados a favor da unidade brasileira, “não deixando no Brasil zonas como aquela, remotas mas progressistas, isoladas do resto do país” que, eventualmente, poderiam se destacar do todo.<sup>119</sup> Assim, para o sociólogo, Euclides é inseparável de sua obra, sendo a paisagem que transborda do livro “aquela que a personalidade angustiada de Euclides precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela”. Mais do que exprimir-se, afirmar-se conjuntamente a ela, “num todo dramaticamente brasileiro”. Desse modo, é para Freyre mais Euclides do que a própria caatinga (ou o Belo Monte) que transborda dos limites de *Os sertões*. Apesar de considerá-lo um escritor difícil, Freyre acredita que a presença de Euclides em quase todo o livro é perceptível pela profunda identificação do escritor com a dor sertaneja. Antes dele, poetas e romancistas haviam se simpatizado com a paisagem brasileira, mas para Gilberto Freyre o autor de *Os sertões* foi o primeiro a ter verdadeira empatia pelo contexto nacional: “ele não só acrescentou-se aos sertões como acrescentou os sertões para sempre à sua personalidade e ao ‘caráter brasileiro’, de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos”.<sup>120</sup>

Clóvis Moura, em estudo dedicado ao escritor, considera a obra de Euclides um ponto crítico na história das ciências sociais brasileiras, reconhecendo-a como “elemento catalisador, [que] congregou no seu corpo conceitual tendências esparsas, pensamentos subjacentes para — em seguida, no sentido inverso — influenciar os estudiosos que depois dele se propuseram analisar a nossa realidade”. Em fins do século XIX e início do XX as ciências sociais, como campo científico, estavam em plena gestação (tanto no Brasil, como na Europa) e isto, de acordo com Moura, teria afetado o embaraço com que Euclides costura teoricamente seus textos. Assim, apesar de julgar Euclides um escritor ideologicamente alienado, Moura enfatiza a sensibilidade com que o autor olhou para os problemas da sociedade brasileira e argumenta que somente uma posição analítica dialética

<sup>118</sup> FREYRE, Revelador da realidade brasileira [1966] 2013, pp. 104, 123; [1941] 2013, p. 45.

<sup>119</sup> Ibidem, pp. 99, 44.

<sup>120</sup> FREYRE, op. cit., pp. 37, 43.

poderia iluminar como ele “vindo de uma formação teórica bastante confusa, conseguiu escrever uma obra que reflete alguns dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, muitas vezes desenhando esboços de interpretação” até então ainda aceitáveis.<sup>121</sup>

Moura é, talvez, um dos primeiros intelectuais a propor uma abordagem crítica da obra euclidiana fortemente inspirada no materialismo histórico. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que o autor busque nos textos de Euclides influências ou traços do pensamento marxista, mas que a sua abordagem da produção do escritor (diferente daquela empreendida por Freyre) partia da noção da luta de classes e seus desdobramentos na formação social brasileira. O autor afirma, que nos anos compreendidos na passagem do século XIX para o XX, o quadro do pensamento social no Brasil não contemplava nenhuma influência profunda do marxismo, mesmo sendo este do conhecimento dos intelectuais como uma corrente de opinião. Para Moura, o marxismo não se configurava como visão de mundo pois era “impossível que a intelligentsia brasileira, sem sofrer nenhum impacto político da classe operária, o aceitasse independentemente das práxis sociais [...]”. De maneira concreta, isso se manifestava na condição da classe operária brasileira que, mesmo com o desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX, havia há pouco saído de formas de trabalhos escravizado ou por ele submetidos e na posição da própria intelectualidade, “oriunda de uma burguesia fraca e conciliadora”, restrita aos interesses do racismo como ideologia.<sup>122</sup>

Euclides conhecia os trabalhos de Marx, pelo menos em seus aspectos gerais, e também os de Pierre-Joseph Proudhon, “com o qual se identificava pela atuação revolucionária e pela defesa de ideias anarquistas e socialistas”, chegando mesmo a usar o nome Proudhon como pseudônimo de suas primeiras colaborações com o *Estado de S. Paulo* (em artigos de fins de 1888 e início de 1889).<sup>123</sup> A menção a Marx em seus escritos foi feita poucos anos após a publicação de *Os sertões*, aparecendo em artigo de maio de 1904 intitulado ‘Um velho problema’. Nele, Euclides defende, do ponto de vista das relações de trabalho, o operário, afirmando que

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, mesmo coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: — a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio. [...] e esta [é] em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: Socialização dos meios de produção e circulação. Posse individual somente dos objetos de uso.<sup>124</sup>

Apesar disso, e de considerar o capitalismo como um modo de produção egoísta, que agravava a situação de miséria dos trabalhadores, “não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos, os seus aparelhos de músculos e nervos [...]”,

<sup>121</sup> MOURA, *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, pp. 9, 13.

<sup>122</sup> *Ibidem*, pp. 13, 14.

<sup>123</sup> VENTURA, *Euclides da C.: esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 87.

<sup>124</sup> CUNHA, *Um velho problema*, [1904] 2013, pp. 155, 157.

Euclides não chega a adotar os princípios marxianos (nem mesmo ao longo do artigo), pois acreditava que a realização do socialismo se daria pelas “leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranquilo das ciências e das artes, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...”.<sup>125</sup> Desse modo, não há em *Os sertões* qualquer construção argumentativa que leve em consideração a luta de classes ou, como já apontado, as consequências sociais do trabalho escravizado e suas heranças na formação moderna da sociedade brasileira.

Pelo menos desde *Rebeliões da senzala* [1959] Clóvis Moura colocava a luta de classes no centro das suas discussões sobre a formação social do Brasil. Para ele, se o que caracterizava a nossa formação era, de modo mais evidente, a divisão existente entre senhores e escravos, então uma sociedade como a brasileira era dividida em classes e, por isso, se desenvolvia e se transformava por meio da luta de classes. O que interessava a ele, era compreender a estrutura e as contradições emergentes da dinâmica social escravista, vendo no escravizado africano não só um ator neste processo (engastado ao modo de produção do período), mas um agente social moldado por esta mesma dinâmica. Diferentemente da abordagem culturalista, o esforço interpretativo de Moura se concentrava em evidenciar a instabilidade permanente do regime escravista, dando relevância ao caráter insurrecional da massa escravizada. Assim como Freyre, Moura também encarava a condição do negro como indissociável da sua condição de escravizado; mas, para ele, longe da passividade sugerida por Freyre, essa condição direcionava toda a ação e movimentação do escravizado para desordenar a estrutura do sistema. Se o escravizado era definido como coisa, apenas a ação dirigida para destruir o escravismo poderia restabelecê-lo em sua amplitude e, com isso, “readquirir a sua condição humana do ponto de vista político, social e existencial”.<sup>126</sup>

Refutar a perspectiva culturalista, significava para Moura perceber que o dinamismo social de uma determinada sociedade não se encontrava no contato horizontal entre culturas distintas, mas sim na posição vertical que os membros dessa sociedade ocupam em sua estrutura. Ou seja, o que conduz o seu raciocínio é entender quais elementos condicionam e reproduzem a hierarquia de uma sociedade e, no caso brasileiro, submetem um determinado grupo ao trabalho escravizado. O que o escravismo impunha ao negro, segundo Moura, era a retirada de seus “elementos cognitivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente” e de ter “elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através de suas lutas, conseguiriam o poder de Estado”. Por isso, apenas fazendo uso da violência contra o aparelho ideológico e político que o desumanizava é que o escravizado poderia se recuperar como indivíduo. Esse fato, ao contrário da posição defendida por Freyre, criou uma esfera social permanentemente conflituosa em diferentes graus e intensidades, que ia desde pequenas resistências cotidianas ao trabalho, até o assassinato de proprietários de fazendas e grandes insurreições de massa. Portanto, é por meio da “ênfase da rebeldia escrava e na consideração da ação dirigida para destruir o escravismo” que Moura busca compreender as contradições tanto do

---

<sup>125</sup> Ibidem, pp. 156, 158.

<sup>126</sup> MOURA, *Rebeliões da senzala*, [1959] 2020.

modo de produção colonial e imperial, como também do “capitalismo que o sucedeu e das formas políticas que, sobreviventes do passado escravista persistem no Brasil”.<sup>127</sup>

Nesse sentido, no estudo de Moura sobre o pensamento de Euclides, dois pontos (dentre os temas tratados pelo autor) são de especial interesse desta análise, pois conectam, mais diretamente, a perspectiva sócio-espacial ao tema Canudos: (i) a questão escravista e como Euclides enxergava o papel da população negra no tecido social e (ii) a questão agrária, e o entendimento de Euclides em torno dos movimentos de luta dos trabalhadores por terra. Sobre o primeiro ponto, como tem sido apontando até aqui, a posição de Moura considera a produção de Euclides limitada pela cultura heterônoma brasileira de fins do séc. XIX — majoritariamente racista, na visão do sociólogo — e, também, por sua formação intelectual, marcada pelas correntes evolucionistas, populares na Escola Militar. Ainda assim, Moura acredita que Euclides opera em um esquema geral relativamente acertado quando analisa os componentes antropológicos do povo brasileiro, com tropeços e formando um quadro incompleto, sobretudo em relação negro. Euclides apresenta o componente negro de forma homogênea (oriundo de bantos e cafres), embora aponte suas várias modalidades, o que para Moura “era um avanço em relação a inúmeros pensadores da época, que viam o negro dentro de uma uniformidade que não existia [...]”. Para o sociólogo, por outro lado, quando trata do componente branco, Euclides é mais cuidadoso e, apesar de considera-lo como o “fator aristocrático de nossa *gens*”, reconheceu a origem mestiça dos portugueses. Por fim, Moura aponta que o preconceito contra o negro em Euclides se reflete no próprio vocabulário de *Os sertões*, tanto em descrições mais amplas, quanto na caracterização dos personagens: “o negro é ‘besta de carga’, o ‘filho das paisagens adustas e bárbaras’; Palmares é ‘grosseira odisséia’; são ‘vencidos e infelizes; o escravo negro é ‘humilde (mesmo) feito quilombola’, ‘temeroso’, ‘agrilhado à terra’”; Antonio Beato é “mulato espigado, magríssimo, adelgado”; Pedrão era “cafuz entroncado e bruto”; Estêvão é descrito como “negro reforçado, disforme, corpo tatuado à bala e à faca”.<sup>128</sup>

Quanto à questão agrária, *Os sertões* é, para Moura, essencialmente “uma tragédia agrária”, apesar de Euclides,

ao referir-se ao problema da terra, [ter] sua visão limitada pela sua capacidade de geógrafo. Vê na terra apenas o seu aspecto geográfico, a sua constituição geológica, diluindo-se em frases ondulatórias, cheias de cientificismo de naturalista unilateral. Perquire mais o lado da geografia física, desprezando aquilo que é determinante: as relações de propriedade. O problema da terra, no plano das relações entre os homens (a questão agrária, para usarmos o termo adequado), não se manifesta em primeiro plano. Mesmo quando estuda a terra ligada aos fatos sociais, apresenta, muitas vezes, o problema da maior ou menor fertilidade do solo, as secas, a maior ou menor quantidade de húmus no terreno, como fatores determinantes, de forma absoluta, do nível de vida

<sup>127</sup> MOURA, *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*, 2000.

<sup>128</sup> MOURA, *Intro. ao pensamento de Euclides da Cunha*, 1964, p. 86.

das populações que habitam essas zonas. Via esses fatores como os que estabeleciam a maior ou menor prosperidade ou atraso das sociedades.<sup>129</sup>

Por último, vale mencionar algumas menções diretas à arquitetura feitas por Gilberto Freyre no seu estudo sobre Euclides. Elas não tratam do ambiente construído do Belo Monte ou das construções lideradas pelo Conselheiro e, sim, da influência das obras jesuíticas na história brasileira. Fascinado pelo papel dos jesuítas no processo de formação do país, Freyre afirma que Euclides se defrontou com a figura dos missionários e de sua “vasta obra de arquitetura social”, seduzido material e moralmente por seus arrojados verticais. Não fica claro, porém, o impacto provocado em Euclides por tais construções, no geral, o sociólogo parece indicar a influência da ordem na construção intelectual das elites brasileiras. A arquitetura missionário entraria em sua leitura como um exemplo da superioridade dos jesuítas, que empregaram materiais nobres no levantamento de igrejas e colégios, em oposição ao “terrivelmente chato” da arquitetura ‘feia mas forte’ das casas-grandes do interior e dos sobrados do litoral. Sentido que se exprimiu no horizontal monótono mas sólido que caracteriza as linhas da nossa chamada arquitetura colonial [...]”.<sup>130</sup>



---

<sup>129</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>130</sup> FREYRE, [1941] 2013, p. 83.

### 3 CIDADE E SERTÃO



*Nota-se [...] um crescendo para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço; o contínuo despear-se da disciplina primitiva, a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem franca.<sup>1</sup>*

Euclides da Cunha

Modelos dualistas de interpretação fundamentaram grande parte das análises e leituras sobre Canudos, sobretudo, na primeira metade do século xx. Categorias dicotômicas foram mobilizadas no tratamento do tema sugerindo um duplo movimento: ao mesmo tempo que caracterizavam e procuravam inserir a atuação do grupo em uma lógica histórica, enfatizavam certa distância entre quem analisava e o objeto analisado. República vs. monarquia, loucura vs. razão, arcaico vs. civilizado, sociedade isolada vs. sociedade moderna, são algumas das classificações cujas finalidades foram, antes de tudo, distinguir um Brasil letrado e, supostamente, moderno, do movimento de Canudos. A principal e mais duradoura dessas oposições foi aquela expressa na noção de *litoral* e *sertão*, que concentrava sentidos de progresso e atraso, de civilizado e arcaico, de cosmopolitismo e isolamento; ou seja, a síntese compositiva de uma matriz característica do republicanismo e do processo de modernização brasileiro.

Como aproximação para esta investigação, proponho observar outra contraposição, que de modo geral, insere-se no entendimento e discussões em torno de litoral e sertão, mas apresenta outras particularidades extremamente úteis para o interesse sócio-espacial desta tese. *Cidade e sertão* encarna as contradições do processo de modernização brasileira, construído sobre a complementaridade entre instituições burguesas e complexos gerados pela exploração colonial, fundamentado pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global.<sup>2</sup> Em termos

---

<sup>1</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 154.

<sup>2</sup> SCHWARZ, *Um mestre na periferia do capitalismo*, [1990] 2020.

sócio-espaciais, cidade e sertão marcam não apenas o descompasso da realidade concreta da sociedade brasileira — e o descompromisso desse processo com essa realidade —, mas a própria concepção moderna da materialidade urbana do país. Isto é, no plano das ideias, tanto cidade como sertão, foram definidos a partir de uma herança negativa, em que aquilo que compõe um é o inverso daquilo que define o outro. Em termos analíticos, esse dualismo em Euclides da Cunha, assim como em litoral e sertão, se apresenta de duas formas aparentemente contrárias, mas que se complementam. O sertão pode ser encarado como pólo negativo, caso em que seria resistente à modernidade e à civilização, assim como pode ser lido de forma positiva, em que se apresentaria como uma possibilidade para o desenvolvimento de uma cultura autêntica nacional. Da mesma forma, a cidade pode ser encarada como positiva ou negativa, como locus do progresso e do conforto da vida burguesa, ou como cenário de disputas e decadência moral. Tanto sertão, quanto cidade, portanto, são mais que a definição de um espaço físico determinado, ambos são, essencialmente, uma construção simbólica.<sup>3</sup>

Especificamente, seguindo o interesse desta argumentação, acredito ser relevante construir um panorama da visão espacial da intelectualidade brasileira em fins dos oitocentos, considerando a sua inserção em uma atmosfera de transformação urbana. O dinamismo brasileiro na segunda metade do século XIX, além de promover mudanças nos âmbitos econômico, político e social, também estimulou ações de reforma nas grandes cidades, principalmente, no novo eixo de poder nacional que se estabelecia entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (em vias de ser construída). Melhor caracterizada pela ideia de embelezamento urbano, essas ações refletiam tanto um discurso de Estado, como a ação concreta do Estado.<sup>4</sup> No caso de Euclides da Cunha, as reformas urbanas (tanto como ideia, como em materialidade) formaram o mundo de experiência empírica do autor e, o que pretendo demonstrar, imputaram sua visão do espaço social de Canudos-Belo Monte. Ou seja, no esquema interpretativo euclidiano, o mundo de signos espaciais que se descortinava a partir da remodelação urbana desses grandes centros, foram essenciais para a sua descrição espacial e produtiva do vilarejo, apresentada, principalmente, pelo jogo de antíteses de *Os sertões*.

### 3.1 TERRA E TRABALHO

A tese de que Canudos foi uma revolta em defesa da restauração da monarquia foi descartada antes mesmo do fim do conflito, apesar do Estado brasileiro ter justificado com veemência sua atuação com base nisto. Até mesmo dentro do comando militar tal suposição se tornou insustentável diante do desenrolar do confronto, mas oficialmente, o posicionamento era como aquele expresso pelo comandante em chefe da quarta expedição militar, que em ordem do dia de 23 de agosto de 1897 escreveu: “belo [...] era ver como cada soldado sentia a sede de afastar trincheira por trincheira, a

<sup>3</sup> LIMA, *Um sertão chamado Brasil*, 1999.

<sup>4</sup> VILLAÇA, *Uma contribuição para história do planejamento urbano no Brasil*, 1999.

cata desses monarquistas sob o disfarce disparatado de salvadores da religião cristã [...]”. Contudo, junto a imprensa, outros oficiais afastavam tanto a motivação restauradora como as teorias conspiratórias envolvendo ajuda estrangeira (como o envio de armamento e inteligência) a Canudos. O coronel Carlos Maria da Silva Teles (1848–1899), por exemplo, participante importante da quarta expedição militar, afirmava em carta ao jornal *Folha da Tarde* (de 21 de agosto) que “não [havia] ali fim restaurador nem mesmo influência de pessoa estranha nesse sentido”.<sup>5</sup>

Como episódio histórico, Canudos foi amplamente analisado dentro do jogo político das elites locais baianas e do interesse de seus representantes na esfera política federal. As noções de coronelismo e mandonismo local são nesses casos, as mais comumente associadas ao episódio, com exagerada ênfase dada à relação existente entre Antônio Conselheiro e o Barão de Jeremoabo, o latifundiário e político baiano Cícero Dantas Martins (1830–1903). De fato, a figura de Antonio Conselheiro foi manipulada intensa e propositadamente pelas diferentes facções políticas da época, tanto na esfera estadual quanto na federal. No plano nacional, jacobinos e florianistas, alinhados ao vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino Pereira (1853–1902), usaram a construção de Antonio Conselheiro como um líder fanático que demandava a restauração da monarquia para conspirarem pelo não retorno do presidente Prudente de Moraes ao poder (afastado para submeter-se a uma cirurgia, entre 10 de novembro de 1896 e 4 de março de 1897).<sup>6</sup> Uma vez recuperado, e precisando recompor a sua base política, Moraes embarcou no mesmo discurso: considerou o Conselheiro como um velho mentecapto, que havia reunido uma horda de fanáticos em torno de si e assegurou, convocando as forças nacionais contra o arraial.

No plano estadual baiano, dominavam as facções dos vianistas e dos gonçalvistas; em que os primeiros, afinados com o governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1845–1903), julgavam, “pelo menos até a terceira expedição [militar], que Antônio Conselheiro e seus seguidores poderiam ser elementos de desestabilização, no quase expugnável reduto eleitoral (3º Distrito) dos seus rivais gonçalvistas”. Para a historiadora Consuelo Novais Sampaio (1936–2013), “a alteração da ordem pública que os conselheiristas poderiam [causar no contexto local] seria conveniente [para os vianistas], na medida em que lhes permitia recorrer ao art. 6º da Constituição Nacional e pedir a intervenção de forças federais no estado — único artifício que, no contexto político oligárquico, lhes possibilitaria recuperar o poder”. Empolgados por essa possibilidade, políticos vianistas endossaram publicamente um cenário de tumulto, usando a tese à exaustão em sua retórica política. O industrial e homem de letras Francisco Pires de Carvalho Aragão, em carta a Dantas Martins, comenta com ironia a atuação do deputado Leovigildo Filgueiras (do Partido Conservador): “O nosso patrício e amigo Filgueiras tem dado o cavaco por não arranjar um estadozinho de sítio para a Bahia. Como aspiração de opositorista, não conheço nada mais original. É de tirar-se-lhe o chapéu”.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> TELES [ago. de 1897] apud GALVÃO, 1974, p. 88.

<sup>6</sup> SAMPAIO, Canudos: a construção do medo, 1999.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Canudos: a construção do medo, 1999, p. 33.

Do lado dos gonçalvistas, grupo político originalmente organizado sob a influência do ex-governador José Gonçalves da Silva (1838–1911), a influência do barão de Jeremoabo era preponderante — de modo que, para Sampaio, nessa época, seria mais preciso definir essa facção política como jeremoabista. A ascensão política de Dantas Martins no cenário estadual decorreu da sua forte atuação junto ao Partido Conservador (e, mais tarde, junto ao Partido Republicano Constitucional), paralelamente ao desgaste e, subsequente, isolamento de José Gonçalves. Além disso, o barão contava com as vantagens garantidas por seu vasto patrimônio material — um total de 61 fazendas (sendo 59 na BA e duas em SE). Com propriedades que se estendiam pelos municípios de Itapicuru, Soure, Bom Conselho, Jeremoabo, Coité (Paripiranga), Tucano, Cumbe (Euclides da Cunha), Monte Santo, Raso (Araci), Curaçá e Santo Amaro, o barão foi, possivelmente, o maior proprietário rural do semiárido baiano.<sup>8</sup> Daí, as possíveis conexões entre ele e Antônio Conselheiro — cuja entrada na Bahia e ascensão como liderança ocorreu no município de Itapicuru. Foi em função disso, que Dantas Martins foi considerado por uns como conivente à atuação do peregrino, enquanto por outros, como o carrasco do religioso e seu grupo de seguidores.<sup>9</sup>

Inicialmente, assim como José Gonçalves e Luís Viana, Dantas Martins considerava os ideais e as atividades da comunidade canudense como um tipo de utopia, sem qualquer possibilidade de ameaça ao poder constituído. Tal posição, entretanto, transformou-se com o desenrolar do conflito, a medida que os canudenses se mostravam mais resistentes à ação das forças armadas. No calor dos eventos de Canudos, o barão se encontrava politicamente sem poder na esfera estadual e na esfera federal (já que se enxergava como oposição a Manuel Vitorino). Todavia, Dantas Martins, efetivamente,

interferiu para que fosse organizada, e para que [...] seguisse para Masseté, uma força policial de trinta e poucos praças a mando do então tenente Virgílio de Almeida [...]. Após a derrota do Masseté, ainda se deu a sua intervenção ante o governo estadual para que este enviasse uma nova expedição que, organizada seguiu para Serrinha, no encaço dos conselheiristas. Essa expedição também fracassou, em face da contra-ordem para o seu regresso.<sup>10</sup>

Os dois episódios foram anteriores ao estabelecimento de Antônio Conselheiro e seus seguidores em Canudos, em 1893. Depois disso, sabe-se que o político “esteve com o Conselheiro, de passagem, duas vezes, uma na Vila do Soure e outra no Bom Jesus” e, em ambos os encontros, Dantas Martins procurou dissuadir o peregrino a aceitar as leis da República. Em relação às expedições militares contra o arraial, o barão não teve participação ativa, mas colaborou extra-oficialmente com o exército, colocando, por exemplo, seus carros de bois à disposição do transporte de doentes.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> CARVALHO JR., A posição do barão de Jeremoabo, 1999.

<sup>9</sup> SAMPAIO, Canudos: a construção do medo, 1999.

<sup>10</sup> CARVALHO JR., A posição do barão de Jeremoabo, 1999, p. 25.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 26.

O que nos interessa, é apontar que do ponto de vista do jogo político, as transformações ocorridas no plano nacional tinham reflexos imediatos nas ações do poder local. Na noção de coronelismo, tal como analisada por Victor Nunes Leal (1914–1985), o coronel é um agente da estrutura política brasileira na Primeira República (1889–1930), parte de um sistema que conectava os municípios, os estados e a União, e que, de forma mais aparente, se demonstrava nas relações existentes entre ele e os prefeitos, governadores e, mesmo, o presidente em exercício. O coronelismo é, assim, uma “forma peculiar de manifestação do poder privado”, em que o coronel resume em sua pessoa determinadas instituições sociais, como o exercício de jurisdição sobre os seus dependentes e amplas funções policiais. Segundo o autor, esse prestígio político decorria da força eleitoral dos coronéis, que comandavam lotes consideráveis de votos (os chamados ‘voto de cabresto’), fruto de sua posição social e econômica. Na essência dessa influência está a qualidade do coronel de proprietário de terra e, conseqüentemente, de membro da classe dominante na estrutura agrária. Em termos concretos, essa influência era garantida pela dependência do trabalhador rural — seja de trabalho, moradia ou meios materiais básicos — em relação aos donos de terras.<sup>12</sup>

Nesse sentido, para além da configuração das forças políticas heterônomas, é importante reconhecer como a atuação de Antônio Conselheiro e seus seguidores alteraram concretamente a correlação de forças do tecido social sertanejo. Ainda que de maneira indireta e não intencional, a comunidade de Canudos atingiu o status e a lógica produtiva da grande propriedade privada, pois desorganizou aquilo que “lhe conferia sentido, que a tornava produtiva e rentável: a força de trabalho”.<sup>13</sup> Foi a saída dos trabalhadores do interior das fazendas, abandonando os seus postos de trabalho e indo em direção à comunidade erigida pelo peregrino, a principal preocupação da elite rural baiana. É isso que se depreende da análise das cartas enviadas a Dantas Martins por seus correligionários e parentes:

Seguiu daqui e destas imediações esta semana para o Conselheiro umas 16 a 20 famílias, é um horror!!!... [Marcelino Pereira Miranda, tenente-coronel da Guarda Nacional].<sup>14</sup>

O Antônio Conselheiro continua a ser o motivo da saída de muita gente daqui, e outros pontos, que ameaça ficarão despovoados. O êxodo agora de nossa gente é grande e o Governador não pode agora tomar providências, que são urgentes. Compreendo que, quando a miséria, que já começa a manifestar-se em Canudos, tomar proporções maiores, os roubos e assassinatos serão a consequência do pouco caso com que se olha para os primeiros atos daqueles monomaniacos. Quem for fazendeiro nas proximidades de Belo Monte (assim se chamam hoje os Canudos) há de pagar o descuido e a negligência dos que nos governam [Aristides da Costa Borges, deputado estadual].<sup>15</sup>

<sup>12</sup> LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*, [1948] 2012, s.p.

<sup>13</sup> SAMPAIO, *Canudos: a construção do medo*, 1999, p. 33.

<sup>14</sup> MIRANDA, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 12 de jan. 1894.

<sup>15</sup> BORGES, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 09 de fev. 1894.

Continua em grosso o êxodo para os Canudos. O José do Sítio lá foi-se, dizem uns que volta e outros que não [Reginaldo Alves de Melo, juiz de direito de Itapicuru].<sup>16</sup>

[...] A ocorrência do povo para os Canudos é constante; preciosíssimo será o desenlace dessa questão. Prepara-se ali um grande exército de reserva, e quando chegar o desespero pela fome ficarão estas paragens aniquiladas. Infeliz sertão entregue aos destinos da sorte e ao abandono do governo, parecendo-lhe que somos os selvagens da antiga colônia portuguesa!... [José Cordeiro de Andrade, intendente de Monte Santo].<sup>17</sup>

O mesmo raciocínio poderia ser aplicado em consideração à mudança de humor de Dantas Martins em relação aos canudenses, assim como ao aumento das hostilidades contra o grupo após a derrota da terceira expedição. Se no plano político as derrotas militares eram sinais de fraqueza e desarticulação dos governos estadual e federal, junto à massa de trabalhadores crescia o prestígio de Antônio Conselheiro como liderança social; o que transformava Canudos em uma opção viável de sobrevivência no semiárido baiano. O notável crescimento populacional do arraial foi observado de perto pela classe dos proprietários rurais, cuja ânsia por uma solução enérgica para encerrar sua atividade, também, aumentou:

Por cá a ordem do dia é o Antônio Conselheiro, cuja celebridade muito se avolumou com o desastre da expedição comandada pelo imbecil Febrônio [...] [Francisco Pires de Carvalho Aragão, diretor da Cia. Ceres Brasileira].<sup>18</sup>

Essa notícia [a derrota da terceira expedição militar] aqui produziu profunda sensação. [...] O governo deve incontinentemente dar prontas e enérgicas providências, do contrário lhe será difícil. Foi tremenda a luta, os fanáticos marcharam para os soldados como uns leões. [...] O governo deve evitar ataque a ferro frio com os fanáticos e sim bombardear por meio de assédio. Quando daqui enviávamos notícia para esta capital que o Conselheiro só tinha cinco a dez mil homens era julgada inverídica. O povo do Conselheiro entusiasmado pela vitória, marcha com grande fúria, ignorando-se o destino; as nossas condições aqui são gravíssimas, não sabemos que destino toma-se [Antero de Cirqueira Galo, escrivão em Tucano].<sup>19</sup>

O povo em massa abandonava suas casas e afazeres para acompanhar [Antonio Conselheiro]. A população vivia como se estivesse em êxtase [...] nem os proprietários, nem os fazendeiros podem contar com os agregados e vaqueiros. [...] Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade [Cícero Dantas Martins].<sup>20</sup>

Portanto, apesar das aparentes diferenças políticas entre os proprietários rurais, a preocupação com o êxodo dos trabalhadores das grandes fazendas foi o principal elemento aglutinador das classes

<sup>16</sup> MELO, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 06 de dez. 1894.

<sup>17</sup> ANDRADE, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 13 de jan. 1895.

<sup>18</sup> ARAGÃO, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 10 de fev. 1897.

<sup>19</sup> GALO, [correspondência] a Cícero Dantas Martins, 07 de mar. 1897.

<sup>20</sup> MARTINS [1897] apud SAMPAIO, 1999, p. 45.

dominantes local e nacional. Foi por conta disso, como reflexo da insegurança dos proprietários de terra, que essa mesma classe lançou mão da construção de um medo como estratégia de enfrentamento e pressão política contra Canudos, que, para Sampaio, se expressava de maneira mais direta no enredo construído em torno das fazendas serem invadidas e destruídas pelos seguidores do Conselheiro, seguida da impossibilidade produtiva e do futuro colapso da economia regional. Essa percepção, no entendimento da historiadora, seria justificada por um problema real causado pela escassez de mão-de-obra que se agravava desde a segunda metade do século XIX e fora intensificado pela Abolição.<sup>21</sup>

De fato, as reclamações quanto à falta de trabalhadores eram comuns nos documentos oficiais da elite rural em meados do século XIX e, por um tempo, foram uma consideração relevante dentro da teoria brasileira sobre as formas de trabalho no país (sobretudo, como justificava a recorrência à imigração estrangeira para o trabalho nas lavouras de café do oeste paulista). No entanto, essas mesmas reclamações são, na visão da historiadora Maria Yedda Linhares (1921–2011), uma “busca frenética por uma completa sujeição do trabalhador rural ao latifundiário”.<sup>22</sup> Se durante o regime escravista, como observado anteriormente, o escravizado concentrava em si a renda capitalizada do fazendeiro, era do interesse da classe dos proprietários que com o fim do escravismo fossem (i) criadas “condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como garantia do crédito hipotecário para capital de custeio”; e (ii) que os trabalhadores (agora) livres fossem imobilizados nas grandes lavouras e não usassem sua liberdade para procurar formas alternativas de trabalho. Ou seja, o que a elite agrária buscava era manter o domínio do modelo agro-exportador — combinando para isso, mais uma vez, agora sob outras condições históricas, os elementos que sustentaram a economia colonial: a terra e o trabalho.<sup>23</sup>

No regime escravista, o capital organizava e definia o processo de trabalho por meio do cativo, em que a sujeição completa do escravizado (ao regime e por sua condição de mercadoria) confundia na sua pessoa, como um mesmo elemento, o trabalhador e a sua força de trabalho. É a separação desse elemento, segundo José de Souza Martins, que vai caracterizar o trabalhador livre que veio a substituir a mão-de-obra escravizada, já que era comum a ambos a dissociação dos meios de produção — fundamentada numa economia de exportação de mercadorias tropicais. Isto significa, que a transição das formas de trabalho no Brasil “ocorreu em relação a um trabalhador já despojado dos meios de produção”, uma vez que o próprio sistema escravista já “era resultado dessa separação, garantindo ao fazendeiro o monopólio dos meios de produção”. Do ponto de vista econômico, o fundamento do trabalho escravizado estava no tráfico negreiro, em que o escravizado não entrava no processo como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim como mercadoria em si; “mas não entrava também como capital, no sentido estrito, como meio econômico para movimentar a produção, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada”, como adiantamento de

---

<sup>21</sup> SAMPAIO, Canudos: a construção do medo, 1999.

<sup>22</sup> LINHARES, *Terra prometida*, 1999, p. 82.

<sup>23</sup> MARTINS, *O cativo da terra*, [1979] 2021, p. 47.

capital ao traficante.<sup>24</sup> Ao invés de retirar renda da terra por meio de uma elite territorial (ou um monopólio de classe ou de Estado), esse movimento permitia às metrópoles retirar renda na circulação, cobrando tributo antes da produção de bens e não depois.

Com o fim do escravismo e com a manutenção de um sistema econômico subjugado aos interesses do mercado externo (caracterizado por uma produção em larga escala e com estreita margem de lucro), era necessário para a continuidade da hegemonia agro-exportadora que fossem criados, por vias regulares e institucionais, mecanismos para subjugar a força de trabalho para além do monopólio dos meios de produção. Em termos gerais, tal conservação foi possível pela busca das elites agrárias brasileiras em desenvolver aparatos jurídicos de um modo capitalista de coerção, para que o trabalhador cedesse a sua força de trabalho “em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho”.<sup>25</sup> Especificamente, o que se desenrolou no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, foi a imobilização do acesso à terra pela classe dos proprietários: único meio pelo qual poderiam submeter os juridicamente livres ao trabalho compulsório nas fazendas, tendo em vista o vasto território brasileiro e suas possibilidades de ocupação. Se anteriormente, o trabalho escravizado impunha um monopólio de classe sobre a terra — condicionando a concessão de sesmarias ao número de cativos de uma fazenda e evitando, assim, a organização de uma economia não-escravista paralela (ou seja, sem o tributo da mercadoria escravo) —, na transição das formas de trabalho, somente a garantia do mesmo monopólio daria sobrevida ao poder dessa classe. Ou, como brilhantemente sintetizado por Martins: “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”.<sup>26</sup>

Juridicamente, esse controle sobre a terra foi efetivado com a aprovação da Lei de Terras de 1850, mecanismo que instituiu a moderna propriedade fundiária no Brasil. Como principal ponto, a legislação estabelecia que o acesso às terras públicas por particulares só poderia acontecer mediante a compra. Até 1822, quando foi extinto (junto ao processo de independência do país), o regime de sesmaria era o sistema que concedia e regulava a apropriação das terras brasileiras.<sup>27</sup> No início da colonização, as sesmarias eram concedidas àqueles que provassem ter fundos suficientes para a construção de engenhos de açúcar e não havia nenhum tipo de regulação quanto ao limite das extensões a serem concedidas. Ao longo do tempo, o caráter desse sistema se transformou um pouco, sendo a sua materialização diversa nas diferentes regiões do país (com variações nas extensões solicitadas e especificidades quanto à fertilidade do solo ou ao potencial aurífero, por exemplo), mas preservou durante toda a sua vigência, ainda que de forma apenas aparente, a preocupação com o caráter produtivo das propriedades. O sistema de sesmaria coexistiu com a posse pura e simples da terra, que com o tempo se transformou no principal mecanismo da expansão colonial. No final do século XVIII e início do XIX, tornou-se costume jurídico a solicitação de sesmarias

---

<sup>24</sup> Ibidem, pp. 196, 32.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>26</sup> MARTINS, *O cativo da terra*, [1979] 2021, p. 47.

<sup>27</sup> Entre 1822 e 1850, devido a inexistência de uma legislação específica, a posse direta foi o meio pelo qual deu-se a apropriação das terras no território brasileiro.

de posses com cultivo efetivo, pois elas preenchiam os requisitos originais de concessão. A situação, no entanto, sempre foi muito complexa. Apesar da sesmaria configurar-se como o documento legal que assegurava os domínios de uma porção de terra dentro dos marcos da lei, nas faixas territoriais ocupadas pela colônia os seus registros e demarcações se sobrepunham constantemente as posses reais.<sup>28</sup>

A Lei de Terras foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, e era composta por nove capítulos e 108 artigos que procuravam dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras brasileiras (do levantamento e sistematização das terras públicas, dos terrenos de fronteira, a reservas para colonização e aldeamento indígena, aos critérios de venda etc.).<sup>29</sup> Para tanto, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, órgão que seria responsável pela medição, divisão, descrição e conservação das terras devolutas, além de propor ao governo central quais terras devolutas “deveriam ser reservadas para a colonização indígena e fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira”. A este órgão, também cabia a realização dos “registros das terras possuídas propondo ao governo a fórmula a ser seguida para a revalidação de títulos e legitimação das terras possuídas”, mediante os chamados Registros Paroquiais de Terra (a cargo dos vigários de cada freguesia).<sup>30</sup> A ideia de que a legislação e seus instrumentos pudessem regularizar a estrutura fundiária do país (sobretudo, na discriminação entre o domínio público e o privado), logo caiu em descrédito por conta das inúmeras dificuldades enfrentadas pela instituição. Na prática, não houve entendimento da necessidade do registro tanto por parte de posseiros como de sesmeiros, era praticamente impossível precisar o tamanho das terras devolutas, não havia corpo técnico suficiente para as medições e, no fim, os registros acabavam sendo feitos baseados unicamente nas informações dos interessados, o que abriu brechas para enormes distorções. Nesse sentido, a Lei de Terras se configurou em um instrumento complexo que não acabou com os litígios de terra, mas antes, os incentivou.<sup>31</sup>

Para além dos embates inerentes ao processo colonizador (como os sucessivos confrontos e expulsões de povos indígenas e povos tradicionais), a formação territorial do Brasil aconteceu pela justaposição e, conseqüente, subjugação, do modelo fundiário agro-exportador sobre os demais. Do ponto de vista produtivo, a lavoura para exportação implantada durante a colônia se configurou como uma plantagem escravista e caracterizou-se por (i) ser uma produção agrícola especializada

---

<sup>28</sup> MOTTA, *Direito à terra no Brasil*, 2012.

<sup>29</sup> Em resumo, “no capítulo I regulamentava-se a Repartição Geral das Terras Públicas. No capítulo II estabelecia-se a forma pela qual seriam medidas as terras públicas, com a criação do cargo de Inspetor Geral das medições e o papel dos agrimensores, além da afirmação de que se procederia a formação dos mapas de cada território medido. Os capítulos III e IV reafirmavam a obrigatoriedade da revalidação e legitimação das terras particulares. O capítulo V dispunha sobre a venda das terras públicas, enquanto o capítulo VI preocupava-se com as terras reservadas para a colonização, aldeamento indígena e a fundação de povoações. O capítulo VII dispunha sobre as terras devolutas situadas nos limites do Império com outros países. O capítulo VIII procurava firmar normas e estabelecer os responsáveis pela conservação das terras devolutas. Por fim, o último capítulo fixou as normas para os registros das terras possuídas” (MOTTA, 1998, p. 179).

<sup>30</sup> MOTTA, *Nas fronteiras do poder*, 1998, p. 161.

<sup>31</sup> PIRES, *Legislações sobre a terra no Brasil e a tradição conservadora*, 2013.

(monocultura); (ii) por ter como organização da mão-de-obra e execução das principais tarefas equipes obedecendo a um comando único (por isso o emprego da mão de obra escravizada); (iii) por ter na mesma unidade produtora a existência de instalações e instrumentos especiais e todo um ciclo complexo de operações, que garantia a elaboração, acondicionamento e transporte dos produtos agrícolas; e (iv) por uma divisão do trabalho quantitativa, em que equipes diferentes executavam tarefas idênticas. Especialmente, devido a ampla cadeia de atividades e da numerosa mão-de-obra envolvida, as plantagens ainda tinham extensões de “matas para extração de lenha e madeiras de construção, barreiros para extração da matéria-prima dos artigos de olaria, desde as formas de purga do açúcar às telhas e tijolos, área para construção de represa, sendo engenho movido a roda d’água, área para edificações residenciais e produtivas etc.”; e contavam ainda com uma área de reserva “três vezes maior do que o trato efetivamente plantado de cada vez”.<sup>32</sup>

No entanto, segundo o historiador Jacob Gorender (1923–2013), fatores produtivos e econômicos não são suficientes para explicar a grande extensão das sesmarias concedidas e somadas sucessivamente às fazendas de exportação ao longo do período colonial e imperial. Pelas pesquisas do próprio autor, em média um engenho que contava com quarenta a cinquenta escravizados, “produtor de 3 a 4 mil arrobas de açúcar por ano, [precisava] de cerca de mil hectares de área a fim de manter o [seu] funcionamento regular durante largo período”. Isso, somado a baixa produtividade dessas fazendas em relação a suas áreas ocupadas, abaixo dos 10% na maioria dos casos, de acordo com autor, só poderia se justificar pela busca de poder político e pelo controle da classe trabalhadora livre pelos donos das plantagens. A vasta extensão de terras de que dispunham, incultas e sem perspectivas de aproveitamento econômico, serviram para fixar uma população livre (crescente, a medida que o escravismo se desfazia), formada por despossuídos, que podiam ou não prestar serviços nas fazendas, mas que eram a ela submetidos por residirem em suas terras.<sup>33</sup>

Desde o período colonial havia algumas aberturas de trabalho para a população livre, desde tropeiro, carreiro ou vendeiro, até funções diretamente vinculados à propriedade escravista (como serviços de vigilância ou algumas mais especializadas no interior do processo de produção). Aqueles que “se situavam na esfera de domínio da fazenda, permaneciam em total dependência, e, tão logo os interesses dos senhores o exigissem, agregados ou camaradas, posseiros ou sitiante eram expulsos ou expropriados dos locais onde marginalmente desenvolviam uma cultura de subsistência”. Com a desagregação do escravismo, era necessário que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima “não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia”. Apesar de ser um elemento constitutivo da sociedade escravista brasileira, o trabalhador livre ocupava uma posição complementar e integrativa no sistema escravista, tendo a sua liberdade fundamentada na escravidão dos outros. Assim, nas novas relações sociais de trabalho, a ordem agrário-conservadora precisava tanto impor o elogio do mundo do trabalho, uma vez que no escravismo trabalho e sujeição se misturavam; quanto estabelecer

---

<sup>32</sup> GORENDER, *O escravismo colonial*, [1978] 2016, p. 400.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

sistemas repressivos eficientes, que afastasse do trabalhador a possibilidade de buscar formas autônomas de sobrevivência. Em suma, segundo o cientista político Lúcio Kovarick (1938–2020),

a questão não pode ser reduzida à necessidade de persuadir os livres e libertos a entrar nas fileiras do trabalho organizado por meio de retribuições puramente materiais. Questões mais amplas e profundas também estavam em jogo. O ponto central era que as relações de produção baseadas no trabalho livre só poderiam ter se desenvolvido se ocorressem transformações no modo senhorial-escravista de dominação, cujas raízes culturais e políticas caracterizavam-se pela intolerância, em face da própria condição de liberdade de todos aqueles que não eram escravos nem senhores. Mesmo livres, eles deviam lealdade e obediência aos potentados, e os parâmetros de subalternidade que norteavam essas relações estavam ancorados no espectro do cativoiro.<sup>34</sup>

As transformações das formas de trabalho são encaradas dentro do pensamento materialista como um dos pontos centrais da expansão e consolidação das relações capitalistas como base das sociedades modernas, que se em sua forma clássica se assumiu como um processo de despossessão do trabalhador rural inglês, no Brasil relacionou-se com a desagregação do trabalho escravizado em direção a formas ‘livres’ de trabalho. O sociólogo inglês Raymond Williams argumenta, que o capitalismo, como modo de produção, é o processo que fundamenta grande parte das associações presentes em campo e cidade, que historicamente percebe a alteração do campo para a criação das cidades modernas e que impõe a lógica da cidade como prioridade das relações sociais e das relações econômicas gerais (princípios, que nas fases finais do Imperialismo alteraram todo o mundo). Para o autor, essa permanência histórica é um elemento que gera ambiguidade até mesmo no pensamento marxista clássico que, de modo geral, como expresso por Leon Trotsky, aceita a história do capitalismo como a história da vitória da cidade sobre o campo.<sup>35</sup>

Mesmo sendo caracterizada desde o período colonial pelo desenvolvimento da pecuária, de onde o gado era remetido para as zonas açucareiras do litoral, o que torna o episódio Canudos ainda mais complexo, é que em fins do século XIX, o sertão não era entendido exatamente como o campo, como uma zona rural. No final do século XIX e início do século XX o campo brasileiro definia-se, principalmente, como a área de produção agrícola intimamente ligada aos centros urbanos por meio de redes econômicas e políticas. As zonas açucareiras do Nordeste (já decadentes na época) e as plantações de café do vale do Paraíba, determinavam as mais significativas expressões do mundo agrário brasileiro, que era múltiplo e complexo. Apesar da relação entre terra e trabalho ser útil e mesmo essencial para as pesquisas contemporâneas sobre Canudos, na visão da classe letrada oitocentista o sertão da Bahia era encarado a partir de uma noção de *fronteira*, tanto geográfica, como demográfica. Em Euclides, como argumenta Starling, sertão é principalmente uma imagem do deserto, e não por conta do aspecto de secura, de aridez, mas por ser “uma paisagem sinistra e desolada que se consome sempre antes de se formar planamente; uma terra sem nome ou história,

<sup>34</sup> KOWARICK, *Trabalho e vadiagem*, 1994, pp. 29, 42.

<sup>35</sup> WILLIAMS, *The country and the city* [O campo e a cidade], [1973] 2016.

marcada pela articulação lúgubre entre isolamento geográfico, povoamento rarefeito, homens errantes, memória perdida e linguagem dispersa”.<sup>36</sup>

Mais do que em oposição ao litoral é em contraste com a ideia de região colonizada que o imaginário sobre o sertão se formou. A região colonial representaria o espaço preenchido pelo colonizador, constituindo o mundo da ordem, estabelecido por duas instâncias de poder, a Igreja e o Estado. O sertão então, seria a antítese desse território, identificado como uma área despovoada no interior do país, distante das relações do poder público, das atividades econômicas padrão e das regras de sociabilidade moderna. Nessa perspectiva, o sertão é encarado como “um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie”. E apesar dessa oposição, entre litoral e sertão, ser inconciliável, na visão da intelectualidade da época, era possível solucionar essa diferença na medida em que um projeto nacional incorporasse a região ao todo do Brasil. Daí o movimento fortemente simbólico que acompanhou as viagens ao sertão, como parte de “projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política”.<sup>37</sup>

É nesse sentido, que a leitura de Euclides sobre o sertão e sobre Canudos se fundamenta. O escritor “teimou em duvidar das possibilidades políticas de uma República inegavelmente disposta a realizar o desejo de eliminação daquele outro e inteiramente diverso habitante do mesmo Brasil”. Para Starling, “para além da narração de uma guerra havia também uma proposta de república desenhada no contrapé do argumento apresentado em *Os sertões*”, que colocava em xeque a existência de um Brasil unitário e homogêneo. Essa foi, talvez, a maior contribuição de Euclides, o estranhamento com que percebeu o arraial de Canudos, tornou-se em inclinação para revelar “à consciência republicana a existência dos párias, uma gente condenada ao absurdo de viver ‘expatriada dentro da própria pátria’, como definiu o próprio Euclides, consumindo uma vida na qual a esperança é provisória e não cabe sequer saudades do sonho de possuir uma terra e habitá-la em comum”.<sup>38</sup>

### 3.2 SOCIABILIDADE PELA FÉ

Uma das caracterizações mais persistentes sobre Canudos é aquela que se refere ao movimento como messiânico. O movimento como composto por um grupo de fanáticos religiosos (em que loucura coletiva e retrocesso social se confundiam) foi a grande explicação para a intervenção das forças armadas, difundida massivamente pela imprensa e pelos escritores da época (assim que as motivações restauradoras foram desconsideradas). Euclides, ainda que de maneira indireta, utiliza-se

<sup>36</sup> STARLING, Onde só vento se semeava outrora, 2006, p. 39.

<sup>37</sup> LIMA, *Um sertão chamado Brasil*, 1999, pp. 57, 59, 60.

<sup>38</sup> STARLING, Onde só vento se semeava outrora, 2006, p. 37.

largamente desse entendimento religioso ao longo da sua argumentação, cujo cerne, em um primeiro momento, é a resistência contra o regime republicano, e em *Os sertões*, se encontra na especificidade da raça sertaneja e seu isolamento histórico. Para além dessas leituras contemporâneas ao episódio, Canudos foi por muito tempo encarado como simples exterioridade de um movimento religioso, produzido por um contexto de miséria e calamidade natural (provocada, sobretudo, pela seca e suas consequências no semiárido), que pouco, ou nada, refletia das dificuldades e contradições da classe trabalhadora no interior do tecido social.

Para Clóvis Moura, essa tendência em dar peso maior a fatores externos do que, propriamente, à dinâmica de reprodução do grupo, exclui o movimento do “nosso processo emergente de transformação social, de mudança social e de protesto social colocando-o, por isto, como atípico, marginal e divergente” no interior dos processos de formação histórica brasileira. O sociólogo não desconsiderava a importância da religião em Canudos, mas é provável que percebia nas leituras fortemente marcadas por essa perspectiva, uma redução das capacidades criativas e reivindicatórias tanto da religião quanto da organização coletiva dos trabalhadores. Não há, do ponto de vista teórico, nenhum antagonismo entre a expressão da religiosidade e a articulação de protestos e insurreições socialmente conscientes. O que Moura argumenta e busca restabelecer é o papel do trabalhador do campo como agente consciente de uma ação política transformadora e Canudos como expressão de um “protesto radical da massa camponesa por melhores condições sociais”.<sup>39</sup> É a partir dessa chave de leitura, que observa-se aqui a noção de messianismo, buscando compreender em torno dessa conceituação alguns traços de Antônio Conselheiro como liderança social.

Do ponto de vista histórico e social, o messianismo é a crença na vinda de um messias libertador, anunciado por acontecimentos catastróficos (originados na natureza ou não) e que se refletem em uma amálgama de crenças e ritos cristãos e tradicionais.<sup>40</sup> Em sua origem, o messianismo parte dos relatos bíblicos da tradição judaica, em que o messias é um “personagem concebido como guia divino que deve levar o povo eleito ao desenlace natural” da história; restabelecendo um reino terreno glorioso, o que coincidiria tanto com o ‘fim dos tempos’, como com o restabelecimento do Paraíso na Terra. No cristianismo, tradição em que o messias, sob a forma de Jesus Cristo, já chegou, a crença messiânica se fundiu à ideia de Juízo Final e ao retorno de seu próprio messias. Com o tempo, o termo foi deixando de ter sentido estritamente teológico, passando a conceito sócio-histórico, que buscava definir uma categoria específica de movimento, conduzido por um certo tipo de liderança, não pertencente a uma única religião e nem a determinado momento histórico.<sup>41</sup>

Esse esforço em captar e definir com precisão os aspectos gerais do fenômeno messiânico, foi exaustivamente analisado por estudiosos como o sociólogo Max Weber e o historiador Paul Alphandéry, chegando, segundo Maria Isaura Queiroz, a definições muito próximas. Para eles, o

---

<sup>39</sup> MOURA, *Sociologia política da guerra de Canudos*, 2000, pp. 23, 24.

<sup>40</sup> QUEIROZ, Aspectos gerais do messianismo, 1960.

<sup>41</sup> QUEIROZ, *Messianismo no Brasil e no mundo*, [1965] 1977, p. 26.

messias seria alguém “enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre, tratando-se pois de um líder *religioso e social*” (grifo meu). Esse líder teria tal status não por conta de sua posição em uma hierarquia estabelecida, mas sim, por suas “qualidades pessoais extraordinárias, provadas por meio de faculdades mágicas ou estáticas, que lhe dão autoridade”, tratando-se, assim, de um líder essencialmente carismático. Essa qualidade extraordinária, segundo Weber, é que garante ao líder ora forças sobrenaturais, ora um comportamento exemplar, ora a conexão direta com Deus. É graças a esse dom que o líder messiânico coloca-se fora, ou acima, da ordem civil existente, desautorizando-a ou subvertendo-a. Assim, para Weber, o messias é uma categoria de profeta, mais especificamente, um profeta com um destino político a cumprir.<sup>42</sup>

Em suma, o messias é um personagem mítico ou histórico, que surge no interior de religiões ativas e dinâmicas (ou seja, “aquelas em que a figura de Deus é infinitamente superior à dos mortais — e infinitamente perfeita, incompatível com a imperfeição do mundo que criou e governa”), cujas ações são voltadas para a coletividade, moralizando-a e santificando-a, na busca por transformações político-sociais. Tais transformações não são meramente mecânicas, mas operam a partir do cumprimento das ordens do líder por seus adeptos. O messianismo, portanto, é uma força prática e não uma crença passiva e inerte: diante da imperfeição e da injustiça do mundo, o dever do indivíduo é trabalhar para saná-las, já que ele é responsável pelas condições que o rodeia. Assim, é que se dá a ‘ativação’ do messianismo de simples crença a movimento social. É pelo ímpeto em transformar aquilo que se considera errado no plano terrestre, que em termos concretos se reflete na busca por mudanças sociais, políticas e econômicas, que o messias e seu séquito operam na reforma do mundo e avançam na construção de um reino purificado na Terra. Por isso, mesmo que o messianismo procure alcançar tais objetivos por meio da prática religiosa (em rituais especiais revelados por seu líder), os movimentos messiânicos são, essencialmente, tentativas de reorganização social.<sup>43</sup>

No Brasil, há inúmeros registros de crenças messiânicas, sobretudo, entre os povos indígenas e a população rural. Nesses dois grupos populacionais, o messianismo se manifesta segundo dois tipos distintos de influência, uma devido a fatores externos e outra devido a fatores internos, respectivamente. No primeiro caso, as manifestações são provocadas por um ‘choque de culturas’, ou seja, pelo contato do indígena com o colono português; enquanto no outro, é uma crise de origem interna que desencadeia tanto o surgimento de um líder messiânico, como o conglomerado de seu séquito. De todo modo, de acordo com Queiroz, não há movimento de origem externa em que “não exista crise de ordem interna; e, reciprocamente, nenhuma formação profética de origem interna deixa de ter repercussões importantes nas relações exteriores do grupo”. Assim, mesmo motivado por um contexto interior, os movimentos messiânicos rurais brasileiros reavaliaram suas relações com a sociedade circundante, efetuando uma evasão, mais ou menos, radical da sociedade central.

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>43</sup> QUEIROZ, *Messianismo no Brasil e no mundo*, [1965] 1977, p. 29; Aspectos gerais do messianismo, 1960.

Essa separação, em todos os casos, só foi restabelecida quando a sociedade mais ampla entrou em choque com esses grupos, executando seus membros e destruindo suas comunidades.<sup>44</sup>

O messianismo nesses movimentos rurais se desenvolveu no rastro do catolicismo transportado de Portugal durante a colonização, já pertencente a uma religiosidade popular e que, por extensão, trazia todo um imaginário messiânico em si, principalmente, vinculado ao sebastianismo.<sup>45</sup> Essa crença específica, cujo personagem central é o rei português Dom Sebastião, remonta ao século XVI quando da derrota portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir (Marrocos) e o consequente desaparecimento do rei português durante o confronto, em 1578. A vacância de poder em Portugal levou a uma crise sucessória, cujo desfecho foi o domínio da Espanha sobre o país por sessenta anos, na chamada União Ibérica. A perda da independência, os inúmeros boatos sobre o retorno do rei perdido (com uma série de impostores se passando por ele nos círculos políticos portugueses) e a circulação de antigos escritos populares que profetizavam a vinda de um salvador para Portugal, contribuíram para a longevidade do mito: D. Sebastião retornaria, imbuído de poderes mágicos, para libertar seu povo e restabelecer a glória do reino português.<sup>46</sup>

Em terras brasileiras, a primeira menção ao sebastianismo consta dos autos de Inquisição, instalado no país em 1591. Segundo Queiroz, durante os três primeiros séculos de colonização, as crenças messiânicas no Brasil não eram mais que uma transposição sem modificações relevantes do que ocorria com elas na metrópole. No início do século XIX com a invasão de Portugal pelas forças napoleônicas (e a consequente vinda da família real para o Brasil), o sebastianismo ganhou novo fôlego, aparecendo em vários relatos de viajantes estrangeiros pelo interior do país. É nesse período que, de acordo com Queiroz, os movimentos passam a se adequar à situação nacional. O primeiro registro de agrupamento de crentes data de 1817, no estado de Pernambuco, onde líder e adeptos fundaram um vilarejo, a Cidade do Paraíso Terrestre, e pregavam a vinda de D. Sebastião e seu exército, para tornar os pobres ricos e os ricos mais ricos ainda. Temendo se tratar de um movimento rebelde, o governador da época enviou um destacamento de milicianos que trucidou o grupo em 1820. Em pouco mais de cem anos os movimentos se sucedem, principalmente no meio rural brasileiro, culminando em movimentos como Canudos, Contestado (1910–16), Pau de Colher (1938), Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1920–1937), entre outros.<sup>47</sup>

No caso de Canudos, a liderança de Antônio Conselheiro e a centralidade da sua figura e de suas pregações sobre seu grupo de fiéis é um dos principais traços do messianismo designado ao

<sup>44</sup> QUEIROZ, Aspectos gerais do messianismo, 1960, p. 66.

<sup>45</sup> QUEIROZ, Catolicismo rústico no Brasil, 1968.

<sup>46</sup> Segundo Queiroz (1994, p. 32), um desses escritos populares teria surgido por volta de 1535, de autoria do sapateiro e trovador Gonçalo Eanes Bandarra, que “escreveu em tom profético um conjunto de trovas, interpretando textos bíblicos, principalmente do Velho Testamento, em que profetizava a vinda de um Enviado que salvaria o povo”. No século XVII, o historiador e político português D. João de Castro, reproduziu e popularizou as trovas de Bandarra, tornando-se um grande difusor das ideias sebastianistas. Nos séculos seguintes, inúmeros escritores portugueses se inspiraram nas lendas sebastianistas para a produção de obras literárias. Fernando Pessoa, cuja obra Mensagem é carregada de menções a D. Sebastião e construída em tom profético, chegou a afirmar que “no sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico [...]” (Pessoa, 1979).

<sup>47</sup> QUEIROZ, D. Sebastião no Brasil, 1994.

grupo. Descrito como um tipo de místico desde as primeiras notícias a seu respeito, o peregrino foi transformado em profeta pelos agentes externos e percebido como um messias dentro do imaginário canudense. De fato, há várias características de inclinação messiânica nas atitudes e sermões do Conselheiro, mas há, também, muitos dados incorporados de maneira equivocada a esta linha de raciocínio. A sua fisionomia foi o primeiro traço evocado nas caracterizações messiânicas, tendo sido descrita de forma similar em todas as notícias e relatos a seu respeito: de altura mediana, muito magro, pele queimada de sol, barba e cabelos compridos, sempre vestido com um camisolão azul de brim (muito surrado e sujo para alguns) e alpargatas nos pés, às vezes, apoiado em um cajado e usando um grande chapéu de palha. Seu único registro fotográfico [FIGURA 14], feito após ser desenterrado por soldados do exército ao fim do conflito, corrobora as inúmeras descrições. Ao chão, deitado sobre uma esteira de palha, com os braços cruzados sobre o peito, o Conselheiro veste uma longa túnica, sandálias aos pés, e em seu rosto vemos os olhos fundos emoldurados por volumosa barba e cabelo. Além do aspecto físico, o estilo de vida austero ao qual seguia, também contribuiu para a mistificação da sua pessoa. Vivendo de doações, aceitando apenas o estritamente necessário para a sua sobrevivência, o Conselheiro quase não se alimentava e passava os dias em penitências e orações.



**Figura 14:**

*Bom Jesus Antonio Conselheiro, depois de exumado.*

Flávio de **Barros**, 1897.

Fonte: Museu da República.

Por uma perspectiva histórica, Antônio Conselheiro era apenas um de muitos conselheiros de que se tem notícia neste período no semiárido nordestino, pois assim eram conhecidos os andarilhos leigos e pregadores de sermão, que assistiam a população na puxação de terços, dirigiam ladainhas, entoavam benditos e proferiram prédicas e conselhos. Assim como os outros, ele não tinha vínculo ou ordenamento junto a Igreja e, por isto, não ministrava os sacramentos, mas promovia festas, novenas e batismos.<sup>48</sup> De acordo com José Calasans, no catolicismo popular gestado no semiárido, o conselheiro está hierarquicamente acima dos beatos: enquanto a esses últimos cabe a função de tirar rezas, cantar ladainhas e pedir esmolas para obras da igreja, os conselheiros eram melhor preparados em temas religiosos, pregavam e davam conselhos e podiam ter um ou vários beatos sob suas ordens.<sup>49</sup> Por sua dedicação religiosa e sua recusa ao mundo secular, a conduta de Antônio Conselheiro condiz parcialmente com a definição sociológica de um messias, pois, como visto há pouco, seu comportamento exemplar lhe garantia as qualidades pessoais extraordinárias que revestem tal liderança.

Esse, no entanto, não foi o entendimento de Euclides em relação a Antonio Conselheiro. No geral, o escritor percebeu o peregrino de forma negativa e o usou como ponte discursiva para as suas argumentações e análises tanto sobre Canudos, como sobre o confronto.<sup>50</sup> O autor, como nenhum outro, popularizou uma leitura baseada em uma espécie de paralelismo em que a vida do peregrino e a configuração do Belo Monte foram determinadas a partir de seu fim. Da mesma forma, principalmente em *Os sertões*, Euclides difundiu um tipo de leitura biográfica em que destacava-se a violência da história familiar do Conselheiro, localizada, sobretudo, nas intrigas envolvendo a sua família paterna (os Maciéis) e o clã dos Araújo. Essa abordagem (baseada nos escritos de João Brígido dos Santos e Manuel Benício) desembocava em um perfil violento e criminoso do peregrino e, por extensão, foi utilizado na caracterização do seu grupo de seguidores.<sup>51</sup>

Exatamente por sua centralidade narrativa, o Conselheiro de Euclides também foi transformado pela ótica racial que marca as distinções entre os textos do autor. Nas primeiras anotações e nos artigos para *O Estado de S. Paulo*, o peregrino é retratado em um sentido *moral*: ele é uma “espécie bizarra de homem pelo avesso”, que sintetiza “admiravelmente todos os elementos negativos [...] do nosso povo”; cujas passagens da vida poderiam ser comparados aos “períodos

<sup>48</sup> GALVÃO, *Império do Belo Monte*, 2001.

<sup>49</sup> CALASANS, *Quase biografias de jagunços*, [1982].

<sup>50</sup> “[Só se pode] avaliar a altitude daquele homem, [...] considerando a psicologia da sociedade que o criou”; “[a] vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...” (CUNHA, [1902] 2016, pp. 144, 145).

<sup>51</sup> Além das suas publicações em periódicos do Ceará, João Brígido apareceu nos jornais do Rio de Janeiro em pelo menos duas ocasiões durante o período da guerra, buscando dar um testemunho sóbrio a respeito de Antônio Conselheiro. Na primeira, o historiador cearense narrou a história da família Maciel e como as infelicidades sucessivas, violência e opressão “agravaram, segundo ele, a ‘afecção cerebral’ do líder de Canudos, quanto ao mais um homem honesto e decente, apenas um penitente” (GALVÃO, 1974, p. 89). Republicado pelo *Jornal do Brasil* em 22 de fevereiro de 1897, o texto discorre de forma concisa sobre aspectos biográficos do Conselheiro, o quiproquó envolvendo seus familiares (e seus atos de violência), suas inúmeras mudanças pelo Ceará antes de sua vida de peregrino e conclui com testemunho pessoal do autor, que afirma ter recebido uma visita do peregrino em seu escritório por volta de 1887: “é minha opinião, conhecendo-o desde as primeiras letras, que Antônio Conselheiro não passa atualmente de um monomaniaco”. Alguns meses depois, em agosto de 1897, o jornalista escreve pessoalmente ao periódico carioca *A Notícia*, “enfaticamente que males posteriores teriam sido evitados se Antônio Conselheiro não tivesse sido tratado como foi”, em referência à prisão do beato em 1876 (SANTOS [1897] apud GALVÃO, 1974, p. 92).

sucedidos da evolução espantosa de um monstro”; “tendo diametralmente invertidos, todos os atributos que caracterizam os verdadeiros grandes homens”.<sup>52</sup> Já n’*Os sertões*, é por meio de atributos *clínicos* e *filosóficos* que Euclides o caracteriza: “Antonio Conselheiro foi um gnóstico bronco”; “um caso notável de degenerescência intelectual”; e cuja vida foi o “resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo”.<sup>53</sup> Talvez, essa diferença de aproximação seja mais notável em duas passagens, uma de carta ao *Estado* (de 15 de agosto de 1897) e, outra, d’*Os sertões*:

Arrasta a multidão, contrita e dominada, não porque a domine, mas porque é o seu produto natural mais completo.<sup>54</sup>

Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil.<sup>55</sup>

Nelas, além das evidentes mudanças estilísticas, Euclides parece recuar em reconhecer o Conselheiro como um tipo de liderança social: na primeira passagem, é como se o grupo de seguidores vissem no peregrino um reflexo de si e da sua posição social; enquanto na segunda, é o acúmulo de mazelas carregado pelo Conselheiro que o favorecia (ou o destacava) em um meio social corrompido e degradado.

Há uma passagem curiosa em *Os sertões*, em que Euclides associa às trocas de trabalho do Conselheiro (que ao longo da vida teve diversas ocupações) a uma tendência progressiva à vadiagem:

Nota-se já em tudo isto um crescendo para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço; o continuo despear-se da disciplina primitiva, a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem franca. Ia-se-lhe ao mesmo tempo, na desarmonia do lar, a antiga serenidade.<sup>56</sup>

Além de uma reflexão sobre a lógica do trabalho, essa afirmação revela muito sobre o pensamento racial da época, visto que o próprio autor almejava um posto de trabalho abstrato (como escritor e como acadêmico). Na sua construção da figura de Antônio Conselheiro, portanto, a mestiçagem é característica fundamental na redução do peregrino como uma liderança política, que inversamente ao autor, o não exercício do trabalho braçal, o lançava a uma busca pela vadiagem.

Ainda assim, Euclides captou traços carismáticos do peregrino, como reveladas no trecho a seguir:

<sup>52</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, pp. 30, 47, 49.

<sup>53</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, pp. 146, 144.

<sup>54</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, p. 30.

<sup>55</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 168.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 154.

A sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzeiros e bandeiras do Divino, era solene e impressionadora. Paralisavam-se as ocupações normais. Ermavam-se as oficinas e as culturas. A população convergia para a vila onde, em compensação, avultava o movimento das feiras; e durante alguns dias, eclipsando as autoridades locais, o penitente errante e humilde monopolizava o mando, fazia-se autoridade única.<sup>57</sup>

O que também é reconhecido por Manoel Benício em *O rei dos jagunços*:

Quando os moradores das povoações e fazendas tinham conhecimento da vinda ou passagem do Conselheiro por dentro de suas freguesias, formavam grandes prestitos que lhes iam ao encontro e entravam todos nos povoados ao som dos rojões, fogos de ar, tiros de ronqueiras e bacamartes, como sinal de regozijo e distinção.<sup>58</sup>

Euclides também ajudou a disseminar outra caracterização que se tornou marcante na determinação de Canudos como um movimento messiânico: atribuiu, equivocadamente, ao Conselheiro, como parte de suas pregações, uma série de profecias encontradas em pequenos cadernos sob as ruínas do arraial. Em *Os sertões*, o autor apresenta algumas dessas profecias, compiladas por ele durante o confronto, chamando-as de um “misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...”.<sup>59</sup> De modo geral, as profecias se inserem na grande tese de Euclides do isolamento histórico da sociedade sertaneja que, de acordo com ele, se configuraria em ambiente favorável para a preservação de mitos, principalmente, sebastianistas transmitidos pela colonização portuguesa. Ou melhor, Euclides construiu, “com base nas profecias e nos poemas recolhidos em Canudos, um modelo interpretativo para dar conta das relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica”.<sup>60</sup>

Sabe-se que Antônio Conselheiro deixou dois volumes de manuscritos (escritos de próprio punho ou ditados a um assistente), os quais o escritor não teve acesso — um desses volumes, na verdade, chegou em suas mãos, mas poucos meses antes de sua morte em 1909. Este volume, que ficou guardado na biblioteca do escritor, foi publicado pela primeira vez apenas em 1978, pelo jurista José Carlos de Ataliba Nogueira (1901–1983), que argumenta não haver, em nenhuma de suas páginas, qualquer menção a D. Sebastião.<sup>61</sup> O texto do peregrino ocupa-se da vida de Jesus Cristo e da Sagrada Família, de uma síntese dos Dez Mandamentos, além de outros textos extraídos da Bíblia e de algumas prédicas e discursos. O próprio Euclides (baseado em suas pesquisas) mencionou que as ideias religiosas de Antônio Conselheiro não eram mais que “excertos truncados das *Horas*

<sup>57</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>58</sup> BENÍCIO, *O rei dos jagunços*, [1899] 1998, p. 69.

<sup>59</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 160.

<sup>60</sup> VENTURA, *Esboço biográfico*, [2003] 2019, p. 213.

<sup>61</sup> NOGUEIRA, *Antônio Conselheiro e Canudos*, 1978. O outro volume manuscrito foi publicado parcialmente em fac-símile em 2002 por Galvão em *Breviário de Antônio Conselheiro* e integralmente em 2017 por Vasconcelos em *Conselheiro por ele mesmo*. Monteiro (2006, p. 49) destaca que a divulgação dos manuscritos alteraram “de modo substancial a imagem formada a partir de *Os sertões*”.

*Marianas*” e da *Missão Abreviada*, volumes que o peregrino trazia “às costas [n]um surrão de couro em que [também] trazia papel, pena e tinta [...]”.<sup>62</sup> Esses dois pequenos livros foram muito populares no século XIX como manuais religiosos, de onde se retiravam pensamentos, conselhos e exemplos. Escritos e apresentados de forma acessível, estes manuais sintetizavam elementos da doutrina cristã e se propunham, não apenas em aprofundar o caráter das missões populares, mas, sim, de substituí-las.<sup>63</sup>

Há, nos manuscritos do Conselheiro, muitos indícios do uso da *Missão Abreviada* como base teórica da sua visão religiosa, porém de modo não exclusivo. Em termos teológicos, esse manual trata a vida cristã sob o foco do pecado, em que a vida de Cristo é reduzida ao seu sofrimento e à sua morte. Segundo o teólogo Alexandre Otten, essa visão de Cristo como modelo de renúncia do mundo, destituiu-o de todo o seu valor salvífico e encara Deus como um juiz terrível e implacável. O ser-humano, encarado essencialmente como pecador, deve se espelhar na figura de Cristo e, assim, buscar uma vida de reparação. Para os fiéis, essa visão, tem como fim “suscitar a comiseração e avolumar os sentimentos de culpa, que levam a uma vida de resignação e aceitação de sofrimento como único caminho para a salvação”.<sup>64</sup>

De modo geral, essa perspectiva acomoda a visão escatológica do Conselheiro sobre o mundo (assim como a de outros profetas populares do seu tempo), desencadeada pela desagregação do meio social sertanejo e das secas prolongadas, e que melhor se materializava no seu embate contra a secularização da esfera social — derivada da cisão entre Igreja e Estado. Para Otten, esse rompimento político e prático-material aumentou o sentimento de desamparo das camadas mais pobres, reconhecido tanto na ideia de uma recusa do governo central na sua ajuda (derivado da negação republicana em aplicar a ‘lei espiritual’), quanto em uma noção de esbulho, de que os mais abastados agiam, por meio das novas normas, para retirar os meios materiais dos necessitados.<sup>65</sup>

Existe, no entanto, uma tentativa de Antônio Conselheiro em equilibrar esta corrente sacrificial por uma condescendente, extraíndo trechos da Bíblia que “exaltam os prodígios e as maravilhas do amor de Deus, a grandeza dos benefícios do amor de Jesus Cristo que superaram vitoriosamente o peso do pecado”.<sup>66</sup> Por esta perspectiva Deus é visto como pai e protetor dos pobres e seu Filho como aquele que carrega o fogo do amor (em menção a Lucas 12, 49). Nas palavras do Conselheiro: “Ele tinha vindo à terra para trazer às almas o fogo do divino amor, e que não tinha outro desejo senão de ver esta chama acender em todos os corações dos homens”.<sup>67</sup> O Cristo então, nessa perspectiva, é visto como o Bom Jesus ou Jesus-Mendigo, aquele que é advogado e justiceiro dos pobres, que é capaz de dar uma nova identidade ao povo e conduzi-lo ao protesto social.<sup>68</sup>

<sup>62</sup> CUNHA, [1902] 2016, pp. 160, 156.

<sup>63</sup> OTTEN, Só Deus é grande, 1989, p. 29; A influência do ideário religioso em Belo Monte, 1993, p. 84.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> OTTEN, A influência do ideário religioso em Belo Monte, 1993, p. 84.

<sup>66</sup> OTTEN, A influência do ideário religioso em Belo Monte, 1993, p. 84.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>68</sup> MACIEL [1896] apud OTTEN, op.cit., p. 84.

Essa ambiguidade é a essência do catolicismo popular tradicional, o que lhe confere tanto uma função alienadora, como contestadora. Na teologia cristã, quando a imagem de Deus é expropriada de seu poder divino, ou seja, quando é percebido como distante ou alterado, cria-se nos fiéis atitudes de fatalismo e passividade. Quando esse distanciamento é conjugado a desastres naturais, secas, flagelos e fome, ganham sentido as atitudes penitenciais ou de protestos mudo. Por outro lado, quando o poder divino é recuperado, o que no catolicismo popular reside no fato de Deus e os santos serem favoráveis aos pobres, comportamentos de protesto e reivindicação são ativados. O papel do líder religioso carismático, portanto, é de reapropriar-se da imagem de Deus e dar aos pobres uma nova identidade: que na expectativa messiânica assume tanto a função de uma nova conduta moral do grupo, como a fundação de uma ‘nova terra’ — espelhada na promessa de um ‘novo céu’.<sup>69</sup>

Devido às bases do seu próprio ideário, o catolicismo popular parece operar de maneira similar ao messianismo como veículo de reivindicação, voltado para a resolução de crises existenciais concretas determinadas pelas dinâmicas social, econômica e histórica. Isso porque, há no imaginário de seus fiéis um sentimento profundo do que é encarado como justiça ou injustiça, derivado da crença de que todos os seres humanos são iguais perante a Deus.<sup>70</sup> Nesses termos, as ideias de Antônio Conselheiro não são muito diferentes daquelas que corriam, não apenas no semiárido, mas, também, em outras regiões interioranas do Brasil em fins do século XIX. O historiador Duglas Teixeira Monteiro (1926–1978), baseado no exame do teólogo F. Benjamin de Souza Netto, vê nos escritos do peregrino uma “vulgarização sem requintes, mas sem imprecisões, da teologia escolástica corrente”. Amparados na sequência clássica da Trindade (criação, elevação, pecado, pena, promessa, remissão e reconciliação) com traços de uma escatologia sóbria, esses escritos, para o historiador, não tem nenhum sinal de messianismo ou profetismo, ou mesmo, qualquer forma renovada de milenarismo. Segundo Monteiro, os apontamentos do manuscrito são coerentes com as imagens que se tem do peregrino, principalmente, enquanto místico, diretor espiritual e autoridade religiosa exemplar. E é na realização deste modelo que, para Monteiro, residia as tensões entre o Conselheiro e a autoridade de sacerdotes e coronéis: a sua ascendência como liderança sobre um grupo cada vez mais numeroso de fiéis, “significou o aparecimento de uma alternativa para as formas costumeiras de subordinação”. Provocando, ao fim, o processo de isolamento do grupo, concretizado com a construção do Belo Monte.<sup>71</sup>

Assim como ocorreu em outros movimentos sociais de base religiosa do meio rural brasileiro, a movimentação em direção a Canudos e a construção do Belo Monte são, de acordo com Monteiro, “indicação sugestiva da preocupação em definir as bases de um estilo de convivência social e de controle, navegador do estado de coisas que reinava nas cidades comuns”. Isto é, o grupo procurava estabelecer-se fora da estrutura social mais ampla, impondo no novo território ocupado os princípios

<sup>69</sup> OTTEN, 1993.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> MONTEIRO, Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, [1977] 2006, pp. 75, 77.

de sua conduta e organização. Tal busca por isolamento tem ressonâncias messiânicas — de um lugar que seria a realização do céu na terra, com qualidades de santificado e perfeito —; porém, como destaca Monteiro, ao contrário do que ocorreu em outros movimentos (como o Contestado), não havia nos moradores do Belo Monte a percepção do arraial como uma espécie de ‘vila santa’ ou o ‘centro do mundo’ (onde esperariam pelo fim dos tempos). Reitera-se, que a tese do isolamento de Canudos tem sido encarada como equivocada, devido à centralidade das trocas comerciais na economia local, a movimentação de trabalhadores entre o lugarejo e as fazendas e cidades vizinhas e o intenso fluxo migratório de que foi destino. Fato é, como conclui Monteiro, que a ocupação de Canudos e o estabelecimento do Belo Monte “foi, certamente, um esforço de aproximação com relação à concepção de justiça, tal como o Conselheiro a entendia, apertada dentro da estreiteza da condição humana”.<sup>72</sup>

Deve-se esclarecer que, apesar da ausência de prefigurações de um reino milenarista, o Belo Monte não foi, simplesmente, a constituição de um território de influência, cujo poder soberano era exercido por Antônio Conselheiro. Dawid Bartelt chega a afirmar que, mesmo sem interesse em poder político, do “ponto de vista estrutural, a melhor maneira de descrever seu papel [do Conselheiro], a partir dos anos 1890, é equipará-lo a um coronel — em princípio sem terras, mas, depois de 1893, dispondo de propriedade de fato e com parentela crescente”.<sup>73</sup> Como justificativa, o historiador argumenta que o peregrino foi uma personalidade influente entre parcela da política local, por conta da sua capacidade em mobilizar parte de seu grupo de seguidores para fins eleitoreiros.<sup>74</sup> O próprio autor aponta, que apesar de escassos, certos documentos demonstram de forma clara a relação existente entre o Conselheiro e coronéis da política local, que era mantida com cordialidade e em posição de igualdade. Para Bartelt, isso é revelado pelo tom usado nas duas cartas do IHGBA, assinadas pelo peregrino e endereçadas uma a Felisberto de Moraes e outra a Paulo José da Hora, que “são escritas com gentileza, mas sem submissão, e formulam o que pretendem transmitir de forma clara e precisa”.<sup>75</sup>

Além das cartas, Bartelt mobiliza outras fontes documentais para destacar a posição de ‘protegido’ e, ao mesmo tempo, de manipulado de Antônio Conselheiro. Em relação a primeira, realça a proteção que o peregrino contava em fins dos anos 1870 do padre Agripino Borges, pároco de Inhambupe e que posteriormente se tornou deputado estadual na Bahia. Quanto a segunda posição, destaca um artigo publicado na *Gazeta de Notícias* em julho de 1897, em que lê-se: “todos os governos [da Bahia] [...], serviram-se do Antônio Conselheiro e da sua influência local, e do seu ascendente sobre a gente rude do sertão, e do seu espírito de disciplinador — para transformá-lo

<sup>72</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>73</sup> BARTELT, *Sertão, república e nação*, 2009, p. 39.

<sup>74</sup> Vale lembrar que a partir da Constituição de 1891 tem-se a extinção do voto censitário. Anteriormente, no período imperial, o voto era possível para homens livres, maiores de 25 anos e com uma renda de mais de 200 mil réis. A nova Constituição republicana estabeleceu o voto universal para homens maiores de 21 anos, porém, excluía-se ainda mulheres, analfabetos, mendigos, religiosos e militares de baixa patente.

<sup>75</sup> BARTELT, 2009, p. 39.

n'um aliado político, n'um fornecedor de votos, n'um agente de eleições".<sup>76</sup> E, também, remete carta, de 1884, do padre Olyntho Cesar Paim (de Jeremoabo) ao arcebispo da Bahia, que parece apontar ambos: queixava-se de Antônio Conselheiro (que desafiava a proibição expressa de pregar os seus sermões em frente as igrejas) "desfrutar 'da proteção de políticos poderosos' e de ser por eles manipulado".<sup>77</sup>

Apesar da categoria 'coronel' definir e iluminar os aspectos políticos da Primeira República — seus principais agentes, suas redes de poder, suas lógicas de atuação etc. —, acredito ser excessivo classificar Antônio Conselheiro como tal (ainda que 'estruturalmente'). É certo, que o peregrino tinha contato direto com figuras de peso político (como visto, inclusive, em relação a Dantas Martins), contudo, essa relação era restrita aos pedidos de financiamento para as obras construtivas e de doações para seus seguidores: fato demonstrado pelo tema da carta destinada a Moraes: "peço-lhe que faça-me a caridade de mandar uma rês que tenho precisão".<sup>78</sup> Embora, ao que parece, ele entendesse a situação da política heterônoma local, se aproximando de autoridades quando do seu interesse e se afastando, de maneira, mais ou menos, tática, quando lhe cresciam as hostilidades; não há nada na bibliografia canudense que indique o seu interesse em participar desse mesmo sistema político. Ao contrário, a forma como conduziu o seu grupo concorda com a ideia de um afastamento das esferas heterônomas. Aliás, Antônio Conselheiro era visto por seus contemporâneos como um andarilho, um anacoreta, um mendicante; e, exatamente, pelo forte caráter de classe do coronelismo, é pouco provável que fosse percebido no jogo político como um igual. Apenas a sua autoridade sobre o seu grupo de fiéis, ainda que o mobilizando para o voto, parece ser elemento insuficiente para explicar suas relações com a classe política e latifundiária local. Igualmente, essas relações devem ter sido favorecidas por traços da personalidade carismática do Conselheiro, sobretudo, a sua capacidade de negociação.

Outro ponto que é preciso considerar, pertence à lógica interna do grupo e a sua relação com o próprio Conselheiro. Os habitantes de Canudos compunham um grupo bastante heterogêneo e, justamente por isso, a autoridade do peregrino era relativa para as diferentes frações do arraial. É apropriado considerar que apesar da influência exercida sobre os moradores do lugarejo e o respeito demonstrado, em troca, por eles, o Conselheiro não exercia 'poder absoluto' ou de barganha sobre todos os canudenses. Na literatura há menções a outras figuras que tinham papel relevante e de liderança dentro do Belo Monte, principalmente, os comerciantes mais abastados e os chefes de determinadas frações sociais do grupo (como as lideranças indígenas, por exemplo).<sup>79</sup> Euclides, na carta que narra o interrogatório do garoto Agostinho, já tentava construir as posições ocupadas por "figuras preponderantes que rodeiam o Conselheiro". Todavia, como conta um antigo morador do arraial, Honório Vilanova (Honório Francisco de Assunç), em depoimento ao escritor Nertan Macedo

<sup>76</sup> Gazeta de Notícias [18.7.1897] apud BARTELT, 2009, p. 39.

<sup>77</sup> BARTELT, 2009, pp. 39, 38.

<sup>78</sup> CONSELHEIRO, em carta para Felisberto de Moraes [26.4.1893], apud GALVÃO e PERES, 2002.

<sup>79</sup> MASCARENHAS, Toda nação em Canudos, 1997.

(1929–1989) em 1962, tais normas eram seguidas em comum acordo dos moradores, sem a obrigação de engajamento em nenhuma atividade promovida pelo peregrino.<sup>80</sup>

Havia, de fato, uma organização ao redor de Antônio Conselheiro que compreendia certos arranjos sociais e era responsável por certa dinâmica no cotidiano do arraial. Próximo ao peregrino havia um grupo de beatos a ele subordinados e que tinha por função os cuidados com o Conselheiro e o auxílio na tiração das rezas e das ladainhas, e a petição de esmolas para as obras construtivas. Responsável pela segurança de seu líder, a Guarda Católica era “formada por doze ‘apóstolos’ armados, criada logo após a refrega de Masseté, em fins de maio de 1893. Eles eram uniformizados, armados e municados pelo Conselheiro, de quem recebiam soldo. Postavam-se de sentinela defronte ao Santuário [...], revezando-se de quatro em quatro horas”. A segurança do arraial ficava por conta da Companhia do Bom Jesus ou “Santa Companhia, bem mais numerosa. Segundo quem a viu pessoalmente, contava [...] com 800 homens e 200 mulheres, todos uniformizados [...]”. Somado a isso, o arraial era regido por determinadas normas de moral e conduta oriundas da visão de mundo do peregrino: eram proibidos a venda e o consumo de bebida alcoólica, assim como a prostituição da mulher, o furto era penalizado com a expulsão do arraial e era vedada a realização de festas não religiosas.<sup>81</sup>

Por fim, a condição de proprietário de terras não carrega o mesmo sentido para um coronel e para Antônio Conselheiro. A rigor, o peregrino sequer era proprietário de terras e, sim, junto aos habitantes do Belo Monte, uma espécie de posseiro. Era um ocupante de uma porção improdutiva (ou devoluta) de terra, que pelo trabalho almejava torná-la produtiva. Em relação à estrutura agrária, isso significa que o Conselheiro não pertencia à classe de proprietários, não era titular de renda fundiária e não empregava mão de obra, nem mecanismos para a coerção ao trabalho.<sup>82</sup> O regime fundiário implantado no Belo Monte era um misto entre propriedade privada, da casa e dos bens pessoais, e espaços comuns, dos pastos e das lavouras. O trabalho era essencialmente familiar, em que cada família era relativamente autônoma, organizada em virtude da sua atividade produtiva, porém dependente, em algum momento da sua existência, da cooperação interfamiliar. A coletividade da terra também se manifestava na coletividade daquilo que era produzido e, em caso de venda de algum excedente, da repartição por todos.

As relações estabelecidas no interior do grupo, portanto, são fundamentalmente *diádicas*, isto é, se manifestam apenas em uma reciprocidade direta e imediata e entre elementos equivalentes. Ao contrário da organização produtiva e familiar estabelecida pelos grandes proprietários rurais (coronéis), a organização do Belo Monte seguiu arranjos similares aos dos grupos rurais tradicionais brasileiros, gestados em oposição à grande lavoura de exportação. A produção desses grupos rurais era voltada para uma economia de subsistência, composta por uma população economicamente marginal, em que o trabalhador contava apenas com a força de trabalho familiar em unidades mais

---

<sup>80</sup> MACEDO, *Memorial de Vilanova*, [1964] 1983.

<sup>81</sup> GALVÃO, *Império do Belo Monte*, 2001, p. 47.

<sup>82</sup> Noções empregadas aqui segundo as definições de Martins [1979] 2021.

ou menos isoladas e autossuficientes. A constituição dessa economia de subsistência caracterizava-se pela ausência de mercado, em que o dinheiro era raro e despendido na compra do absolutamente necessário, e por uma situação de pobreza que se manifestava na “construção das casas, na quantidade e qualidade dos instrumentos e utensílios domésticos, na roupa, isto é, na raridade de tudo aquilo que não possa ser produzido diretamente com técnicas ao alcance de todos”.<sup>83</sup>

Diferente da cultura patriarcal da grande lavoura, na formação dessa economia de subsistência tem-se o desenvolvimento de uma cultura rústica definida por uma vida comunitária organizada a partir do grupo doméstico (da família conjugal) e por uma rede de sociabilidade constituída pelo parentesco e pelo compadrio. Isso porque, apenas as famílias muito extensas poderiam formar “unidades relativamente permanentes e estáveis, pois se renovam constantemente pela incorporação progressiva dos filhos ou filhas que se casam e dos respectivos cônjuges”. Na realidade, as famílias conjugais “são unidades de curta duração, que se constituem pela fragmentação sucessiva de outras famílias e cuja organização varia durante o seu ciclo de existência”. Daí surge, de acordo com a antropóloga Eunice Ribeiro Durham (1932–2022), a necessidade da ampliação de laços de solidariedade, tanto com o aumento dos círculos de parentes, quanto com a multiplicação das formas rituais de estabelecimento do compadrio. Via de regra, esses rituais são essencialmente religiosos, manifestados em batismos, crisma, casamento etc. Para Durham, então, “as atividades lúdico-religiosas, que expressam e reforçam a solidariedade dos grupos locais, são [...] antes consequência que causa da unidade desse grupo”.<sup>84</sup>

Se nas lógicas do parentesco e do compadrio as interações se estabelecem por “círculos de relações pessoais preferenciais”, sentido similar também pode ser percebido nas relações do grupo e dos indivíduos com a religião.<sup>85</sup> Tanto Durham, quanto Otten, concordam que as manifestações religiosas dos grupos rurais tradicionais se baseiam em uma reciprocidade entre o devoto e um santo particular (o padroeiro do lugar ou da família). Isso devido a posição ocupado pelos santos na esfera do catolicismo popular, visto como mais próxima do dia a dia dos trabalhadores e comprometida na ajuda aos enfrentamentos das atividades mundanas.<sup>86</sup> O culto aos santos também se estabelece em uma relação de mutualidade — na medida em que o devoto apenas engaja nos rituais religiosos quando precisa da ajuda do santo ou dele recebe retornos auspiciosos. Ou seja, há uma identificação direta entre a realidade material e o exercício da fé.

A potência criativa do catolicismo popular reside, exatamente, na sua orientação à vida profana: no reconhecimento das dificuldades e sofrimentos da vida social e na sua movimentação para ultrapassá-los. Ainda que a concepção da vida social pelo Conselheiro seja relativamente conservadora (ou de um nítido conteúdo de reformismo conservador, na opinião de Queiroz), o reconhecimento da precariedade material na vida dos trabalhadores presente em suas pregações e

---

<sup>83</sup> Durham, *As comunidades rurais tradicionais e a migração*, [1973] 2004, p. 142.

<sup>84</sup> DURHAM, *As comunidades rurais tradicionais e a migração*, [1973] 2004, pp. 149, 159.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>86</sup> OTTEN, *Só Deus é grande*, 1989.

nas reuniões para os mutirões coletivos, cumpre papel importante na articulação das indignações e em formas organizadas de revolta.<sup>87</sup> Em termos teológicos, mais uma vez, “se a opressão do pobre é ligada a uma falsificação da imagem de Deus”, então a aparição do líder carismático que aparenta identificar a fonte dessa opressão, reapropria a imagem de Deus, o que engaja o devoto na reapropriação de bens terrestres.<sup>88</sup> Mesmo que houvesse, então, uma compatibilidade entre a ortodoxia religiosa de Antônio Conselheiro e a vida social de Canudos, como afirma Monteiro, a organização sócio-espacial estabelecida pelo grupo pode ser considerada um contraprojeto sócio-espacial, não no sentido de uma resolução das contradições geradas pela sociedade heterônoma, mas sim, como expressão de uma nova estrutura sócio-espacial que procurava agasalhar novas relações sociais.



---

<sup>87</sup> QUEIROZ, *Messianismo no Brasil e no mundo*, [1965] 1977.

<sup>88</sup> OTTEN, 1989, p. 14.

## 4 SÓCIO-ESPACIALIDADE DE CANUDOS



*A urbs monstruosa, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas.<sup>1</sup>*

Euclides da Cunha

Da perspectiva de Euclides da Cunha sobre Canudos, depreende-se, pelo menos, três considerações que comprometeram a leitura da sócio-espacialidade do arraial empreendida pelo escritor. A primeira delas, teria relação com a figura de Antonio Conselheiro (explorada como paradigmática da sociedade sertaneja), em que a fé do peregrino e sua atuação junto ao seu grupo de seguidores é encarada como traço de loucura e de vadiagem. Ou seja, Euclides não percebe o Conselheiro como uma liderança social, mas ora como um agitador perverso de uma massa de ignorantes, ora como um peão manipulado pelo jogo da política local. A segunda consideração, derivada da primeira, é a desimportância com que Euclides trata os mutirões construtivos liderados pelo peregrino antes da ocupação e edificação do assentamento do Belo Monte. De certo modo, e por último, esse desprezo se reflete nas suas descrições do espaço construído do arraial, em que seus aspectos físicos assumem um tipo de comprovação material da sua chave de leitura sobre o movimento.

Todas essas considerações estão inseridas no contexto da sociedade brasileira da época e, particularmente, na visão e nas influências intelectuais de Euclides até aquele momento. Para além do papel literário desempenhado por cada um desses pontos em seus escritos, pode-se considerar que esses elementos (e as formas assumidas por eles) também foram construídos em oposição a sua experiência empírica e a sua atividade como engenheiro. Neste capítulo me detenho nas descrições do espaço do Belo Monte e nos mutirões construtivos (e seus produtos) liderados por Antônio Conselheiro durante seus anos de peregrinação, para em seguida, sintetizar a leitura espacial euclidiana e suas lacunas em consideração a uma leitura sócio-espacial do grupo de Canudos. O objetivo não é, portanto, apresentar de forma profunda e extensiva as construções lideradas pelo

<sup>1</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 174.

peregrino, nem tampouco analisá-las dentro de categorias tradicionais trabalhadas pela teoria e a crítica da arquitetura — como estilo, influências, forma, função etc. Dentro da leitura do grupo de Canudos como um grupo sócio-espacial, interessa abordar as construções das igrejas, cemitérios, açudes etc., em uma concepção mais ampla da arquitetura, como processos e produtos da transformação do espaço pelo trabalho humano. Especificamente, o que importa aqui, não é teorizar e criticar os produtos espaciais em si, mas os seus processos de produção. Isso implica nos determos nos aspectos práticos e materiais dessas atividades procurando responder a alguns pontos, tais como: quais as tarefas construtivas envolvidas nestas atividades, como essas tarefas se dividiam entre os membros do grupo, qual o nível de liberdade de cada membro na execução de seu trabalho e qual o papel do Conselheiro e de outras lideranças neste processo.

#### 4.1 A CIDADE DE TAIPA

A primeira descrição do espaço construído do Belo Monte feita por Euclides da Cunha, foi escrita antes dele chegar a Canudos. Em carta de 18 de agosto de 1897, enviada ao *Estado*, ainda de Salvador, Euclides narra de forma literária a tentativa dos canudenses de destruir a chamada Matadeira, um canhão Whitworth 32 que atacou impiedosamente o arraial. Com base nos relatos de soldados, ele escreve:

Em frente, enorme, derramada sem ordem sobre a larga encosta em que se erige, com as suas exíguas habitações desordenadamente espalhadas, sem ruas e sem praças, acervo incoerente de casas, aparecia Canudos, deserta e muda, como uma tapera imensa, abandonada.<sup>2</sup>

Apesar dos poucos detalhes, a frase concentra muito da maneira como Euclides descreveu fisicamente Canudos e o Belo Monte em *Os sertões*. Há, claramente, uma preocupação literária, que além de traço estilístico é usado para transpor as poucas informações emitidas pelos soldados, mas também saltam nas poucas linhas traços da perspectiva negativa com que o escritor encarou Antonio Conselheiro e seus seguidores, e daí, a fatalidade com que percebeu o movimento, apoiado numa noção de inevitabilidade do progresso histórico. Esses dois anseios, essas duas aproximações ao texto euclidiano (literária e científica), são úteis, mais uma vez, na compreensão da espacialidade de Canudos/Belo Monte na visão do autor: por um lado, no campo literário, o espaço (construído e ocupado, principalmente) é a materialização dos transtornos do grupo, construída como uma cidade de características proféticas e aspecto apocalíptico; enquanto por outro, no pensamento do engenheiro-cientista, esse mesmo espaço é interpretado como antítese da visão urbana predominante na virada dos séculos XIX e XX.

---

<sup>2</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, p. 37.

Pela perspectiva literária, o Belo Monte encarna na narrativa euclidiana a realização de uma Nova Jerusalém: a cidade Santa que desce à Terra da parte de Deus após o Juízo Final; e que na definição messiânica, representa o reino milenarista onde os seguidores do messias esperariam o fim dos tempos. Descrita na última parte do livro do *Apocalipse*, a Nova Jerusalém é a epifania da grandeza de Deus, a morada do Cordeiro e dos bem-aventurados na eternidade; e construída em ouro e pedras preciosas, na forma de um quadrado medindo 2.200km de lado, cercada por um grande e alto muro, com 65m de espessura, e com doze portas (três em cada um dos pontos cardeais) formadas cada uma por uma única pérola.<sup>3</sup> A cidade ainda contém “os demais arquétipos, ou imagens literárias que aparecem repetidamente na tradição [cristã], do rio da água da vida e da árvore da vida”.<sup>4</sup> Euclides utiliza-se da metáfora bíblica tanto por sua presença e importância na tradição literária ocidental, quanto por conta das profecias (encontradas em Canudos) que erroneamente atribuiu a Antônio Conselheiro. As duas profecias citadas por ele em *Os sertões*, a profecia das nações e a profecia de Jerusalém, dão conta da fundação de uma cidade e do desenvolvimento de outras atividades construtivas em um contexto escatológico. A profecia das nações, refere-se “ao fim do mundo, em que irá aparecer um anjo, para fazer pregações, fundar cidades e construir igrejas e capelas”, e na leitura de Euclides, era provável que os sertanejos identificassem o Conselheiro a esse anjo. Já a profecia de Jerusalém, tinha o próprio Belo Monte como cenário, local de onde supostamente seriam vistos “o apagar de todas as luzes, seguido de chuva de estrelas e queda de meteoros”. Além de amarrar a sua interpretação messiânica, as profecias (junto aos poemas populares) “encenam a história de forma cíclica e redentora, em oposição à representação linear-evolutiva” adotada pelas correntes as quais o autor se apoiava.<sup>5</sup>

Como referência à tradição literária, Euclides inverte em *Os sertões* os arquétipos bíblicos da primeira e segunda partes do *Apocalipse* e representa o Belo Monte com essas imagens invertidas. O último livro do cânone bíblico pode ser dividido em duas partes, em que o bloco inicial maior “relata o horror da aniquilação do mundo, da besta, do fogo do céu e do que sobe dos abismos, das pragas, da dizimação da humanidade”, enquanto o segundo trecho menor, é a Revelação sobre o que virá após o Juízo Final, com a epifania da Cidade de Deus. O autor narra, portanto, a parte do horror “com as imagens da parte paradisíacas viradas ao contrário”, em uma dupla inversão. Ou seja, na sua representação física do vilarejo, “tudo está virado pelo avesso [em um tipo de] Apocalipse, que não é paradisíaco porém demoníaco, do inferno, dos mundos íferos, do que é rejeitado pela razão, do que confunde o entendimento humano”, um cenário em que não há redenção, mas apenas o sofrimento dos condenados. Assim, no Belo Monte de Euclides há “um rio central — o Vaza-Barris — que não mana porque não tem água. Em vez do jardim civilizado, obra do homem, centralizado pelo rio da água da vida e pela árvore da vida, ali está a vegetação da caatinga, arbusto e cactos sem a verdura,

<sup>3</sup> *Apocalipse*, 21: 2, 12, 13, 16–18, 21, 27.

<sup>4</sup> GALVÃO, Polifonia e paixão, [1994] 2009.

<sup>5</sup> VENTURA, *Esboço biográfico*, [2003] 2019, pp. 216, 217.

só garranchos e espinhos”;<sup>6</sup> em vez das paredes de ouro e da disposição retangular dos edifícios, o labirinto de casebres de taipa, que “confundia[m]-se com o próprio chão”.<sup>7</sup>

Esse tom bíblico, foi usado anteriormente pelo engenheiro-escritor — de maneira menos intencional, é verdade — na carta em que descreve Canudos segundo sua observação pessoal pela primeira vez, iniciada em tom de surpresa com a vista do lugarejo: “E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos. Refreei o cavalo e olhei em torno”. Ao final da primeira parte desse relato, datada pelo *Estado* erroneamente de 10 de setembro de 1897 — na verdade, o escritor chega em Canudos no dia 16 de setembro —, Euclides afirma que o arraial lembrava “uma cidade bíblica fulminada pela maldição tremenda dos profetas”. Longe do arranjo complexo que assume no livro anos mais tarde, essa metáfora demonstra como já lhe arrebatava aos seus olhos o aspecto de destruição das construções vistas ao longe, mesmo que indistintas junto a névoa de poeira levantada pelas balas de canhão.<sup>8</sup>

O que de fato provocou impacto sobre o autor nesse primeiro momento, foi a extensão do assentamento — muito superior as estimativas que até então ele tivera acesso — e a relação da sua ocupação com o relevo em torno. Foram esses dois pontos que conduziram a sua primeira aproximação ao espaço físico do arraial e que lhe renderam, mais tarde, traços importantes na caracterização do seu Belo Monte narrativo. Para Euclides, era

extraordinário que os que aqui têm estado e escrito ou prestado informações sobre esta campanha, nada tenham dito ainda acerca de um terreno cuja disposição topográfica e constituição geológica são simplesmente surpreendedoras. As inúmeras colinas que se desdobram em torno da cidadela sertaneja, todas com a mesma altitude quase e dando, ao longe, a ilusão de uma campina unida e vasta, alevantam-se dentro de uma elipse majestosa de montanhas. [...] Dentro dela estende-se a região caótica, irregularmente ondulada, em cujo centro, aproximadamente, se ergue Canudos.<sup>9</sup>

Essa conformação do relevo no livro de 1902, assumiu um sentido essencialmente trágico, operando, ao mesmo tempo, como deslocamento (no contexto nacional) e localização (do cenário de guerra) do arraial:

Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.

Entocara-se. Naquela região belíssima, em que as linhas de cumeadas se rebatem no plano alto dos tabuleiros, escolhera precisamente o trecho que recorda uma vala comum enorme...<sup>10</sup>

<sup>6</sup> GALVÃO, Polifonia e paixão, [1994] 2009,

<sup>7</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 175.

<sup>8</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, pp. 78, 80.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, pp. 512, 178.

Pode-se considerar que o espaço construído de Canudos, assim como outros elementos da interpretação euclidiana sobre o episódio, também recebeu tratamento diferente entre os escritos de 1897 e *Os sertões*. Nas cartas para o *Estado* a apresentação do arraial é feita de maneira mais descritiva, em que os referenciais são unidades urbanas, como rua, bairro e praça. Enquanto no livro, o Belo Monte erige-se a partir da construção literária apocalíptica, em que “Canudos era uma tapera dentro de uma furna”.<sup>11</sup>

Para além dessas diferenças (estilísticas e interpretativas), o espaço construído do arraial não foi percebido ou abarcado por Euclides imediatamente. Se a sua primeira descrição foi escrita a partir dos relatos de soldados (antes da viagem ao interior baiano), seus esboços subsequentes foram elaborados a partir da realidade material daquilo que realmente viu e, continuamente, das informações que colhia junto aos envolvidos no confronto — das forças armadas e dos canudenses, em um primeiro momento, e da gama de textos que se valeu para a produção de *Os sertões*, mais tarde. É importante enfatizar esse entendimento, pois o próprio autor se corrige em alguns momentos dessa elaboração, e por sua posição de homem de letras, privilegia determinadas referências em detrimento de outras — o que fica evidente no uso insistente de algumas delas, até mesmo no emprego dos mesmos adjetivos para descrever o espaço do arraial. Neste subitem darei ênfase ao espaço construído do Belo Monte, seu aspecto geral, sua disposição no terreno e sua organização física, considerando os primeiros escritos de Euclides (a partir da sua experiência empírica) e, também, os relatos de outros autores da literatura canudense. Aqui, portanto, pretende-se apresentar o espaço do arraial e apontar um panorama daquilo que foi escrito sobre o seu espaço. No último subitem deste capítulo retomarei as descrições espaciais feitas por Euclides em *Os sertões* amarrando-o a sua perspectiva sobre Canudos e ao entendimento do seu espaço construído legado ao pensamento brasileiro.

Euclides chegou em Canudos pelo morro da Favela, “acompanhando a segunda brigada da divisão auxiliar”. Havia partido de Monte Santo no dia 13 de setembro, as cinco e meia da manhã, e da localidade de Juá até Canudos, percorreu uma estrada em linha reta aberta pela comissão de engenharia comandada por Siqueira Meneses, com o objetivo de reduzir em um dia a viagem [linha tracejada da FIGURA 15]. Segundo o próprio autor, tratava-se de “estrada estratégica terrível. Atravessamos uma trincheira de mármore. Passamos por dentro do rio Cascamengó, seco. Chegamos a Favela à 1 hora da tarde e a Canudos (depois de breve demora) às 2. [...] Observei Canudos”.<sup>12</sup> Essa visão frontal do arraial foi usada posteriormente pelo autor na composição narrativa de *Os sertões* para descrever a chegada da expedição Moreira César: “de súbito, surpreende-os a vista de Canudos. Estavam no Alto da Favela. Ali estava, afinal, a tapera enorme que as expedições não haviam logrado atingir...”.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>12</sup> CUNHA, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, pp. [52] 134, [53] 138.

<sup>13</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 301.



**Figura 15:**

*Esboço geográfico do sertão de Canudos, 1902.*

Mapa de Euclides da Cunha, inserido na primeira parte de *Os sertões*.

Fonte: CUNHA, [1902] 2016.

Pelos registros da caderneta de campo de Euclides, é possível traçar os caminhos feitos por ele ao redor e pelo interior do arraial. Na ocasião da sua chegada, a área entre o morro da Favela e o morro de Pelados já estava sob o domínio dos militares, assim como, uma região ao norte do vilarejo compreendida entre a linha de retaguarda e a chamada linha negra, uma trincheira escavada a partir da Favela em direção ao norte do vilarejo [FIGURA 16]. Como tática de ataque, essa linha foi responsável pelo início do cerco ao arraial (iniciada com a investida de 18 de julho), passando, mais tarde, a ser usada como linha de comunicação e passagem. No início de setembro, o principal objetivo das forças armadas era a praça das igrejas, principalmente, a estrutura da Igreja Nova, onde os canudenses estavam entrincheirados. Por isso, nessa zona mais ao norte estavam concentrados os principais acampamentos, quartéis-generais, comissão de engenharia e hospital de sangue. Durante o seu período em Canudos, Euclides permaneceu a maior parte do tempo nessa porção, nos limites dos acampamentos militares, caminhando para o morro da Favela, novamente, no dia 19 de setembro e adentrando o vilarejo no dia 29 de setembro, em breve excursão [FIGURA 17].<sup>14</sup>

Em linhas gerais, na carta para o *Estado* de 10 (16) de setembro, Euclides escreve que: o vilarejo, visto de longe, parecia uma cidade plana; “quem observa tem a impressão inesperada de achar-se ante uma cidade extensa, dividida em cinco bairros distintos e grandes, revestindo inteiramente o dorso das colinas”; era composto por um “acervo incoerente de casas — todas com a mesma feição e a mesma cor, compactas e unidas no centro de cada um dos bairros distintos, esparsas e militarmente dispostas em xadrez nos intervalos entre eles”; e por, pelo menos, três praças, uma entre as duas igrejas e outras duas que seriam o “avesso das que conhecemos: dão para elas os fundos de todas as casas; são um quintal em comum”; e onde não havia propriamente ruas e, sim, “vuelas tortuosas, cruzando-se num labirinto inextrincável”. O autor percebia que havia distinções sociais no arraial, uma vez que observa que “à esquerda da linha definida pelo observador e a parede anterior da Igreja Nova, acha[va]-se a parte rica — casas de telhas avermelhadas e de aparência mais correta, um tanto maiores que as demais e mais ou menos alinhadas num arremedo de arruamento”; mas, em sua grande maioria, as moradias eram “como que feitas por um único modelo”, “de pau-a-pique e divididas em três compartimentos, no máximo”, “cobertas de uma camada de cerca de quinze centímetro de barro”, e assentadas sobre elas “as folhas resistentes de *icó*”.<sup>15</sup>

Nessa reportagem, as casas do Belo Monte serviam para conectar tanto a caracterização geológica que Euclides já vinha empregando desde o início da série para o *Estado*, quanto para elaborar suas associações sociológicas, principalmente, relacionado-as a uma noção de primitivismo (em que eram vistas como uma “paródia grosseira da antiga casa romana”, como “um vastíssimo *Kraal* africano”, retomarei esse ponto mais adiante). A terra aparece, mais uma vez, como figura literária entre a caracterização do fato e a elaboração de um modelo interpretativo. Impressionava ao autor o pouco contraste existente na paisagem canudense, em que o solo e as casas se confundiam:

<sup>14</sup> CUNHA, Caderneta de campo, [1897] 2009; SANTOS, Passeio dentro de Canudos, 2002.

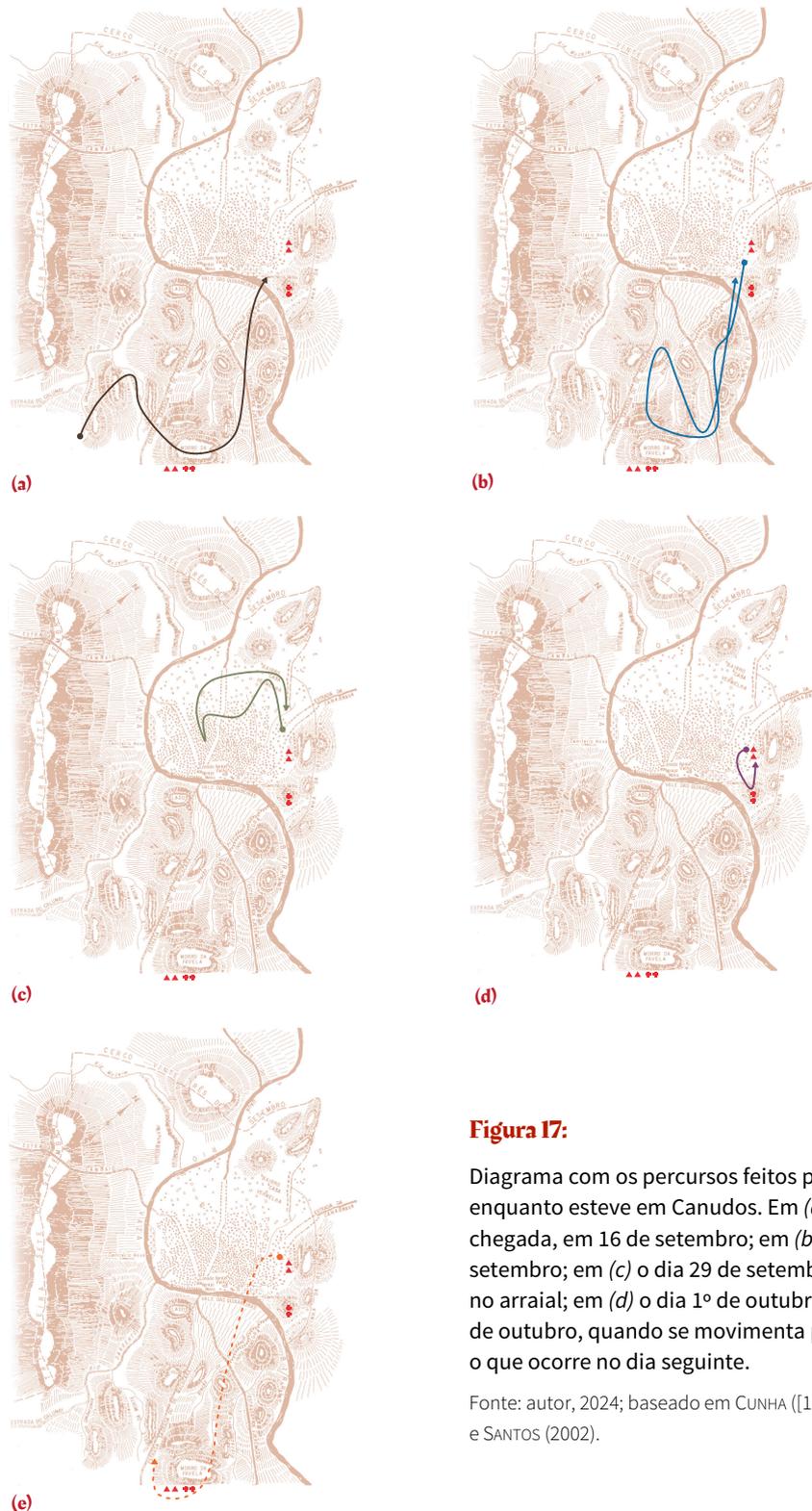
<sup>15</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, pp. 78, 79, 80.



**Figura 16:**

Diagrama mostrando a situação da ocupação militar em Canudos quando da chegada de Euclides ao arraial. Os triângulos e cruces vermelhos indicam a localização dos principais acampamentos e hospitais militares.

Fonte: autor, 2024.



**Figura 17:**

Diagrama com os percursos feitos por Euclides enquanto esteve em Canudos. Em (a) o dia da sua chegada, em 16 de setembro; em (b) o dia 19 de setembro; em (c) o dia 29 de setembro, quando entra no arraial; em (d) o dia 1º de outubro; e em (e) o dia 2 de outubro, quando se movimenta para deixar o local, o que ocorre no dia seguinte.

Fonte: autor, 2024; baseado em CUNHA ([1897] 2009, [1902] 2016) e SANTOS (2002).

O arraial não se distingue prontamente, ao olhar, como as demais povoações: falta-lhe a alvura das paredes caiadas e telhados encaixados. Tem a cor da própria terra em que se erige, confundindo-se com ele na mesma tinta de um vermelho carregado e pardo, de ferrugem velha, e, se não existissem as duas grandes igrejas à margem do Vaza-Barris, não seria percebida a três quilômetros de distância.<sup>16</sup>

Pela posição ocupada, Euclides viu o arraial, majoritariamente, em direção ao sul. E foi desse ponto de vista que o autor desenhou, provavelmente, no dia da sua chegada, um croqui retratando as ruínas das duas igrejas [FIGURA 18]. Ocupando o canto superior esquerdo até, mais ou menos, o centro de uma das folhas da sua caderneta, vê-se os fundos e a lateral esquerda da Igreja Velha e, à sua frente, a fachada frontal, o interior e a lateral direita da Igreja Nova. Ambas são retratadas parcialmente destruídas: na fachada posterior da Igreja Velha há um acúmulo de destroços, que se estende por sua lateral, e mesmo a fachada frontal, incompleta pela perspectiva do desenho, aparece sem a trave à direita; a Igreja Nova aparece sem a torre direita, substituída por escombros, e sem a porção superior da torre esquerda; é possível ver o interior (até o fundo da nave) tanto pela ausência de uma das torres, como pela inexistência da cobertura, nunca realizada pelos canudenses. Ao fundo, na parte superior do desenho, há um esboço rápido de uma extensão de casas, enquanto no canto inferior esquerdo aparece parte das margens do Vaza-Barris. A grande mancha na porção central é, provavelmente, indicação de uma diferença entre as alturas do relevo, onde a área rebaixada, próximo às margens do rio, era ocupada pelas duas construções. A linha contínua e forte no primeiro plano, com o traçado de uma bandeira esquemática, indica, muito provavelmente, a trincheira dos militares.

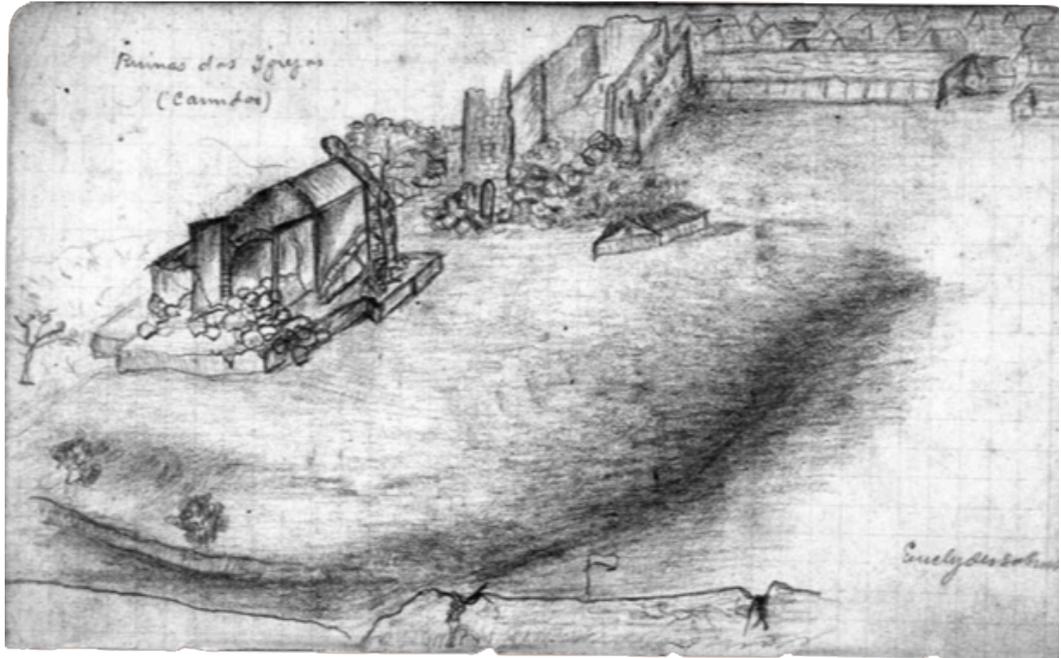
Ao todo, 18 croquis e esboços, feitos em diferentes momentos do trecho Salvador-Canudos, estão presentes na caderneta de campo de Euclides, sendo possível determinar o dia e o local em que alguns deles foram produzidos. Em sua maioria, os desenhos retratam o relevo da região (cadeias ou acidentes isolados) em elevações e panoramas. *Aguada em Sussuarana, Caldeirão, horizonte w, As margens do Curahylen*, são representações de trechos do percurso a Canudos, cujos nomes foram citados pelo autor em partes do seu relato: “partimos de Monte Santo às 5 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> da manhã e chegamos ao Caldeirão às 9 horas aonde acampamos”, “seguindo pelo tal caminho acampando no fim de duas léguas de Sussuarana [...]”,<sup>17</sup> “ao alcançarem o sítio da Suçuarana, seis léguas distante de Canudos [...]”.<sup>18</sup> Algumas dessas localidades podem ser vistas no mapa *Esboço geográfico do sertão de Canudos*, em que os caminhos das expedições estão em destaque. No dia 18 de setembro, Euclides escreveu: “fiz diversos croquis e copio um esquema de Canudos. Dou um passeio pelas imediações”, se referindo, talvez, a croquis como *Horizonte a ENE e a E, Bela Esperança e Vista dos arredores de Canudos*.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> CUNHA, A campanha de Canudos: série de reportagens, [1897] 2003, p. 78.

<sup>17</sup> CUNHA, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, p.

<sup>18</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p.

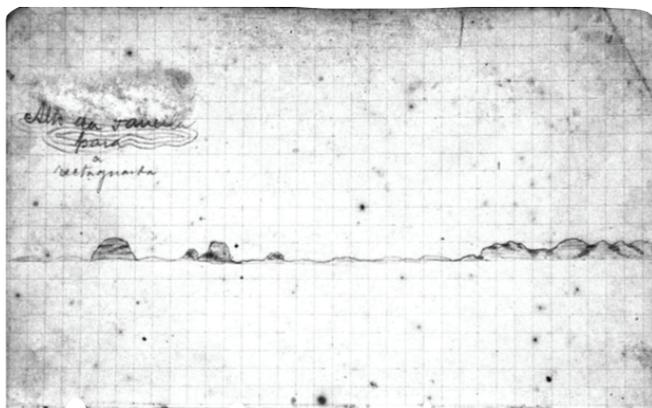
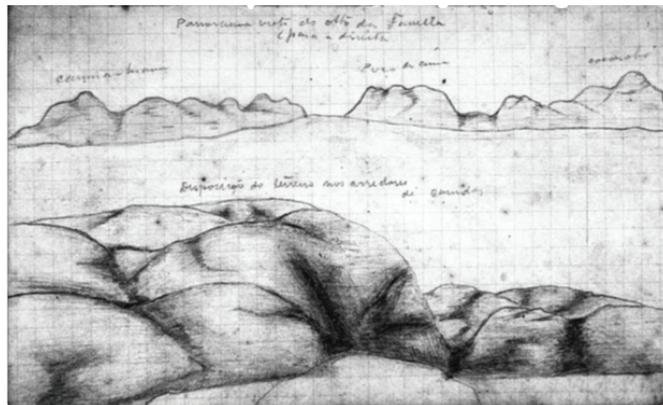
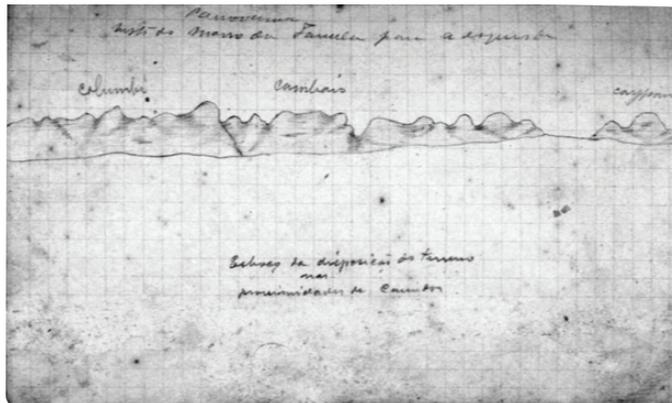
<sup>19</sup> CUNHA, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, p. [54] 138.



**Figura 18:**

*Ruínas das igrejas (Canudos)*, croqui de Euclides da Cunha, 1897.

Fonte: CUNHA, [1897] 2009.



**Figura 19:**

Série de croquis feitos por Euclides no alto do Morro da Favela. **Acima:** Panorama visto para a esquerda. **No meio:** Panorama visto para a direita. **Abaixo:** Vista para a retaguarda.

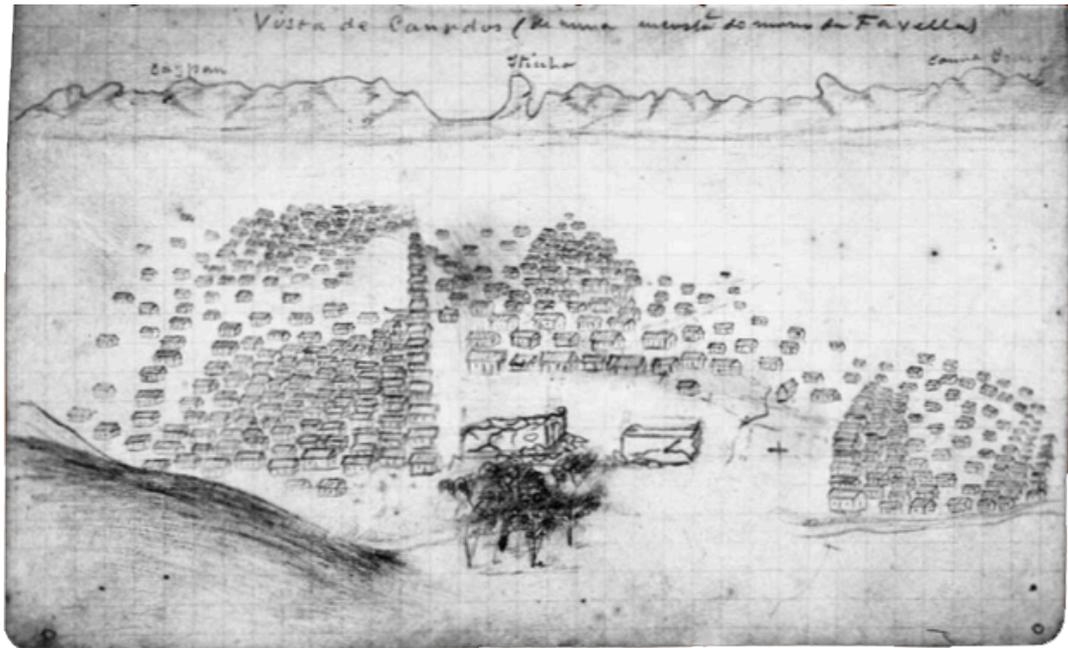
Fonte: CUNHA, [1897] 2009.

No dia 19 de setembro Euclides fez um longo percurso pelas cercanias do arraial, retornando ao morro da Favela, local onde apenas passara três dias antes. De lá, rabiscou quatro croquis, sendo três panoramas do relevo vistos do alto da Favela (*Panorama para a direita*, *Panorama para a esquerda* e *Panorama para a retaguarda*) [FIGURA 19] e uma vista do Belo Monte (*Vista de Canudos de uma encosta do morro da Favela*) [FIGURA 20]. De uma encosta da elevação, o escritor observa atentamente o vilarejo e traça um esboço da sua configuração geral. Nos escritos da caderneta, se mostra surpreso, novamente, com a extensão do vilarejo: “observei então pela primeira vez Canudos. Surpreendente! Tem mais de duas mil casas”.<sup>20</sup> Enquanto no esquema traçado, um amontoado mais ou menos incoerente de casas toma dois terços da página, ao fundo tem-se um panorama das elevações a Noroeste, e na porção frontal, um borrão indica parte da encosta onde o escritor se encontrava, e em linhas suaves, trecho do Vaza-Barris. No centro do desenho encontram-se as duas igrejas, em ruínas, uma de frente para a outra, e ao redor delas, um espaço vazio como que configurando uma praça. À esquerda dessa praça, as casas estão desenhadas de forma que se alinham verticalmente, com as linhas que configuram o formato de cada uma delas visíveis umas atrás das outras. Junto as quatro ou cinco casas ao redor da praça das igrejas, elas são os únicos traços que remetem a um ordenamento cartesiano e, aparentemente, ambas indicam as principais ruas percebidas por Euclides. As outras construções são desenhadas em certos agrupamentos, mas sem uma distribuição aparente entre elas. Atrás da igreja menor, há o sinal de uma cruz, localizando um dos cemitérios do arraial.<sup>21</sup>

A representação de Euclides no croqui e as suas descrições do Belo Monte são corroborados por outras feitas sobre o arraial. Antes dele, um desenho foi realizado por um artista anônimo, baseado nos relatos de soldados da terceira expedição militar, possivelmente a pedido do coronel local e proprietário de terras Demétrio Uripia, que assina o documento. Intitulado *Arraial dos Canudos visto pela estrada do Rosário: a escolhida pela expedição Moreira César* [FIGURA 21], o desenho trás as duas igrejas em primeiro plano, no centro da folha, com suas fachadas frontais viradas, parcialmente para o espectador. Em frente a uma delas, a Igreja Velha, há um jardim, ladeado por um gradil. Na lateral da Igreja Velha tem-se um anexo, certamente a representação do Santuário. Ao lado das duas construções principais, há cinco casas geminadas indicando as casas de alvenaria do vilarejo. O restante do desenho é composto por inúmeros casebres distribuídos desordenadamente e uma cadeia de montanhas (genérica) ao fundo. No canto inferior esquerdo tem-se uma lista numerada de 0 a 16, com o nome dos respectivos espaços indicados no desenho, e no canto inferior direito lê-se o seguinte: “segundo informações ministradas pelo Dr. Americo Passo, Coronel José Americo Camillo de Sousa Velho e de acordo com as dos oficiais de Polícia que fizeram parte da expedição Moreira Cesar, reconhecida como cópia fiel da povoação, por toda força de Polícia à vista da qual foi exposto e por mais pessoas insuspeitas. D. Uripia, 1897”.

<sup>20</sup> Cunha, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, p. [54] 139.

<sup>21</sup> Segundo a caderneta de campo, Euclides continua este mesmo desenho no dia seguinte, 20 de setembro: “continuei e terminei o pálido esboço de Canudos” (CUNHA, [1897] 2009, p. [55] 140).



**Figura 20:**

*Vista de Canudos de uma encosta do morro da Favela*, croqui de Euclides da Cunha, 1897.

Fonte: CUNHA, [1897] 2009.



**Figura 21:**

*Arraial dos Canudos visto pela estrada do Rosário: a escolhida pela expedição Moreira César, 1897.*

À direita do desenho lê-se: “segundo informações ministradas pelo Dr. Americo Passo, Coronel José Americo Camillo de Sousa Velho e de acordo com as dos oficiais de Polícia que fizeram parte da expedição Moreira Cesar, reconhecida como cópia fiel da povoação, por toda força de Polícia à vista da qual foi exposto e por mais pessoas insuspeitas. D. Urpia, 1897”.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Há uma outra representação gráfica do arraial feita por Horcades e presente em seu livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, de 1899 [FIGURA 22]. Menos preciso que os anteriores, o desenho foca em representar as duas igrejas, uma de frente para a outra (com um cruzeiro entre elas), as casas de alvenaria geminadas um pouco adiante e diversas moradias espalhadas sem critério pelo terreno. O rio Vaza-Barris corta a folha de um lado a outro no terço inferior do desenho e próximo a ele, na porção direita, há indicações de um cemitério, por conta dos rabiscos de pequenas cruces. O relevo que aparece ao fundo é mais próximo do perfil desenhado por Euclides, com detalhes de alguns acidentes notáveis.

Das descrições textuais, aquelas que se detiveram de maneira mais direta na configuração espacial do arraial foram as feitas por Benício, Soares e Horcades. Euclides, em *Os sertões*, descreve essa conformação espacial em dois trechos, o primeiro na segunda parte, ‘O Homem’, e o outro quando narra a chegada da expedição Moreira César a Canudos:

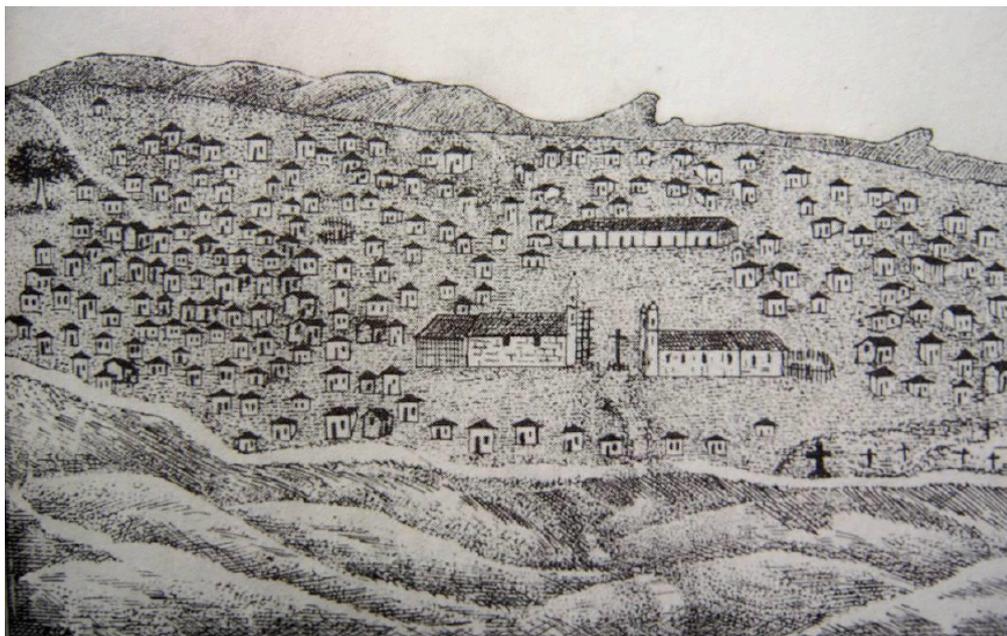
A praça das igrejas, rente ao rio, demarcava-lhe a área mais baixa. Dali, segundo um eixo orientado ao norte, se expandia alteando-se a pouco e pouco, em plano inclinado breve, feito um vale largo, em declive. Lá dentro se apertavam os casebres, atulhando toda a baixada, subindo, mais esparsos, pelas encostas de leste, transbordando, afinal, nas exíguas vivendas que vimos salpitando, raras, o alto dos cerros minados de trincheiras. A grei revoltosa — como se vê — não se ilhava em uma eminência, assoberbando os horizontes, a cavaleiro dos assaltos.

A casaria compacta roda da praça, a pouco e pouco se ampliava, distendendo-se, avassalando os cerros para leste e para o norte até as últimas vivendas isoladas, distantes, como guaritas dispersas – sem que uma parede branca ou telhado encaixado quebrasse a monotonia daquele conjunto assombroso de cinco mil casebres impactos numa ruga da terra. As duas igrejas destacavam-se, nítidas. A nova, à esquerda do observador – ainda incompleta, tendo aprumadas as espessas e altas paredes mestras, envoltas de andaimes e bailéus, mascarada ainda de madeiramento confuso de traves, vigas e baldrames, de onde se alteavam as pernas rígidas das cábreas com os moitões oscilantes; – erguida dominadoramente sobre as demais construções, assoberbando a planície extensa; e ampla, retangular, firmemente assente sobre o solo, patenteando nos largos muros grandes blocos dispostos numa amarração perfeita – tinha, com efeito, a feição completa de um baluarte formidável. Mais humilde, construída pelo molde comum das capelas sertanejas, enfrentava-a a igreja velha. E mais para a direita, dentro de uma cerca tosca, salpintado de cruces pequenas e malfeitas – sem um canteiro, sem um arbusto, sem uma flor – aparecia um cemitério de sepulturas rasas, uma tibicuera triste.<sup>22</sup>

Benício, em *O rei dos jagunços*, aponta que antes da chegada de Antônio Conselheiro a Canudos, “já havia então no arraial a Igreja Velha e duas casas de negócio” e que “ali encontravam-se as estradas de Geremoabo, Uauá, Cambaio, Rosario, Chorrochó e Curral dos Bois”, e era comum que comboios de comerciantes pernoitassem no lugarejo.<sup>23</sup> A Igreja Velha existente era, provavelmente, uma pequena

<sup>22</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, pp. 178, 301-302.

<sup>23</sup> BENÍCIO, *O rei dos jagunços*, [1899] 1998, p. 166.



**Figura 22:**

*Vista de Canudos tirada do alto da Favela, pelo acadêmicos Martins Horcades.*

Fonte: HORCADES, 1899.

capela dedicada a Santo Antônio e cuja reforma (e o soerguimento de um novo templo), segundo a tradição oral, teria sido prometida pelo Conselheiro quando da sua primeira passagem por Canudos, por volta de 1892. Analisarei essa e a Igreja Nova isoladamente no próximo subitem, mas vale ressaltar que a Igreja Velha vista pelos narradores testemunhas era uma edificação nova realizada pelo grupo. O cemitério por trás da igreja foi erguido, também, por volta dessa data. Ele foi o primeiro de três construídos pelos canudenses.

Seguindo Benício, o arraial era composto por “centenas de tijupares de taipa, cobertas de folha de coqueiros sobrepostas com barro de tabatinga, [que eram edificadas] para abrigo do povo que chegava, em Canudos, por devoção, curiosidade, moléstia, e perseguição da justiça, ou particulares”.<sup>24</sup> Havia uma professora, nomeada pelo Conselheiro, que foi

morar na baixada, por trás do cemitério, que desde este tempo tomou o nome de rua da Professora. João Abade e o Vila Nova moravam na rua do Comercio, ou praça das Igrejas.

Pelo fundo da Igreja Nova havia a rua do Santuário, numa confusão de casinholas sem alinhamento, como eram todas as intituladas ruas de Canudos, e ao poente desta viela, a de Campo Alegre, em cima da colina que limita o arraial para este lado.

Ao norte de Campo Alegre estendiam-se choupanas salpicadas numa encosta a que denominaram rua da Misericórdia, por onde entrou a força no assalto de 18 de julho de 1897. Ao sul e nascente passa o Vaza-Barris entre Canudos e o alto do Mario que ficou conhecido por Favela.

[...] Entre a rua do Santuário e a Igreja Nova havia uma quixabeira frondosa, galhuda, cheia de espinho, tendo o chão sombreado, muito limpo, devido à sesta que ali gostavam os jagunços nos dias e noites calorentas.

As margens frescas do rio eram cultivados com plantações de diversos legumes, milho, feijão grogotuba, favas, batatas, melancias, girimuns e melões, canas etc.

Nos terrenos arenosos viam-se milhares de matombos, grelando o talo tenro das mandiocas e outros com estacas de diversos tamanhos.

Pela vizinhança, os pequenos cultores da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendolas de criação de bode, animais vacuns e cavalares, praticando em sofrível escala o cruzamento do asuo com a égua ou jumenta com o cavalo.<sup>25</sup>

Horcades segue a descrição da composição geral do arraial fornecida por Benício e Euclides:

Achavam-se elas [as casas] situadas no vasto tabuleiro onde já tinham sido edificadas as antigas, em completa desordem relativamente a alinhamento, tendo apenas algumas ruazinhas que indicavam ter havido esmero na edificação. Eram todas as casas construídas muito toscamente, sendo as paredes feitas com paus grossos amarrados sob varinhas cobertas de barro branco. Os tetos de algumas eram de folhas de icó e palha cobertas de barro, também branco com pedrinhas roliças.

No centro de todas essas casas, dispostas quase em círculo, estavam as igrejas nova e velha, sendo a primeira de muito gosto artístico e ambas de grande solidez.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>25</sup> Ibidem, pp. 170–71.

Todas as casinhas tinham as entradas para o lado das igrejas, que ficavam em frente uma da outra passando por junto o tal Vaza-Barris.

No lugar onde se achavam situadas as igrejas havia um corredor de casas em alinhamento e ali era estabelecido o centro comercial, que tinha por chefe o miserável Vilanova.

Em frente a estas e a retaguarda da igreja velha ficava o cemitério, que era um pedaço limitado de terra, talvez benzido pelo Conselheiro, e onde eram todos enterrados.

Havia algumas plantações a certa distancia e também pastagens mais férteis para o gado lá existente e para o qual haviam feitos grandes currais.

Dividia-se a cidadela em 2 partes ou bairros: uma habitada pela *nobreza*, isto é os mais ricos do lugar, e outra pelos pobres, os que viviam de esmolas [...].<sup>26</sup>

De especial interesse no relato de Horcades é a sua caracterização das casas do Belo Monte. Isso porque, o médico e acadêmico de fato entrou em muitas delas, como fica evidente em trechos do seu relato em que conta sobre as dezenas de corpos que encontrava no interior delas. Em seu interior as casas

Tinham apenas uma sala, um quarto e um compartimentosinho que servia de cozinha e sala de jantar ao mesmo tempo. Nenhuma tinha quintal. Algumas havia que tinham espessas paredes, porém arranjadas na ocasião da investida feita pela força, pois constavam elas de uma sólida estacada cheia de grandes paredes que impediam a perfuração por qualquer projétil. Dentre todas menciono destacadamente 3 casinholas, que serviam de morada ao Santo Conselheiro e eram conhecidas pelo nome Santuário; estas tinham paredes-trincheiras (pois bem merecem ser assim denominadas), que mediam pouco mais ou menos um metro e meio de sólidas pedras e onde o bandido-chefe colocara toda a sua santaria.

Em cada casa encontrava-se, ao entrar, um surrão de pele de bode pendurado em qualquer das paredes da sala, redes, bacamartes etc. [...] Havia alguns barracões cobertos de telha, donde ele nos faziam certas pontarias de bacamarte.<sup>27</sup>

Soares, por sua vez, localiza Canudos “distante vinte e duas léguas de Jeremoabo, trinta e uma de Queimadas e quinze de Monte Santo. Ao N, 34 léguas distante, corre majestoso o S. Francisco”. No lugarejo quando da chegada de Antônio Conselheiro,

Uma igreja, aliás de boas proporções e fortes paredes foi logo construída. Grande quantidade de ranchos, de princípio cobriu a pequena planície na base do morro da Fazenda Velha; a casaria foi se espalhando pelo lado oposto e já avassalava os montes, ocupando também o grande vale do centro. Ao começo, uns mil e quinhentos fanáticos, exclusivamente, ali se estabeleceram [...].

<sup>26</sup> HORCADES, *Descrição de uma viagem a Canudos*, 1899, pp. 179, 180, 181, 182, 183.

<sup>27</sup> *Ibidem*, pp. 179, 180.

[os canudenses] trabalhavam febrilmente; grandes turmas seguiam para longe e iam buscar madeiras e telhas, de que desapropriavam as fazendas; tijolos, ali mesmo fabricavam. Foram construídas para cima de duas mil casas de pau a pique, cobertas de telhas.

Nesse tempo, quem da Favela olhasse Canudos, veria a edificação encaminhar-se para o Norte e Oeste, espraiando-se pelas devesas, galgando morros, obstruindo vales.

Algumas roças de mandioca e milho iam aparecendo, bem como pequenos ranchos de pau a pique, cobertos de folhas de icó.<sup>28</sup>

Algumas páginas adiante, após o relato das operações militares, Soares prossegue:

[...] a lendária capital dos jagunços! À nossa vista deslumbrada, surgia aquele extraordinário amontoado de casas de vários feitios, de cor barrenta e avermelhada, numa caprichosa desordem; dominando aquelas 6.000 habitações de formas bizarras, erguiam-se, altaneiras e ameaçadoras, as duas igrejas vis-à-vis, a do Bom Jesus, ou Nova, mostrando o flanco direito à 1ª coluna. Uma bela perspectiva ofereciam ao longe, formando anfiteatro, desenhados em arco de círculo, os perfis das serranias de Cocorobó, mais afastada à esquerda a do Cambaio, a estrada e Uauá e os montes de Canabrava.

O Vaza-Barris, ou Ipiranga, completamente seco, [...] marginando o arraial, formando ao sopé do morro da Fazenda Velha, um grande saco, rodeando os terrenos ao fundo da Igreja Nova, em cujas proximidades e do Santuário, banhando uma grande quixabeira, toma a direção e desaparecendo pelas quebras dos montes, confundindo-se com a casaria, que não terminava, até onde nossas vistas se alongavam.

Era aquela colossal povoação, habitada por 30 ou 35 mil pessoas fanatizadas e de armas em punho, prontas a morrer pelo seu ideal.<sup>29</sup>

O desenrolar dos combates serve de ensejo para que Soares descreva os cemitérios do arraial em detalhes. Ao todo foram três cemitérios construídos pelos canudenses, mas é provável que apenas o primeiro, situada atrás da igreja de Santo Antônio, fosse mais elaborado arquitetonicamente, com muros, entrada e sepulturas em alvenaria. O segundo, foi erguido as margens do rio Vaza-Barris, talvez em data próxima ao início dos combates (já aparecendo no mapa produzido por Meneses). E o último, foi feito durante a guerra, ao norte do arraial.

O cemitério, na retaguarda da Igreja Velha, com 600 covas, desde 18 de julho estava em nosso poder. Dois outros estabelecidos, um à margem esquerda do rio, com 1600 sepulturas, cada uma com três e mais corpos mal enterrados, com as mãos e pés para o ar; o outro, 200m distante, no fim das edificações, em direção à estrada de Uauá, estavam repletos.

<sup>28</sup> SOARES, *A guerra de Canudos*, [1902] 1959, pp. 34, 37, 104.

<sup>29</sup> *Ibidem*, pp. 127, 128.

[...] na margem esquerda do rio. A vasta necrópole, com 200 metros de extensão e 80 de largura, estava entulhada de corpos, dois e três na mesma cova [...]. Contaram-se 1.500 montículos, pouco alinhados, [...] alguns túmulos de tijolo, caiados e regularmente construídos, embora singelamente.<sup>30</sup>

Assim como Benício, mas muito diferente de Euclides, Soares também contempla as roças cultivadas na sua descrição do espaço do arraial:

Também, aproveitando a frescura dos vales umbrosos e excepcionalmente férteis naquela aridez, os fanáticos de Antonio Conselheiro possuíam roças de milho, mandioca, feijão, batata-doce e cana, como cultivavam abóboras e melancias. Abundava o imbuziero, silvestre, e uma providência no tempo da seca, pelo fruto agradável, além da batata na base do tronco, constituindo com a mangabeira e várias espécies de palmitos e coqueiros, entranhados no espinheiral, o celeiro dos jagunços. 183

Essa consideração é relevante, pois destaca a diversidade da produção de bens dos canudenses mesmo em um cenário de guerra, algo que não foi considerado por Euclides. A maioria dos cronistas-testemunhas viram o rio Vaza-Barris em um período de seca, o que contribuiu para a construção de uma atmosfera desértica em torno do arraial. Algumas pistas sobre essa produção, podem ser encontrada no relatório do frei Marciano, quando este visitou o arraial para dissuadir os moradores a abandonarem o local, que descreve o rio em cheia e as suas margens como terreno fértil para o cultivo:

A fazenda Canudos dista duas léguas do Riacho das Pedras , no lado oposto á serra geral. A uma légua de distancia o terreno é inculto, porém ótimo para a criação miúda, principalmente nas cheias do rio Vaza-Barris.

Um quilômetro adiante descobre-se uma vasta planície muito fértil, regada pelo rio, na baixa de um monte, de cuja eminência já se avistam a casa antiga da fazenda Canudos, a capela edificada por Antonio Conselheiro , e as misérrimas habitações dos seus fanatizados discípulos.

Passado o rio, logo se encontram essas casinhas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janela, e não arruadas. O interior é imundo [...]. Vimos depois a praça, de extensão regular, ladeada de cerca de doze casas de telha, e nas extremidades, em frente uma á outra, a capela e a casa de residência de Antonio Conselheiro. À porta da capela e em vários pontos da praça apinhavam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d'armas ou melhor d'um acampamento de beduínos.<sup>31</sup>

Esse cenário de fartura e fertilidade produtiva foi lembrado por Vilanova em seu depoimento a Macedo:

<sup>30</sup> Ibidem, pp. 311, 364.

<sup>31</sup> MARCIANO, Relatório apresentado ao arcebispo da Bahia, 1895, s/p.

Canudos era um pedaço de chão bem aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. Até rapadura do Cariri.

Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado.<sup>32</sup>

Por fim, vale observar pelo menos três fotografias de Flávio de Barros que apresentam panorâmicas do vilarejo. São poucas as informações sobre o fotógrafo e as razões pelas quais ele foi contratado para o trabalho, mas sabe-se que ele chegou em Canudos no dia 23 de setembro (junto das tropas do general Carlos Eugênio de Andrade) e, provavelmente, permaneceu no arraial até o dia 12 de outubro (uma semana depois do assalto final).<sup>33</sup> Barros encontrou o vilarejo bastante destruído pelo avançar dos combates, sendo aceitável considerar que ele tenha percorrido caminhos semelhantes àqueles de Euclides. Em *Vista parcial de Canudos ao nascente e ao sul* [FIGURA 23], o fotógrafo localizava-se na região entre a Linha de Retaguarda e a Linha Negra, em um momento em que as forças armadas já haviam avançado mais sobre o arraial. Na parte superior ao fundo da imagem é possível identificar uma linha escura formada por paliçadas erguidas pelo exército.<sup>34</sup> Nessa mesma porção, na lateral esquerda, observa-se a praça das duas igrejas, delimitada pelo alinhamento interrompido das casas, e as paredes (e escombros) da Igreja Nova, vista frontalmente. Não é possível visualizar a Igreja Velha, que encontra-se fora do quadro. Vale destacar as semelhanças entre este registro da Igreja Nova e o croqui feito por Euclides [FIGURA 18] e escala monumental de suas paredes em comparação com a casaria ao redor. Fora isso, é importante perceber a maior densidade de casas próximas a praça das duas igrejas, conformando um grande núcleo de ocupação, e como elas se espalham de maneira cada vez mais esparsas pelo terreno. No primeiro plano da imagem (e que será objeto de análise mais detalhada no último subitem deste capítulo) tem-se uma pequena casa feita em taipa, em que distingui-se as vigas horizontais e a irregularidade da vedação em barro, terminada em uma cobertura de duas águas. *Vista parcial de Canudos ao poente e Vista parcial de Canudos ao norte* [FIGURAS 24, 25] complementam a visão panorâmica do arraial, com destaque para a fachada da Igreja Velha presente na porção central da última fotografia.

---

<sup>32</sup> MACEDO, *Memorial de Vilanova*, [1964] 1983, pp. 39, 67.

<sup>33</sup> ALMEIDA, *O sertão pacificado: o trabalho de Flávio de Barros no front*, 2002.

<sup>34</sup> *Cadernos de fotografia brasileira: Canudos*, 2002.



**Figura 23:**

*Vista parcial de Canudos ao Nascente e ao Sul,*  
Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.



**Figura 24:**

*Vista parcial de Canudos ao Poente,*

Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.



**Figura 25:**

*Vista parcial de Canudos ao Norte,*  
Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.

## 4.2 MUTIRÕES CONSTRUTIVOS DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Euclides escreveu pouco sobre os mutirões construtivos liderados por Antônio Conselheiro, realizados antes deste se estabelecer em Canudos. De maneira direta, em *Os sertões*, menciona as atividades apenas uma vez, associando-as à religiosidade do peregrino:

Coerente com a missão a que se devotara, ordenava, depois destas homilias, penitências que de ordinário redundavam em benefício das localidades. Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes. Os pedreiros e carpinteiros trabalhavam de graça; os abastados forneciam, grátis, os materiais indispensáveis; o povo carregava pedras. Durante dias seguidos, na azáfama piedosa, se agitavam os operários cujos salários se averbavam nos céus.<sup>35</sup>

Além dessa passagem, outros duas fazem menção às atividades construtivas, também, como parte da caracterização do Conselheiro:

Vagueia, então, algum tempo, pelos sertões de Curaçá, estacionando (1877) de preferência em Xorroxó, lugarejo de poucas centenas de habitantes, cuja feira movimentada congrega a maioria dos povoadores daquele trecho do São Francisco. Uma capela elegante indica-lhe, ainda hoje, a estadia.

Em toda esta área não há, uma cidade ou povoado onde não tenha aparecido. Alagoinhas, Inhampube, Bom Conselho, Jeremoabo, Cumbe, Mocambo, Maçaracá, Pomba, Monte Santo, Tucano e outros, viram-no chegar, acompanhado de farândola de fiéis. Em quase todas deixava um traço da passagem: aqui um cemitério arruinado, de muros reconstruídos; além uma igreja renovada; adiante uma capela que se erguia, elegante sempre.<sup>36</sup>

Nas cartas ao *Estado* mencionou apenas uma vez e de forma indireta as construções, quando citou um trecho de *Descrições práticas da província da Bahia*, do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar. Referindo-se a uma de suas passagens por Monte Santo, onde teria encontrado o Conselheiro em 1877, o chefe da guarda baiana escreve que “nesta ocasião, havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mocambo e estava construindo uma excelente igreja no Cumbe, onde a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz”.<sup>37</sup>

Como pode-se perceber, é com base em Aguiar que Euclides caracteriza as igrejas construídas pelo peregrino, utilizando os mesmo adjetivos empregados pelo oficial. Como efeito, no texto euclidiano, tem-se uma forte ambiguidade no tratamento do tema, ao mesmo tempo que as construções são descritas como novas, belas e elegantes, elas são fruto da penitência e do sofrimento daqueles que as construíam. Do ponto de vista da produção espacial, essa abordagem ambígua se

<sup>35</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 164.

<sup>36</sup> *Ibidem*, pp. 159, 160.

<sup>37</sup> AGUIAR, *Descrições práticas da província da Bahia*, 1882.

apresenta tanto em relação à arquitetura (à edificação construída), como em relação à lógica urbana, ou seja, a maneira como o arraial se organizava espacialmente. Na verdade, a ambivalência da abordagem surge exatamente daí, das poucas informações que Euclides tinha a respeito das construções anteriores a Canudos e da sua busca por uma racionalização das atividades do grupo, que como visto em relação a edificação do Belo Monte, foi percebida de forma negativa pelo escritor.

Poucas informações sobre os mutirões religiosos também são encontradas em Manoel Benício. Porém, diferente de Euclides, o autor procura construir um enredo em torno dessas atividades, ora utilizando-se de documentos oficiais, “[...] o delegado de Itapicuru que, reconhecia [...], a utilidade dos serviços prestados por Conselheiro ao povo [...]”, ora fazendo uso da ficção,

Pela tarde ele saíra e de pé, no alto da chapada cortada em rampa, olhava demoradamente o leito arenoso do rio, medindo com a vista a distância da bocaina por onde ele passara.

Beatinho, um dos seus fervorosos conversos, vendo-o cogitando, interrogou-o:

— Em que está maldando, meu pai?

— Maldo, irmão, no feitio de um açude cujo paredão tapasse de serro esta grota funda por onde se escorre o rio [...].

Beatinho narrou neste mesmo dia a intenção do seu profeta.

Seria uma obra gigantesca e imorredoura, capaz de ser concebida por cérebro visionário. Calcule-se que profunda base e altura não era preciso para fazer represar as águas do Parahyba a trinta léguas de sua foz e cinquenta de sua nascente, na serra de Jubitacá.

A grande obra entretanto não foi iniciada, porque tarefa maior e consequentes dela iluminou o espírito do santo empreiteiro.<sup>38</sup>

Em outros trechos, Benício lança mão das atividades construtivas para descrever e caracterizar o peregrino e, em um ponto e outro, consegue fornecer uma contextualização mais razoável da organização ao redor do Conselheiro durante os anos de peregrinação,

Foram inúmeros, durante o tempo desta tolerância, os serviços que Antônio Conselheiro prestou aos sertões da Bahia, em Itapicuru, Chorochó, Capim-Grosso e diversos povoados em que construiu capelas e cemitérios, fazendo procissão com os seus devotos, conseguindo erigir, de uma fazenda a atual vila de Bom Jesus, que construiu, povoou e engrandeceu.

[...] a procissão semelhante a um êxodo de famintos seguiu a estrada, ocupando um espaço de meia légua e ao declinar do sol, pousou no Riacho de Santo Antão. Havia seis ou oito casas ali, em derredor de uma pequena capela em construção. Conselheiro demorou-se cinco dias, a pedido dos moradores da aldeia, e concluiu a capela.<sup>39</sup>

De acordo com o depoimento de Vilanova, Antônio Conselheiro teria dito por volta de 1873, em um lugar denominado Uruçu (CE), que tinha por promessa a cumprir a construção de vinte e cinco igrejas,

<sup>38</sup> BENÍCIO, *O rei dos jagunços*, [1899] 1998, pp. 55, 71.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp. 48, 141.

mas que não seriam erguidas em território cearense.<sup>40</sup> Pelos esforços de pesquisa de Calasans, acredita-se que o peregrino, de fato, tenha construído ou reformado um número próximo de igrejas e cemitérios, distribuídos pelos atuais municípios de Aporá, Biritinga, Canudos, Chorrochó, Cícero Dantas, Crisópolis, Entre Rios, Euclides da Cunha, Esplanada, Itapicuru, Nova Soure, Olindina e Ribeiro do Amparo na Bahia; e Poço Redondo, Cristianópolis e Tobias Barreto em Sergipe.<sup>41</sup>

Os mutirões construtivos liderados por Antônio Conselheiro eram parte indissociável da sua missão de fé e se encaixavam em uma tradição do catolicismo popular cujo principal foco era a assistência e o amparo social. Assim como ele foi apenas um de muitos ‘conselheiros’ que se tem notícia, o líder de Canudos também foi um dentre outros beatos que conduziram obras religiosas pelo semiárido nordestino — possivelmente, aquele que teria liderado o maior número delas. Tal associação, entre a pregação da fé e a organização de mutirões construtivos, fora popularizado pelas ações do padre José Antônio de Maria Ibiapina (1806–1883) ex-juiz de direito de Quixeramobim, que ao se tornar padre, ocupou-se em pregar o cristianismo e a construir casas de caridade no interior do Ceará. Calasans, levanta uma hipótese, “verossímil mas impossível de ser comprovada, de que durante algum tempo o Conselheiro teria acompanhado as massas seguidoras de Ibiapina”.<sup>42</sup>

Além das ações do padre Ibiapina, uma outra cultura derivada da auto-construção também era familiar a Antonio Conselheiro. A casa em que cresceu, na cidade de Quixeramobim, havia sido construída pelo próprio pai, e se configurava como uma casa típica do interior brasileiro dos oitocentos. Apesar de modesta, a residência de um pavimento, implantada no limite da rua, poderia ser considerada confortável para os padrões da época. Os cinco vãos na fachada frontal indicavam o uso misto da edificação, com a parte voltada para a rua servindo de comércio, enquanto no interior se desdobravam os cômodos domésticos. A extensa cobertura de duas águas, em madeira e telhas de barro, era mais um sinal de que a vida ali era um pouco mais confortável do que para grande parte da população da cidade. Tampouco, a vida da família ostentava qualquer tipo de luxo. O pai do Conselheiro, Vicente Maciel, vinha de uma família de vaqueiros do interior cearense e abandonara a vida nas fazendas para se dedicar ao comércio em Quixeramobim. Afora a própria casa, Vicente Maciel também havia construído outras casas no centro da cidade, conservando “por toda a sua vida o gosto e talvez vocação para construir edifícios, havendo quem diga ter sido esta razão de seu fracasso comercial”.<sup>43</sup>

A primeira notícia sobre o envolvimento de Antônio Conselheiro na liderança de um mutirão construtivo coincide com o primeiro documento conhecido a respeito da sua chegada à Bahia. Em artigo publicado no dia 22 de novembro de 1874, o semanário sergipano *O Rabudo* (jornal satírico publicado na cidade de Estância) descreve a aparência do peregrino e alerta o poder público sobre certo perigo representado por suas agitações. Nas últimas linhas o jornal aponta: “para qualquer

<sup>40</sup> MACEDO, *Memorial de Vilanova*, [1964] 1983.

<sup>41</sup> CALASANS, Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997.

<sup>42</sup> DOBRORUKA, *O beato endiabrado de Canudos*, 1997, p. 57.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 58.

lugar que ele se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Província da Bahia, erigindo um templo”.<sup>44</sup> Rainha dos Anjos era um pequeno lugarejo do município de Itapicuru (BA), que por sua posição fronteiriça tinha sua vida cotidiana entrelaçada a municípios de Sergipe. O templo em questão, segundo Calasans, era uma pequena capela que teria sido reformada pelo Conselheiro e um grupo de fiéis por volta daquela data. Tal obra foi referida outras vezes, pelo *Diário da Bahia* de 27 de junho de 1876, “também há reedificado templos como aconteceu com a capela da Rainha Dos Anjos no Itapicuru e construção de cemitérios [...]”,<sup>45</sup> e por Silvio Romero, “[...] no seu percurso, veio ter aos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos”.<sup>46</sup>

Um ano depois, em 1875, o Conselheiro procurou o vigário da freguesia de Aporá (BA), padre João José Barbosa, “oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas”. É provável que tenha dado início a essas obras, mas como foi privado de pregar aos fiéis pelo religioso local, teria largado as atividades ali começadas. Em 1876, o peregrino foi preso (acusado do assassinato de sua própria mãe), reconduzido ao Ceará e libertado logo em seguida, quando provaram-se falsas tais acusações. Nessa ocasião, quando interrogado pela polícia de Salvador, teria afirmado que “apenas se ocupava em apanhar pedras pelas estradas para edificar igrejas”.<sup>47</sup> Resposta similar também dada às forças de segurança de Fortaleza, que “sendo casado e não podendo viver em harmonia com a mulher, resolvera seguir uma vida de martírio e o seu único fim era aconselhar o povo, tendo já erguido algumas igrejas e construído alguns cemitérios”.<sup>48</sup>

Seu retorno a Bahia ocorreu em 1877 (ano de severa seca) e, segundo a tradição oral, sua fama já se estabelecera pelo semiárido baiano. Voltou a Itapicuru e, imediatamente, ajudou o vigário local, Agripino Borges, na construção de um muro para o cemitério da cidade (data dessa época a proximidade entre os dois). Após a conclusão dessa obra, de acordo com Calasans, o peregrino teria sido chamado para erguer uma capela em uma fazenda de nome Mocambo (hoje parte da cidade de Olindina), cujo proprietário era um médico de nome Pedro Ribeiro. Aguiar cita tal construção no trecho mencionado anteriormente e, novamente, alguns anos mais tarde no *Jornal de Notícias*: “Em 1882 o vi concluir a edificação de uma capela no Mocambo e começar outra no Cumbe”.<sup>49</sup> A capela do Mocambo foi demolida em 1961, segundo informações de Calasans, para dar espaço a reformas de um novo plano urbanístico da cidade. No entanto, segundo o historiador, ainda permanece no mesmo local o cruzeiro que se encontrava defronte à antiga edificação. Quanto a capela do Cumbe (atual Euclides da Cunha), há contradições sobre o envolvimento de Antônio Conselheiro na sua execução, apesar do depoimento de Aguiar. De acordo com Calasans, Manoel Ciriaco, teria afirmado que a igreja do Cumbe fora erguida sob a liderança de um outro conselheiro, de nome Francisco.

<sup>44</sup> *O Rabudo*, Estância, 1874.

<sup>45</sup> CALASANS, Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997, s/p.

<sup>46</sup> ROMERO, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, 1888, p. 22.

<sup>47</sup> CALASANS, Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997, s/p.

<sup>48</sup> *Jornal de Notícias* [30 ago. de 1897]; transcrito de *O Cearense* [23 jul. de 1876], apud CALASANS, op. cit., s/p.

<sup>49</sup> *Jornal de Notícias* [13 jun. de 1893] apud CALASANS, op. cit., s/p.

Informação repetida por José Aras, de que “nessa época (1880) andava por ali um penitente, o Conselheiro Francisco que se ocupou da construção do cemitério e da capela, não faltando quem transportasse pedras dos morros vizinhos e linhas de tronco das aroeiras, encontradas no Pedregulho e no Saco do Zumbi”.<sup>50</sup>

Euclides, em *Os sertões*, afirma que quando o Conselheiro voltou à Bahia teria se ocupado da construção da igreja do Senhor do Bonfim, na localidade de Chorrochó. Na verdade, segundo as pesquisas de Calasans, o peregrino teria chegado a esse local por volta de 1884 e, em 1886, ainda angariava fundos para a edificação do templo. O historiador baseia-se em documentos e textos históricos, como o verbete Chorrochó da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (volume xx)* [1958] em que lê-se: “em 1884 ali chegou o fanático Antonio Vicente Mendes Maciel, que iniciou a construção de uma igreja, contando com o auxílio material de grande número de seus seguidores. Essa igreja recebeu, mais tarde, a invocação do Senhor do Bonfim”. Outra fonte, seria o trecho de uma carta escrita em novembro de 1886 por Luiz Gonzaga de Melo, delegado de Itapicuru, em que denunciava a Domingos Rodrigues Guimarães, chefe de polícia da província da Bahia, as atividades do Conselheiro quando este se ocupava da construção de uma outra igreja no arraial do Bom Jesus (atual município de Crisópolis), de onde parte das “quantias arrecadadas [...] tem sido remetidas para outras obras no Chorrochó, termo de Capim Grosso”. Na literatura canudense essa carta é citada em sua extensão tanto por Benício como por Aristides Milton em *A campanha de Canudos* (1902) (analisaremos em breve o restante do documento).<sup>51</sup>

A Igreja de Chorrochó [FIGURA 26] era, até aquele momento, a construção mais imponente erguida por Antônio Conselheiro. Foi levantada em espessas paredes, de até setenta centímetros, de alvenaria de pedra e cal (em sua maior parte) e em alvenaria de tijolos (em pontos específicos). Além de erguer as paredes, seus seguidores também se ocuparam, segundo Aras, de carregar as madeiras, taboados e linhas de âmago e cedro que vinham em balsas pelo rio, e que precisavam ser transportadas, em seus ombros, até o canteiro.<sup>52</sup> No plano geral, pode-se considerar que o estilo da edificação tem influências do Barroco tardio e do Rococó, com elementos já incorporados e sincretizados pela gramática do catolicismo popular. A fachada frontal se desenvolve em um único plano, que por conta de duas arquitraves, divide-se em três seções: no nível térreo abrem-se três portas e, alinhadas a elas, três janelas no nível superior; enquanto um frontão em volutas coroa o último terço do edifício. As aberturas são contornadas por marcos largos em arcos abatidos e acima da janela central, encontra-se a cartela com a data 1885 (provavelmente, o ano em que o exterior da igreja foi concluído). Na lateral esquerda da frontaria, destacada do conjunto compositivo central, mas desenvolvendo-se no mesmo plano deste, tem-se a torre sineira, de planta retangular e acesso externo, interrompida ainda na segunda seção, com uma abertura (semelhante às janelas) que acomoda um pequeno sino. As linhas externas do frontão são formadas por quatro pares de volutas

<sup>50</sup> ARAS apud CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997, s/p.

<sup>51</sup> *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* [1958] apud CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997, s/p.

<sup>52</sup> ARAS apud CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997, s/p.



**Figura 26:**

Igreja do Senhor do Bonfim em Chorrochó (BA).

Fonte:

em s, que conectadas umas as outras por um ornamento externo, conformam uma longa espiral. Na área interior do frontão, encontram-se dois óculos decorativos, contornados por ornamentos em corda e por três estrelas que representam a Santíssima Trindade. Nas extremidades da arquitrave na qual assenta-se o frontão, erguem-se dois pináculos em forma de obelisco. Por fim, uma cruz do Senhor do Bonfim (uma cruz latina com o círculo solar no encontro dos braços) coroa a edificação. É provável que a igreja tenha sido originalmente pintada nas cores branco e azul, comuns na tradição construtiva popular e provenientes da cal e do anil (usado para alvejar roupas), respectivamente. Mais tarde, essas cores foram trocadas por uma sobreposição de tinta nas cores branca e dourada.<sup>53</sup>

O interior da igreja é composto por uma nave única, com dois anexos adjacentes ao altar-mór, funcionando um como sacristia e o outro como batistério, e tem uma área total de 168m<sup>2</sup>. Ao contrário do exterior da edificação, cujos elementos construtivos são considerados originais, sua parte interna foi completamente alterada ao longo do tempo. O desabamento do telhado na década de 1980, destruiu grande parte do que ainda existia da produção conselheirista. Em frente a igreja, distante dezanove metros da fachada, encontra-se um cruzeiro, também erguido pelo Conselheiro e seus seguidores, constituído por uma cruz do Senhor do Bonfim em madeira, assentado sobre uma base bulbosa circular de alvenaria, que por sua vez ergue-se sobre um coreto ou palanque delimitado por um guarda corpo em alvenaria e cercas de madeira (o acesso acontece por uma pequena escada na face oposta a igreja).<sup>54</sup> Era sobre esse palanque que o peregrino fazia suas prédicas, conforme declaração dos habitantes da cidade.<sup>55</sup>

O mutirão construtivo da igreja de Chorrochó também aparece em menções aos possíveis milagres operados pelo Conselheiro. Macedo a partir de depoimentos, conta que

uma devota, de nome Ana, que carregava grandes pedras para ajudar na construção dessa capela, caiu extenuada ao solo, por não mais suportar o peso da sua carga. Acercou-se o Divino Antonio, tocando-a com o cajado, dizendo-lhe: 'Levanta-te, Ana!' E a romeira ergueu-se incontinentemente do chão e continuou o seu duro labor piedoso, sem que as forças lhe faltassem mais.<sup>56</sup>

Histórias similares se repetiram em outros mutirões, o que indica (mais uma vez) a centralidade da atividade construtiva no imaginário do grupo. Também, na localidade de Simão Dias (BA), seguindo o relato de Macedo:

Trabalhavam alguns homens na construção de uma outra casa próxima, observados por ele [Conselheiro] que se sentara numa tora de madeira para servir à obra, notando que um dos carpas serrara, além do limite marcado, um esteio de cumeeira, inutilizando a peça. Levantou-se o peregrino e tocou de leve com a sua varinha no âmago vermelho da baraúna, ordenando a seguir que a fincassem outra vez, no que foi obedecido

<sup>53</sup> SANTOS, *A arte e a arquitetura do Bom Jesus Conselheiro*, 2011.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997.

<sup>56</sup> MACEDO, *Morte em vida do beato de Canudos*, 1969, p. 158.

prontamente. Para espanto de todos, a peça se ajustou dessa vez e de modo perfeito, levando romeiros e carpinteiros a reconhecerem naquilo um milagre assombroso. Houve, entretanto, quem não acreditasse em milagre, afirmando ter visto o Peregrino, antes de tocar a sua vara na madeira, empurrar, dissimuladamente, com um pé, boa porção de terra para dentro do buraco, no qual a mesma seria fincada, de modo que, diminuindo o chão de profundidade, forçosamente cresceria o esteio de tamanho...<sup>57</sup>

Indiferente dos traços religiosos e das manifestações de fé do peregrino e de seus seguidores, esses relatos dão indícios de como se dava a liderança do Conselheiro nesses mutirões. Além da prática litúrgica, o peregrino tinha como uma de suas principais funções como líder carismático, a angariação de fundos e recursos para a execução das construções e, mesmo assim, esteve presente junto aos canteiros de atividades orientando os trabalhadores. Até mesmo em Canudos, período em que acredita-se que o Conselheiro se mantinha, majoritariamente, no interior do Santuário, Vilanova conta que “da loja do compadre Antônio, eu vi, vez por outra, passar o peregrino sobre a parede da igreja, vigiando as obras [...]”.<sup>58</sup>

Pela carta do delegado de Itapicuru, entende-se que o Conselheiro já estava envolvido em outra obra antes da igreja do Senhor do Bonfim ser finalizada. Prática aliás, aparentemente comum na sua trajetória, se seguirmos as fontes. Outro exemplo importante, o qual me deterei mais tarde, foi a construção e reforma do Caminho da Santa Cruz em Monte Santo, possivelmente realizado em etapas pelo peregrino e um determinado grupo de fiéis. O mutirão referido por Luiz Macedo na carta é um exemplo interessante na trajetória de Antônio Conselheiro pois, pela primeira vez, associam-se a construção e a ocupação de um determinado espaço. Foi no atual município de Crisópolis (BA), originalmente parte da freguesia de Itapicuru, que o peregrino fundou o arraial do Bom Jesus e edificou outra notável igreja, dedicada a essa mesma invocação do Cristo. A aproximadamente trinta quilômetros da antiga sede da localidade, duas fazendas dividiam formalmente a região, chamadas de Dendê de Cima e Dendê de Baixo. Havia na primeira, segundo a tradição oral, uma cruz que demarcava um antigo maríticídio e foi ao lado dela que, provavelmente no início da década de 1880, Antonio Conselheiro estabeleceu sua morada, sempre retornando ao local após certo período de peregrinação.<sup>59</sup>

Logo que se estabeleceu, o peregrino ordenou que “seus seguidores derrubassem a mata e levantassem casas” e “construiu também, na praça extensa, um barracão para abrigar romeiros e cavou um tanque onde os habitantes iam buscar água”.<sup>60</sup> Segundo o *Jornal de Notícias* (de 16 de junho de 1893), um certo Maximiano José Ribeiro, que passou pelo antigo arraial durante uma viagem, relatou que o peregrino morava em “uma casa imunda sem um móvel ao menos onde me pudesse sentar”.<sup>61</sup> Iniciou a edificação da igreja, provavelmente, em 1886, finalizando-a em 1892, de

<sup>57</sup> Ibidem, p. 156.

<sup>58</sup> MACEDO, *Memorial de Vilanova*, [1964] 1983, p. 39.

<sup>59</sup> CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997.

<sup>60</sup> Ibidem, s/p.

<sup>61</sup> *Jornal de Notícias* [16 jun. de 1893] apud CALASANS, op. cit., s/p.

acordo com a data da cartela presente na fachada frontal. Foram as movimentações dessa atividade que motivaram o delegado de Itapicuru a escrever ao chefe de polícia da Bahia. Reproduzo este documento na íntegra, tanto por conta das diversas informações referentes ao trabalho construtivo do grupo presentes nele, quanto por constantes equívocos reproduzidos na pesquisa canudense (sobretudo, a justaposição de informações relativas a edificação das igrejas no arraial do Bom Jesus e de Chorrochó):

Vila de Itapicuru, 10 de novembro de 1886 — Delegacia de polícia.

Ilmo. Sr. — É de meu dever levar ao conhecimento de V. S. que, no arraial do Bom Jesus, existe uma súa de fanatizados e malvados que põem em perigo a tranqüilidade pública. Há 12 anos, pouco mais ou menos, com pequenas interrupções, fez sua residência neste termo Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, que, por suas prédicas, tem abusado da credulidade dos ignorantes, arrastando-os ao fanatismo.

Havendo suspeitas de que ele fosse criminoso no Ceará, província de seu nascimento, foi no ano de 1876 preso por ordem do dr. Chefe de polícia daquela época e para ali remetido. Regressando pouco depois, fez neste termo seu acampamento, e presentemente está no referido arraial construindo uma capela a expensas do povo. Conquanto esta obra seja de algum melhoramento, aliás dispensável para o lugar, todavia os excessos e sacrifícios não compensam este bem, e, pelo modo porque estão os ânimos, é mais que justo e fundado o receio de grandes desgraças.

Para que V. S. saiba quem é Antônio Conselheiro, basta dizer que é acompanhado por centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e cumprem suas ordens de preferência às do vigário desta paróquia. O fanatismo não tem mais limites, e assim é que, sem medo de erro e firmado em fatos, posso afirmar que adoram-no como se fosse um deus vivo. Nos dias de sermões e terço, o ajuntamento sobe a mil pessoas. Na construção dessa capela, cuja fêria semanal é de quase cem mil-réis, décuplo do que devia ser pago, estão empregados cearenses, aos quais Antônio Conselheiro presta a mais cega proteção, tolerando e dissimulando os atentados que cometem, e esse dinheiro sai dos crédulos e ignorantes, que, além de não trabalharem, vendem o pouco que possuem e até furtam para que não haja a menor falta, sem falar nas quantias arrecadadas que têm sido remetidas para outras obras do Chorocho, termo de Capim Grosso. É incalculável o prejuízo que a esta terra tem causado Antônio Conselheiro. Entre os operários figura o cearense Feitosa, como chefe, que com os demais fanatizados fizeram do referido arraial uma praça de armas, intimando a cidadãos, como o negociador Miguel de Aguiar Matos, para mudarem-se do lugar com sua família, em 24 horas, sob pena de morte. Havendo desinteligência entre o grupo de Antônio Conselheiro e o vigário de Inhambupe, está aquele municiado como se tivesse de ferir uma batalha campal, e consta que estão à espera que o vigário vá ao lugar denominado Junco para assassiná-lo. Faz medo aos transeuntes passarem por ali, vendo aqueles malvados munidos de cacetes, facas, facões, clavinotes, e ai daquele que for suspeito de ser infenso a Antônio Conselheiro!

Nenhum dos vigários das freguesias limítrofes tem consentido nos lugares de sua jurisdição esta horda de fanáticos, só o daqui a tem tolerado, e agora é tardio o arrependimento, porque sua palavra não será ouvida. Há pouco, mandando chamá-lo para pôr a termo a este estado de cousas, a resposta que lhe mandou Antônio Conselheiro, foi — que não tinha negócios com ele; e não veio. Consta que os vigários das freguesias têm lido a pastoral do exm. sr. Arcebispo, proibindo os sermões e mais atos

religiosos de Antônio Conselheiro, e exortando o povo para o verdadeiro caminho da religião: nesta ainda não foi lida, sem dúvida pelo receio que tem o vigário de se revoltarem contra ele os fanatizados.

O cidadão Miguel de Aguiar Matos, com outros, tem vindo pedir providências, as quais tenho deixado de dar por não contar com força suficiente para empreender esta diligência, que, se forma lograda, piores serão ainda os resultados.

Cumprir dizer que Antônio Conselheiro, que veste uma camisola de pano azul, com barbas e cabelos longos, é mal criado, caprichoso e soberbo.

Não convindo esta ameaça constante ao bem público, e antes cumprindo prevenir atentados e desgraças, solicito de V. S. um destacamento de linha para dispersar o grupo de fanáticos. Renovo a V. S. os meus protestos da mais subida estima, consideração e respeito.

Deus guarde a V. S. — Ilmo. Sr. Dr. Domingos Rodrigues Guimarães, m. d. chefe de polícia desta província. — Luís Gonzaga de Macedo.<sup>62</sup>

Do documento depreende-se, dentre outras coisas, que o Conselheiro estabelecera-se já há algum tempo nessa localidade (ainda que seja improvável que isso tenha coincidido com a sua chegada à Bahia) e estava naquele momento, em 1886, erguendo uma igreja de consideráveis proporções, que movimentando uma quantia de cem mil réis por semana. Macedo critica o volume despendido na obra e, apesar de concordar que ela traria melhoramentos ao lugar, acredita não compensar o esforço da sua execução. A construção acontecia graças as doações da população, seguidores ou não do peregrino, e ao trabalho braçal realizado por fiéis mais engajados e habilidosos, motivados principalmente pela fé cristã. É plausível considerar, que nem todos os envolvidos na execução das construções acompanhavam o Conselheiro nas peregrinações e que seus devotos não realizavam todas as etapas do trabalho construtivo. O delegado menciona o nome de um certo Feitosa, que seria um dos chefes dos trabalhadores, possivelmente um mestre-de-obras que coordenava as atividades construtivas do mutirão. Nada se sabe a seu respeito e não há menções a seu nome em outros relatos.<sup>63</sup> Mas o seu destaque impõe o reconhecimento de que além da condução do Conselheiro outras dinâmicas de organização ditavam as atividades laborais do canteiro.

Outro mestre-de-obras que compôs o grupo de trabalhadores da igreja do Bom Jesus foi Manuel Faustino de Oliveira, conhecido como Mestre Faustino. Ao contrário de Feitosa, ele foi citado por várias fontes, e acompanhou o Conselheiro até Canudos, onde conduziu os trabalhos de edificação da Igreja Nova.<sup>64</sup> Benício afirma que “pouco tempo depois de instalar-se em Canudos para onde começaram a convergir as famílias de todos os sertões, [o Conselheiro] deu início à Igreja Nova sob a direção do mestre-de-obras, por nome Faustino”.<sup>65</sup> Vilanova confirma que “havia em Canudos o

<sup>62</sup> MACEDO, [correspondência] a Rodrigues Domingos Guimarães, 10 nov. de 1886, apud MILTON, *A campanha de Canudos*, [1902] 2003, pp. 20–22.

<sup>63</sup> Há certo equívoco reproduzido em alguns trabalhos sobre o tema de que este Feitosa também coordenara os trabalhos do mutirão da igreja do Senhor do Bonfim. Macedo menciona a construção em Chorochó em associação apenas aos recursos levantados pelo grupo. Todas as outras informações do documento referem-se ao Arraial do Bom Jesus.

<sup>64</sup> É descartada a hipótese de uma dupla nomenclatura para se referir a um mesmo mestre-de-obras. Feitosa é descrito como cearense, enquanto Faustino teve a sua vida familiar entrelaçada a Itapicuru, de acordo com os registros de batismo dessa cidade levantados por Calasans (1997) no arquivo da Arquidiocese de Salvador.

<sup>65</sup> BENÍCIO, *O rei dos jagunços*, [1899] 1998, p. 168.

Mestre Faustino, mestre-de-obras e talhador de altares, que descumpria a lei e sempre arranjava meio para tomar ‘bicada’. Era um velho de sessenta anos e fez umas rosas douradas no altar da igreja que eram a admiração do povo. O peregrino proibiu Mestre Faustino de beber. O mestre ficou magro e triste. Depois se consolou no trabalho”.<sup>66</sup> Na igreja do Bom Jesus o mestre Faustino foi responsável pelas talhas em madeira que ornamentam as portas e o altar-mór, e pela construção do cruzeiro no adro do templo (que descreverei adiante). Calasans também levantou nomes de outros artífices envolvidos no mutirão do Bom Jesus, como “Ricardo Caboclo, pedreiro, grandalhão, [que] ficou morando no arraial depois da partido do Conselheiro. Um mestre carapina, preto, natural de Inhambupe”, que auxiliou na feitura do cruzeiro, e era considerado o contramestre da obra; e, por fim, um outro pedreiro, de nome Vitório.<sup>67</sup>

A igreja do Bom Jesus [FIGURAS 27-28] ficou pronta em 1892, de acordo com a cartela da sua fachada frontal. Assim como a igreja em Chorrochó, é caracterizada por ser uma construção de pequeno porte (mais próxima ao tamanho de uma capela), em que não há torre sineira, com o sino situado em um prolongamento do plano da fachada. Não há estilo definido, mais uma vez a composição é derivada de uma miscigenação de repertórios, porém é mais presente na Bom Jesus influências neoclássicas, estilo da moda em fins do século XIX no Brasil, então aplicado em inúmeras reformas de igrejas.<sup>68</sup> É aceitável supor que a sua composição final seja resultado desse repertório absorvido pelo Conselheiro e pelos artesãos e construtores que o auxiliaram. Além disso, as possibilidades construtivas, referentes a técnica, ao dispêndio de trabalho e a disposição de materiais, certamente ditaram o arranjo geral dessa e de outras construções. A ausência de uma torre sineira pode ser vista como um exemplo disso, já que a edificação de uma torre demandaria um volume considerável de recursos, enquanto a solução do plano frontal prolongado garante certa posição de destaque ao instrumento, ao mesmo tempo, em que dá ênfase ao coroamento e ao frontão da igreja. Estratégia semelhante foi usada na edificação da Igreja Velha de Canudos e é provável que a sua execução tenha como referência outras construções religiosas populares, como a igreja do Senhor do Bonfim em Quixeramobim, erguida em 1810.

A igreja foi erguida em alvenaria de pedra e cal e é formada por uma nave única e por dois ‘setores’ e cômodos, construídos posteriormente, em alvenaria de tijolos (segundo os moradores, provenientes de uma reforma da década de 1940).<sup>69</sup> Na fachada conselheirista, delimitada pelos esteios mais largos (que se projetam do solo ao coroamento), os elementos são distribuídos em três seções, com a porta de entrada ao térreo, três janelas no nível superior e um frontão formado por três planos triangulares, coroados por dois vasos e uma cruz. As aberturas são delimitadas por arcos policêntricos (ou seja, constituídos de porções de arcos conjugados, com auxílio de vários centros), em uma mistura entre os arcos plenos e os arcos ogivais (comuns no repertório revivalista do

<sup>66</sup> MACEDO, *Memorial de Vilanova*, [1964] 1983, p. 69.

<sup>67</sup> CALASANS, *Quase biografias de jagunços*, [1982], s.p.

<sup>68</sup> SANTOS, *A arte e a arquitetura do Bom Jesus Conselheiro*, 2011.

<sup>69</sup> Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, s/d.



**Figura 27:**

Igreja do Bom Jesus em Crisópolis (BA).

Fonte: SANTOS, 2011.



**Figura 28:**

Igreja do Bom Jesus em Crisópolis (BA), s/d.

Fonte: IBGE digital.

neoclassicismo).<sup>70</sup> A abertura que abriga o sino é distinta das demais, feita em um arco abaulado. Duas arquitraves separam as seções da fachada e os três planos do frontão são acabados em cornijas. No interior dos planos de coroamento há três ornamentos, sendo que no central, maior e mais elaborado, há a inscrição BJ (Bom Jesus) entalhada sobre uma rosácea. Por fim, sobre a porta de entrada, ainda no primeiro nível, tem-se a cartela com a data de conclusão das obras.

O trabalho de Faustino se sobressai na aparente austeridade do edifício, tanto na talha da porta e da decoração do interior, quanto no cruzeiro presente no adro. Formada por três folhas, uma fixa e duas de abrir, a porta principal da igreja do Bom Jesus [FIGURA 29] tem relevos de motivos florais, talhados em toda a superfície da sua face e distribuídas em dois conjuntos de almofadas, sendo duas na folha superior e quatro em cada uma das folhas de abrir. O primeiro tipo ornamental comprime o motivo em uma área triangular, que acompanha a linha do arco; enquanto o segundo conjunto é formado por quatro retângulos, com linhas de moldura e traços diagonais, em cujo centro desponta uma flor de quatro pétalas abertas nos eixos vertical e horizontal. É possível perceber o trabalho de artífice na habilidade com que usou as ferramentas e na elaboração compositiva com que distribuiu os entalhes. Além de indício da experiência do mestre, com trabalhos sacros anteriores, a portada também, é sinal da autonomia do mestre-de-obras nos mutirões, que mesmo seguindo o plano geral do Conselheiro, deveria coordenar um grupo de trabalhadores junto ao seu ofício de entalhador.

Ainda durante as atividades do mutirão da igreja do Bom Jesus, é provável que o Conselheiro tenha conduzido projetos construtivos em outros lugarejos da região. Tais obras são mais difíceis de precisar, pois informações sobre elas baseiam-se em depoimentos orais de figuras contemporâneas ao peregrino e, principalmente, em relatos de moradores locais. Segundo Calasans, este é o caso da igreja de Biritinga, mencionada por Cipriano José de Souza, em Itapicuru, em uma lista de construções erguidas pelo Conselheiro; e, também, do cemitério de Entre Rios, cuja associação ao peregrino foi feita pelo advogado Ubaldino Gonzaga, que o teria visto chegar ao lugar com um grande número de pessoas em 1887 ou 1888 e que estariam por lá carregando pedras para o reparo e construção do muro que circunscrevia o cemitério local. O viajante Maximiano Ribeiro ao *Jornal de Notícias* afirmou que Antônio Conselheiro “em sua



**Figura 29:**

Porta da igreja do Bom Jesus em Crisópolis.

Fonte: SANTOS, 2011.

<sup>70</sup> CORONA; LEMOS, *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, [1972] 2017.

peregrinação só tem feito benefícios, levantando templos e cemitérios, dos quais conheço um lindo e elegante templo do Bom Jesus, outro no Mocambo, outro na Rainhas dos Anjos e o cemitério da vila da Ribeira do Pau Grande”, atualmente a cidade de Ribeira do Amparo. De acordo com Aras, o peregrino “Fez a igreja do Sobrado/ Na vila de Aporá/ Fez em Timbó e Esplanada/ E reconstruiu outras lá”. Ainda que não haja informações e documentos mais assertivos que atestem a participação do Conselheiro nessas construções, Calasans acha plausível que ele tenha trabalhado em algum tipo de restauro ou reparo em capelas e igrejas dessas lugares, visto que ele passou por Esplanada por diversas vezes ao longo da sua peregrinação, tendo muitos fiéis na região. Ainda com Aras, “Fez igrejas em Sergipe/ Campos e Itabaianinha”, versão corroborada pela coleta de informações orais feita por Calasans.<sup>71</sup>

Aras, a partir da tradição oral recolhida por ele, também, considera que Antônio Conselheiro e um grupo de fiéis foram responsáveis pelas reformas no Caminho da Santa Cruz em Monte Santo, por volta de 1893: “Construiu em Monte Santo/ O Caminho da Santa Cruz/ O povo dizia na reza:/ Do céu baixou uma luz/ Quem não fizer o bem/ Dom Sebastião já vem/ Mandado do Bom Jesus”. É creditado ao grupo a reconstrução dos passos do santuário, com o soerguimento do guarda-corpo que acompanha a escadaria e o caminho até o topo do morro.<sup>72</sup> O Santuário de Monte Santo começou a ser erguido em 1785 sob a condução do capuchinho italiano Apolônio de Todi (1747–1828), que chegara em Salvador em 1779 com objetivos missionários no país. Em 1785, “após haver percorrido algumas dezenas de localidades pregando santas missões e realizando obras de utilidade” dirigiu-se à Serra de Piquaraçá, onde revelou-se impressionado com a paisagem, para ele semelhante ao Calvário de Jerusalém. Em uma área de quase uma légua, imaginou construir os passos de Nossa Senhora das Dores e de Cristo, o que foi realizado por fiéis que acompanhavam as suas prédicas. Eles “cortaram e levaram para o monte paus de aroeira e cedro”, colocando cruces de madeira pelo caminho e reerguendo pequenas capelas de madeira que mais tarde foram sendo aprimoradas com painéis de madeira e cal e, posteriormente em alvenaria de pedra. De acordo com Calasans, Antônio Conselheiro teria visitado o santuário por volta de 1892 (mesma época em que passou pela região de Canudos), retornando em seguida para operar o restauro de algumas das capelas e do caminho. Aguiar escreve sobre a presença do Conselheiro em Monte Santo, assim como um correspondente do *Diário de Notícias* (07 de junho de 1893): “Fui testemunha ocular de que quando aqui estive o ano passado envidou meios de fazer-se alguns reparos nas capelas e na estrada do Monte daqui a fim de não continuar a decadência em que se achava a instituição da irmandade dos Santos Passos do Senhor do Calvário, pedindo e aplicando o resultado das esmolas que recebia para este fim”.<sup>73</sup>

Antes de analisarmos as duas igrejas de Canudos, vale mencionar o episódio do mutirão da igreja de Natuba (atual Nova Soure). No povoado já existia uma antiga igreja erguida pelos jesuítas, mas que carecia de alguns reparos e consertos. Chegando lá, o Conselheiro ordenou que os seus

<sup>71</sup> CALASANS, Ant. Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, [1973] 1997.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> CALASANS, Subsídios à história das capelas de Monte Santo, [1983] 1997.

seguidores carregassem pedras para os reparos necessários, aproveitando a ausência do sacerdote local. Quando este retornou a Natuba, interrompeu os trabalhos dos fiéis e entregou aos moradores locais (proprietários de suas casas) as pedras até então acumuladas. Segundo Edmundo Moniz, tal atitude estava em consonância com os interesses da política local, vindo da Câmara a imposição para que os proprietários usassem as pedras no calçamento em frente as residências. A atitude do vigário local teria levantado a ira do peregrino, que abandonou o lugarejo. Mais tarde, como a situação da edificação era bastante precária, o mesmo sacerdote chamou novamente o Conselheiro e seu séquito para então efetuarem os reparos necessários na construção.<sup>74</sup> Euclides, assim descreve a episódio:

Tempos depois, a pedido do mesmo vigário, certa influência local o chamou. O templo desabava, em ruínas: o mato invadira todo o cemitério e a freguesia era pobre. Só podia quem tão bem dispunha de matutos crédulos. O apóstolo deferiu ao convite. Mas fê-lo através de imposições discricionárias, lembrando, com altanaria destoante da pacatez antiga, a afronta recebida.<sup>75</sup>

Logo que chegou em Canudos, em 1893, Antonio Conselheiro iniciou os trabalhos de construção da Igreja Velha, dedicada a Santo Antonio. Em uma de suas peregrinações, quando passou por Canudos uma primeira vez, de acordo com Calasans, o Conselheiro teria prometido ao negociante de couro Antônio da Mata, de quem foi hóspede, que voltaria ao lugarejo para levantar uma nova capela, pois aquela que ali se encontrava necessitava de reparos urgentes. Na literatura canudense a Igreja Velha aparece tanto como uma reforma da antiga capela existente, como uma nova construção, edificada pelo peregrino e seu grupo de seguidores assim que chegaram ao lugarejo. Calasans baseia-se, dentre outras informações, nos depoimentos de Manuel Ciriaco e de Pedro Nolasco, antigos moradores do Belo Monte, para afirmar que a Igreja Velha era, de fato, uma construção nova, mas que a antiga capela não fora destruída. A pequena edificação foi reformada e recebeu a denominação de Santuário, onde havia um pequeno altar e onde as imagens de santos e ex-votos levadas pelos fiéis eram depositadas. Ao lado do Santuário foi erguido um pequeno cômodo, onde ficou morando o Conselheiro e onde ele faleceu e foi enterrado.<sup>76</sup>

Ainda segundo o historiador, a benção do novo templo foi realizada pelo vigário de Cumbe (Euclides da Cunha), ainda em 1893, sendo um “grande acontecimento, com muitos batizados e casamentos”.<sup>77</sup> Na carta endereçada a Paulo José da Hora, o peregrino lhe informa que a igreja ainda não estava benta em 10 de maio de 1893.<sup>78</sup> A celebração ocorreu após essa data e foi nessa ocasião, que o Conselheiro proferiu um discurso, cuja versão escrita encontra-se entre os originais publicados por Ataliba Nogueira, em que reflete sobre a importância dos mutirões construtivos:

<sup>74</sup> MONIZ, *A guerra social de Canudos*, 1975.

<sup>75</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 160.

<sup>76</sup> CALASANS, *Centenário da Igreja Velha* [1993]; *As igrejas de Canudos* [1997], 1997, s/p.

<sup>77</sup> CALASANS, *Centenário da Igreja Velha* [1993] 1997, s/p.

<sup>78</sup> MACIEL [correspondência] apud GALVÃO (org.), *Breviário de Antônio Conselheiro*, 2002.

Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo António, Padroeiro do Belo Monte

Seria sem dúvida uma consideração mui mal entendida, se eu me conservasse em silêncio com relação ao assunto que a faz objeto de tanto júbilo no dia de hoje, como indigno encarregado da construção da Igreja de Santo António, padroeiro deste lugar, cuja obra se acha feita em virtude do poderoso auxílio do Bom Jesus, se no ato de receber a chave da Igreja do seu servo eu deixasse de publicar as maravilhas de tão belíssima pessoa. Sim, fiéis, Deus pela virtude de seu poder tirou todas cousas do nada; porque só a sua divina vontade é regra certa de toda virtude. Contemplamos com pleno júbilo as maravilhas que o Onipotente Senhor está rezando aqui, por tanta glória, louvor e honra ao nosso amável Jesus, cujo nome (como diz o Apóstolo) é sobre todos os nomes e a ele se prostram e ajoelham os anjos e os homens e os demônios. Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e moveu os corações dos fiéis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo. Maravilhosas, como dizia Moisés nos transportes do seu júbilo, são as tuas obras, justos são os teus juízos. Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo António se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio. Aqueles, porém, que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços, podem estar certos que o Bom Jesus os recompensará generosamente; eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da Igreja do servo do Senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo religioso que tanto os caracteriza. O dia de hoje, fiéis, nos vem comemorar tão belo acontecimento para a nossa religião santa, quando se trata de realização de um templo tão útil, tão aceitável e agradável a Deus. E para confirmação desta verdade, digo-vos que muitos séculos antes da vinda do Filho do Homem ao mundo, Deus deu a Moisés outros preceitos para o povo com relação ao culto divino; e tudo quanto o Senhor lhe ordenou, Moisés executou ponto por ponto. Construiu Moisés uma sagrada que é a figura da nossa Igreja. A igreja católica, porém, é obra de Aquele que diz não ter vindo destruir a lei mas aperfeiçoá-la.

[...] Jesus é a única esperança da nossa salvação; fora dele não há salvação em parte alguma. Ele mesmo nos diz: *Ego sum ostium. Per me si quis introierit, salvabitur* (Jo., cap. 10, v. 9). Eu sou a porta e se alguém por mim entrar será salvo. Acreditem pois, fiéis, na lei da graça, que é a verdadeira lei que devem observar irrepreensivelmente para vossa salvação.

[...] Foi Nosso Senhor Jesus Cristo, fiéis, que fundou a sua Igreja e conseqüentemente só ela é a verdadeira, cujo ensino vem do mesmo Senhor: nela não há erro, porque o seu fundador é a fonte de toda sabedoria, santidade e perfeição. Portanto, a Igreja é a congregação dos fiéis que, por dever indeclinável devem curvar-se reverentemente diante de Deus, rendendo-lhe as devidas adorações, invocando seu nome com amorosa confiança, tendo por certo que Deus lhe será propício. Vejam, fiéis, se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos do nosso Bom Deus a construção dos templos. À vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos templos? Quem ainda se nutrirá da tibieza e indiferentismo para fim tão útil e importante, que se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com os seus braços para construção de tão belas obras. Cabe-me ainda o prazer de declarar-vos que já rendi as devidas graças ao Bom Jesus por me ter prestado o seu poderoso auxílio a fim de eu levar a efeito a obra do seu servo, que a não ser tão belíssima pessoa, certamente não conseguiria realiza-la. Preza aos céus que os habitantes de Belo Monte saibam agradecer

cordialmente os benefícios que acabam de receber do Bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia.<sup>79</sup>

A pregação sobre o amor de Cristo se confunde com a importância da edificação dos templos. É no espaço da igreja que os fiéis se congregam e comungam com a fé cristã. Por isso, além de associar os trabalhos construtivos com a benevolência do Bom Jesus (aquele que age em prol dos mais pobres), o peregrino relembra aos fiéis as hostilidades sofridas por eles em mutirões anteriores, em que uma das justificativas para a pressão sobre o grupo era a inutilidade de tais construções. No próximo subitem analisarei mais detidamente o sentido dessas atividades no interior da organização do grupo.<sup>80</sup>

As duas igrejas do Belo Monte são importantes nas narrativas sobre Canudos, pois além de marcos na paisagem do arraial, ambas serviram como fortificação para os canudenses ao longo dos combates. Desse modo, as descrições das duas edificações se confundem, em muitos pontos, com suas próprias ruínas, uma vez que a destruição delas eram indício do avanço das forças militares sobre o vilarejo. Os melhores registros das duas construções encontram-se na série de fotografias de Flávio de Barros, capturadas após a vitória do Exército e anteriores ao bombardeio completo do lugarejo. A Igreja Velha [FIGURA 30] foi descrita de forma elogioso por todos os cronistas-testemunhas. Era uma mistura de estilos e repertórios usados pelo Conselheiro em construções anteriores, em um arranjo mais sofisticado e equilibrado que as demais. A fachada frontal segue uma divisão tripartite separada por arquivadas, com três portadas encimadas por três janelas e coroada por um frontão em volutas. O plano da fachada prolonga-se à esquerda, formando o campanário do templo. Em frente a igreja é possível perceber uma escadaria de acesso a um adro plano, cercado por um guarda-corpo de alvenaria (similar ao desenho da FIGURA 21). Também pela fotografia, é possível ver detalhes da ornamentação da fachada, presente em curvas e contracurvas na arquivada superior, no entalhe em pedra calcária na verga abaulada sobre as janelas e nas almofadas que compõem as duas folhas de abrir destas (provavelmente realizados pelo mestre Faustino). Assim como as outras construções, foi edificada em pedra, cal e tijolos, e pela ausência de reboco em muitos pontos (provocada pelo bombardeio) é possível perceber que as pedras maiores compunham as paredes inferiores, com o emprego de materiais cada vez mais leves à medida que o corpo da edificação prolongava-se verticalmente (com a construção do frontão feita inteiramente em tijolos).

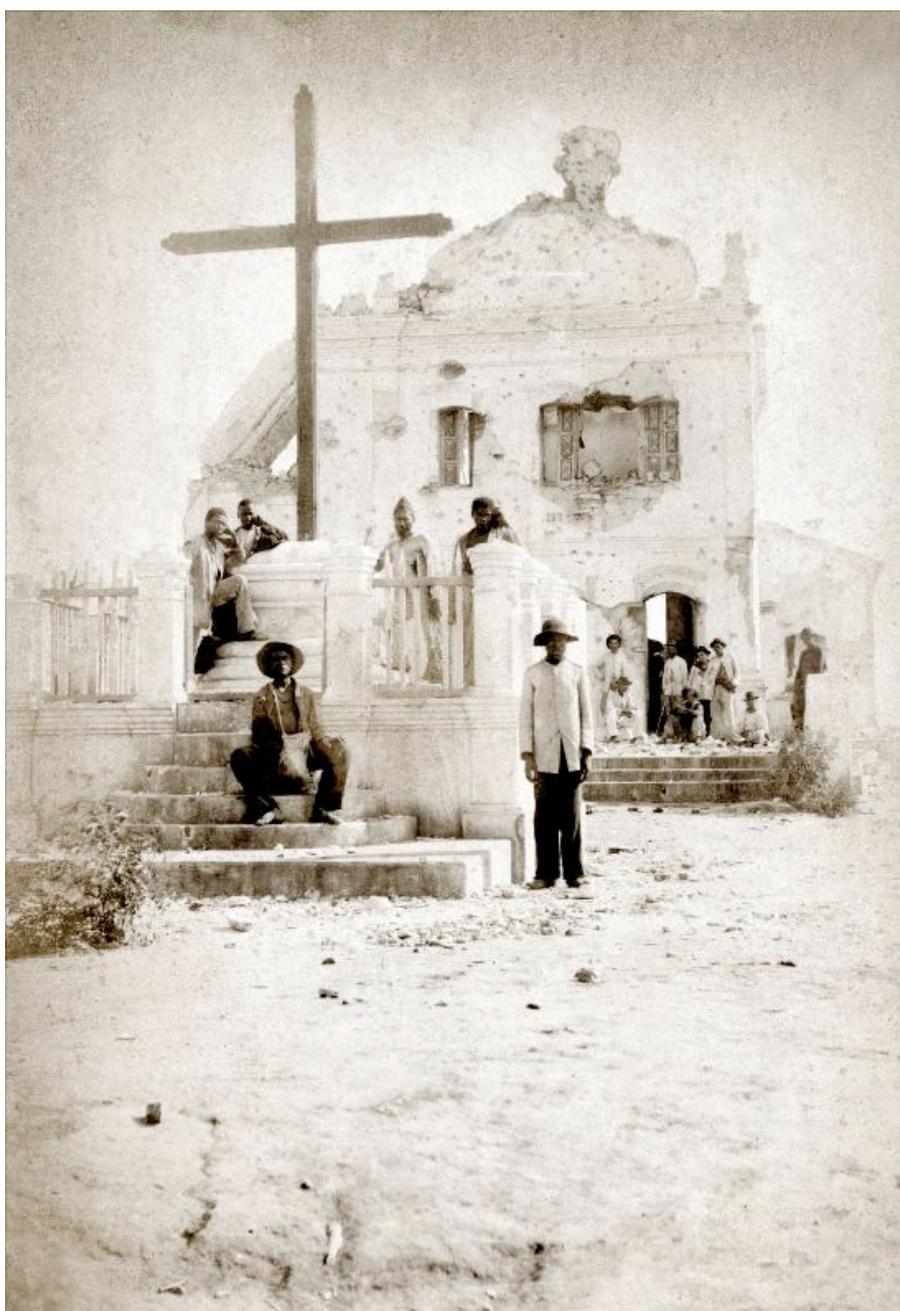
De acordo com Santos (baseado em levantamentos arqueológicos), a área interna da igreja era de 110m<sup>2</sup>, formada por uma nave central irregular, capela-mór e por corpos laterais assimétricos, sugerindo anexos e sacristia.<sup>81</sup> Segundo Horcades, “todo o trabalho [igreja velha] foi feita por próprios habitantes de lá, até mesmo o altar e suponho que também os santos”.<sup>82</sup> Em frente a igreja

<sup>79</sup> MACIEL [1893] apud NOGUEIRA, *Antonio Conselheiro e Canudos*, 1978.

<sup>80</sup> A chave da Igreja Velha foi encontrada pelos militares após o fim do conflito e levada por Horcades para o IHGBA, onde ainda hoje encontra-se.

<sup>81</sup> SANTOS, *A arte e arquitetura religiosa de Antônio Conselheiro*, 2011.

<sup>82</sup> HORCADES, *Descrição de uma viagem a Canudos*, 1899, p. 180.



**Figura 30:**

*Igreja de Santo Antonio (Velha),*

Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.

situava-se o cruzeiro do arraial, edificado por Mestre Faustino, um “grande cruzeiro, cercado de bem estabelecido gradil de madeira”. Segundo Soares, somente o cruzeiro escapou das destruição do arraial, uma vez que foi “arrancado e transportado para a outra margem do rio, indo marcar o local onde vários oficiais estavam sepultados”.<sup>83</sup>

A Igreja Nova [FIGURA 31], dedicada ao Bom Jesus, começou a ser erguida provavelmente em 1894, pois segundo o relatório do frei Marciano a igreja já estava sendo erguida quando da sua visita em 1895: “dirigimos-nos a capela onde se achava então Antônio Conselheiro, assistindo aos trabalhos de construção [...]. As primeiras palavras que trocamos versaram sobre as obras que se construíam e ele convidou-nos a examina-las, guiando-nos a todas as divisões do edifício [...]”.<sup>84</sup> Era a maior construção já realizada pelo Conselheiro e seus seguidores e seu partido era distinto das igrejas anteriores, sendo construída integralmente de pedra e ladeada frontalmente por duas imensas torres. Segundo Euclides, o novo templo “era retangular, e vasto, e pesado. As paredes mestras, espessas, recordavam muralhas de reduto. Durante muito tempo teria esta feição anômala, antes que as duas torres muito altas, com ousadias de um gótico rude e imperfeito, o transfigurassem”.<sup>85</sup> Para Horcades, “a igreja nova podia servir, como serviu, para uma esplêndida fortaleza, tal a sua solidez, tal a espessura de suas paredes, inteiramente feitas de pedra e cal. [...] era dotada de duas [torres] assaz grandes e laterais e donde os pérfidos irmãos ceifavam tantos defensores da Lei; achava-se cercada de andaimes pois a sua construção ainda estava em meio...”.<sup>86</sup> Enquanto Soares destaca a escala da “grande igreja-fortaleza, com torres de granito e paredes de 80cm de espessura, ocupando larga área, rapidamente elevava-se, sob o trabalho paciente de operários às centenas, alguns bem hábeis”.<sup>87</sup>

De acordo com as escavações arqueológicas, as paredes mediam cerca de 60cm de espessura e o interior da igreja era formado por uma nave ampla, um altar-mór e corredores laterais simétricos, cobrindo uma área total de 270m<sup>2</sup>. Como foi o principal alvo dos militares, uma vez que foi no interior dessa igreja que os canudenses se entrincheiraram por mais tempo durante os combates, a edificação apresenta-se muito destruída na fotografia de Barros e, por isso, é difícil explanar sobre maiores detalhes da sua construção e seu arranjo final. Além do amontoado de pedras e ruínas que cobrem grande parte da imagem, é possível ver as inúmeras toras de madeira que compunham os andaimes que contornavam a edificação, já que ela ainda não estava concluída, faltando-lhe, principalmente, a cobertura (cujo carregamento de madeira para a construção foi o estopim para o confronto). O próprio Euclides utiliza-se dos andaimes em uma cena de *Os sertões*, em que o Conselheiro “subiu com meia dúzia de fiéis para os andaimes altos da Igreja Nova, e fez retirar, depois, a escada”,<sup>88</sup> e Benício aponta que “a igreja do Bom Jesus perdera o majestoso frontispício,

<sup>83</sup> SOARES, *A guerra de canudos*, 1902, pp. 205, 412.

<sup>84</sup> MARCIANO, Relatório apresentado ao arcebispo da Bahia, 1895, s/p.

<sup>85</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 184.

<sup>86</sup> HORCADES, *Descrição de uma viagem a Canudos*, 1899, pp. 180–181.

<sup>87</sup> Soares, p. 37.

<sup>88</sup> CUNHA, *Os sertões*, p.



**Figura 31:**

*Igreja do Bom Jesus (Nova),*

Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.

ficando em lugar dele um largo rombo, ou falha de 20m. Os andaimes estavam quebrados, as tábuas oscilantes, tudo produzindo um amálgama fantástico”.<sup>89</sup> Em uma fotografia de Barros é possível ter dimensão da escala da Igreja Nova e de suas paredes laterais [FIGURA 32]. Ocupando o fundo da imagem, a fachada esquerda da edificação tem sua parede quase toda de pé, com mais de uma dezena de aberturas em arcos ogivais. É possível perceber ainda, parte dos caibros e baldrames que começavam a ser instalados para receber a cobertura antes do início do conflito.

De modo geral, as igrejas aparecem na literatura canudense como marcos do avanço das forças militares. Em Euclides essa abordagem aparece ao longo de toda a parte ‘A luta’ e, de maneira mais direta na sua caderneta:

[...] olho neste momento -cautelosamente- por uma fresta de trincheira para a igreja [nova] - é uma cratera fulgurante! Assombra....

A igreja sinistra avulta nas trevas dominadora, formidável.

[...] e nem um sinal de vida, adiante, na igreja nova, nem um ruído, um silêncio tumular alevantava-se sobre a ruinação de pedra do templo gigantesco.

[...] às 6 e 25 uma bala de 7 1/2 detonou no telhado da igreja velha.

Dia 24, as 8 horas [...] o sino da igreja velha caiu com a fuzilaria.

Dia 6 — os 4 canhões fizeram fogo sobre a igreja nova assim como os canhões da favela — conseguindo por as torres no chão [...].<sup>90</sup>

Soares também lança mão da estratégia em inúmeros trechos,

A igreja velha com as grossas paredes, estava bastante danificada pelo bombardeio sem tréguas, de dois meses. O fundo ruía totalmente; a parte lateral da direita estava desabando com os tiros da Favela; o telhado esburacado deixava aparecer pontas de caibros partidos em estilhas. A cruz voara com um tiro e o capital da cúpula da torre, também sumira-se. [...] A única torre, de aspecto singelo, mas fortíssima construção, estava ainda ereta, desafiando o choque das granadas; o sino lá estava pendurado, e, ao escurecer, o sineiro ia infalivelmente cumprir o seu encargo.

A igreja velha estava de todo esburacada, mantendo-se de pé as paredes principais e parte do corpo lateral, constituindo a sacristia. Era onde massa informe o aspecto oferecido pelo vetusto e forte templo, quando visto pelos fundos, onde o bombardeio causara maiores estragos. A parte anterior, estava relativamente conservada, porque, dos pontos onde estavam os canhões, era impossível atirar-se para lá.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> BENÍCIO, *O rei dos jagunços*, [1899] 1998, p. 286.

<sup>90</sup> CUNHA, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, pp. [65] 160, [65] 161, [69] 166, [139] 276.

<sup>91</sup> SOARES, *A guerra de Canudos*, [1902] 1959, p. 279.



**Figura 32:**

*Flanco esquerdo da igreja do Bom Jesus,*

Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.

### 4.3 TERRA, TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO CANUDENSE

Foram muitos os nomes pelos quais Euclides da Cunha lançou mão para se referir ao Belo Monte: ‘cidade de taipa dos jagunços’, ‘Meca dos jagunços’, ‘Jerusalém de taipa’, ‘Tróia de taipa’, ‘arraial maldito’, ‘cidadela-mundéu’, ‘embaixada ao céu’... Dentre eles, talvez o mais característico da sua interpretação e que melhor sintetiza o confronto de ideias presentes em *Os sertões*, seja a *urbs monstruosa*. Se o esquema geral do livro é marcado por uma dualidade de propósitos, em que por um lado tenta encontrar uma explicação ‘científica’ e ‘neutra’ (mas, racialmente fundamentada) para o acontecido e, por outro, busca fazer uma denúncia cheia de paixão e indignação, isso também se reflete na sua percepção e descrição do espaço construído do Belo Monte. Essa duplicidade de perspectiva na narrativa percorre toda a descrição espacial do arraial, revelando a impossibilidade vivida pela inteligência brasileira da época em entender a experiência não só como luta, mas também como realização, como matéria. Além de se encaixar na estrutura narrativa literária desenhada pelo autor, em que o vilarejo aparece associado ao Apocalipse (nascido das cinzas de sua própria destruição), o espaço do Belo Monte serve, também, como prova objetiva da loucura e do fanatismo dos seguidores do Conselheiro e, por conseguinte, do atraso histórico em que se encontravam. Se nas cartas para o *Estado* e nas anotações de sua caderneta de campo as descrições espaciais aparecem próximas ao repertório descritivo urbano, em *Os sertões*, essa caracterização é mais inclinada a um sentido moral.

Euclides apresenta o espaço do Belo Monte em *Os sertões*, majoritariamente, na quinta parte de ‘O homem’. É nessa seção que ele costura o seu retrato de Antônio Conselheiro junto a irracionalidade com que encarava a ocupação e a construção do arraial. Em uma perspectiva geral, o vilarejo era para o autor

*A urbs monstruosa*, de barro, [que] definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômoros, atulhando as canhadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revolto nos pendores — tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto.<sup>92</sup>

São nesses termos, a partir da descrição espacial do arraial, que o autor alinhava sua linguagem científica e literária e junta sua visão sociológica do grupo aos seus temas de interesse. Pode-se considerar que a argumentação de Euclides em relação a espacialidade de Canudos acontece por meio de dois tipos de associações — fanatismo e primitivismo — feitas a três elementos constituintes dessa espacialidade: (i) a extensão do arraial e o volume de construções erguidas; (ii) ao aspecto das casas em conjunto e ao aspecto do seu interior; e (iii) a irregularidade da organização construtiva. Esses elementos também aparecem nas descrições de outros cronistas-testemunhas (como visto anteriormente), mas as suas inserções nos textos são diversas.

<sup>92</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 174.

A extensão do assentamento, ponto levantado por Euclides desde as primeiras cartas em que descreve Canudos, aparece associada a noção de fanatismo quando conjugado ao rápido crescimento do arraial e a uma ideia de primitivismo quando tratada em relação a irregularidade de organização do vilarejo. Tratarei do segundo ponto mais a frente, cabendo por enquanto nos determos em sua primeira associação. Euclides reitera em vários pontos dessa seção o crescimento acelerado do Belo Monte, sendo este o principal marco na paisagem da velha fazenda efetivada pelo grupo de Antônio Conselheiro:

Data daquele ano [1893] a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliando-se em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços.

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia; — e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoutada. Era objetivação daquela insânia imensa. Documento iniludível permitindo o corpo de delito direto sobre os desmandos de um povo.<sup>93</sup>

No retrato construído pelo autor, a edificação dos casebres é encarada como uma atividade irracional, fruto do desespero daquela população, que por meio desse trabalho objetivava algum tipo de salvação espiritual e material. Porém, em alguns trechos, o próprio autor aponta a relação dessa intensa atividade construtiva com o fluxo migratório constante do qual o Belo Monte foi destino:

Chegavam, estropeados da jornada longa, mas felizes. Acampavam à gandaia pelo alto dos cômoros. À noite acendiam-se as fogueiras nos pousos dos peregrinos relentados.

Ao clarear da manhã entregavam-se à azáfama da construção dos casebres. Estes, a princípio apinhando-se próximos à depressão em que se erigia a primitiva igreja, e descendo desnivelados ao viés das encostas breves até ao rio, começaram a salpintar, esparsos, o terreno rugado, mais longe.<sup>94</sup>

Ou seja, é provável que houvesse em Canudos uma organização inicial para a ocupação das terras que consistia em receber os recém-chegados, que se alojavam primeiramente em tendas e barracas improvisadas e, a partir da designação ou escolha de um lugar para que se instalassem de forma mais permanente, davam início a construção das suas casas. Galvão afirma que “segundo testemunhas, a capela possuía como doação uma légua em quadro, que se dispunha em seu entorno, e era nessa terra que os recém-chegados recebiam permissão par se instalar”.<sup>95</sup> Pode-se supor que essa parcela de terra no entorno da capela faça referência a uma área próxima a Igreja Velha e a praça das duas igrejas, levando-se em consideração tanto o croqui de Euclides [FIGURA 20] como as fotografias de

<sup>93</sup> Ibidem, pp. 172, 173.

<sup>94</sup> Ibidem, pp. 176, 177.

<sup>95</sup> GALVÃO, *O império do Belo Monte*, 2001, p. 47.

Barros, em que é possível perceber um vazio na ocupação para além da faixa retangular que caracterizava o espaço da praça. Ademais, é aceitável supor que dependendo do fluxo de novos moradores, essas barracas poderiam se espalhassem por outras partes do vilarejo.

O deslocamento para Canudos não seguiu taxas constantes (sendo maior após as vitórias contra as primeiras expedições militares) e, por isso, sempre foi difícil precisar a densidade populacional do arraial e a sua área efetivamente ocupada. Partindo da estimativa de Euclides, de até doze casas construídas por dia, Paulo Emílio Martins procura demonstrar dois possíveis cálculos da população canudense:

Se considerarmos essa taxa como média e a projetarmos para os quatro anos de vida do arraial, resulta desta operação um total aproximado de 14.400 vivendas (66.240 almas), número este quase três vezes superior à contagem do exército e que parece absurdo. Por outro lado, seria mais correto admitirmos que a taxa euclidiana refere-se ao pico da curva de crescimento populacional do povoado e que tal evento deve ter ocorrido após a vitória dos conselheiristas sobre as tropas de Moreira César, em 4 de março de 1897.

[...] Assim, admitindo e simulando uma curva sino para representação desse crescimento, chegamos a um número provável de ~2.200 casas construídas nos dois primeiros anos do Belo Monte (~10.100 habitantes), o que é compatível com o relatório do frei João Evangelista de Monte Marciano: ‘abri a missão a 14 de maio [de 1895], e já nesse dia concorreram não menos de quatro mil pessoas [...]’ e resulta num total de cerca de 8.370 habitações ou ~38.500 viventes na cidade-santuário quando de sua destruição (aproximadamente 1,6 vezes o número de casas contados pelas forças oficiais). Concluindo, se aceitamos como máxima a produtividade levantada por Euclides da Cunha para as obras habitacionais do arraial, a estimativa populacional do tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares (35.000 seres) parece ser a mais próxima da realidade.<sup>96</sup>

Uma outra estimativa feita pelo pesquisador, e que leva em consideração a área ocupada, contempla as projeções do major-engenheiro Constantino Nery, que em *A 4ª expedição a Canudos* afirma que o arraial abrangia uma “superfície de talvez mil e quinhentos metros de frente sobre oitocentos de largura, fazendo frente para o Rio Vasa-Barris”,<sup>97</sup> e de Siqueira Menezes, cujo levantamento topográfico coincide com essas dimensões (1.500m x 800m = 1.2km<sup>2</sup>). Na *Planta do Arraial de Canudos* [FIGURA 10] o povoado ocupa a “forma aproximada de um semicírculo de 860m de raio ou uma superfície de, aproximadamente, 1.162km<sup>2</sup>. Tomando por base a área assim definida e o ‘censo’ do exército, temos uma densidade populacional de 20.654 habitantes/km<sup>2</sup> ou 48,4m<sup>2</sup>/habitante, o que é compatível com a descrição da urbanização e arquitetura características do arraial [...]”.<sup>98</sup>

As características arquitetônicas das moradias do Belo Monte, também, são justificativas plausíveis para o rápido adensamento de Canudos. Como técnica construtiva, as casas eram erguidas em taipa de mão, processo considerado de rápida execução. A taipa é formada por uma estrutura de

<sup>96</sup> MARTINS, *A reinvenção do sertão*, [2001] 2017, p. 109.

<sup>97</sup> NERY, *A 4ª expedição a Canudos*, 1898, p. 113.

<sup>98</sup> MARTINS, *A reinvenção do sertão*, [2001] 2017, p. 112.

madeira composta por esteios cravados no chão e ligados por si por vigas horizontais inferiores e vigas superiores, formando um sistema rígido que sustenta o telhado. Nessas vigas horizontais são feitos orifícios que permitem a fixação de paus verticais equidistantes, que são alternadamente amarrados com cipó, formando um grande painel transfurado. Esses vãos estruturais são, então, vedados com barro, atirado, ao mesmo tempo, por duas pessoas, uma do lado de dentro e outra do lado de fora. A esse barro pode ser acrescentado capim ou crina animal para sua maior resistência.<sup>99</sup>

Além da *Vista parcial de Canudos ao nascente e ao sul* [FIGURA 23], em que é possível observar com clareza uma das moradias do Belo Monte, há uma outra fotografia de Barros em que a casa é o principal objeto retratado. Em *Uma casa de jagunço* [FIGURA 33], uma construção de taipa ocupa quase todo o plano da imagem e um homem adulto está parado (com o corpo ligeiramente em perfil, braços esticados na lateral do corpo e com o olhar direcionado ao fotógrafo) em frente a sua entrada, ligeiramente mais baixa que a altura do homem. É possível ver com nitidez as estruturas da edificação, como um esteio lateral de largura mais robusta no canto direito entre as duas fachadas aparentes, assim como aqueles que formam os marcos da entrada e as vigas horizontais que configuram o plano furado em que o barro foi assentado. Na cobertura, também percebe-se os diferentes gravetos que conformam a sua estrutura e as folhas de icó com barro aplicado por cima. As dimensões da casa são pequenas, aproximadamente dois metros de largura e não mais que o dobro de profundidade. O pé direito é baixo, com a cumeeira posicionada pouco acima da altura do homem da foto. Segundo o museólogo Cícero Antônio de Almeida, esse homem era, possivelmente, um assistente de Barros, pois sua presença também pode ser verificada na fotografia que retrata a Igreja Velha [FIGURA 30] (no chão, ao lado do cruzeiro).<sup>100</sup>

Apesar de muito simples e edificada com materiais e recursos escassos, a moradia não é muito diferente das casas populares que compunham a paisagem das zonas rurais brasileiras e do interior das fazendas em meados do século XIX. Construções em técnica similar (destinadas para acomodar tanto os trabalhadores como estágios da cadeia produtiva), eram comuns nas grandes propriedades rurais, uma vez que o partido arquitetônico do complexo rural colonial era caracterizado primordialmente pela pulverização ou fragmentação das necessidades produtivas.<sup>101</sup> Assim, do ponto de vista do objeto arquitetônico, se se pode afirmar que as igrejas construídas sob a liderança de Antônio Conselheiro foram produzidas a partir do repertório e das influências de uma tipologia arquitetônica religiosa (de base popular ou não) — em que consta a presença de um frontão bem marcado na fachada principal, uma nave prolongada horizontalmente, um altar localizado na extremidade oposta à entrada etc. — o mesmo raciocínio pode ser aplicado às construções ordinárias do arraial. O espaço construído do Belo Monte não nasceu de um vácuo técnico ou criativo ou foi simples materialização de uma insensatez coletiva. Se a história da arquitetura tradicional é parte da gênese da concepção dessa mesma arquitetura, semelhante relação poderia ser estendida a uma

<sup>99</sup> CORONA; LEMOS, *Dicionário da arquitetura brasileira*, [1972] 2017.

<sup>100</sup> ALMEIDA, *O sertão pacificado: o trabalho de Flávio de Barros no front*, 2002.

<sup>101</sup> LEMOS, *Casa paulista*, [1999] 2015.



**Figura 33:**

*Uma casa de jagunço,*  
Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Museu da República.

arquitetura de tipo popular, que se reproduz no interior de sua própria história e se transforma a partir das necessidades e recursos de contextos específicos.<sup>102</sup>

O próprio Euclides era familiarizado com esse tipo de construção, certamente marcante na paisagem da sua infância na fazenda Saudade. Assim como a maioria das construções do período colonial, a sede da fazenda também fora erguida em taipa, mas recebera revestimento adequado (sequências de camadas de terra e areia e, posteriormente, cal), o que a diferenciava das demais edificações ao redor. No entanto, não foi baseado em observações do meio rural brasileiro que o autor abordou as construções do Belo Monte. O tratamento dado as moradias canudenses, mais uma vez, segue a dicotomia que alimenta toda a sua produção sobre Canudos, de homem de ciência e de literatura, de intérprete da formação social e de engenheiro comprometido com um determinado projeto modernizador. Ao invés de identificar as construções de taipa como um tipo de arquitetura tradicional (ou vernacular) e comum no meio rural nacional, a descrição do conjunto das moradias continua tendo reverberações geológicas — com seu aspecto confundindo-se com o próprio solo — e apocalípticas: “eram na aparência deploráveis. O arraial parecia disposto para o choque das cargas fulminantes, rolando impetuosas, com a força viva de uma queda, pelos aclives abruptos”; “Canudos, imunda antessala do Paraíso, pobre peristilo dos céus, devia ser assim mesmo – repugnante, aterrador, horrendo...”.<sup>103</sup>

Quando Euclides se propõe a descrever o interior das moradias, é a sua visão socialmente racializada (do sertanejo como uma sub-raça) que conduz a narrativa:

Feitas de pau a pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Cobertas de camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de icó, lembravam as choupanas dos gauleses de César. Traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao wigwam dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.

Quando o olhar se acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos, lobrigava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou canastras; um jirau pendido do teto; e as redes. Eram toda a mobília. Nem camas, nem mesas. Pendurados aos cantos, viam-se insignificantes acessórios: o bogó ou borracha, espécie de balde de couro para o transporte de água; pares de caçuás (jacás de cipó) e os aiós, bolsa de caça, feita das fibras de caroá. Ao fundo do único quarto, um oratório tosco. Neste, copiando a mesma feição achamboada do conjunto, santos mal-acabados, imagens de linhas duras, objetivavam a religião mestiça em traços incisivos de manipansos: Santo Antonios

<sup>102</sup> KAPP, Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro, [2020] 2021.

<sup>103</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, pp. 177, 185.

proteiformes e africanizados, de aspecto bronco, de fetiches; Marias Santíssimas, feias como megeras...<sup>104</sup>

Tal raciocínio, comparando as moradias de Canudos com assentamentos do passado, foi construído pelo escritor ainda durante os seus dias como correspondente do *Estado* e estão presentes em suas anotações na *Caderneta de campo*. Baseando-se no historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845–1894), as notas da *Caderneta* são praticamente idênticas as descrições que aparecem em *Os sertões* e seguem a premissa do historiador de que “as edificações, na evolução de seus tipos são o mais eloquente documento e a objetivação mais pronunciada da personalidade do homem”.<sup>105</sup>

O objetivo de Euclides era enfatizar o caráter primitivo da materialização da vida dos canudenses e, com isso, definir a moralidade do grupo. Essa aproximação era a base das teorias racistas, derivadas do darwinismo racial, que faziam dos “atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidade e do devir dos povos”. Segundo a historiadora Lilia Schwarcz, tais ideias foram percebidas como instrumento eficaz para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas — ou seja, que neutralizavam diferenças e anulavam questões políticas e históricas de diferentes grupos sociais — e tiveram ampla circulação no meio intelectual brasileiro em fins do século XIX. Além de ditar as lógicas do mundo do trabalho (como visto anteriormente), o termo raça no Brasil se impôs como conceito e vinculou-se as ideias e aspirações quanto ao destino da nação moderna brasileira, associando-se a uma imagem particular do país que oscilava “entre versões ora mais positivas, ora mais negativas”. Apesar de *Os sertões* ser caracteristicamente construído sobre esse tipo de oscilação — lembrando que o autor ora julga a mestiçagem extremada como um retrocesso, ora percebe o sertanejo como um forte —, ao retratar as moradias do Belo Monte, prevalece na narrativa euclidiana a vertente negativa.<sup>106</sup>

Esse direcionamento em Euclides tem ressonâncias com os modelos poligenistas dos oitocentos, principalmente, das ideias propagadas pelo médico baiano Raymundo Nina Rodrigues (1862–1906), que não acreditava que “todos os grupos sociais fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e a civilização”. Isso fica claro na consideração de Euclides de que a moradia canudense traía a transição entre a ‘caverna primitiva’ e a casa, ou seja, de que as moradias erguidas no arraial se encontravam fora da história, aquém de uma linha evolutiva da técnica e dos saberes da modernidade civilizatória. Rodrigues foi autor de diversos estudos que pretendiam recuperar a importância da população negra na formação brasileira, e foi citado por Euclides em trecho da seção ‘O Homem’ em que este tenta definir os diferentes grupos étnicos africanos trazidos para o Brasil. Porém, foram os ensaios do médico sobre a criminalidade, os quais procuravam associar a mestiçagem ao crime e a sua particularidade na composição do tecido social, os trabalhos que mais marcantes da sua carreira.<sup>107</sup>

<sup>104</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>105</sup> CUNHA, *Caderneta de campo*, [1897] 2009, p. [156] 303.

<sup>106</sup> SCHWARCZ, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, 2012, p. 20.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 21.

Exatamente por conta dessa perspectiva é que Euclides ignora a noção de trabalho envolvida na construção do Belo Monte. Como processo de produção, a taipa de mão exigia dos canudenses a separação dos esteios de madeira, ou gravetos da vegetação do entorno e um local de onde o barro fosse retirado e que pudesse receber alguma mistura e, dali, ser transportado até o local de construção. Pela permanente e contínua atividade construtiva existente no arraial, é plausível supor que tais arranjos organizacionais estiveram presentes durante todo o período de ocupação de Canudos e que diferentes grupos se envolviam e se retiravam dessa atividade. Nesse sentido, as construções das moradias também eram executadas por meio do trabalho coletivo, em regimes de mutirão. Admito e procuro demonstrar que os mutirões anteriores à ocupação de Canudos deram experiência ao grupo quanto a formas de organização, o que teria influenciado (e, talvez, facilitado) a organização do próprio arraial. Mesmo de modo precário, a organização dos mutirões envolvia arranjos diretamente sociais — como a divisão entre comando e execução, ou até mesmo, a conformação de uma rede de apoio responsável por garantir proteção e alimentação — e uma organização espacial específica que, provavelmente, envolvia um local para o depósito do substrato físico, a confecção de ferramentas (ou a maneira de adquiri-las), o levantamento de estruturas efêmeras para auxiliar os trabalhos e, inclusive, o estabelecimento de moradias momentâneas para abrigar o grupo enquanto durassem os mutirões. No arraial, tanto a construção ininterrupta de casas, como os mutirões das duas igrejas, envolviam “tirar coisas de um lugar, processá-las em maior ou menor grau e rearranjá-las em novas posições mais ou menos permanentes”, o que implica certa divisão das tarefas, comandos hierárquicos ou não, execução mais ou menos autônoma etc.<sup>108</sup>

Do mesmo modo, considerações semelhantes poderiam ser feitas em relação aos prováveis arranjos espaciais das atividades econômicas e de subsistência que se desenvolviam no Belo Monte. Em *Os sertões* a divisão fundiária do arraial, por exemplo, também é encarada como algo fora do desencadeamento da História, uma vez que

a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua cota-parte, revertendo o resto para a companhia.

Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto *kraal* africano. A ausência de ruas, as praças que, à parte a das igrejas, nada mais eram que o fundo comum dos quintais, e os casebres unidos, tornavam-no como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas, e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antonio Conselheiro.<sup>109</sup>

Outros relatos e pesquisas corroboram que no arraial havia apropriação apenas dos objetos pessoais e outros objetos domésticos pelos moradores, sendo toda a terra coletiva, assim como os

<sup>108</sup> KAPP, *Canteiros da utopia*, 2020, p. 28.

<sup>109</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, pp. 179, 175.

instrumentos de trabalho, os produtos das culturas vegetal e dos rebanhos. Qualquer excedente era destinado à comunidade, do qual parte era remetido a manutenção dos dois corpos de segurança do arraial (um que protegia o Conselheiro e outro o próprio lugarejo). No retrato elaborado por Euclides, a terra comum era encarada com um tipo de assentamento arcaico, mas não desprovido de particularidades. Assim como em um kraal, no Belo Monte o pasto se estendia ao redor das casas, confundindo-se com o espaço comum da comunidade. Na tradição pecuarista do semiárido essa organização fundiária era conhecida como ‘fundo de pasto’, com vestígios nas terras ocupadas por posseiros e trabalhadores da região, em que as terras de uso comum eram usadas para a criação e a pastagem de animais. No arraial, esse tipo de compartilhamento da terra foi implantado para a criação de cabras (atividade já existente no antigo lugarejo e costumeira no semiárido baiano). As casas, assim, eram dispostas pelo terreno, sem a demarcação de lotes, sem cercas ou divisão dos quintais, deixando o terreno livre para a movimentação do rebanho. Por este motivo, o couro produzido ali, sem marcas ou furos (que geralmente são provocados por cercas e arames farpados), tiveram papel significativo na economia local.

A mesma noção de uma materialidade do passado que norteou a leitura de Euclides sobre as moradias e a organização fundiária do Belo Monte, é marcante na sua descrição da organização total do espaço do arraial, ou seja, da maneira como o escritor percebeu o conjunto das edificações e a disposição no território da ocupação realizada pelos canudenses. Todos os cronistas-testemunhas comentam em tom similar a aparente falta de organização que caracterizava o assentamento em Canudos. Euclides apresenta essa consideração tanto nas cartas em que descreve a espacialidade do arraial, como em *Os sertões*:

Não se distinguíam as ruas. Substituía-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...<sup>110</sup>

A ‘desorganização’ espacial do arraial, também, contribui no plano narrativo euclidiano para a criação de uma atmosfera de conflito e conectar a luta dos canudenses as dificuldades da intervenção dos militares:

Construções ligeiras, distantes do núcleo compacto da casaria, pareciam obedecer ao traçado de um plano de defesa. Sucediavam-se escalonadas, ladeando os caminhos. Marginavam o de Jeremoabo, erectas numa e outra margem do Vaza-Barris, para jusante, até Trabubu e o ribeirão de Macambira. Pontilhavam o do Rosário, transpondo o rio e contornando a Favela. Espalhavam-se pelos cerros, que se sucediam inúmeros segundo o rumo de Uauá. Inscritas em cercas impenetráveis de gravatás, plantados na borda de um fosso envolvente, cada uma era, do mesmo passo, um lar e um reduto. Dispunham-se formando linhas irregulares de baluartes.

---

<sup>110</sup> CUNHA, *Os sertões*, [1902] 2016, p. 174

Porque a cidade selvagem, desde o princípio, tinha em torno, acompanhando-a no crescimento rápido, um círculo formidável de trincheiras cavadas em todos os pendores, enfiando todas as veredas, planos de fogo volvidos, rasantes com o chão, para todos os rumos. Veladas por touceiras inextricáveis de macambiras ou lascas de pedra, não se revelavam a distância. Vindo do levante, o viajor que as abeirasse, ao divisar, esparsas sobre os cerros, as choupanas exíguas à maneira de guaritas, acreditaria topar uma rancharia esparsa de vaqueiros inofensivos.<sup>111</sup>

Para além dos arranjos e recursos literários, a abordagem de Euclides considerava as táticas de combate dos canudenses como algo intrínseco a ocupação de Canudos e a materialização do Belo Monte. Quando por fim conseguiram adentrar o vilarejo, as forças armadas encontraram uma rede de trincheiras que percorria todo o território ocupado (inclusive, no interior das moradias). Era por meio delas que os seguidores de Antônio Conselheiro se deslocavam e saíam do arraial à procura de suprimentos, sendo atribuído a isso a alta resistência ao combate dos canudenses. Uma das maiores dificuldades das forças armadas foi interromper esse fluxo de alimentos (e cargas) que abasteciam o arraial. Assim, a manutenção da miséria do lugarejo é explicada pela crescente hostilidade contra o grupo, que limitava as possibilidades de atuação para fora do arraial.

Toda a análise feita até aqui é pertinente ao se tratar da visão de Euclides sobre a organização espacial do Belo Monte, mas é importante levantar uma última hipótese acerca da influência do pensamento urbano do final do século XIX na percepção do autor. As primeiras discussões sobre planejamento urbano no Brasil ocorreram na segunda metade dos oitocentos e estavam fortemente associadas aos planos de embelezamento urbano. Segundo o urbanista Flávio Villaça, o primeiro documento de importância produzido no país em que termos como ‘plano’, ‘conjunto’ e ‘global’ foram associados ao espaço da cidade, foi realizado em 1875 pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Tal relatório, pretendia organizar um plano para o alargamento das vias existentes, para a abertura de novas ruas e praças, tendo como fim o melhoramento das condições higiênicas e de circulação entre os diferentes pontos da capital do Império, proporcionando maior beleza e harmonia às construções. Até a reforma promovida pelo engenheiro e político fluminense Pereira Passos (1836–1913) no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, inúmeros planos urbanísticos foram objetos de debates técnicos e científicos na cidade. Nesse sentido, Euclides como engenheiro militar, certamente teve conhecimento ou mesmo contato com essas ideias.<sup>112</sup>

Outros dois tipos de aproximação aos planos urbanísticos, a crescente demanda por zoneamento nos centros urbanos e, em escala nacional, a construção de novas cidades, contribuíram para a formação de um pensamento urbano nessa época. De acordo com Villaça, o zoneamento surgiu “sem qualquer elaboração teórica, sem a participação de intelectuais estudiosos da cidade e sem a influência do pensamento estrangeiro”, era antes de tudo uma demanda das elites urbanas e se consolidou como uma estratégia direcionada a solucionar os interesses específicos desta classe.

---

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>112</sup> VILLAÇA, Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil, 1999.

Já a construção de novas cidades tem como maior exemplo o plano de Belo Horizonte, inaugurada apenas dois meses após a destruição do Belo Monte. O que diferencia esse plano dos demais, é que a construção da capital mineira se projetava como materialização do ideário republicano e refletia a “absorção, pelos nossos engenheiros, do urbanismo monumental e embelezador de origem barroca, manifestado nos projetos de Versalhes, no de Washington e na Paris de Haussmann”.<sup>113</sup> No entanto, até mesmo em aproximação a história de Canudos, o projeto de Belo Horizonte foi “imposto de modo autoritário, repressivo e violento: exigiu a destruição total do povoado do Curral del Rey, a expulsão da população pobre para a zona suburbana e a distribuição ordenada por bairros”.<sup>114</sup>

Dessas noções de planejamento urbano, pode-se destacar o forte caráter ideológico que perpassava suas elaborações, “amplamente utilizado para glorificar e ajudar a impor o Estado e a classe dirigente capitalista” brasileira em ascensão. Também em relação ao planejamento urbano, é possível falar em um legado das correntes positivistas, expresso principalmente na crença no progresso linear, no discurso universal e no enfoque holístico, e que ainda reverbera nos debates políticos e na atuação técnica das intervenções urbanas nas cidade brasileiras. Já no final do século XIX, o modelo urbanístico implantando no Brasil foi “apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, [e] aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal”. Tanto naquela época, como agora, essa perspectiva “contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”. Para a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, “apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano”.<sup>115</sup>

Poderíamos considerar, portanto, que a visão de Euclides sobre o Belo Monte estava inserida nesse emaranho de concepções urbanas que antes percebiam a situação dos pobres como passível de erradicação. Essa ‘solução’ defendida pela intelectualidade brasileira, tendia ao aniquilamento da materialização da vida dessas populações e encarava seus territórios como tábula rasa para execução de transformações do espaço empreendidas pelo Estado e as classes dominantes do país. O que realmente impressionou Euclides ao se deparar com o imenso arraial, foi uma certa organização da pobreza representada pelas edificações do Belo Monte. Antônio Conselheiro criou uma rede de relações que excedia a propagação da fé, que além de conferir-lhe os atributos de uma liderança carismática, acomodava habilidades de uma liderança sócio-espacial. Uma rede que organizava um novo regime de necessidades em pleno semiárido baiano. Essa nova organização, também nada tinha a ver com as práticas assistencialistas promovidas pelo padre Ibiapina, ainda que nelas possam ter sido inspiradas. Ibiapina exerceu sua atividade e promoveu os seus mutirões, segundo a organização da Igreja, por ela intermediado e por ela comandado. Exatamente por ter sido renegado

---

<sup>113</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>114</sup> SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*, [2015] 2019, p. 325.

<sup>115</sup> MARICATO, *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, 2000, pp. 123, 155

pela instituição é que o peregrino procurava instaurar uma nova comunidade guiada pela prática do Bom Jesus.

Esse nova organização de necessidades incluía as trocas comerciais, de alimentos, de material de construção, de trabalho, de peregrinação, de busca por assistência social. Acho improvável que o Belo Monte tenha sido uma experiência próspera em sentido material. Ou como afirma Edmund Moniz que “a economia do povoado não conheceu nenhuma crise. Se havia tanta procura pelo arraial é porque lá havia um excedente econômico. Se houvesse fome a tendência não seria o crescimento”.<sup>116</sup> Pela leitura dos cronistas-testemunhas, é razoável supor que os canudenses viviam de fato em condições precárias, de privação de alimentos e também de infra estrutura. O reconhecimento do arraial durante um período de combate, em que edificações e ruínas se confundiam, certamente contribuiu para a leitura negativa com que o espaço do arraial foi abordado pelos autores. Porém, ao considerar o relato do frei Marciano, feito dois anos depois da fundação do Belo Monte, a descrição da organização das casas e a sua composição são muito similares as descrições feitas a partir dos eventos de 1897.

Segundo o filósofo húngaro István Mészáros, não é possível compreender o conceito de consciência de classe em Marx sem compreender a sua visão de causalidade social, ou seja, das condições de vida e do conjunto complexo das interações que configuram e caracterizam uma sociedade. Dentre esses elementos, os fatores econômicos, com certa frequência, são tidos como superiores das implicações sofridas pelas classes e por sua movimentação no interior das lutas sociais. No entanto,

ao mesmo tempo que o conceito das ‘condições materiais de vida’ ocupa, estrutural e geneticamente, uma posição essencial no sistema marxiano — isto é, tanto em relação à gênese histórica das formas mais complexas de intercâmbio humano como diante do fato de que as condições materiais constituem a pré-condição de vida humana estruturalmente necessária em todas as formas concebíveis de sociedade — tal conceito não é, de forma alguma, capaz, por si só, de explicar as complexidades do próprio desenvolvimento social.<sup>117</sup>

Nessa linha de raciocínio, Marx dá ênfase ao lado ‘espiritual’ da classe trabalhadora, afirmando que os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados, e a contínua deterioração da condição dos trabalhadores considera a inseparabilidade de ambos os aspectos.

No caso de Antonio Conselheiro e seu grupo de seguidores, portanto, poderíamos falar que as acções do grupo foram conduzidas uma consciência de classe contingente. Isto é, um tipo de consciência de classe que percebe alguns aspectos isolados das contradições do modo de produção capitalista, mas que permanece e se restringe ao emaranhado de conflitos locais. Ao contrário de um tipo de consciência de classe necessária, que teria uma compreensão maior das inter-relações do sistema global e seria preocupado com uma solução mais abrangente, estrategicamente focada em

<sup>116</sup> MONIZ, *A guerra social de Canudos*, 1978.

<sup>117</sup> MÉSZÁROS, *Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente*, [1971] 1993, p. 57.

desestruturar as formas de controle social. Longe de serem manifestações de uma luta revolucionária, as ações do Conselheiro e seu grupo eram direcionadas seguindo aquilo que lhes era imaginativamente possível e obrigado historicamente para a reestruturação do seu contexto de origem.

Assim, Canudos foi uma resposta da população do semi-árido, com base na posição social que ocupava na estrutura vigente da sociedade, para a reestruturação radical da ordem social vigente. Isso porque a essência da teoria de classes e da teoria da consciência de classes de Marx é precisamente a noção de subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias. E é a partir disso que toda movimentação da classe trabalhadora visando a transformação social só pode ter como fim último a reestruturação dessa mesma sociedade. Em termos práticos, a consciência de classe não dependeria de um insight subjetivo, mas de fatores objetivos e ação para a mudança, assim como foi pregado e levado a cabo pelo Conselheiro, ainda que embebido pelo catolicismo de vertente popular.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Everybody knows that our cities  
were built to be destroyed.<sup>1</sup>*

Caetano Veloso

Talvez, seja o ofuscamento provocado por um clarão a imagem que melhor sintetiza o fim das histórias e temas abordados nesta tese. Antônio Conselheiro morreu no dia 22 de setembro de 1897, provavelmente, em decorrência de ferimentos provados pela explosão de uma granada. Euclides da Cunha faleceu em 15 de agosto de 1909 vítima de um tiro disparado pelo amante de sua esposa em meio a um duelo de honra. Dos habitantes do Belo Monte, aqueles que não foram vitimados durante o confronto, viram a luz do sol refletida nas lâminas que barbaramente os degolaram. Enquanto o espaço material do arraial sucumbiu às explosões, “que fizeram voar massas enormes de granito, terra e areia”. Ao final do confronto entre os canudenses e as forças armadas,

foi decidido que nem uma parede se conservasse de pé, nem uma estaca sequer, lembrando ter existido o formidável reduto. Para sua completa destruição foram dadas as respectivas ordens e ao amanhecer de 6, centenas de soldados começaram a afanosa tarefa, amontoando paus, caibros, vigas atendo-lhes fogo, reforçado com os milhares de corpos perdidos entre as ruínas. Tudo foi demolido, arrancado e queimado: o arrasamento foi completo.<sup>2</sup>

O fim de Canudos foi similar a tantas outras experiências de protesto e reivindicação da massa trabalhadora na história moderna brasileira e mundial. No Brasil, as ações do Estado se encaixam em uma perspectiva que moldaram o seu controle da classe trabalhadora durante o regime escravista e cujas reverberações se fizeram sentir, principalmente, nos movimentos rurais, tanto no final do século XIX, como aos longo de todo o século XX. As causas para esse controle foram perseguidas ao

---

<sup>1</sup> VELOSO, *Maria Bethânia*, 1971.

<sup>2</sup> SOARES, *A guerra de Canudos*, [1902] 1959, p. 412.

longo dessa tese e podem ser encaradas em um contexto global como o papel dos Estados modernos na introdução e consolidação das formas capitalistas de produção. No entanto, para além das características do grupo liderado por Antônio Conselheiro apresentadas aqui (o contexto da época e da região em que estavam inseridos, a centralidade da religião e da produção do espaço na sua formação e organização etc.), é importante destacar como as suas atividades podem ser lidas como uma busca dos sujeitos por emancipação e de sua ação coletiva como um movimento para reestruturação da sociedade da época.

Na clássica oposição existente entre cidade e campo, parte fundamental do pensamento moderno ocidental, principalmente, nas correntes do materialismo histórico e dialético, tanto um como o outro manifestam entidades simbólicas apoiadas no acúmulo de imagens generalizantes que, por suas persistências, fundamentaram supostos modos de vida em cada um deles. Embora aparentemente em oposição, a relação entre cidade e campo é entendida de forma imbricada, uma vez que ao longo da história dos assentamentos humanos sempre existiu uma conexão entre a terra, a área de onde se tira os meios de sobrevivência, e os avanços das sociedades humanas. De acordo com o sociólogo inglês Raymond Williams, campo e cidade são realidades históricas em permanente transformação, tanto em si mesmas, como nas relações existentes entre ambos. A persistência em se reduzir cidade e campo a determinadas formas e imagens — únicas, correspondentes a apenas dois tipos possíveis de assentamento e organização de grupos humanos no espaço —, serve a necessidades específicas provocadas por grandes transformações na esfera social. Tais necessidades, por sua vez, e as formas assumidas por elas, são determinadas por processos históricos particulares, cujas dinâmicas e variações dependem de mudanças e clivagens ocorridas na sua estrutura de divisão de classes.<sup>3</sup>

Durante o período colonial brasileiro, as cidades “mantinham uma relação autárquica com o restante do território, constituindo porta de entrada e locus da dominação sobre aquilo que interessava, no interior do país, ao mercado internacional”.<sup>4</sup> No final do século XIX, a distinção entre cidade e campo não era tão clara como antes e, certamente, não era homogênea por todo o território brasileiro. A instauração do regime republicano fracassou em difundir e consolidar seus atributos democráticos, não porque não conseguia abarcar todo o país, mas porque em sua origem não contemplava toda a extensão nacional, seja em consideração a sua população ou aos espaços ocupados e produzidos por ela. Canudos surge, então, como um contraponto ao sentido da modernização do Estado e das classes dominantes brasileiras, não se opondo frontalmente às estruturas hegemônicas, mas produzindo sentido na esfera da vida cotidiana da sua população. Foi pelo engajamento na materialidade imediata, que Antônio Conselheiro e seus seguidores atuaram para a preservação de suas próprias vidas e criaram condições espaciais para que ali elas fossem acomodadas.

---

<sup>3</sup> WILLIAMS, *The country and the city* [O campo e a cidade], [1973] 2016.

<sup>4</sup> OLIVEIRA apud MARICATO, *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, 2000, p. 136.

Na historiografia urbana brasileira, é creditado ao episódio de Canudos o surgimento da palavra *favela* em referência aos assentamentos informais que (inicialmente) ocuparam as encostas dos morros cariocas. Conta-se, que ao voltarem do conflito, oficiais das forças armadas receberam permissão do governo federal para ocuparem o morro da Providência (já em processo de formação) e ali construírem suas casas. Os antigos combatentes que se estabeleceram no local passaram então a chamar o lugar de Morro da Favela em referência ao morro de Canudos onde o exército concentrou a maior parte do seu contingente. Com o passar do tempo o termo acabou se popularizando e hoje faz referência a inúmeras formas de ocupação informal em todo o país. Além de curiosidade etimológica, essa história revela a maneira contraditória com a qual o Estado age sobre o espaço: agentes convocados por ele para destruírem um assentamento auto-construído por um grupo de trabalhadores rurais, receberam permissão para auto-construírem suas moradias em uma ocupação informal, que viria a ser mais tarde alvo do próprio Estado para a sua remoção. Isso porque o espaço urbano é uma “instância ativa para a dominação econômica e ideológica” e não só “reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz”.<sup>5</sup>

Se o Brasil moderno foi formado durante o século XIX e se as bases do urbanismo no país são derivadas dessas mesmas ideias e noções, a análise da sócio-espacialidade de Canudos pode alimentar um outro tipo de clarão associado ao movimento de Antônio Conselheiro que ainda hoje ilumina as lutas e resistências do povo brasileiro. Assim como as cidades são reprodução da força de trabalho, o Belo Monte foi produto da mobilização e da organização do trabalho dos seguidores do peregrino. O espaço, desse modo, é a contingência em potência e, também, em realização. Ele é mais do que o cenário onde as lutas se desenrolam, ele é o meio pelo qual as diferenças se encontram e se mobilizam para a transformação social.



---

<sup>5</sup> MARICATO, As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, 2000, pp. 168, 170.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, FUNARTE. 1998.
- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: MEC, [1882] 1979.
- ALMEIDA, Cícero Antônio F. O sertão pacificado: o trabalho de Flávio de Barros no front. In: *Cadernos de fotografia brasileira*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002, pp. 270–298.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, [2010] 2023.
- ANDRADE, José Cordeiro de. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Monte Santo, 06 de dez. 1895. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP, 1999, pp. 101–102.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, [1960] 2002.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. (org.). Introdução [1973]. In: Euclides da Cunha. *Caderneta de campo*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, n6, 2009.
- ARAGÃO, Francisco Pires de Carvalho. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Rio de Janeiro, 10 de fev. 1897. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP, 1999, pp. 138–139.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: [s.n.], [1992] 2021.
- Arraial dos Canudos visto pela estrada do Rosário: a escolhida pela expedição Moreira César*. Salvador: Wilcke, Edgard & C., 1897. Reprodução fotomecânica, p&b; 63,5cm x 77,4cm. [Fonte: Biblioteca Nacional Digital].
- AZEVEDO, Sílvia Maria. Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos. *Revista USP*, São Paulo, nº 54, 2002, pp. 82–95.
- BARROS, Flávio. *Flanco esquerdo da Igreja do Bom Jesus* [fotografia] [1897]; *Igreja do Bom Jesus (Nova)* [fotografia] [1897]; *Igreja de Santo Antônio (Velha)* [fotografia] [1897]; *Uma casa de jagunço* [fotografia] [1897]; *Vista parcial de Canudos ao nascente e ao sul* [fotografia] [1897]; *Vista parcial de Canudos ao poente* [fotografia] [1897]; *Vista parcial de Canudos ao norte* [fotografia] [1897]. Rio de Janeiro: Museu da República.
- BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, república e nação*. São Paulo: Ed. USP. 2009.
- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Brasília: Senado Federal, [1899] 1998, [fac-símile].
- BÍBLIA: *Apocalipse*. In: Bíblia Sagrada Online. [[Link](#), 10/09/2024]
- BRÍGIDO DOS SANTOS, João. Resumo cronológico para a história do Ceará.
- BRÍGIDO DOS SANTOS, João. *Ceará, homens e fatos*, 1919.
- BORGES, Aristides da Costa. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Vitória, 09 de fev. 1894. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP, 1999, pp. 91–94.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, [1992] 2021.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, [1970] 2018. [digital]
- Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, nº 1, dez. de 2002.
- Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, nº 13–14, dez. de 2002.
- CALASANS BRANDÃO DA SILVA, José. *No tempo de Antônio Conselheiro*. [1959].

- CALASANS BRANDÃO DA SILVA, José. Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios [1973]; Centenário da Igreja Velha de canudos [1993]; As igrejas de Canudos [1997]. In: *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997, s/p. [digital].
- CALASANS BRANDÃO DA SILVA, José. *Quase biografias de jagunços*. [1982]. [digital]
- CALASANS BRANDÃO DA SILVA, José. *Canudos na Literatura de cordel*. 1984. [digital]
- CALASANS BRANDÃO DA SILVA, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997. [digital].
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, [1965] 2006.
- Canudos: plano de operações de guerra no estado da Bahia*. 1897. Sem escala. 1 mapa, 21cm x 21cm. Custódia: Biblioteca Nacional.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Amazon, [2014] 2019.
- CARVALHO, José Carlos de. *Meteorito de Bendegó: relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sobre a remoção do meteorito de Bendegó do sertão da província da Bahia para o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- CARVALHO JR., Álvaro Dantas de. A posição do barão de Jeremoabo. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed. USP, 1999, pp. 17–29.
- CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. [1832] s/d, [digital].
- Comissão Hidráulica do Império. *Carta da Bacia do S. Francisco* [Cartográfica]. Rio de Janeiro: Lith. do Archivo Militar, 1884. Mapa, 62,5cm x 98,5cm, esc. 1:750.000.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Romano Guerra, [1972] 2017.
- COSTA, Ivoneide de França. *Comissão Hidráulica do Império (1879–1880): profissionalização e técnica a serviço dos melhoramentos no século XIX*. Tese de Doutorado. Or. Lorelai Brilhante Kury. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, 2013.
- CUNHA, Euclides da. A nossa Vendeia (i) [1897]; A nossa Vendeia (ii) [1897]; O Batalhão de São Paulo [1897]. In: *Canudos e outros temas*. Org. Olímpio de Souza Andrade. Brasília: Ed. do Senado Federal, vol. 2, 2003, pp. 3–7; 8–14; 107–109.
- CUNHA, Euclides da. A campanha de Canudos: série de reportagens publicadas em *O Estado de S. Paulo*, de ago. a out. de 1897, enviadas do teatro de operações, no sertão da Bahia [1897]. In: *Canudos e outros temas*. Org. Olímpio de Souza Andrade. Brasília: Ed. do Senado Federal, vol. 2, 2003, pp. 15–105.
- CUNHA, Euclides da. *Caderneta de campo* [1897]. Org. Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, n6, 2009.
- CUNHA, Euclides da. Bela Esperança, horizonte a SW e NNE [croqui]; Horizonte para W [croqui]; Horizonte a ENE e a E [croqui]; Panorama visto de Canudos para leste [croqui]; Panorama visto do morro da Favela para a esquerda [croqui]; Vista de Canudos de uma encosta do morro da Favela [croqui]; Vista dos arredores de Canudos [croqui]; Panorama visto do alto da Favela para a direita [croqui]; Alto da Favela para a retarguarda [croqui]; Ruínas das igrejas (Canudos) [croqui]. In: *Caderneta de campo* [1897]. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, n6, 2009.
- CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Francisco Escobar. Bahia, 20 de ago. 1897. [\[Link, 18/07/2024\]](#)
- CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Francisco Escobar. Lorena, 21 de abr. 1902. [\[Link, 18/07/2024\]](#)
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ubu, [1902] 2016.
- CUNHA, Euclides da. Um velho problema [1904]. In: *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Fund. Darcy Ribeiro, [1907] 2013, pp. 150–158.
- DIAS, Clímaco. Canudos: poesia e mistério de Machado de Assis. Revista *Canudos*, Salvador, UNEB, v.1 n.1, pp. 91–103, 1996.
- DOBRORUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

- DURHAM, Eunice Ribeiro. Comunidade [1972]; As comunidades rurais tradicionais e a migração [1973]. In: *A dinâmica da cultura, ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 133–180.
- FACÓ, Rui. A guerra camponesa de canudos (1896–1897). *Revista Brasileira*, 20, 1959, pp. 128–151.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, [1963] 1972.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, [1933] 2019.
- FREYRE, Gilberto. Engenheiro alongado em social e humano [1941]; Revelador da realidade brasileira [1966]. In: *Perfil de Euclides e outros perfis*. São Paulo: Global, 2013, pp. 37–134.
- GALO, Antero de Cirqueira. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Tucano, 07 de mar. 1897. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.UsP, 1999, pp. 150–151.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides e a Escola Militar [1984]; Polifonia e paixão [1994]. In: *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 99–173; 27–46.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Introdução. In: *Gilberto Freyre. Perfil de Euclides e outros perfis*. São Paulo: Global, 2013.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. (org.). *Euclides da Cunha. Os sertões: campanha de Canudos [1902]*. São Paulo: Ubu, 2016.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; Peres, Fernando da Rocha (org.). *Breviário de Antonio Conselheiro*. Salvador: UFBA, 2002.
- GOMES, Estevam. Ilustração da capa [baseado em esboço do autor]. Belo Horizonte: 2024.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, [1978] 2019.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos [2008]. *Ecopós: Crise, feminismo e comunicação*, v.23, n. 3, 2020, pp. 12–33.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1899.
- Igreja Matriz do Bom Jesus: cruzeiro: Crisópolis, BA. 19---. Fotografia, p&b. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPACBA). [[Link](#), 10/10/2024]
- Juízos críticos: Os sertões (campanha de Canudos) por Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1904.
- KAPP, Silke. *Canteiros da utopia*. Belo Horizonte: MOM Edições, 2020.
- KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais [2018]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens (vol.1)*. Belo Horizonte: MOM Ed., 2021, pp. 151–170.
- KAPP, Silke. Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro [2020]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens (vol. 2)*. Belo Horizonte: MOM Ed., 2021, pp. 383–396.
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, [1948] 2012, [digital].
- LEMONS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao Eclétismo trazidas pelo café*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, [1999] 2015.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; LUPERJ; UCAM, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACEDO, Luís Gonzaga. [correspondência] Destinatário: Rodrigues Domingos Guimarães. Vila de Itapicuru, 10 de nov. 1886. In: Aristides A. Milton. *A campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, [1902] 2003, pp. 20–22.
- MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Renes, [1964] 1983.
- MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

- MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia épica (Guerra de Canudos)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, [1900] 2010.
- MARCIANO, Frei João Evangelista de Monte. *Relatório apresentado, em 1895, pelo revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao arcebispo da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos*. Bahia: Typographia do Comércio de Notícias, 1895. [digital]
- MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Otilia Arantes; Carlos Vainer; Ermínia Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, [1979] 2021.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. Usp*, 8 (1), mai. 1996, pp. 25–70.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A reinvenção do sertão: organização social e governança do Bello Monte (1893–1897)*. São Paulo: Hucitec, [2001] 2017.
- MARTIUS; SPIX. *Através da Bahia: excerto da obra Reine in Brasilien*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.
- MASCARENHAS, Maria Lucia F. Toda nação em Canudos, 1893–1897: índios em Canudos, memória e tradição oral da participação dos Kariri e Kaimbém na guerra de Canudos. *Rev. Canudos*, Salvador, Uned, v.2, n.2, 1997, pp. 68–84.
- MELO, Reginaldo Alves de. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Itapicuru, 06 de dez. 1894. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed. USP, 1999, pp. 99–100.
- MENEZES, Siqueira. *Planta do Arraial de Canudos*.
- MÉSZÁROS, István. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente [1971]. In: *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIRANDA, Marcelino Pereira. [Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Tucano, 12 de jan. 1894. In: Consuelo Novais Sampaio (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed. USP, 1999, pp. 89–90.
- MILTON, Aristides Augusto. *A campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, [1902] 2003.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Elo, 1978.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado [1977]. In: Boris Fausto (org.) *História geral da civilização brasileira (tomo iii): o Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 46–103.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo público, 1998.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795–1824*. São Paulo: Alameda, 2012.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, [1959] 2020.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, [1993] 2020.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. São Paulo: Cia. das Letras, [1975] 2016.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- OTTEN, Alexandre. Só Deus é grande. A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 21, n. 53, p. 9, 1989.
- OTTEN, Alexandre. A influência do ideário religioso na construção da comunidade de Belo Monte. *Luso-Brazilian Review*, 30, 1993, pp.71–95.
- PESSOA, Fernando. O sebastianismo, fundamentalmente, o que é?. In: *Sobre Portugal, introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática, 1979, p. 68, [Link, 30/11/2023].
- PIEDEDE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897–1901)*. Salvador: Portifolium, [1901] 2002.

- PIRES, J. R. F. Legislações sobre a terra no Brasil e a tradição conservadora. In: Heloísa Starling; Paula Braga (org.). *Sentimentos da terra*. Belo Horizonte: Proex, 2013, pp. 17–35.
- PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil [1979]. In: *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. Aspectos gerais do messianismo [1960]. *Revista de Antropologia Usp*, 8(1), pp. 63–76, 1960.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, [1965] 1977.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. O catolicismo rústico no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (5), pp. 104–123, 1968.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. Dom Sebastião no Brasil, o imaginário em movimentos messiânicos nacionais [1993]. *Revista USP*, (20), pp. 28–41. 1994.
- ROMERO, Silvío. *Estudos sobre poesia popular do Brasil (1879–1880)*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1888.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888–1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1985] 1990.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.Usp, 1999.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Canudos: a construção do medo. In: *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.Usp, 1999, pp. 31–85.
- SAMPAIO, Theodoro Fernandes. *O rio de S. Francisco: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina (1879–80)*. São Paulo: Salesianas, 1905.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec; FERIA de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- SANTOS, Claude. Passeio dentro de Canudos: caminhas de Euclides da Cunha no cenário dos combates [encarte]. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, nº 13–14, dez. de 2002.
- SANTOS, Jadilson Pimentel dos. *A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*. Dissertação de mestrado. Or. Eugênio de Ávila Lins. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, 2011.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *Euclides da Cunha: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SCHWARZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SCHWARZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, [2015] 2019.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [1902] 1959.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Euclides da Cunha: a intuição e a superstição. In: *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961. pp. 102–166.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. Onde só vento se semeava outrora; a tradição do republicanismo e a questão agrária no Brasil. In: Delsy Gonçalves de Paula; Heloísa Maria Murgel Starling; Juarez Rocha Guimarães (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, pp. 31–71.
- TAVARES, Odorico; VERGER, Pierre. Roteiro de Canudos I: o reduto de Antônio Conselheiro; Roteiro de Canudos II: o repórter Euclides da Cunha; Roteiro de Canudos III: depoimentos dos sobreviventes. *O Cruzeiro*, 19 de julho de 1947, pp. 9–18; 55–66.
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. Orgs. Mario Cesar Carvalho; José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Cia das Letras, [2003] 2019.
- VERGER, Pierre. Sem título [Cruzeiro de Canudos] [Fotografia]. Canudos, 1946. Salvador: Fundação Pierre Verger, nº inventário: 24336. [nota: uso autorizado pela Fundação Pierre Verger em ago. de 2024].
- VERÍSSIMO, José. Fortuna crítica. In: Euclides da Cunha. *Os sertões*. São Paulo: Ubu, 2016.
- VILA, Marco Antonio. *Canudos: o campo em chamas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Csaba Deák; Sueli Ramos Schiffer (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Ed.Usp, 1999. pp. 170–243.
- VELOSO, Caetano. *Maria Bethânia*. London: Phillips: 1971. Canção (6:57min).
- VELOSO, Caetano. *Fora da ordem*. Rio de Janeiro: PolyGram; Philips: 1991. Canção (5:54min).
- WESTIN, Ricardo. 1º censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhões de escravizados. *Agência do Senado Federal*, ed. 92, 5.8.2022. [Link, 08/03/2024].
- WILLIAMS, Raymond. *The country and the city*. London: Penguin Vintage. [1973] 2016.